UMA JORNADA DE 15 ANOS DO CURSO DE TURISMO DA UEMS EM CAMPO GRANDE



Organização

Daniela Sottili Garcia

Débora Fittipaldi Gonçalves

editora ECO Didática

UMA JORNADA DE 15 ANOS DO CURSO DE TURISMO DA UEMS EM CAMPO GRANDE



Organização

Daniela Sottili Garcia
Débora Fittipaldi Gonçalves

Campo Grande/MS
2026

ditora ECO Didática®

Copyright © 2026 dos autores e da Editora Ecodidática
Direitos de edição e publicação cedidos à Editora Ecodidática

Esta obra está licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND). Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0. Esta licença não se aplica às imagens, fotografias e elementos visuais de terceiros reproduzidos ao longo dos capítulos, cujos direitos pertencem exclusivamente aos seus respectivos titulares, sendo seu uso permitido estritamente para fins de citação e ilustração acadêmica, conforme o art. 46 da Lei nº 9.610/98.

Revisão: autoras/organizadoras e autores

Projeto gráfico, edição e diagramação: Editora Ecodidática

Capa: imagens © Waldir Leonel (atividades do curso), © Marta R. Silva-Melo (lago da UEMS) e Editora Ecodidática (edição e diagramação)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Uma jornada de 15 anos do curso de Turismo da UEMS em Campo Grande [livro eletrônico] / organização Daniela Sottili Garcia, Débora Fittipaldi Gonçalves. -- Campo Grande, MS : Editora Ecodidática, 2026.

Vários autores.
ISBN 978-65-85640-21-3

1. Artigos 2. Desenvolvimento regional 3. Ensino superior 4. Gestores de turismo 5. Turismo 6. Turismo – Estudo e ensino 7. Universidades públicas – Brasil I. Garcia, Daniela Sottili. II. Gonçalves, Débora Fittipaldi.

26–379605.0 CDD–338.479107

Índices para catálogo sistemático:
1. Turismo : Estudo e ensino 338.479107
Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213
Editora Ecodidática: https://editoraecodidatica.com.br
E-mail: contato@editoraecodidatica.com.br
Contato +55 67 3211-2328 (WhatsApp)
Instagram: https://www.instagram.com/editoraecodidatica.com.br

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO MULTIDISCIPLINAR
(Doutoras e Doutores)

Airton José Vinholi Júnior
IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
Angela Guida
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Antonia Suely Guimarães e Silva
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão – Centro de Estudos Superiores de Caxias
Ariane Aparecida Carvalho de Arruda
Pesquisadora em História da América colonial, História do Brasil colonial, Etno-história, História indígena e Arqueologia
Beatriz Aparecida Alencar
IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
Betinha Yadira Augusto Bidemy Casimiro Sá
Universidade Amílcar Cabral, Bissau, Guiné-Bissau
Bruna Franco Neto
IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Deilson do Carmo Trindade
IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Eduardo Salinas Chavéz
Instituto de Desarrollo Regional Universidad de Granada, España
Eliane Rosa da Silva Dilkin
IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
Fábia Trentin
UFF – Universidade Federal Fluminense
Fabio Martins Ayres
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Fábio do Vale
Faculdade Insted – Instituto Avançado de Ensino Superior e Desenvolvimento Humano
José Luís dos Santos Peixoto
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Larissa Tinoco Barbosa
Pesquisadora associada ao Instituto Arara Azul
Luciana Correia Diettrich
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Marilyn Aparecida Errobidarte de Matos
IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
Marta Costa Beck
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Miguel Ángel Ariza Benavides
Artes Visuales UPN Colombia / Estudos de Linguagens (PPGEL/UFMS)
Patrícia Cristina Statella Martins
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Atestamos que esta obra foi indicada para publicação pelo Conselho Editorial Científico Multidisciplinar da Editora Ecodidática

“Aprender é a única coisa que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.”
– Leonardo da Vinci

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossa sincera gratidão às gestões dos Professores Dr. Gilberto José de Arruda e Dr. Adilson Crepaldi, cujos compromissos com a educação superior foram importantes para a idealização e proposição do curso de Turismo na Unidade Universitária de Campo Grande. À época, como reitor e vice-reitor (2007–2011), suas articulações foram decisivas para a implantação do curso na capital.

Estendemos nosso reconhecimento aos reitores que deram continuidade a esse projeto institucional – Prof. Dr. Fabio Edir dos Santos Costa, Prof. Dr. Laércio Alves de Carvalho, Profa. Dra. Celi Corrêa Neres e Profa. Dra. Luciana Ferreira da Silva – pelo apoio constante à consolidação, permanência e verticalização do curso de Turismo.

Agradecemos, igualmente, a todas as Pró-Reitorias da UEMS, cujas ações e iniciativas contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento e fortalecimento do curso ao longo de sua trajetória.

À Professora Mestra Alaíde Brum de Mattos, registramos nosso especial reconhecimento por ter assumido, com

dedicação e compromisso, a coordenação do curso em seus primeiros anos de implantação, desempenhando papel fundamental em sua estruturação.

Nosso reconhecimento se dirige também a todos os docentes que, ao longo desses 15 anos, participaram da construção coletiva da história do curso de Turismo da Unidade Universitária de Campo Grande, compartilhando conhecimentos, experiências e dedicação.

À equipe administrativa da UEMS – Unidade Universitária de Campo Grande, manifestamos nossa gratidão pelo comprometimento e pela colaboração contínua no atendimento às demandas do curso.

Ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, agradecemos pelos investimentos na educação pública, essenciais para a sustentação e o crescimento desta trajetória acadêmica.

Registramos agradecimentos especiais ao Prof. Waldir Leonel e à Profa. Marta Regina da Silva-Melo, pelas generosas cessões de seus acervos fotográficos, que enriquecem a composição desta obra.

Por fim, dirigimos nosso reconhecimento a todos os egressos do curso de Turismo, protagonistas dessa história, cujas trajetórias profissionais e pessoais expressam o impacto, a relevância e o legado desta formação para a sociedade.

SUMÁRIO

Prefácio **11**
Introdução **16**

CAPÍTULO 1

Panorama dos egressos do curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande **20**

Daniela Sottili Garcia

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.1

CAPÍTULO 2

Rotas da aprendizagem: os desafios na formação do profissional em turismo **52**

Marta Regina da Silva-Melo

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.2

CAPÍTULO 3

Formação em Turismo: relato de experiência docente na área ambiental **68**

Waldir Leonel

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.3

CAPÍTULO 4

Perfil dos cursos de Turismo melhor avaliados no Brasil....**91**

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Lara Brunelle Almeida Freitas

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.4

CAPÍTULO 5

Consultoria em turismo como campo de atuação do bacharel: reflexões a partir dos cursos de Turismo de Mato Grosso do Sul.....118

Rodrigo Hakira Minohara

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.5

CAPÍTULO 6

Rota Bioceânica: da infraestrutura à comercialização turística.....168

Thiago Andrade Asato

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.6

CAPÍTULO 7

Turismo de experiência e corredores de integração: a Rota Bioceânica como estratégia de desenvolvimento regional sustentável no Mato Grosso do Sul – Brasil 194

Débora Fittipaldi Gonçalves

Djanires Lageano Neto de Jesus

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.7

CAPÍTULO 8

Turismo de Bem-Estar e Saúde: potencialidades, evidências científicas e perspectivas para o Mato Grosso do Sul.....220

Greice Aparecida Domingos Feliciano

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.8

CAPÍTULO 9

Para além dos sabores: reflexões hodiernas sobre o turismo gastronômico 253

Bruno de Souza Lima

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.9

CAPÍTULO 10

Recursos naturais, históricos e culturais na fronteira em Ponta Porã, Brasil, e Pedro Juan Caballero, Paraguai: possibilidades de usos para a prática de ensino e do turismo 289

Daiane Alencar da Silva

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.10

CAPÍTULO 11

Política, chancela e turismo: a institucionalização do geoparque Bodoquena-Pantanal e os limites da governança territorial 328

Nagela Fernanda dos Santos Masuda

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.11

Sobre os autores 355

Índice remissivo 360

PREFÁCIO

É com elevada consideração institucional que se apresenta a obra *"Uma Jornada de 15 Anos do Curso de Turismo da UEMS em Campo Grande"*, publicação que se insere como marco relevante no registro da trajetória do ensino superior em Turismo no estado de Mato Grosso do Sul. Mais do que uma iniciativa editorial de caráter comemorativo, este livro constitui-se como um documento de valor acadêmico ao sistematizar experiências, reflexões e contribuições acumuladas ao longo de uma década e meia de trajetória institucional.

A iniciativa dos docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS revela compromisso inequívoco com a produção e difusão do conhecimento, bem como com a preservação da memória acadêmica de um curso que, ao longo de sua existência, vem desempenhando papel estratégico na formação de recursos humanos qualificados e na consolidação do Turismo como campo de saber e prática profissional. Trata-se de um esforço coletivo que evidencia maturidade institucional, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e alinhamento com as demandas contemporâneas do desenvolvimento regional.

A celebração dos 15 anos do curso de Turismo da UEMS, materializada nesta publicação, representa não apenas um momento de reconhecimento das conquistas alcançadas, mas também uma oportunidade de reflexão crítica sobre os desafios enfrentados e as perspectivas futuras. Ao reunir diferentes olhares e experiências, a obra reafirma o papel da universidade pública como agente fundamental na construção de conhecimento socialmente referenciado, contribuindo de maneira consistente para o fortalecimento do setor turístico e para o desenvolvimento sustentável do território sul-mato-grossense.

Nesse contexto, acolho com distinção o convite para prefaciar esta obra. Como um dos primeiros turismólogos de Mato Grosso do Sul, pioneiro na docência da graduação em Turismo no estado, onde iniciei como professor há mais de 30 anos, bem como entusiasta e um dos fundadores da entidade profissional Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo em Mato Grosso do Sul – ABBTUR-MS, reconheço neste livro não apenas um registro acadêmico, mas o coroamento de um esforço coletivo que, ao longo dos anos, tive a honra de acompanhar e, em alguma medida, ajudar a semear.

A história do ensino superior em Turismo em nosso território é marcada por um pioneirismo resiliente e agregador. A abertura dos primeiros cursos de graduação em Turismo em Mato Grosso do Sul representou uma conquista significativa para uma área que, desde o início, precisou afirmar sua relevância acadêmica, social e econômica. Naquele contexto, os primeiros professores e profissionais do campo assumiram a missão de estruturar um ensino comprometido com a valorização do patrimônio natural e cultural, com a qualificação profissional e com a compreensão do turismo como vetor de desenvolvimento regional.

Nesse percurso, a UEMS desempenhou papel decisivo. Sua contribuição para o ensino do Turismo no estado iniciou-se em Dourados e, posteriormente, fortaleceu-se com a consolidação do curso em Campo Grande, ampliando a presença institucional da área e reafirmando o compromisso da universidade com a formação superior pública, de qualidade e socialmente referenciada. Ao investir no ensino e demais atividades acadêmicas, a UEMS ajudou a consolidar o Turismo como campo de conhecimento e de atuação profissional em Mato Grosso do Sul.

O curso contribuiu de maneira expressiva para a formação de mão de obra qualificada para o setor e, sobretudo, para a formação de profissionais críticos e reflexivos, capazes de interpretar o território, propor soluções, planejar ações e promover o desenvolvimento do turismo em nosso estado. Trata-se, portanto, de uma trajetória que evidencia não apenas permanência, mas evolução institucional e acadêmica.

Esse amadurecimento torna-se visível também na diversidade temática desta obra, que contempla discussões sobre egressos, consultoria, formação profissional, experiências docentes e temas contemporâneos que desafiam o turismo em escala local e regional. Cada capítulo, a seu modo, revela a vitalidade e seriedade de sua proposta formativa e a capacidade de dialogar com as transformações do tempo presente.

Minha relação com a UEMS transcende o campo institucional; ela é construída por laços pessoais e acadêmicos profundos. Muitos dos professores que hoje integram ou integraram a trajetória do curso tiveram comigo algum tipo de convivência formativa, acadêmica ou profissional, o que torna especialmente significativa minha presença neste mo-

mento comemorativo. Ver antigos alunos que se destacaram tornarem-se colegas de profissão, professores, mestres e doutores é, sem dúvida, uma das maiores recompensas da trajetória docente. Além de profissionais críticos e competentes, também posso considerá-los hoje bons amigos.

Ao longo desses anos, tive a satisfação e a honra de participar da vida acadêmica da UEMS em diversas ocasiões, seja por meio de bancas examinadoras, palestras, consultorias, como paraninfo de turma ou em interlocuções construídas no cotidiano universitário. Cada uma dessas experiências contribuiu para fortalecer meu vínculo com a instituição e permitiu-me acompanhar, de perto, a seriedade de seu projeto acadêmico. Pude testemunhar, assim, o rigor científico, o compromisso ético, a dedicação de seus docentes e a responsabilidade institucional com que a UEMS vem contribuindo, de maneira consistente, para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da formação qualificada em Turismo em Mato Grosso do Sul.

Guardo, inclusive, uma lembrança curiosa e particularmente significativa dessa aproximação com a UEMS. Quando do início do curso em Dourados, no ano 2000, foi aberto edital para a contratação de professores para o curso de Turismo. Naquele momento, cheguei a considerar seriamente a possibilidade de me inscrever como candidato, movido pelo desejo de retornar à minha cidade natal e pela perspectiva de colaborar diretamente com a implantação de um curso tão promissor. Após muita reflexão, decidi permanecer atuando em Campo Grande, por questões familiares. Ainda assim, para minha grata satisfação, fui posteriormente convidado a integrar a banca de seleção de docentes. Tal episódio permanece em minha memória como um sinal eloquente da pro-

ximidade que sempre mantive com a trajetória da UEMS: se não estive naquele momento como candidato à vaga, estive, de outro modo, participando do processo que ajudaria a definir os rumos iniciais do curso.

A pesquisa produzida na UEMS, evidenciada nos capítulos deste livro, revela um olhar atento às demandas contemporâneas, como a Rota Bioceânica, o desenvolvimento regional sustentável, o turismo de bem-estar e saúde, além das reflexões sobre o turismo gastronômico e a gestão do Geoparque Bodoquena-Pantanal.

Este livro é, portanto, um testemunho da maturidade do Turismo em Mato Grosso do Sul. Parabéns aos autores, organizadores e, especialmente, à UEMS, por serem protagonistas na construção de um turismo mais sólido, consciente e inovador em nosso estado.

Prof. Dr. Noslin de Paula Almeida

Professor do Curso de Turismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.0

INTRODUÇÃO

Celebramos os 15 anos do curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em Campo Grande, criado no final de 2010 e implantado em 2011. Sua trajetória pode ser considerada como um marco de resiliência e pioneirismo, inovando na capital ao trazer o primeiro bacharelado público nesta área estratégica.

Esta conquista reflete o reconhecimento da importância da UEMS em qualificar profissionais para o setor turístico, impulsionando o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul com excelência acadêmica e compromisso social, por meio de seus egressos inseridos no mercado de Turismo, contribuindo de forma direta para o avanço econômico do Estado. Nesta obra festiva, revivemos essa trajetória inspiradora, homenageando os desafios superados e as vitórias coletivas que nos enchem de orgulho!

Os primeiros anos do curso foram desafiadores, uma vez que a unidade da UEMS em Campo Grande estava instalada em uma escola pública – Escola Estadual Irmã Bartira Gardês, espaço que abrigou o curso durante um período de aproximadamente 4 anos e meio. Em 2015, foi inaugurada a sede

própria da UEMS em Campo Grande, com a infraestrutura mais apropriada para a questão didático-pedagógica. Enfatiza-se que, a partir deste momento, não houve apenas uma mudança de endereço e de infraestrutura da UEMS, mas foi o catalisador para a intensificação e estruturação de projetos de ensino, pesquisa e extensão, entre outras atividades curriculares referentes ao curso de Turismo, que se intensificaram significativamente. Com o passar dos anos, o corpo docente também foi ampliado com professores efetivos, turismólogos e profissionais de outras áreas, além de professores convocados da área do turismo e de outras áreas que sempre contribuíram significativamente com o desenvolvimento e crescimento do curso ao longo desses 15 anos de existência.

O curso de Turismo, em seu percurso, foi coordenado inicialmente, entre o início de 2011 e o início de 2013, pela Professora Mestra Alaíde Brum de Mattos, posteriormente pela Professora Dra. Daniela Sottili Garcia no período de março de 2013 a julho de 2015, e desse período até a atualidade pela Professora Dra. Débora Fittipaldi Gonçalves.

Com a aproximação do aniversário de quinze anos do curso de Turismo da UEMS em Campo Grande, nasceu a proposta deste livro, que teve como objetivo, além de comemorar a trajetória deste curso, oportunizar, contemplar e homenagear todos os professores turismólogos do curso que contribuíram ou ainda contribuem com o seu desenvolvimento, assim também contribuindo com um marco histórico importante para o curso e para a UEMS, no qual diversos colaboradores e professores relatam e apresentam suas trajetórias técnico-científicas.

Desta forma, a presente obra reúne o aceite de treze professores que se dedicaram a escrever onze capítulos

que compõem este livro e que de forma multidisciplinar e interdisciplinar, buscaram apresentar olhares sobre o curso de Turismo da UEMS de Campo Grande e, para além deste enfoque, analisar diferentes perspectivas de estudos turísticos que perpassam análises mais aprofundadas acerca dos egressos formados por este curso, além de pesquisas sobre a Rota Bioceânica; Consultoria em turismo; Os desafios na formação do profissional em turismo; Docência em Turismo; Turismo gastronômico; Turismo de fronteira; Governança territorial no turismo; Relatos de experiência docente em turismo, além do Turismo e bem- estar.

Que esta obra seja não somente um marco comemorativo dos 15 anos do curso de Turismo da UEMS na unidade de Campo Grande, mas que possa, por meio dela e das pesquisas aqui apresentadas pelos seus professores, expressar e apresentar seus estudos e que estes possibilitem a outros pesquisadores, gestores públicos, educadores e empreendedores a visualizar o turismo não apenas como impulsionador do setor econômico, mas também dos setores ecológico, social e cultural.

CAPÍTULO 1



Panorama dos egressos do curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.1

PANORAMA DOS EGRESSOS DO CURSO DE TURISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – CAMPO GRANDE

Daniela Sottili Garcia[1]

RESUMO: O objetivo principal deste artigo foi levantar informações sobre os formandos do curso de graduação em Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na Unidade Universitária Santo Amaro em Campo Grande, desde a primeira turma de egressos formada em 2014 até a última turma de formandos em 2025 e sua contribuição em relação ao posicionamento desses profissionais no mercado de trabalho de turismo. Após quinze anos de sua existência, salienta-se que o curso de Turismo da UEMS foi o pioneiro no ensino superior em Turismo público na capital sul-mato-grossense. Neste período, acumulou 148 bacharéis de turismo formados pelo curso, dos quais parte deles atua diretamente na prestação de serviço qualificado em turismo. Destarte, faz-se imperioso registrar a atuação desses profissionais no mercado de turismo local, estadual, nacional e internacional. Analisar os egressos requer entender de que maneira o curso de Turismo da UEMS contribui, por meio da mão de obra qualificada, no setor de turismo. A pesquisa apresenta um panorama positivo, com 45,80% de egressos atuando diretamente na atividade turística dentro e fora do país.

Palavras-chave: Egressos; Graduação; Turismo; UEMS; Campo Grande.

OVERVIEW OF GRADUATES FROM THE TOURISM COURSE AT THE STATE UNIVERSITY OF MATO GROSSO DO SUL – CAMPO GRANDE

ABSTRACT: The main objective of this article was to gather information about graduates of the Tourism undergraduate course at the State University of Mato Grosso do Sul, at the Santo Amaro University Unit in Campo Grande, from the first graduating class in 2014 to the last graduating class in 2025, and their contribution to the positioning of these professionals in the tourism job market. After fifteen years of existence, it is noteworthy that the Tourism course at UEMS was a pioneer in public

[1] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: sottili@uems.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/2968726408612162.

higher education in Tourism in the capital of Mato Grosso do Sul. During this period, 148 bachelor's degrees in tourism accumulated, some of whom work directly in providing qualified tourism services. Therefore, it is imperative to record the performance of these professionals in the local, state, national, and international tourism market. Analyzing the graduates requires understanding how the Tourism course at UEMS contributes, through its qualified workforce, to the tourism sector. The research presents a positive outlook, with 45.80% of graduates working directly in the tourism industry, both within and outside the country.

Keywords: Graduates; Undergraduate; Tourism; UEMS; Campo Grande.

INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objetivo principal levantar informações sobre os graduados pelo curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária Santo Amaro em Campo Grande, desde sua primeira turma de formandos em 2014 até a última em 2025. Por meio desses dados, foi possível demonstrar onde e de que maneira esses profissionais estão atuando no mercado de trabalho do turismo e contribuindo para o desenvolvimento do mercado turístico.

Para atingir esse objetivo, buscou-se relatar brevemente um histórico dos cursos de Graduação em Turismo no Brasil que, desde os anos 1970, promovem a formação de nível superior dos profissionais dessa área em ampla consolidação em todo o país e, para complementar essas informações, apresentou-se também um percurso histórico dos cursos de Graduação em Turismo no Mato Grosso do Sul, de maneira a evidenciar a importância do curso no estado.

Em seguida, apresenta-se um percurso histórico do curso de Graduação em Turismo da UEMS, em Campo Grande, que tem suas marcas de criação a partir de processos históricos, didáticos e pedagógicos que se atrelam ao desenvol-

vimento institucional da Universidade, considerando-o como pioneiro a ser ofertado na capital sul-mato-grossense por meio de uma instituição pública de ensino superior.

Demonstrar a atuação dos egressos do curso de Turismo da UEMS de Campo Grande é contar o resultado dos processos do curso de Graduação em Turismo e, por meio desta, apresentar a importância social, cultural e econômica desse curso e dessa instituição no estado de Mato Grosso do Sul, bem como demonstrar a forma como o curso de Turismo, instalado na capital, vem contribuindo para o desenvolvimento turístico em nível local, estadual, nacional e internacional.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foi realizada uma entrevista com os egressos do curso de Turismo da UEMS – Unidade Universitária Santo Amaro em Campo Grande, no período de setembro de 2025 a fevereiro de 2026. Os canais utilizados para a realização da pesquisa foram ligações telefônicas, *WhatsApp*, e-mail e encontros presenciais.

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário fechado a fim de identificar qual a porcentagem de egressos está atuando no mercado de turismo. Para os que atuam no mercado turístico, investigou-se em que cidade atuam, em que segmento do turismo estão trabalhando, em que segmento realizaram estágio obrigatório, e que porcentagem dos egressos realizaram o estágio não obrigatório. Em relação aos que não estão atuando no mercado de turismo, listou-se em que área atuam. As perguntas também buscaram evidenciar a média de formandos por ano, além de possibilitar a porcentagem de egressos por sexo.

Um percurso histórico dos cursos de graduação em Turismo no Brasil

Os primórdios da educação em Turismo surgiram no Brasil na década de 1950 a partir da oferta da Educação Profissional na área de Turismo e Hotelaria e tiveram forte desenvolvimento nas regiões Sudeste e Sul do país, promovido, principalmente, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), atendendo principalmente os quadros operacionais de base para hotéis e restaurantes (Garcia Gonçalves, 2023).

No período de 1950 a 1970, a formação em Turismo no Brasil estava ligada ao nível técnico até o momento em que, na década de 1970, surgiram os primeiros cursos de graduação em Turismo em território brasileiro. Destaca-se que o pioneiro destes foi promovido em 1971 pela Faculdade de Turismo do Morumbi, seguido pela Faculdade Ibero-Americana (cujas atividades do curso iniciaram-se em 1972), sucedido pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) que inaugurou seu curso de Turismo em 1973 e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), iniciado em 1974. No ano seguinte, essa graduação teve início de suas atividades na Universidade Católica de Pernambuco (UCP) e, em 1978, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) também faz a oferta de formação superior em Turismo (Silveira, Medaglia, Gonçalves-Gândara, 2012).

Em 2006, criou-se a Resolução nº 13, de 24 de novembro, oriunda da Câmara de Educação Superior, colegiado do Ministério da Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Turismo em âmbito nacional e que estão em vigor atualmente, além de ser o documento que rege o objeto de pesquisa.

A partir do documento, em seu terceiro artigo, apresenta-se que o curso a partir de então:

> Deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (Brasil, 2006, p.11).

Dessa forma, verificou-se que neste intervalo acima mencionado, ocorreram grandes mudanças nas exigências nos documentos que formulam os conteúdos das Graduações em Turismo de acordo com as necessidades e tendências globais, acentuando a importância da atualização das abordagens dos conteúdos para a formação do Bacharel em Turismo.

A partir das proposituras da Resolução, aliadas a uma estrutura curricular coesa e coerente, os cursos de Turismo, a partir de então, propiciam aos estudantes uma formação sólida cujas demandas são calcadas nas solicitações do mercado de trabalho. Por meio de documentos normativos, como o Projeto Político de Curso (PPC) e de suas estruturas curriculares, os estudantes têm acesso a todo o processo didático-metodológico das relações de ensino e aprendizagem, além de compreenderem o funcionamento do processo avaliativo, itens os quais são inerentes para a formação do acadêmico.

Neste sentido, os itens de perfil do egresso, competências e habilidades que compõem o PPC (2020, p. 10), estes baseados na DCN de 2006, no Art. 3º (DCN, 2006, p. 02), sendo que:

> Art. 3º O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (DCN, 2006, p. 02).

Portanto, entende-se que este profissional deverá ser um bacharel que compreende e possui uma visão holística sobre o fenômeno turístico, assim, podendo atuar em uma gama de áreas do turismo com qualificação.

Junto a isto, na DCN de 2006, que vigora até os dias atuais, prevê sobre as habilidades e competências desse profissional, que são elas, conforme previsto no Art. 4 da mesma resolução:

> Art. 4º O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:
>
> I – compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
>
> II – utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
>
> III – positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
>
> IV – domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;

V – domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;

VI – adequada aplicação da legislação pertinente;

VII – planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;

VIII – intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;

IX – classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;

X – domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

XI – domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;

XII – comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;

XIII – utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;

XIV – domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;

XV – habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;

> XVI – integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
>
> XVII – compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
>
> XVIII – profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turísticos;
>
> XIX – conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Respaldado por essas definições, percebe-se a importância da composição da grade curricular da graduação em Turismo prezar por conteúdos que visam o sucesso do egresso diante do mercado de trabalho e suas tendências, desde o âmbito local ao internacional (Schroeder, 2009).

Os cursos de Turismo em Mato Grosso do Sul

Em se tratando do estado de Mato Grosso do Sul, foi na década de 1990 que os cursos de Bacharelado em Turismo tiveram um grande salto em relação à sua oferta. As primeiras turmas do curso passam a ser ofertadas na capital do estado em 1995, por meio da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), seguida pelas Faculdades Integradas de Coxim (FICO), que passam a ofertar a primeira turma em 1996 fora de Campo Grande, sendo o curso pioneiro no interior de MS (Almeida, 2007).

No ano de 1998, a Faculdade Estácio de Sá passou a ofertar suas turmas de graduação em Turismo, sendo a segunda instituição da capital a promover o curso. Na sequência, foram abertos vários cursos tanto na capital como no interior do estado: em 1999, o curso inicia em Corumbá, por meio da Faculdade Salesiana de Santa Teresa (IESPAN); em 2000, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) por meio do campus de Aquidauana, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em suas Unidades de Dourados e Jardim passam a ofertar a Graduação em Turismo (Almeida, 2007).

Ainda em 1999, a AEMS (Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul) oferta a graduação para a região leste do estado. Em 2002, foram abertas novas turmas do curso de Turismo em Dourados, por meio do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e da Faculdades Integradas de Dourados (FAD). Em Nova Andradina, a Faculdade de Administração de Nova Andradina (FANA) e a Faculdade Vale do Aporé (FAVA) em Paranaíba lançam suas primeiras turmas de graduação em Turismo (Almeida, 2007).

Na capital, ainda no ano de 2002, as instituições Faculdade de Mato Grosso do Sul (FACSUL), Instituto Superior da FUNLEC (IESF) e Instituto Campo Grande (ICG) também ofertam o curso de Turismo à comunidade. O IESF abre também uma turma do curso na cidade de Bonito, de forma a suprir a demanda da formação em um dos destinos turísticos mais visitados do estado (Almeida, 2007).

Ancorados nos estudos de Almeida (2007), destaca-se que em 2005 foram autorizados três cursos em Selvíria e em Fátima do Sul; no ano de 2007, o MEC autorizou a abertura de

turma em Rio Verde de Mato Grosso, pela UNIDERP, porém esses cursos não foram abertos. Essa gama de cursos se justificava, conforme Barretto (2004), devido ao fato de o grande potencial de mão de obra ao mercado de trabalho que o curso pode gerar, uma vez que, enquanto um sistema repleto de segmentos, o turismólogo tem campo de atuação nas mais diversas áreas (Almeida, 2007).

Dessa forma, observa-se que em uma década, foram abertos aproximadamente 20 cursos de Turismo no estado de Mato Grosso do Sul. Muitos deles, sobretudo os abertos por faculdades particulares, tiveram um curto tempo de atuação e aos poucos foram permanecendo em funcionamento somente aqueles instalados pelas Universidades Públicas.

Em um cenário nacional, em relação à criação dos cursos de Turismo, verificou-se que na década de 1970 surgiram os primeiros cursos, na década de 1980 houve uma estagnação dos cursos ligada aos problemas econômicos do país, na década de 1990 existiu uma valorização e expansão dos cursos tanto em relação numérica quanto geográfica, e na década de 2000 implantou-se um equilíbrio entre qualidade e quantidade dos cursos de graduação em Turismo (Silveira; Medaglia; Gonçalves-Gândara, 2012).

E foi nesse último período, acima mencionado, em 2010, que se criou a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso de Turismo – ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas da Unidade Universitária de Campo Grande (UUCG) da UEMS, que foi homologada em 05 de abril de 2010 pela Portaria UEMS nº 13 de 2010.

Desta forma, deu-se a implantação do primeiro curso de graduação em Turismo de uma instituição de ensino supe-

rior pública em Campo Grande, ocorrida no ano de 2011. Na época, a Unidade Universitária da capital estava situada nas dependências da Escola Estadual Irmã Bartira Gardês, na Rua dos Dentistas, nº 500, no Bairro Arnaldo Estevão Figueiredo.

Em relação à sua Matriz Curricular, o primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Turismo com ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas da Unidade Universitária de Campo Grande atendeu às recomendações do Ministério da Educação citadas na Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006.

No relatório que aborda as matrizes curriculares (Brasil, 2003, p. 5), os relatores apontaram como requisitos básicos os seguintes conteúdos abordados:

> a) Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que confrontem as sociedades e as suas seguintes culturas;
>
> b) Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;
>
> c) Conteúdos Teórico–Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e estágios (Garcia; Cuengas, 2018, p. 11).

Desde sua implantação em 2011, o curso ofereceu a seus alunos a oportunidade de participarem de projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de ofertas viabilizadas para que eles pudessem desenvolver estágio supervisionado não obrigatório, oportunizando dessa forma a vivência no mercado de trabalho em turismo ainda durante a academia.

A primeira turma de Turismo se formou em 2014, ano em que o curso também passou a viabilizar anualmente a oferta de estágio curricular obrigatório e, a partir do referido ano, o curso passou a contribuir diretamente para a inserção de bacharéis em Turismo no mercado de trabalho nas esferas local, regional e nacional.

Com a inauguração da nova sede da Unidade Universitária de Campo Grande em 03 de agosto de 2015, na Avenida Dom Antônio Barbosa, nº 4155, Bairro Santo Amaro, o curso de Turismo ganhou uma estrutura física adequada às suas necessidades administrativas e pedagógicas, com salas de aula amplas, equipadas com ar condicionado, salas de trabalho para seus docentes, sala de coordenação, 3 salas de laboratórios que naquela ocasião eram denominados de Laboratório de Eventos (LABEVENTOS), Laboratório de Planejamento e Organização do Turismo (LABPOT) além do CIENTUR já criado desde as instalações anteriores e são atualmente denominados como: Laboratório Multidisciplinar de Turismo – LAMTUR 1 e 2, Laboratório de Turismo em Ambientes Naturais – LABTAN e Laboratório de Criatividade e Inovação no Turismo – HABTUR (Projeto Pedagógico do Curso, 2024).

Junto a essa nova estrutura, os acadêmicos e docentes podem fazer uso de um amplo espaço físico para a Biblioteca da Unidade, Auditório, Cantina, Arena Cultural, Sala de Reuniões, Sala de Multimeios, Gabinetes de Docentes e demais espaços que favoreceram o desenvolvimento positivo do curso de Turismo e a sua visibilidade perante a comunidade acadêmica e, sobretudo, perante o trade turístico campo-grandense e sul-mato-grossense.

Dito isso, surgiram maiores possibilidades de parcerias com o poder público municipal e estadual, no desenvolvimento de projetos e ações estratégicas.

Em 2020, o curso sofreu uma alteração, sendo submetido e avaliado pela Câmara de Ensino e Extensão CEPE, pela Deliberação CE/CEPE Nº 322, de 3/11/2020, e homologado, com alteração, pela Resolução CEPE-UEMS Nº 2.213, de 4/12/2020, um novo Projeto Pedagógico do Curso e está em fase de implantação e sobre sua aprovação foi por meio de sua reformulação e readequação de carga horária, mesmo assim cumprindo a exigência de manter a carga horária mínima para um curso de Bacharelado que é de 2.400 horas, conforme orienta legislação federal. No PPC mencionado, foi retirada a ênfase que antes era de empreendedorismo e políticas públicas e também com alteração do Projeto Pedagógico do Curso, a totalização do curso passou para 3 anos e 6 meses de duração, permitindo assim que o discente no último semestre do curso tenha oportunidade de fazer o estágio supervisionado obrigatório em qualquer parte do mundo, pois neste último período do curso, ele tem a oportunidade de cursar somente as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado II e Trabalho de Conclusão de Curso II, desta forma, oportunizando novas experiências, ampliando sua rede de contatos e permitindo a entrada de 40 alunos por turma anual.

No ano de 2024, um novo PPC para o curso de Graduação foi aprovado por meio da Deliberação CE-CEPE-UEMS Nº 422, de 25 de novembro de 2024, e homologado pela Resolução CEPE-UEMS Nº 2.963, de 6 de dezembro de 2024, sendo implantado a partir de 2025, com alterações em sua grade curricular e sendo a partir deste PPC um curso de 3 anos de duração, o qual foi implantado em 2025.

O curso de Turismo – UUCG já perfaz um caminho de quinze anos de atuação na capital Campo Grande e, com isso, por meio dos seus projetos de ensino, pesquisa, extensão universitária somados com os trabalhos de conclusão de curso gerados pelos seus alunos, vem contribuindo de forma significativa para a profissionalização da atividade turística no estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil (Garcia; Gonçalves, 2023).

Atualmente, o curso está presente em Projetos Estratégicos Institucionais, sendo eles de pesquisa e extensão, como por exemplo: Projeto Estratégico em Jaraguari/MS, auxiliando o respectivo município no desenvolvimento da atividade turística e com zoneamento ecológico-econômico em parceria com o curso de Geografia, além de curso de capacitação de monitor em Turismo na Comunidade Quilombola. Ademais, o curso está envolvido em outros projetos como UEMS na Rota Bioceânica, UEMS Acolhe, UMA – Universidade da Maturidade, além de um projeto de ensino que atende a todos os cursos de graduação da Unidade Universitária de Campo Grande, intitulado Nivelamento Temático dos Cursos de Graduação, que ocorre por meio de oficinas capacitando o discente de conteúdos específicos e de maneira ampla para uma melhor atuação profissional.

Destaca-se que em todos os projetos acima mencionados existe o envolvimento direto dos acadêmicos do curso. Essa participação acontece de diversas formas, como por exemplo, por meio de bolsas de Projetos de Iniciação Científica – PIBIC, Projetos de Extensão Universitária – PIBEX, Monitoria de Ensino – PIM, Projetos de Ensino e ainda como colaborador voluntário, favorecendo diretamente a qualificação pessoal e profissional.

Com 15 anos atuando na capacitação para formação de bacharéis em Turismo, surgiu a necessidade da verticalização do curso de graduação em Turismo e foi um dos apontamentos feitos pela última avaliação de curso, e trabalhando nesse sentido, foi implantada em 2021 a primeira especialização em nível de *lato sensu* em Gestão de Turismo na UEMS – UUCG. Assim como o curso de graduação em Turismo, essa Pós-Graduação em nível de *lato sensu* foi pioneira em Turismo em universidade pública da capital. Seu projeto pedagógico foi aprovado pela Deliberação CPPGI/CEPE-UEMS Nº 292, de 28 de setembro de 2021. Teve entrada de 30 alunos e foi aprovada para ser realizada em 18 meses com carga horária de 360 horas.

O curso de especialização em Gestão de Turismo finalizou seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em 2023, obtendo 21 especialistas em Gestão de Turismo, que por meio de seus TCCs, contribuíram com artigos que tiveram como objeto de estudo instituições públicas e empresas privadas de MS. Desta forma, é imperioso destacar a contribuição deste curso para a formação destes profissionais que já atuam diretamente no mercado de trabalho da capital e do estado de MS, bem como a entrega significativa que o poder público e privado receberá por meio destas pesquisas.

Uma nova oferta de Pós-Graduação em Nível de Especialização foi aberta em 2023 – 2025 com a temática de Governança e Inovação no Turismo, seu projeto pedagógico foi aprovado pela Deliberação CPPGI/CEPE-UEMS Nº 342, de 23 de maio de 2023. Teve entrada de 25 alunos, e formaram-se 16 alunos. Foi aprovada para ser realizada em 18 meses com carga horária de 360 horas. As pesquisas por eles geradas servirão de suporte teórico e direcionamento para o setor turístico de MS.

Em 2026, foi aberta a terceira turma do curso de especialização *lato sensu* em Governança e Inovação no Turismo, com 25 alunos matriculados. Este curso está em andamento com previsão de conclusão em 2027. As ações do curso de graduação em Turismo e de especialização em nível de *lato sensu* em Gestão de Turismo e Governança e Inovação no Turismo apresentadas por este artigo enfatizam que o curso, ao longo de sua trajetória, vem auxiliando de maneira significativa a UEMS a cumprir com sua missão, corroborando com sua história para o povo sul-mato-grossense, principalmente, formando profissionais qualificados que levam consigo por meio de seus diplomas, sejam de graduação ou Pós-Graduação em Turismo, o nome da UEMS como uma Universidade Pública Estadual que preza pelo ensino de qualidade.

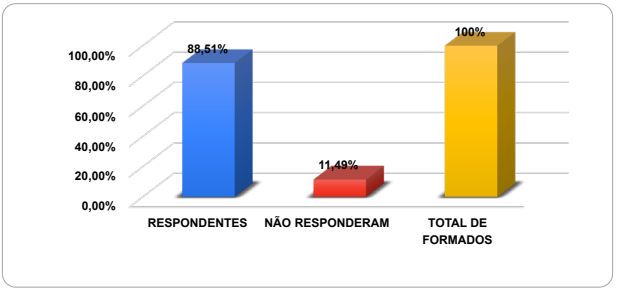
Os cursos de graduação e Pós-Graduação *lato sensu* em turismo ofertados pela UEMS buscam oferecer aos seus alunos o conhecimento específico da aplicação de sistemas e teorias em Turismo, uma vez que é importante que a Instituição de Ensino atente-se às tendências da atividade turística e seus enfoques, como a epistemologia que pode ser aplicada em todas as disciplinas acadêmicas, que tem como definição para o Turismo segundo Lohmann e Panosso Netto (2012) de ser "o estudo do conhecimento no Turismo entrelaçado com o campo da Filosofia". Ou seja, o graduando terá de fazer uma reflexão sobre os alicerces teóricos utilizados e empregados, habilidade essa que faz parte da nova atuação do Bacharel em Turismo.

Panorama mais detalhado dos egressos do curso de Turismo – UEMS – UUCG – campus Santo Amaro

Em 2025, o curso formou sua décima segunda turma de bacharéis em Turismo. Ao longo desse período, totalizaram-se 148 formandos em Turismo pelo curso de Graduação em Tu-

rismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, campus Santo Amaro.

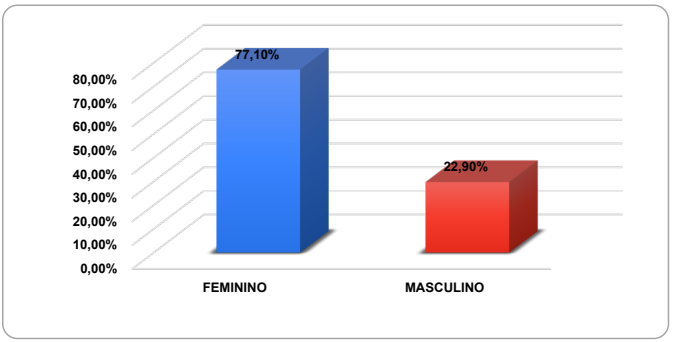
Gráfico 1 – Porcentagem de egressos respondentes



Fonte: Autora (2026).

Em 2025, a pesquisa ainda apontou que quanto ao gênero, verificou-se que a predominância dos formados é o gênero feminino, com 77,10% de formandas do sexo feminino e 22,90% de formandos do sexo masculino, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Porcentagem de egressos por sexo

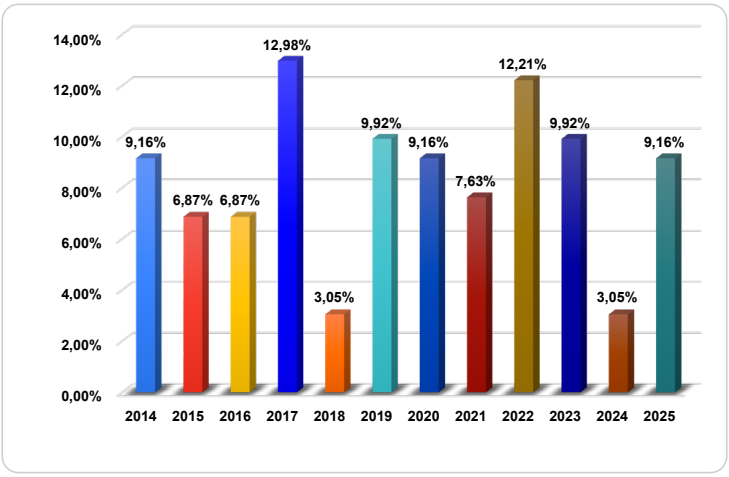


Fonte: Autora (2026).

Observa-se no gráfico acima que o curso analisado segue o padrão dos demais cursos observados no Brasil, formando

predominantemente alunos do sexo feminino. Quando se analisam os dados sobre a quantidade de formandos pela UEMS – UUCG – Campus Santo Amaro, gráfico 2, por ano, encontra-se o ano de 2017 com o maior número de formandos, totalizando 12,98%, seguido do ano de 2022, com 12,21% de formandos. Já os anos que menos formaram foram os anos de 2018, com 3,05%, e 2015, com 6,87%, e o ano de 2024 formando apenas 3,05% do total dos egressos. Um dado a ser destacado em relação aos formados em 2024 é que esta turma começou a cursar Turismo no ano de 2021, ainda durante a pandemia da COVID-19, de forma remota, uma vez que as normas não permitiam o ensino presencial. Contudo, foram fortemente impactados de forma negativa, com os mais diversos impedimentos, como, por exemplo, financeiros, de saúde, de mudança de moradia, entre outros fatores, que impediram grande parte dos alunos de continuar seu curso superior, levando ao ínfimo número apresentado de formados naquele ano, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

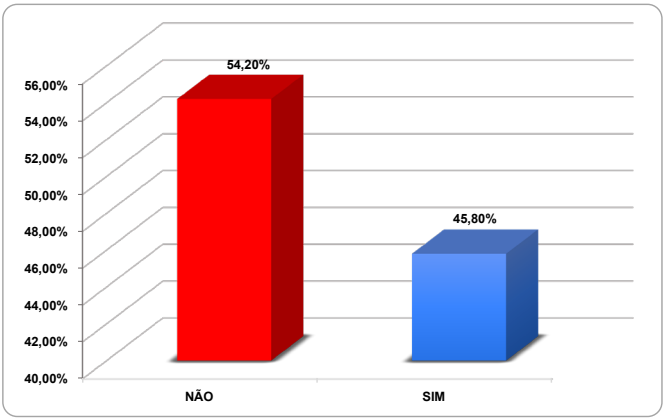
Gráfico 3 – Ano de conclusão do curso



Fonte: Autora (2026).

Em relação aos egressos respondentes, verificou-se no gráfico abaixo que 45,80% estão atuando no mercado de turismo, enquanto 54,20% não atuam diretamente no setor do turismo.

Gráfico 4 – Porcentagem dos que atuam no mercado do turismo



Fonte: Autora (2026).

Destaca-se ser um número expressivo de egressos do curso de Turismo da UEMS – UUCG – Campus Santo Amaro, atuando de forma direta no mercado de turismo. Embora não atinja 50% de profissionais atuando no Turismo, é um número a ser considerado quando comparado a outros cursos em nível nacional.

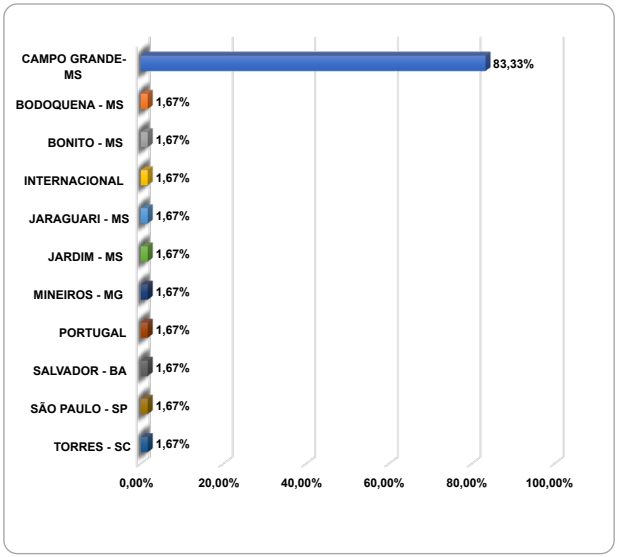
Embora não tenha sido objetivo desta pesquisa o estudo comparativo, aponta-se nesse dado que em comparação ao estudo desenvolvido por Silva (2022), os egressos do curso de Turismo da Universidade Federal Fluminense, verificou-se que metade dos egressos não atua na área de turismo. Um outro estudo sobre egressos de Turismo aponta que 45% atuam na área de turismo (Rosini e Ferreyros, 2006). Essa comparação

demonstra, entre outras coisas, que os egressos do curso de Turismo da UEMS, UUCG – unidade Santo Amaro, estão estatisticamente bem colocados no mercado de trabalho de Turismo, de acordo com os dados apresentados.

Destaca-se ainda a importância desse dado, por entender-se que na área do turismo as empresas absorvem a mão de obra formada em turismo, por vontade própria, uma vez que não há conselho de turismo e não existe a obrigação legal de contratação de bacharéis de turismo frente a uma empresa turística, seja ela privada ou pública. Esse dado demonstra, entre outras coisas, que as empresas estão mais sensibilizadas e compreendendo a necessidade de ter em seu quadro de colaboradores um bacharel em Turismo.

A pesquisa ainda investigou a localidade em que estão atuando os egressos do curso, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Município em que atuam

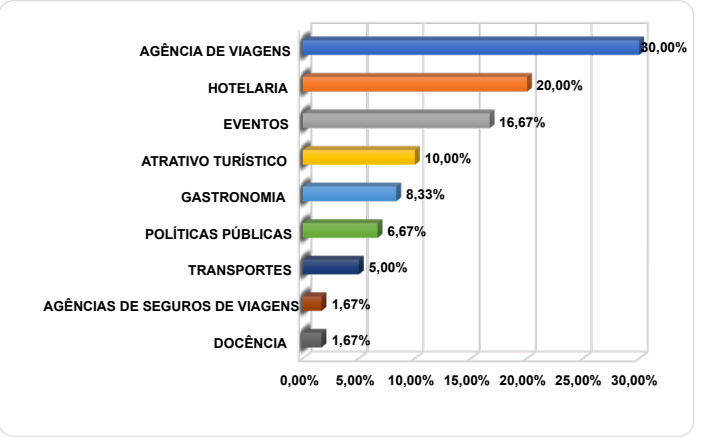


Fonte: Autora (2026).

Por meio do gráfico 05, observa-se que 83,33% dos egressos estão atuando no mercado do turismo no município de Campo Grande – MS, mesma cidade onde se formaram em Bacharel em Turismo. Todas as demais cidades mencionadas seguem empatadas com 1,67%. Esses dados evidenciam que a maioria dos egressos estão atuando na atividade turística na capital de Mato Grosso do Sul e em cidades do interior do estado, com destaque para Bodoquena, Bonito, Jaraguari e Jardim. Destaca-se ainda que existem egressos atuando fora do Brasil, em dois países representados por 3,34%.

Os dados obtidos neste gráfico também disseminam o papel da UEMS frente à educação do estado, que é de capacitar mão de obra, levando profissionais qualificados a atuarem nas mais diversas áreas produtivas do mercado turístico. A pesquisa também buscou identificar quais os segmentos em que os egressos estão atuando.

Gráfico 6 – Segmento em que atua



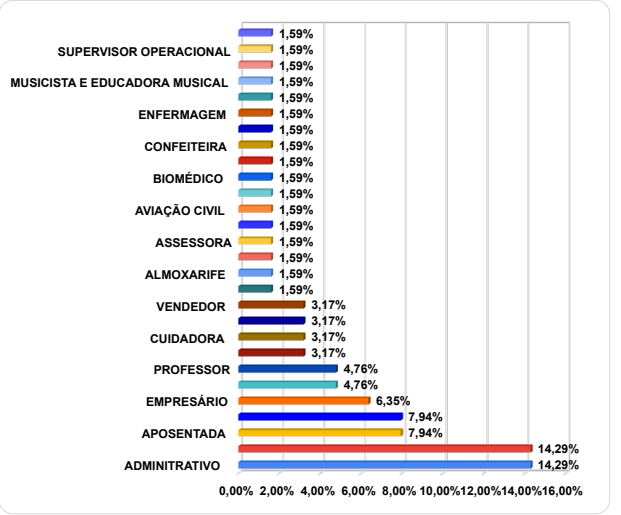
Fonte: Autora (2026).

Os dados apresentados demonstram que a maioria dos egressos, representados por 30%, estão atuando no mercado

de Agências de Viagens e Turismo, seguido por uma porcentagem significativa de 20% atuando no mercado de Hotelaria e de 16,67% atuando no mercado de Eventos. Os segmentos que estão menos representados por egressos do curso de Turismo da UEMS são representados por uma ínfima parcela de 1,67% atuando em Agências de Seguro de Viagens e de 1,67% atuando na Docência em Turismo.

Diante das ideias apresentadas sobre a variedade de áreas de conhecimento que envolve o fenômeno do turismo, Barreto (2004) salienta a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade que envolve essa atividade. A gama de possibilidades de atuação é expressiva e o intuito é interligar com todos os conhecimentos do segmento do turismo. A pesquisa também buscou entender onde estão atuando os egressos de Turismo que não estão atuando no mercado turístico, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

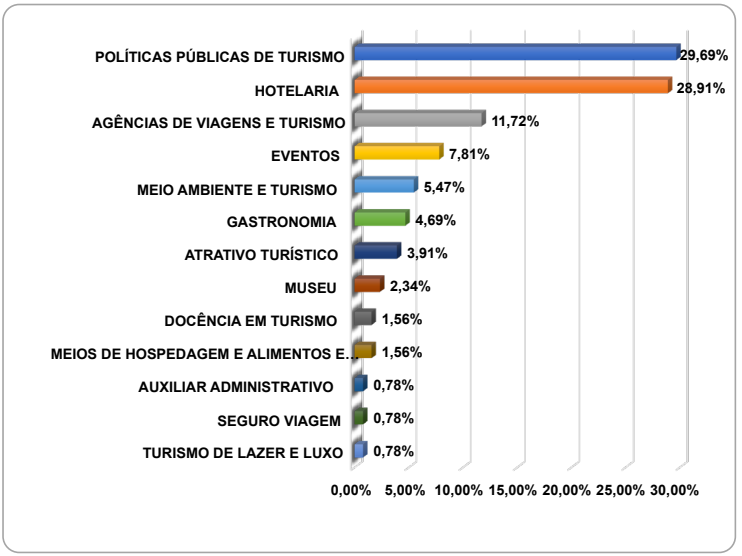
Gráfico 7 – Áreas que atuam no mercado



Fonte: Autora (2026).

Dos egressos que não atuam diretamente na atividade turística, observa-se que eles atuam nas mais diversas áreas de outros segmentos no mercado, totalizando 28 diferentes áreas, das quais destacam-se segmentos de funcionário público e administrativo. Essa pesquisa também teve como objetivo investigar a formação deles ainda enquanto acadêmicos, então buscou-se saber onde eles desenvolveram o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – ECSO previsto na grade curricular do curso de Turismo.

Gráfico 8 – Áreas que desenvolveram o Estágio obrigatório



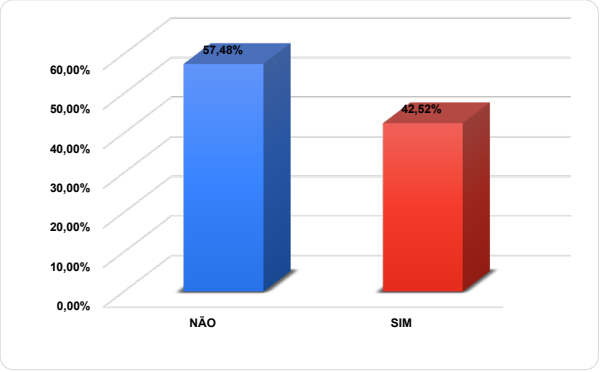
Fonte: Autora (2026).

Em relação ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – ECSO, que desenvolveram durante a graduação, no curso aqui analisado, constitui-se em uma disciplina obrigatória e a parte prática é desenvolvida em uma empresa na área de turismo que serve de concedente de estágio, que pode ser pública, privada ou do terceiro setor.

Os dados revelam que mais de 50 empresas foram concedentes de estágio para os então alunos do curso de Turismo da UEMS – UUCG – Campus Santo Amaro, com destaque para uma parcela de 29,69% que realizaram o ECSO no Segmento de Políticas Públicas de Turismo, mais especialmente na Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, seguido por 28,91% que desenvolveram seu ECSO no Segmento de Hotelaria.

Destaca-se neste dado que embora o segmento das políticas públicas de turismo tenha sido o mais procurado pelos alunos para estagiarem, tal segmento no campo da empregabilidade se destaca apenas com 6,67% dos egressos atuando no mercado de turismo relacionado a este segmento. Também, como parte da pesquisa, buscou-se saber dos egressos se eles desenvolveram o Estágio Não Obrigatório durante o período em que cursaram turismo.

Gráfico 9 – Porcentagem de egressos que realizaram estágio não obrigatório



Fonte: Autora (2026).

O gráfico acima demonstra um importante dado, em que mais de 57,48% dos egressos respondentes, ao longo de sua formação, não desenvolveram o Estágio Não-Obrigatório,

seguidos pelo restante representado por aproximadamente 42,52% que realizaram Estágio Não Obrigatório, destacando-se os órgãos públicos da Secretaria Municipal de Turismo – SECTUR, da Fundação de Cultura de MS (FCMS) e Fundação de Turismo de MS (FUNDTUR) como as instituições concedentes de estágio que mais receberam estagiários nesta condição.

Observa-se também que, lamentavelmente, as empresas privadas pouco oferecem vagas para estágio não obrigatório. Dado preocupante, uma vez que são elas, que teoricamente mais poderiam empregar os egressos, considerando que os órgãos públicos normalmente empregam turismólogos somente por meio de concursos.

No estado de Mato Grosso do Sul, nos últimos 10 anos, dos 79 municípios existentes no estado, apenas 15 municípios ofertaram concurso com vagas para bacharel em Turismo (Correa; Garcia, 2024). Esse dado demonstra a fragilidade das Prefeituras Municipais em relação à mão de obra qualificada e permanente no processo de desenvolvimento do turismo frente aos municípios.

Ainda sobre os achados demonstrados no gráfico 9, outro ponto a ser destacado é que todos os alunos realizaram estágio obrigatório no estado de Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura do curso de Turismo (UUCG) merece seu destaque dentro da história da UEMS. Entre diversos fatores, enaltece-se por ser a pioneira em abertura de curso de graduação em Turismo público para os campo-grandenses, ainda na década de 2010, e pioneira também na oferta de um curso

de Pós-Graduação *lato sensu* em Nível de Especialização em Gestão de Turismo e posteriormente a consolidação do Curso de Pós-Graduação em Governança e Inovação no Turismo público na capital de Mato Grosso do Sul desde 2023.

Em se tratando da criação dos cursos de Graduação em Turismo, observou-se a importância de sua existência, com a oferta de uma grade curricular multidisciplinar e interdisciplinar que visa a formação de profissionais que compreendem o complexo do fenômeno turístico, tanto em teoria como em prática, manuseando-se de técnicas de aplicabilidade em locais com potencial neste segmento.

A porcentagem relevante de 45,80% dos egressos do curso de Turismo da UEMS – Campo Grande – Unidade Santo Amaro se destaca por sua preparação acadêmica, por meio de projetos de Pesquisa, Extensão e Ensino, ou por meio de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, ou ainda por intermédio das aberturas de vagas para os alunos serem protagonistas no mercado de trabalho através do estágio não obrigatório, além do estágio curricular supervisionado obrigatório, que contribuíram de forma positiva para esses turismólogos se destacarem no mercado de trabalho de forma exitosa.

Vale ressaltar que dos 45,80% dos egressos que atuam diretamente no mercado de turismo, 83,33% deles estão inseridos no mercado de trabalho turístico local, além dos que estão atuando em nível estadual, nacional e internacional, conforme comprovam os dados desta pesquisa, a missão do curso de turismo em capacitar mão de obra turística, sobretudo em prol do desenvolvimento turístico de Mato Grosso do Sul e também vai ao encontro da missão institucional da UEMS que é de interiorizar o conhecimento, pois se sabe que esses turismólogos atuantes estão contribuindo para o de-

senvolvimento do seu setor de formação em diversos segmentos do mercado de turismo, com destaque para os segmentos de agências de viagens, hotelaria e eventos.

Por meio dos dados obtidos por esta pesquisa e de convênios e termos de compromisso de estágio firmados pelo curso com empresas de turismo para o estágio obrigatório e não obrigatório, foi possível verificar que até o presente momento, mais de 50 empresas turísticas foram atendidas por meio de estagiários do curso de turismo da UUCG, que por meio de suas experiências teóricas, puderam contribuir para o desenvolvimento dessas empresas, assim como tais empreendimentos turísticos também favoreceram a prática para esses acadêmicos que, posteriormente, puderam se posicionar de maneira mais qualificada no mercado de trabalho como turismólogos.

A pesquisa destacou outros pontos relevantes a serem considerados, como 42,52% dos alunos desenvolveram o Estágio Não obrigatório durante a graduação, demonstrando, desta forma, a inserção deles no mercado para adquirirem prática ainda durante a formação. Tornando notória, dessa forma, a importância do estágio não obrigatório e obrigatório para a formação acadêmica e profissional.

Para além disso, nota-se que o caminho percorrido do Curso de Turismo na capital tem contribuído para levar o nome da UEMS, por meio de seus egressos, em diversos locais, partilhando assim com a UEMS a sua forma de humanizar e levar mão de obra qualificada para o mercado turístico, sobretudo, para o próprio estado, mas também para as demais esferas.

Os achados da pesquisa também demonstram que dos egressos que não estão atuando no mercado de turismo, uma

parcela de 14,29% dos egressos são funcionários públicos e 7,94% aposentados, demonstrando, portanto, que 22,23% deles fizeram o curso de turismo não necessariamente para atuar no mercado de turismo, uma vez que já eram funcionários públicos ou aposentados, e buscaram o curso como uma alternativa de conhecimento agregado.

Esse dado se faz importante destacar, uma vez que ele reflete indiretamente na porcentagem diagnosticada de egressos atuando na área, que foi de 45,80%. Se acrescentarmos os aposentados e funcionários públicos, que possivelmente não fizeram o curso de turismo com o objetivo de atuarem, chegamos a um percentual de 68,06%, restando apenas 31,94% de egressos que no período da aplicação da pesquisa, que foi de setembro de 2025 a fevereiro de 2026, não estavam posicionados no mercado de turismo. Portanto, analisando os dados sobre essa perspectiva, o curso de turismo em análise tem conseguido, por meio de seus egressos, um índice positivo de empregabilidade na área de formação.

Caminhando para o esgotamento das ideias, esta pesquisa atingiu seu objetivo em gerar dados sobre o panorama dos egressos formados pelo curso de turismo da UEMS – Campo Grande – Unidade de Santo Amaro, para que por meio dos dados encontrados, o curso possa analisar suas fortalezas e fragilidades na formação, além de servir de dados comparativos para novas pesquisas sobre os egressos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. P. **Histórico da Profissão Turismólogo**. Campo Grande – MS, 2007.

BARRETO, M. **Discutindo o Ensino Universitário de Turismo.** Campinas: Papirus, 2004.

BRASIL. **Educação Profissional**: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Área profissional: Turismo e hospitalidade. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo**: Parecer nº 0288/2003. Conselho Nacional de Educação – Ministério da Educação: Brasília, novembro de 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo**: Resolução número 13 de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ces/2006/rces13_06.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006.

CORREA, L. O.; GARCIA, D. S. A importância do bacharel em turismo na gestão pública municipal: a visão do COMTUR – Campo Grande – MS. **XVIII Fórum Internacional de Turismo de Iguaçu**, 2024.

GARCIA, D. S.; CUENGAS, F. de L. Análise da Matriz Curricular do Curso De Turismo (2010) da Universidade Estadual de Mato Grosso Do Sul, Unidade De Campo Grande. **Revista Entre Lugar**, v. 9, n.18, 2018. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/8828. Acesso em: 15 mar. 2025.

GARCIA, D. S; GONÇALVES, D. F. O curso de Turismo em Campo Grande: contribuindo para os 30 anos da UEMS há mais de uma década. In: NERES, C. C; CORDEIRO, M. J. J. A.; FERRI, E. K. MACENA, S. E. **UEMS 30 anos**, Vol. 2. Dourados – MS, Editora UEMS. 2023.

LOHMANN, G; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2012.

PORTAL INEP. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/conceito-preliminar-de-curso-cpc. Acesso em: 30 de mar. 2022.

SCHROEDER, T. **Panorama de Formação Profissional e a Matriz Curricular dos Cursos de Turismo no município do Rio de Janeiro**. Monografia de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior. Rio de Janeiro: UCAM, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. SED MS. **Relatório de Avaliação do Curso de Turismo**: Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas – Unidade Universitária de Campo Grande. Grande, Governo do Estado de MS, 2014.

SILVA, R. L. da.; DUARTE, A. L. F.; BITTENCOURT, F. T. R. A Empregabilidade dos egressos de Turismo da Universidade Federal Fluminense. **Ritur**, Penedo, v. 12 n.1. p. 247-276. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/ritur/article/download/13471/9736/54563. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J.; GONÇALVES-GÂNDARA, J. M. Quatro décadas de ensino Superior de Turismo no Brasil: Dificuldades na Formação e Consolidação do Mercado de Trabalho e a Ascensão de uma Área de Estudo como Efeito Colateral. **Turismo – Visão e Ação**, Camboriú (SC), v. 14, n. 1, jan-abr, p. 06-18. 2012. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/2659. Acesso em: 15 mar. 2025.

ROSINI, F.; FERREYROS, A. R. S. Situação Profissional dos Egressos da Primeira e Segunda Turma do Curso de Turismo da Faculdade Estácio De Sá De Ourinhos-SP, **Revista Hórus.** Ourinhos, v.3 n. 1, p. 113-125, 2006. Disponível em: https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/revistahorus/article/view/728. Acesso em: 15 mar. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo – Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas**. UEMS: Campo Grande, outubro de 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação**. UEMS: Dourados-MS, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo – Ênfase em**

Empreendedorismo e Políticas Públicas. UEMS: Campo Grande, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. **Relatório Final das Autoavaliações do Curso de Turismo com Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas**. UEMS: Campo Grande, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. **Relatório Final das Autoavaliações do Curso de Turismo com Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas**. UEMS: Campo Grande, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. Projeto Pedagógico do **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Turismo**. UEMS: Campo Grande, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. Projeto Pedagógico do **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Turismo**. UEMS: Campo Grande, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **UFMS**. Disponível em: https://prograd.ufms.br/. Acesso em: 15 mar. 2022.

CAPÍTULO 2



Rotas da aprendizagem: os desafios na formação do profissional em turismo

Marta Regina da Silva-Melo

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.2

ROTAS DA APRENDIZAGEM: OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM TURISMO

Marta Regina da Silva-Melo[1]

RESUMO: O turismo é mais do que viagem. É um campo de atuação que perpassa o mero deslocamento geográfico. Por esta perspectiva, as iniciativas acadêmicas do Curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Campo Grande, buscam oferecer uma formação sistêmica aos estudantes por meio de atividades que vão além da sala de aula tradicional. Dessa forma, o curso consolida uma trajetória educativa que une responsabilidade, sustentabilidade, ética e vivência profissional prática. Considera-se que no turismo, as rotas de aprendizagem não são caminhos lineares, mas, sim, percursos desafiadores que exigem adaptação constante de educadores e educandos. Superar esses desafios depende de uma postura colaborativa capaz de compreender o turismo como um fenômeno complexo, com impacto em todas as esferas da sociedade.

Palavras-chave: Turismo; Fenômeno complexo; Trajetória educativa.

LEARNING PATHWAYS: CHALLENGES IN THE TRAINING OF TOURISM PROFESSIONALS

ABSTRACT: Tourism is more than travel. It is a field of action that goes beyond mere geographical displacement. From this perspective, the academic initiatives of the Tourism Course at the Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande Unit, seek to offer systemic training to students through activities that go beyond the traditional classroom. In this way, the course consolidates an educational trajectory that unites responsibility, sustainability, ethics, and practical professional experience. It is considered that in tourism, learning routes are not linear paths, but rather challenging journeys that require constant adaptation from educators and learners. Overcoming these challenges depends on a collaborative stance that understands tourism as a complex phenomenon that impacts all spheres of society.

Keywords: Tourism; Complex phenomenon; Educational trajectory.

[1] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: marta.melo@uems.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8192425520595557.

INTRODUÇÃO

O turismo é mais do que viagem. É um campo de atuação que perpassa o mero deslocamento geográfico. Pela sua magnitude, consolida-se como um fenômeno complexo e altamente transformador, visto que é moldado de pessoas para pessoas.

O ensino do turismo tem como característica a interdisciplinaridade, que conecta diferentes áreas do conhecimento para compreender a realidade de forma complexa e integrada. Chris Cooper[2] argumenta que as práticas turísticas se consolidam a partir de uma perspectiva sistêmica e reforça que a gestão do fenômeno demanda uma abordagem interdisciplinar.

Mário Beni,[3] ao propor uma visão sistêmica estruturada em conjuntos que envolvem as relações ambientais, a organização estrutural e as ações operacionais, demonstra que a interdisciplinaridade é uma opção necessária.

Panosso Netto[4] menciona que o turismo é uma ciência autônoma, um campo interdisciplinar. Margarita Barretto[5] discute as fronteiras do conhecimento turístico e defende a necessidade de estudos integrados. Tais posicionamentos reforçam a complexidade de estudar e ensinar o turismo sob a ótica de uma única ciência.

Com base nessa premissa, a interdisciplinaridade, muitas vezes vinculada à transdisciplinaridade, é um dos temas mais abordados na epistemologia do turismo. Assim, a formação do profissional de turismo envolve muitas facetas e

[2] Turismo Princípios e Práticas (Cooper, 2007).

[3] Análise Estrutural do Turismo (Beni, 2003).

[4] Filosofia do turismo: teoria e epistemologia (Panosso Neto, 2005).

[5] Manual de iniciação ao estudo do turismo (Barreto, 2004).

vai além do senso comum pertinente a esse fenômeno. Para tanto, ressalta-se que um dos desafios reside em conciliar a teoria acadêmica com as demandas do mercado, sem perder a singularidade da hospitalidade. Nesse posicionamento, Camargo[6] destaca que a hospitalidade é um rito de passagem e um dom social que envolve quatro tempos fundamentais: receber, hospedar, alimentar e entreter.

Especificamente, receber pressupõe acolhimento. É o momento de dar as boas-vindas, em que o anfitrião sinaliza ao visitante sua receptividade, favorecendo um ambiente de aceitação mútua. Hospedar envolve oferecer abrigo, satisfação e conforto físico e psicológico.

Alimentar é o ato de partilhar o alimento, e, histórica e culturalmente, essa partilha é uma das maiores provas de confiança e aliança entre os seres humanos, confirmando o vínculo da hospitalidade. Entreter caracteriza-se por meio da interação e do lazer. O entretenimento possibilita ao visitante levar boas lembranças daquele encontro. Formar profissionais capazes de gerir as dimensões da hospitalidade requer um ambiente educacional dinâmico.

De modo geral, os desafios na formação profissional são muitos. O ensino superior atravessa um cenário de rápidas transformações e de obstáculos, os quais incluem as demandas pedagógicas, a escassez de recursos financeiros, o impacto na saúde mental de docentes e discentes, bem como a necessidade de preparação para o mercado de trabalho. No entanto, o maior desafio do ambiente educacional não é apenas solucionar uma soma de problemas isolados, mas encontrar maneiras de redefinir a sua razão de ser na sociedade contemporânea.

[6] Hospitalidade (Camargo, 2004).

No âmbito do turismo, as rotas de aprendizagem não são caminhos lineares, mas, sim, percursos desafiadores que exigem adaptação constante de educadores e de educandos.

Os desafios das novas competências

Competência é um saber agir responsável e reconhecido, o qual implica mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades que agreguem valor social ao indivíduo e valor econômico à organização (Fleury; Fleury, 2001). Portanto, a verdadeira competência se revela na capacidade do profissional de enfrentar situações complexas e resolvê-las de maneira responsável.

A revolução digital impõe a necessidade de letramento em tecnologia da informação e comunicação, *big data* e inteligência artificial, ferramentas que estão redefinindo a gestão de destinos e serviços. Segundo estudo realizado pelo ManpowerGroup (2025), há uma escassez de profissionais qualificados, considerada um problema global que afeta particularmente as empresas. No Brasil, a situação é mais crítica, superando a média global de 74%. O problema é impulsionado por falhas na educação básica, pela rápida transformação tecnológica e pelo descompasso entre a formação e a demanda do mercado (ManpowerGroup, 2025).

Nesse contexto, o desafio central decorre de fatores como o avanço rápido da tecnologia, o qual exige novas habilidades na formação dos discentes. Porém, o sistema de ensino superior ainda não consegue avançar na mesma proporção e, mesmo que houvesse cursos de requalificação, grande parte desses estudantes não conseguiria acompanhá-los devido às limitações oriundas da educação básica.

Apesar do avanço e do uso massivo da tecnologia da informação e comunicação, o turismo é uma área de atuação com foco em pessoas, o que envolve o desenvolvimento de competências socioemocionais e comportamentais, como empatia e resolução de conflitos.

Ressalta-se que os profissionais mais requisitados em qualquer área de atuação serão aqueles que desenvolvem competências socioemocionais, pois essas habilidades ultrapassam o campo cognitivo e abrangem aspectos emocionais e psicológicos (Silva-Melo, 2025), o que inclui a sensibilidade e o respeito para lidar com pessoas de diferentes origens, religiões, costumes e orientações, tanto clientes quanto fornecedores, bem como o aprendizado contínuo e a disposição para se atualizar sobre novos destinos, legislações, tecnologias e tendências de mercado.

Outra competência relevante é o conhecimento de práticas e iniciativas ligadas à sustentabilidade, uma importante tendência e resposta aos desafios da sociedade contemporânea, especialmente aqueles relacionados às questões ambientais, sociais e de governança (ESG), assim como a gestão de *stakeholders*, a qual busca incentivar e engajar todas as partes interessadas (pessoas, grupos e organizações) que impactam ou são afetadas pelas ações e pelos desdobramentos do turismo. Sob essa perspectiva, o turismo não pode ser analisado como uma atividade isolada, mas como um sistema aberto composto por um conjunto de relações que inclui aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos (Beni, 2003). O autor reitera que qualquer alteração no subsistema ecológico ou social afeta diretamente o resultado do turismo.

Para Anna Pollock (2012), é necessário parar de enxergar o turismo apenas como uma indústria e passar a vê-lo como

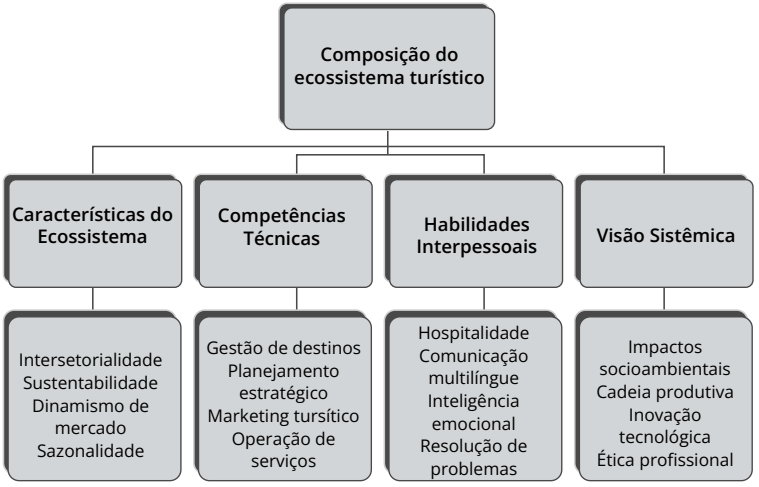
um ecossistema vivo, uma rede de pessoas e lugares que precisam prosperar juntos.

Desse modo, o processo de formação deve integrar o conhecimento de todos os ambientes que compõem o ecossistema da atividade turística, visto que o domínio do turismo é uma teia complexa que envolve distintos atores sociais, os quais incluem os moradores locais, o poder público, o setor privado, o terceiro setor e o turista.

O segmento ainda é moldado por variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, políticas e institucionais, entre outras. Com base nas características fundamentais do ecossistema turístico, apresenta-se uma síntese com os termos mais relevantes da área.

Assim, o intuito é facilitar a compreensão das interconexões do mercado de forma didática e estruturada.

Figura 1 – Composição do ecossistema turístico para a formação de estudantes



Fonte: Elaborado com base em Mario Beni e Marutscka Moesch (2017).

Para formar um profissional de excelência, o ambiente educacional precisa assimilar a composição do ecossistema turístico e capacitá-lo a compreender como toda a engrenagem da cidade, do meio rural e dos ambientes naturais funciona.

Enfatiza-se que o aprendizado, especialmente em áreas complexas e dinâmicas, como o turismo, nunca é uma via de mão única. Se o papel da instituição é criar o cenário e fornecer as ferramentas, o estudante deixa de ser um mero espectador e passa a se posicionar como colaborador na construção de seu conhecimento. Portanto, o ambiente educacional estrutura o ecossistema de ensino e encoraja a reflexão, enquanto o estudante absorve, questiona e aplica esse saber, devolvendo à instituição e à sociedade projetos e melhorias contínuas nos diversos territórios onde o turismo se desenvolve.

O profissional de turismo e o mundo do trabalho

Apoiando-se no referencial crítico de autores como o sociólogo Ricardo Antunes[7] e o economista Márcio Pochmann,[8] destaca-se o recorte conceitual apontando que o mercado de trabalho é o lugar das trocas econômicas, enquanto o mundo do trabalho é o campo da experiência humana e social. Assim, o mundo do trabalho engloba todas as transformações que o ato de trabalhar causa na sociedade e no ser humano, incluindo o que não é remunerado.

Diante do exposto, um dos grandes desafios do ensino superior é formar profissionais capazes de enfrentar as

[7] Antunes: os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (2009).

[8] Pochmann: O Emprego na Globalização (2001).

mudanças tecnológicas, científicas e sociais, as quais estão em constante ebulição e avanço, buscando, por conseguinte, uma adaptação contínua às novas formas de vida e de trabalho em sociedade (Fini, 2018).

O profissional de turismo desempenha funções em um setor altamente dinâmico. Por ser uma área interdisciplinar, o perfil desse profissional exige estabilidade e refinamento entre conhecimentos técnicos, habilidades interpessoais e atitudes proativas. Em vista disso, ele precisa, no exercício de suas funções, saber ouvir, saber se comunicar, saber negociar, saber liderar e, fundamentalmente, saber aprender (Leitão; Wyse, 2011).

O processo de formação do profissional de turismo configura-se como uma jornada propícia à expansão de novas fronteiras e à aquisição de múltiplos aprendizados, com a finalidade de oportunizar a construção e a difusão de saberes sobre o papel do turismo (Silva-Melo, 2025). Por conseguinte, a formação profissional pode auxiliar na compreensão das diferentes facetas do turismo e, oportunamente, aprimorar a aquisição de conhecimentos, de habilidades e de atitudes, as quais são a base para aferir a competência profissional.

Diante das especificidades da área, é indispensável que a formação do profissional de turismo para o mercado de trabalho seja fundamentada em pilares que envolvam a ética, as relações interpessoais, a cultura organizacional, a saúde mental e o impacto da tecnologia na vida das pessoas, visto que tais inovações revolucionaram a forma como nos relacionamos.

Além disso, é relevante manter o foco na empregabilidade e na valorização da profissão. Isso porque, em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que surgem novas opor-

tunidades e mercados interligados, também são gerados desafios significativos, como a precarização dos postos de trabalho. Com isso, o setor de turismo pode provocar um desestímulo no discente, exigindo que as instituições de ensino atuem também na valorização política e social da profissão.

Vale enfatizar que, no turismo, o profissional não oferece apenas a sua força física ou o seu conhecimento técnico; ele disponibiliza a sua simpatia, a sua paciência e a sua capacidade de acolhimento. Por essa razão, o diálogo entre a universidade e as empresas precisa evoluir de parcerias pontuais para ecossistemas integrados, haja vista que o turismo funciona como um macrossistema complexo. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreendê-lo como um todo (Beni, 2003), possibilitando que a formação profissional seja efetiva e não se restrinja a partes isoladas da operação.

Portanto, o grande desafio é minimizar o descompasso entre a formação acadêmica e as necessidades do mercado. Isso exige um diálogo estratégico constante e a capacitação de profissionais para que enxerguem o turismo como um sistema amplo e complexo. Com essas medidas, o setor se fortalece, tornando-se mais resiliente e apto a atender às atuais demandas humanas e estruturais.

A trajetória do ensino de Turismo na UEMS em Campo Grande

O curso de Turismo proporciona uma formação abrangente e oferece aos estudantes uma trajetória repleta de possibilidades, a qual visa prepará-los para atuar em um mercado dinâmico e em constante transformação (Silva-Melo, 2025). Desse modo, o ensino para a formação em Turismo

na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade Campo Grande, tem por objetivo formar o bacharel em Turismo com base nas visões críticas do fenômeno turístico, de maneira a torná-lo apto à atuação como planejador, empreendedor, organizador, gestor e promotor dos campos formativos. Ainda nesse sentido, o curso possibilita ao aluno agir analiticamente acerca do fenômeno turístico sob uma perspectiva holística e sistêmica, com vistas ao desenvolvimento social, cultural, ambiental e político-econômico, dentre outras particularidades que lhe forem cabíveis como campo profissional (PPC, 2024).

É importante destacar que o processo de formação deve ocorrer por meio de um movimento contínuo, atributo necessário em qualquer área de atuação, e no ensino de turismo e nas ações de melhorias para o setor, isso não é diferente (Silva-Melo, 2025). Cada estudante aprende a seu modo, do seu jeito, dentro de um ritmo e tempo próprios, e as intervenções internas e/ou externas são motivações, estímulos que produzem nas pessoas uma forma muito especial de aprender (Pereira, 2010).

Nesse caso, a formação do profissional de turismo requer a compreensão de que o ensino não seja propagado por meio de um modelo de instrução massificada, em que todos recebem o mesmo conteúdo, da mesma forma e ao mesmo tempo. A formação em turismo busca expandir novas fronteiras na aquisição de aprendizados distintos. Essa particularidade pode oportunizar a construção e a difusão de saberes sobre o papel do turismo no uso dos territórios. Para além da formação superior, o discente deve estar inclinado a tornar-se um profissional criativo, inovador e comprometido com o desenvolvimento responsável do turismo (Silva-Melo, 2025).

O Projeto Pedagógico do Curso destaca que os projetos de extensão e de pesquisa estão entre os seus focos principais. Para tanto, não desconsidera a importância da tríade fundamental no processo formativo: ensino, pesquisa e extensão (PPC, 2024).

Ressalta-se que ensino, pesquisa e extensão formam os três pilares fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. Conforme a Constituição Federal do Brasil, em seu Artigo 207, foi sinalizado que ensino, pesquisa e extensão são elementos indissociáveis e fundamentais para a formação superior (Brasil, 1988).

Ao escolher fazer parte de uma travessia no processo de formação em uma Instituição de Ensino Superior, o estudante tem a oportunidade de se envolver em projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão (Silva-Melo, 2025). Esse envolvimento e participação contribuem para uma formação mais abrangente e proporcionam uma experiência enriquecedora que influencia significativamente o desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse contexto, o acadêmico tem a oportunidade de integrar essas iniciativas universitárias, favorecendo o seu desenvolvimento e a aquisição de novos conhecimentos, de habilidades e de experiências, as quais serão necessárias à sua trajetória profissional e pessoal. Sendo assim, citam-se algumas ações realizadas na UEMS e no âmbito do curso de Turismo como incentivo ao engajamento discente, as quais podem favorecer e consolidar a trajetória formativa do estudante (Quadro 1).

Quadro 1 – Ações que reforçam a trajetória formativa no curso de Turismo

Projeto Nivelamento Temático	O projeto proporciona oficinas que possibilitam a aquisição de conhecimento além daquele previsto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação. As atividades são disponibilizadas para todos os cursos da Unidade Universitária de Campo Grande.
Turismo em Ambientes Naturais	O projeto busca proporcionar à comunidade acadêmica e à sociedade ações práticas de conhecimento e de investimento em atividades turísticas. Além disso, visa formar alunos cada vez mais alinhados às exigências do mercado.
Experiências Intergeracionais	Ações e experiências de aprendizagem intergeracional entre os estudantes seniores da Universidade da Maturidade (UMA/UEMS) e os alunos do Curso de Turismo, com ações que envolvem elaboração e execução de projetos e trocas educativas.
Ações de acolhimento a migrantes internacionais	Atuação voluntária de estudantes do curso de Turismo no Programa UEMS ACOLHE, com acolhimento linguístico, humanitário e educacional direcionado à comunidade migrante internacional.
UEMS na Rota Bioceânica – Rota de Integração Latino-Americana (RILA)	O projeto visa ao desenvolvimento econômico e social, integrando academia, governo e setor privado. Os estudantes são inseridos na pesquisa multidisciplinar do Corredor Bioceânico.
Planejamento e organização de eventos técnicos e científicos – Cerimonialista	Os discentes aprendem e aplicam as fases do planejamento e da organização de eventos. O protocolo e a etiqueta no âmbito social e profissional são vivenciados em diferentes cerimônias que ocorrem no ambiente universitário.
Atividades Avançadas em Turismo	Entre as ações interdisciplinares que compõem a creditação da extensão universitária, uma das iniciativas foi o projeto "Turismo para todos: experiências inclusivas que conectam pessoas", cujo objetivo é contribuir para a inclusão social e para o acesso de pessoas com deficiência a vivências turísticas inclusivas.

Fonte: Elaborado conforme o Projeto Pedagógico do curso de Turismo (2024); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2026).

Outro projeto relevante na formação dos estudantes teve como foco a inclusão social, por meio de aprendizagem multissensorial em atrativos turísticos de Campo Grande. Reconhecemos que essas ações podem inspirar novos projetos

e formar profissionais mais capacitados para atender à diversidade humana.

Além disso, a participação em pesquisas sobre a Rota Bioceânica e a organização de eventos técnicos e científicos permitem que os alunos apliquem conhecimentos teóricos em contextos estratégicos e diplomáticos. Essas e outras ações articulam o ensino, a pesquisa e a extensão universitária e priorizam a acessibilidade e a integração entre o governo, a academia e o setor privado. Dessa forma, o curso consolida uma trajetória educativa que une sustentabilidade, ética e vivência profissional prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o Curso de Turismo pode repensar suas rotas de aprendizagem e antecipar futuros ao integrar práticas que vão além do currículo tradicional, com foco na interdisciplinaridade, na sustentabilidade e na inclusão social.

Superar esses desafios depende de uma postura colaborativa, na qual o ensino de Turismo seja visto não como um fim em si mesmo, mas como um agente de transformação social e econômica.

Com isso, percebe-se que a proposta-base dessa formação não é apenas ensinar a fazer turismo, mas sobretudo capacitar o profissional para compreender o turismo como um fenômeno complexo, com impacto em todas as esferas da sociedade. Assim, o Curso de Turismo não apenas ensina para o exercício da profissão, mas molda um profissional mais íntegro e preparado para os desafios do mundo contemporâneo, capaz de gerir as transformações futuras do setor.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2004.

BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutscka. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 19, n. 3, p. 430-457, 2017. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/11662. Acesso em: 20 fev. 2026.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 9. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. (Coleção ABC do Turismo). São Paulo: Aleph, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2026.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen. **Turismo**: princípios e práticas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

FINI, Maria Inês. Inovações no ensino superior. Metodologias inovadoras de aprendizagem e suas relações com o mundo do trabalho: desafios para a transformação de uma cultura. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 176-183, 2018. Disponível em: https://scispace.com/pdf/inovacoes-no-ensino-superior-metodologias-inovadoras-de-4ekxdyijql.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de administração contemporânea**, v. 5, n. edição especial, p. 183-196, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/C5TyphygpYbyWmdqKJCTMkN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 fev. 2026.

ManpowerGroup. **Escassez de talentos – 2025**. Disponível em: https://www.manpowergroup.com.br/insights/estudos/pesquisa-de-escassez-de-talentos-2025. Acesso em: 20 fev. 2026.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PEREIRA, Débora Silva de Castro. O ato de aprender e o sujeito que aprende. **Construção psicopedagógica**, v. 18, n. 16, p. 112-128, 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-69542010000100010. Acesso em: 30 mar. 2026.

POLLOCK, Anna. **Conscious Travel**: Signposting the future. [S. l.]: Conscious. Travel, 2012. Disponível em: https://www.conscious.travel. Acesso em: 30 mar. 2026.

SILVA-MELO, Marta Regina. **Turismo**: uma viagem de conhecimento. Editora Ecodidática, 2025.

SILVA-MELO, Marta Regina. **Turismo**: um mosaico de conexões. Editora Ecodidática, 2025.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Curso de Turismo. **Projeto Pedagógico do Curso**. Disponível em: https://www.uems.br/cursos. Acesso em: 20 fev. 2026.

CAPÍTULO 3



Formação em Turismo: relato de experiência docente na área ambiental

Waldir Leonel

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.3

FORMAÇÃO EM TURISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE NA ÁREA AMBIENTAL

Waldir Leonel[1]

RESUMO: Este artigo analisa a prática docente desenvolvida ao longo de 15 anos em um curso de graduação em Turismo, com foco em disciplinas da área ambiental. O objetivo é compreender como metodologias pedagógicas, especialmente ativas e experienciadas, contribuem para a formação crítica de profissionais do turismo. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo-reflexivo, fundamentada em registros da prática docente, observações em sala de aula e atividades de campo. Os resultados indicam uma evolução significativa no engajamento discente e na incorporação da sustentabilidade como eixo estruturante da formação. Destaca-se a relevância da articulação entre teoria e prática, bem como da inserção territorial no processo formativo. Conclui-se que a educação em turismo, quando orientada por princípios críticos e sustentáveis, contribui para a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioambiental.

Palavras-chave: Ensino de Turismo; Sustentabilidade; Educação Ambiental; Metodologias Ativas; Formação Profissional.

TOURISM EDUCATION: A REPORT ON TEACHING EXPERIENCE IN THE ENVIRONMENTAL AREA

ABSTRACT: This article analyzes the teaching practice developed over 15 years in an undergraduate Tourism program, with a focus on environmental-related subjects. The objective is to understand how pedagogical methodologies, especially active and experiential ones, contribute to the critical training of tourism professionals. The research adopts a qualitative approach, with a descriptive-reflective nature, based on records of teaching practice, classroom observations, and field activities. The results indicate a significant evolution in student engagement and in the incorporation of sustainability as a structuring axis of education. The relevance of articulating theory and practice is highlighted, as well as the importance of territorial integration in the

[1] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: waldirleonel@uems.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/1802908843021664.

training process. It is concluded that tourism education, when guided by critical and sustainable principles, contributes to the development of professionals committed to socio-environmental development.

Keywords: Tourism Education; Sustainability; Environmental Education; Active Methodologies; Professional Training.

INTRODUÇÃO

O turismo consolidou-se como uma atividade estratégica no contexto global, sendo responsável por impactos econômicos expressivos, mas também por pressões significativas sobre os ecossistemas e as comunidades locais. Nesse cenário, a formação de profissionais com consciência crítica e responsabilidade socioambiental torna-se um imperativo.

O ensino do turismo deve ser compreendido como um sistema complexo, exigindo abordagens integradas e numa visão sistêmica de construção. Nessa perspectiva, as questões ambientais no ensino deixam de ser um elemento complementar e passam a constituir eixo estruturante da formação acadêmica.

No campo educacional, propõe-se uma educação baseada em problematização, que leva o aluno a refletir sobre o seu fazer, enquanto nas disciplinas com foco ambiental destaca-se a necessidade de uma racionalidade ambiental capaz de reorientar práticas conservacionistas e sociais, e mais recentemente, reforçar a importância de abordagens transformadoras na educação para a sustentabilidade.

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre a prática docente ao longo de 15 anos em disciplinas da área ambiental em um curso de Turismo, analisando metodologias, desafios e impactos na formação discente.

Contexto institucional do curso e territorial

No início da atuação docente, a temática ambiental ocupava um espaço relativamente restrito no currículo do curso. Em diversas situações, era percebida pelos estudantes como um conteúdo complementar, e não estruturante, numa evolução dos Projetos Pedagógicos do Curso de 2014, 2021 até o de 2025. Contudo, a importância de se estudar os aspectos ambientais na academia alinha-se com a tendência do crescimento do turismo em ambientes naturais, afirmando que:

> As consequências do grande afluxo de pessoas nesses ambientes – extremamente sensíveis – fazem com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas se apresente como fundamental para evitar os danos sobre os meios visitados e manter a atratividade dos recursos para as gerações futuras (Ruschmann, 1997, p. 9).

Essa percepção foi sendo transformada ao longo do tempo, especialmente com a ampliação do debate sobre sustentabilidade. Na prática, essa mudança foi perceptível em sala de aula. Se, nos primeiros anos, era necessário justificar a relevância da temática ambiental, posteriormente os próprios estudantes passaram a trazer discussões relacionadas às questões socioambientais, demonstrando maior engajamento. Isso se justifica pelo fato de que:

> É fundamental que profissionais, estudantes, docentes e pesquisadores tenham consciência de que áreas relativamente novas no Brasil, como meio ambiente, gastronomia, planejamento físico e arquitetônico de hotéis, enologia e planejamento específico para turismo e hotelaria, exigem profissionais especializados e equipes multidisciplinares (Ansarah, 2001, p.9).

Neste contexto, a experiência docente foi desenvolvida no curso de graduação em Bacharelado em Turismo, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, estado marcado

por elevada diversidade socioambiental, incluindo os biomas Pantanal e Cerrado, além de destinos turísticos relevantes como a Serra da Bodoquena, incluindo as cidades de Bonito, Jardim e Bodoquena.

Esse contexto territorial favoreceu a adoção de práticas pedagógicas baseadas na vivência, permitindo que os estudantes analisassem situações reais relacionadas ao turismo, como uso de áreas naturais, conservação ambiental e conflitos socioambientais, possibilitando a realização de atividades de campo e a aproximação dos estudantes com problemáticas reais relacionadas ao turismo e à conservação ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritivo-reflexiva, fundamentada no relato de experiência docente. Assim, a reflexão sobre a prática docente constitui elemento essencial para a produção de conhecimento profissional.

Os dados foram construídos a partir de:

- Registros da prática docente;
- Registros sistematizados da prática docente (projeto pedagógico do curso, planos de ensino, relatórios e anotações);
- Observação participante em sala de aula;
- Análise de atividades de campo.

A análise foi conduzida por meio de interpretação temática, identificando categorias como:

1. Evolução metodológica;

2. Integração teoria-prática.

A análise foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar padrões, transformações e contribuições para a formação em Turismo.

Práticas pedagógicas e inserção curricular

A atuação docente envolveu as disciplinas conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Projetos Pedagógicos de Curso e disciplinas correlatas[2]

PPC	DISCIPLINAS	CH	CHT	CHP	EAD
2014	2º Ano – Ecoturismo	68	58	10	–
	3º Ano – Meio Ambiente e Globalização	68	68	–	–
	4º Ano – Turismo Urbano e Rural	68	50	18	–
2021	2º Ano – Ecoturismo	68	44	12	12
	3º Ano – Turismo em Ambientes Naturais	136	76	34	26
2025	1º Ano – Ecoturismo e Turismo de Aventura	136	102	34	16
	2º Ano – Turismo Urbano e Rural	68	48	20	8
	3º Ano – Turismo em Ambientes Naturais	136	102	34	16

Fonte: Elaborada pelo autor (2026).

Essas disciplinas permitiram trabalhar a sustentabilidade de forma transversal, promovendo a integração entre

[2] Siglas – PPC – Projeto Pedagógico de Curso; CH – Carga Horária; CHT – Carga Horária Teórica; CHP – Carga Horária Prática; EAD – Ensino à Distância.

conteúdos teóricos e práticas aplicadas, efetivando o saber ambiental, em que Leff (2003) evidencia:

> O saber ambiental é um questionamento sobre as condições ecológicas da sustentabilidade e as bases sociais da democracia e da justiça; é uma construção e comunicação de saberes que colocam em tela o juízo das estratégias de poder e os efeitos de dominação, que se geram através de formas de detenção, apropriação, e transmissão de conhecimentos (Leff, 2003, p. 8).

Assim, a atuação docente esteve vinculada a diferentes componentes curriculares, como Sociologia do Turismo, Planejamento em Lazer, Recreação e Entretenimento, Lazer e Recreação e Atividades Avançadas em Turismo I, ao longo dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), evidenciando não apenas a permanência da temática ambiental, mas também sua ampliação e reconfiguração ao longo do tempo.

A Tabela 1 apresenta a evolução das disciplinas ministradas, bem como suas respectivas cargas horárias, permitindo observar mudanças na estrutura curricular e na ênfase atribuída à formação ambiental no curso de Turismo.

A análise da Tabela 1 evidencia três movimentos principais:

- **Ampliação da carga horária total (CH)** das disciplinas ambientais, especialmente a partir do PPC de 2021;
- **Aumento progressivo da carga prática (CHP)**, indicando maior valorização da aprendizagem experiencial;
- **Inserção de componentes em EAD**, refletindo adaptações às novas dinâmicas educacionais contemporâneas.

Além disso, observa-se uma antecipação das disciplinas ambientais no currículo (1º ano no PPC 2025), o que sugere o reconhecimento da sustentabilidade como eixo estruturante da formação, e não mais como conteúdo complementar.

Ainda na Tabela 1, fica evidenciado o crescimento progressivo da carga horária prática ao longo dos diferentes Projetos Pedagógicos de Curso. Observa-se um aumento significativo entre 2014 e 2025, passando de 28 horas para 88 horas, o que representa mais que o triplo da carga prática inicial. Esse movimento indica uma valorização crescente das atividades experienciadas no processo formativo, reforçando a centralidade da prática na formação em Turismo, especialmente no campo da sustentabilidade.

> Dessa maneira, a antevisão de novos cenários para o desenvolvimento do turismo e de perspectivas para atuação do profissional formado na área favoreceu a inserção de disciplinas e práticas de ensino inovadoras em curso de nível superior... (Pires; Ramos, 2013, p. 321).

Assim, a evolução da prática docente acompanhou as transformações curriculares, refletindo mudanças nas concepções de ensino e aprendizagem.

Tabela 2 – Evolução da prática docente

Período	Características predominantes	Estratégias pedagógicas
Inicial	Ensino expositivo	Aulas teóricas, pouca interação, poucas atividades de campo
Intermediário	Transição metodológica	Estudos de caso, debates, atividades de campo, viagens técnicas
Atual	Metodologias ativas	Aulas de campo atendendo à CH, projetos, aprendizagem baseada em problemas, uso de laboratório de turismo em ambientes naturais e viagens técnicas anuais.

Fonte: Elaborada pelo autor (2026).

A evolução apresentada na Tabela 2 demonstra uma transição consistente de um modelo tradicional de ensino para abordagens centradas no estudante.

No período inicial, predominava uma lógica transmissiva, com foco na exposição de conteúdo. Contudo, ao longo do tempo, verificou-se a incorporação progressiva de estratégias participativas, culminando na adoção de metodologias ativas no período mais recente.

Essa transformação dialoga diretamente com as contribuições de Moran (2007, p. 23): "o currículo precisa estar ligado à vida, ao cotidiano, fazer sentido, ter significado, ser contextualizado", além de valorizar a construção do conhecimento a partir da experiência, e com a perspectiva do profissional reflexivo.

Destaca-se, ainda, o papel das práticas pedagógicas, tais como atividades de campo e das viagens técnicas, como elementos estruturantes da aprendizagem, especialmente no contexto de formação em turismo, no qual a vivência territorial constitui dimensão fundamental.

Freire (1996, p. 17) afirma que "a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo". Assim, apresentam-se algumas das práticas realizadas no curso, tais como:

Experiência de campo: análise de impactos ambientais em área natural

Uma das práticas pedagógicas significativas desenvolvidas ao longo da trajetória docente foi a atividade de campo realizada na região das Trilhas e Cachoeiras do Ceuzinho, caracterizada como área de uso turístico em ambiente natural, ainda em fase de formatação de produto turístico.

A atividade foi estruturada com base em princípios das metodologias ativas, organizando os estudantes em grupos de trabalho e orientando-os a desenvolver uma análise crítica *in loco*. Para tanto, foram propostas três dimensões de investigação:

- Identificação de impactos ambientais diretos e indiretos;
- Análise das práticas de gestão adotadas na área;
- Proposição de medidas de mitigação e melhoria.

Durante a atividade, os estudantes realizaram observações sistemáticas, registros fotográficos e anotações de campo, articulando conceitos previamente discutidos em sala de aula com a realidade observada.

Entre os principais pontos, destacaram-se:

- Processos de compactação do solo ao longo das trilhas, associados ao uso intensivo e à ausência de manejo adequado;
- Descarte inadequado de resíduos sólidos por visitantes, indicando fragilidades nos processos de educação ambiental e gestão do espaço;

- Indícios de pressão sobre recursos hídricos, especialmente em áreas de maior concentração de uso recreativo.

A partir dessas evidências, os grupos elaboraram relatórios técnicos contendo diagnóstico ambiental e propostas de intervenção, incluindo medidas como sinalização interpretativa, controle de fluxo de visitantes e estratégias de sensibilização ambiental.

Essa atividade evidenciou não apenas a capacidade analítica dos estudantes, mas também o desenvolvimento de competências fundamentais à formação em Turismo, como análise crítica do território, tomada de decisão e proposição de soluções sustentáveis.

Sob a perspectiva teórica, a experiência dialoga com a concepção de aprendizagem experiencial e com a proposta de educação problematizadora, ao colocar o estudante como sujeito ativo na construção do conhecimento. Além disso, aproxima-se da noção de prática reflexiva, ao articular ação e reflexão do saber.

Planejamento de trilhas em Unidade de Conservação: experiência no Parque Estadual das Matas do Segredo

Outra experiência relevante no processo formativo ocorreu a partir da atividade de planejamento de trilhas desenvolvida no Parque Estadual das Matas do Segredo, unidade de conservação localizada no contexto urbano de Campo Grande (MS), caracterizada pela presença de remanescentes do bioma Cerrado, nascente do córrego Segredo e por sua função ecológica e educativa.

A atividade foi estruturada com base em abordagem prática e interdisciplinar, envolvendo visita técnica e trabalho de campo, com o objetivo de proporcionar aos estudantes a compreensão dos princípios de planejamento, manejo e uso público em áreas protegidas.

Inicialmente, os estudantes foram organizados em grupos e orientados a realizar um diagnóstico da área, considerando aspectos como:

- Características ambientais e paisagísticas;
- Condições de acessibilidade e infraestrutura;
- Sensibilidade ecológica dos ambientes;
- Fluxos potenciais de visitação.

Durante a atividade de campo, os discentes percorreram trechos do parque, realizando observações sistemáticas e registros sobre o traçado das trilhas, níveis de conservação, presença de impactos e potencial interpretativo dos espaços naturais.

Com base nesse levantamento, cada grupo foi responsável por elaborar uma proposta de planejamento de trilha, contemplando:

- Definição de percurso e pontos de parada;
- Identificação de atrativos naturais e elementos interpretativos;
- Proposição de sinalização ambiental e educativa;
- Estratégias de manejo para minimizar impactos da visitação.

Os resultados evidenciaram a capacidade dos estudantes em articular conhecimentos teóricos com a realidade territorial, propondo soluções coerentes com os princípios da conservação ambiental e do turismo sustentável. Entre as propostas apresentadas, destacaram-se iniciativas voltadas à educação ambiental, como trilhas interpretativas, uso de placas informativas e delimitação de áreas sensíveis.

Do ponto de vista formativo, a atividade contribuiu para o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento turístico, gestão ambiental e tomada de decisão, fundamentais para a atuação profissional na área.

Essa prática dialoga com a perspectiva de educação problematizadora de Berbel (1999), ao estimular a leitura crítica do espaço e a construção coletiva do conhecimento, bem como com a abordagem do profissional reflexivo ao integrar ação, reflexão e proposição.

Além disso, a experiência reforça a importância das unidades de conservação como espaços privilegiados de aprendizagem, nos quais é possível articular conservação da biodiversidade, uso público e formação profissional.

Viagens técnicas como estratégia de aprendizagem experiencial na formação em Turismo

As viagens técnicas constituem um dos eixos estruturantes da formação em Turismo, ao possibilitarem a articulação entre teoria e prática por meio da vivência direta em diferentes contextos territoriais. Ao longo do curso, essas atividades são planejadas de forma progressiva, acompanhando o desenvolvimento das competências dos estudantes e ampliando a complexidade das análises realizadas.

No primeiro ano, as viagens técnicas são direcionadas ao município de Costa Rica, com foco na compreensão inicial da organização da atividade turística em contextos regionais. Nesse momento, os estudantes têm a oportunidade de observar aspectos básicos relacionados à infraestrutura turística, aos atrativos naturais e à dinâmica da visitação, desenvolvendo uma primeira leitura crítica do território.

No segundo ano, as atividades se concentram na região da Serra da Bodoquena, incluindo visitas a destinos consolidados como Jardim, Bonito e Bodoquena. Nessa etapa, a ênfase recai sobre o turismo em ambientes naturais, permitindo aos estudantes analisar modelos de gestão, práticas de conservação ambiental e estratégias de uso sustentável dos recursos naturais. A vivência em destinos reconhecidos pelo ecoturismo contribui para o aprofundamento da compreensão sobre planejamento e manejo de áreas turísticas sensíveis.

No terceiro ano, a formação culmina com a viagem técnica para Foz do Iguaçu, articulada à participação no Festival Internacional de Turismo das Cataratas – FIT. Essa experiência amplia o olhar dos estudantes para o cenário nacional e internacional do turismo, visitando atrativos na Argentina e no Paraguai, além do Parque Nacional Iguaçu, ao proporcionar contato com profissionais do setor, tendências de mercado, políticas públicas e estratégias de inovação. Além disso, permite compreender a inserção do turismo em uma lógica globalizada, envolvendo diferentes atores e escalas de atuação.

A progressão dessas viagens técnicas evidencia uma intencionalidade pedagógica clara, que vai da observação inicial à análise crítica e, posteriormente, à compreensão sistêmica do turismo. Esse percurso contribui para o desenvolvimento

de competências essenciais, como interpretação do território, análise de impactos, planejamento e tomada de decisão.

Sob a perspectiva teórica, tais práticas dialogam com a aprendizagem experiencial e com a concepção de educação problematizadora, ao promover a construção do conhecimento a partir da realidade vivida.

Dessa forma, as viagens técnicas configuram-se como dispositivos pedagógicos fundamentais na formação em Turismo, ao favorecerem a construção de uma visão crítica, contextualizada e comprometida com os princípios da sustentabilidade.

Articulação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A evolução da carga horária prática e a adoção de metodologias ativas no ensino de Turismo dialogam diretamente com os princípios da Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas, especialmente no que se refere à formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, destacam-se os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 4 – Educação de Qualidade

A incorporação de metodologias ativas, como aulas de campo, projetos e aprendizagem baseada em problemas, contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. A ampliação da carga horária prática evidenciada

na Tabela 1 reforça a adoção de abordagens centradas no estudante, promovendo aprendizagem significativa.

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

As atividades desenvolvidas nas disciplinas ambientais incentivam a análise crítica das práticas turísticas, estimulando a reflexão sobre o uso responsável dos recursos naturais. As experiências de campo, especialmente em áreas naturais, possibilitam aos estudantes compreender os impactos do turismo e propor alternativas sustentáveis.

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

A abordagem das questões ambientais no contexto do turismo contribui para a formação de profissionais conscientes das mudanças climáticas e de suas implicações. Ao analisar impactos ambientais e propor medidas de mitigação, os estudantes desenvolvem competências alinhadas à adaptação e enfrentamento das mudanças climáticas.

ODS 15 – Vida Terrestre

A inserção territorial das práticas pedagógicas, especialmente em biomas como o Pantanal e o Cerrado, favorece a compreensão da importância da conservação da biodiversidade. As atividades de campo permitem vivenciar os desafios da gestão ambiental em áreas turísticas, fortalecendo o compromisso com a proteção dos ecossistemas.

Quadro 1 – Integração entre componentes curriculares e ODS na formação em Turismo

Disciplinas	ODS 4	ODS 12	ODS 13	ODS 15	Principais contribuições formativas
Ecoturismo			✔	✔	Compreensão dos impactos do turismo em áreas naturais; desenvolvimento de práticas sustentáveis.
Meio Ambiente e Globalização	✔	✔	✔	✔	Análise crítica das relações entre economia global, meio ambiente e turismo.
Turismo em Ambientes Naturais		✔	✔	✔	Diagnóstico ambiental, planejamento e gestão de áreas naturais.
Ecoturismo e Turismo de Aventura		✔	✔	✔	Uso responsável dos recursos naturais e gestão de riscos ambientais em atividades de aventura.
Turismo Urbano e Rural	✔	✔	✔	✔	Reflexão sobre uso do território, sustentabilidade em diferentes contextos

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise do Quadro 1 evidencia que a temática da sustentabilidade está presente de forma transversal em todos os componentes curriculares, com maior intensidade nas disciplinas diretamente vinculadas ao meio ambiente.

O alinhamento consistente com o ODS 4 deveria se apresentar em todas as disciplinas, pois reforça o compromisso com práticas pedagógicas que promovem aprendizagem crítica e significativa, apresentando uma educação de qualidade.

Além disso, observa-se forte aderência aos ODS 12, ODS 13 e ODS 15, especialmente nas disciplinas voltadas ao turismo em ambientes naturais, evidenciando a preocupação com o uso sustentável dos recursos e a conservação da biodiversidade, ou em disciplinas de forma articulada que abordam

planejamento e gestão, indicando uma abordagem mais estratégica e sistêmica das questões ambientais.

Esse conjunto de evidências demonstra que a formação analisada não apenas incorpora os ODS de forma pontual, mas os integra de maneira estruturante ao currículo, contribuindo para a formação de profissionais alinhados às demandas contemporâneas do turismo sustentável.

A integração entre disciplinas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável evidencia uma formação que transcende conteúdos isolados, estruturando-se como um projeto educativo comprometido com a transformação socioambiental.

A análise dos dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 evidencia que o fortalecimento da carga prática e das metodologias ativas contribui diretamente para o desenvolvimento de competências alinhadas aos ODS.

Nesse sentido, a formação em Turismo deixa de ser apenas técnica e passa a incorporar dimensões éticas, ambientais e sociais, em consonância com as diretrizes internacionais de sustentabilidade.

RESULTADOS, IMPACTOS E DISCUSSÃO

A análise integrada das práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo dos 15 anos de atuação docente evidencia transformações significativas no processo formativo em Turismo, especialmente no que se refere à incorporação da sustentabilidade como eixo estruturante.

Os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 indicam uma evolução consistente na organização curricular e nas estratégias de ensino, com destaque para a ampliação da car-

ga horária prática e a adoção de metodologias ativas. Esse movimento reflete uma mudança paradigmática no ensino, deslocando-se de uma abordagem centrada na transmissão de conteúdo para uma perspectiva orientada à construção do conhecimento.

As atividades de campo, como aquelas realizadas nas Trilhas e Cachoeiras do Ceuzinho e no Parque Estadual das Matas do Segredo, demonstraram papel fundamental no desenvolvimento da capacidade analítica dos estudantes. Ao identificar impactos ambientais, analisar práticas de gestão e propor medidas de mitigação, os discentes passaram a atuar como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, articulando teoria e prática de forma crítica.

De maneira complementar, as viagens técnicas estruturadas ao longo do curso – envolvendo experiências em Costa Rica, Serra da Bodoquena (incluindo Bonito, Jardim e Bodoquena) e Foz do Iguaçu, articuladas ao Festival Internacional de Turismo das Cataratas – evidenciam uma progressão formativa que amplia a complexidade da aprendizagem, passando da observação inicial à compreensão sistêmica do turismo em escala nacional e internacional.

Os impactos dessas práticas são perceptíveis em diferentes dimensões. No âmbito cognitivo, observa-se o desenvolvimento de competências relacionadas à análise crítica, interpretação territorial e planejamento turístico. No plano atitudinal, destaca-se a formação de uma consciência socioambiental mais consistente, refletida na capacidade dos estudantes em problematizar práticas turísticas e propor soluções sustentáveis. Já no âmbito profissional, verifica-se a inserção de egressos em áreas relacionadas à sustentabilidade, indicando a efetividade do processo formativo.

No plano internacional, os resultados evidenciam alinhamento com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Destacam-se o ODS 4, ao promover práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas; o ODS 12, ao estimular a reflexão sobre práticas turísticas sustentáveis; o ODS 13, ao abordar os impactos ambientais do turismo; e o ODS 15, ao enfatizar a conservação dos ecossistemas.

A articulação entre práticas pedagógicas, inserção territorial e referenciais teóricos demonstra que a formação em Turismo pode assumir um papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os resultados indicam que a adoção de metodologias ativas, associada à valorização da experiência e à contextualização territorial, contribui não apenas para a qualificação profissional, mas também para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação socioambiental.

Os resultados evidenciam que a formação em Turismo, quando orientada por princípios críticos, experienciados e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, transcende a dimensão técnica e se configura como prática educativa comprometida com a transformação dos territórios e das relações sociedade-natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória docente ao longo de 15 anos no ensino de Turismo, com ênfase na área ambiental, evidencia que a incorporação da sustentabilidade como eixo estruturante da formação não ocorre de forma espontânea, mas

resulta de um processo contínuo de reflexão, adaptação e inovação pedagógica.

Os resultados apresentados demonstram que a ampliação da carga horária prática, a adoção de metodologias ativas e a valorização da inserção territorial contribuíram significativamente para a qualificação do processo formativo. As atividades de campo, o planejamento de trilhas em unidades de conservação e as viagens técnicas progressivamente estruturadas revelaram-se estratégias fundamentais para aproximar os estudantes da realidade do turismo, favorecendo a construção de conhecimentos aplicados e o desenvolvimento de competências críticas.

Nesse contexto, destaca-se o papel das experiências realizadas em espaços como o Parque Estadual das Matas do Segredo e em destinos turísticos regionais e nacionais, que possibilitaram a articulação entre teoria e prática, promovendo uma aprendizagem situada e significativa. Essas vivências contribuíram para que os estudantes compreendessem o turismo como fenômeno complexo, inserido em dinâmicas socioambientais que exigem análise crítica e atuação responsável.

Do ponto de vista teórico, a experiência analisada evidencia a importância de uma educação problematizadora, ao destacar a centralidade da reflexão na prática profissional.

A articulação com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas reforça a relevância da formação em Turismo no contexto global, especialmente no que se refere à contribuição para os ODS 4, ODS 12, ODS 13 e ODS 15. Nesse sentido, a formação analisada demonstra potencial para contribuir não apenas com o desenvolvimento profissional, mas

também com a construção de práticas turísticas mais sustentáveis e socialmente responsáveis.

Como contribuição deste estudo, destaca-se a sistematização de uma experiência docente que evidencia a importância da integração entre currículo, prática pedagógica e contexto territorial na formação em Turismo. Ao apresentar evidências empíricas e análises reflexivas, o capítulo contribui para o debate sobre metodologias de ensino na área e para a consolidação da sustentabilidade como princípio orientador da formação acadêmica.

Por fim, reconhece-se que o estudo possui limitações inerentes ao caráter de relato de experiência, o que abre possibilidades para investigações futuras que aprofundem a análise a partir de diferentes contextos institucionais, abordagens metodológicas e instrumentos de avaliação. Sugere-se, assim, o desenvolvimento de pesquisas comparativas e estudos longitudinais que possam ampliar a compreensão sobre os impactos da formação em Turismo orientada pela sustentabilidade.

A formação em Turismo orientada pela sustentabilidade, quando ancorada na experiência, na reflexão crítica e na inserção territorial, revela-se não apenas como um processo educativo, mas como uma prática transformadora capaz de influenciar positivamente os sujeitos, os territórios e as relações entre sociedade e natureza.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, Marilia. **Turismo**: como aprender, como ensinar. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

BERBEL, Neusi. **Metodologia da problematização**: fundamentos e aplicações. Londrina: Ed. UEL, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. Petrópolis: Cortez, 2003.

MORAN, José. **A educação que desejamos**: Novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 5 ed. Campinas: Papirus, 1997.

PIRES, Paulo; RAMOS, Marcelo. Ecoturismo e turismo de aventura: vivências da aprendizagem. In*:* RUSCHMANN, Doris; TOMELIN, Alberto. **Turismo, ensino e práticas interdisciplinares.** Barueri: Manole, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo** – Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas. UEMS: Campo Grande, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo**. UEMS: Campo Grande, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo**. UEMS: Campo Grande, 2025.

CAPÍTULO 4



Perfil dos cursos de Turismo melhor avaliados no Brasil

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Lara Brunelle Almeida Freitas

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.4

PERFIL DOS CURSOS DE TURISMO MELHOR AVALIADOS NO BRASIL

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas[1]

Lara Brunelle Almeida Freitas[2]

RESUMO: Este estudo teve como objetivo identificar o perfil e os elementos comuns aos cursos de graduação em Turismo melhor avaliados no Brasil, buscando compreender características que possam contribuir para a excelência na formação superior da área. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e análise documental. Foram utilizados dados secundários obtidos na base e-MEC, nos resultados do ENADE 2022 e do Guia da Faculdade 2025, além da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) disponíveis nos sites institucionais das instituições selecionadas. A amostra foi composta por onze cursos de bacharelado em Turismo reconhecidos por seu elevado desempenho nos sistemas avaliativos analisados. Os resultados indicam que os cursos melhor avaliados se concentram majoritariamente em instituições públicas federais, localizadas em capitais e centros urbanos mais estruturados. Verificou-se ainda a presença de currículos atualizados, carga horária compatível ou superior às exigências legais, obrigatoriedade de estágio curricular supervisionado e trabalho de conclusão de curso, além da incorporação da curricularização da extensão. Observou-se também a convergência em eixos formativos humanísticos, metodológicos e gerenciais. Conclui-se que a excelência desses cursos está associada à densidade formativa, à atualização curricular e à integração entre teoria, prática e extensão, embora persistam desafios relacionados à inovação tecnológica e às demandas contemporâneas do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Turismo; Avaliação do Ensino Superior; ENADE; Guia da Faculdade.

[1] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: crisfernandes@uems.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4876813626245051.

[2] Instituto Federal do Espírito Santo – Piúma – E-mail: brunellyalmeida@live.com – Lattes: http://lattes.cnpq.br/6391504915384282.

PROFILE OF THE HIGHEST-RATED TOURISM PROGRAMS IN BRAZIL

ABSTRACT: This study aimed to identify the profile and common characteristics of the highest-rated undergraduate Tourism programs in Brazil, seeking to understand the factors associated with excellence in higher education within the field. The research is characterized as exploratory and descriptive, adopting a qualitative approach and documentary analysis. Secondary data were collected from the e-MEC database, the 2022 National Student Performance Examination (ENADE) results, and the 2025 College Guide rankings, complemented by an analysis of the Course Pedagogical Projects (CPPs) made available by the selected institutions. The sample consisted of eleven bachelor's degree programs in Tourism recognized for their outstanding performance in the evaluation systems considered. The results reveal a predominance of programs offered by federal public institutions, mainly located in state capitals and urban centers with more developed educational infrastructure. The analysis identified updated curricula, workloads that meet or exceed legal requirements, mandatory supervised internships and final course projects, as well as the incorporation of extension activities into the curriculum. The findings also indicate convergence among the programs regarding the emphasis on humanistic, methodological, and managerial educational dimensions. It is concluded that the quality of the analyzed programs is associated with the consistency of their educational projects, curriculum updating, and the integration of teaching, research, extension, and professional practice. Despite the advances identified, challenges remain regarding the incorporation of technological innovations and adaptation to the contemporary transformations of the tourism labor market.

Keywords: Tourism; Higher Education Evaluation; ENADE; College Guide.

INTRODUÇÃO

A trajetória de expansão dos cursos de graduação em Turismo no Brasil iniciou-se na década de 1970, especificamente com o surgimento do curso de bacharelado em Turismo em 1971, na Faculdade do Morumbi (Moscardi et al., 2020). Após esse período pioneiro, a década de 1980 foi caracterizada por relativa estagnação, sendo sucedida na década de 1990 por

expressiva expansão em faculdades particulares, devido às normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

No auge da expansão, ultrapassou mil unidades no país (Mota; Almeida, 2016). Já no início dos anos 2000, observa-se um movimento de equilíbrio entre quantidade e preocupação com a qualidade da formação (Carvalho et al., 2018). Em 2018 havia cerca de 264 cursos ativos de bacharelado em Turismo no Brasil, sendo 213 em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (Bonfim et al., 2019).

Atualmente, existem 109 cursos de bacharelado em Turismo e suas derivações (Turismo e Hotelaria, Lazer e Turismo, Turismo e Patrimônios e Turismo e Negócios) ativos no país, e outros 61 em processo de extinção, sendo que os cursos tecnológicos somam cerca de 115 em atividade e 14 em processo de extinção (Brasil, 2025a). Salienta-se que esses dados não fazem distinção entre cursos presenciais ou a distância, nem entre IES privadas ou públicas. Logo, nota-se um processo de expansão e retração na oferta de cursos de Turismo no Brasil.

Esses cursos são atualmente orientados pelas Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) dos cursos de graduação em Turismo por meio da Resolução Nº 13, de 24 de novembro de 2006, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES), que norteia a organização do curso em um projeto pedagógico que contemple formação com conteúdos específicos, básicos de formação geral e teórico-práticos (Brasil, 2006).

No âmbito avaliativo, os cursos são submetidos ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), incluindo o Exame Nacional de Desempenho dos Estudan-

tes (ENADE), aplicado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo seu último ciclo avaliativo realizado em 2022.

No ENADE, os estudantes devem responder à prova e ao questionário do estudante, pois ambos integram a avaliação que analisa esses cursos, considerando elementos como conteúdo programático das diretrizes curriculares, desenvolvimento de habilidades e competências, e ainda, aderência curricular, quanto ao nível de atualização e adaptabilidade frente à realidade brasileira e mundial (Brasil, 2025a).

Por conta da pandemia de COVID-19, houve uma paralisação da aplicação da prova e um consequente espaçamento entre uma avaliação e outra, sendo que a próxima aplicação do ENADE para cursos de Turismo está prevista para 2027, agora compondo a grande área de Serviços e não mais de Ciências Sociais Aplicadas.

No contexto tecnológico, a pandemia acelerou os processos de uso das tecnologias emergentes na educação superior, integrando o acesso a recursos e ferramentas que antes eram mais escassas e pouco intuitivas. Rocha et al. (2021) alertam que no cenário pós-pandêmico mediante a popularização das tecnologias, o ensino na modalidade de Educação a Distância (EaD) tende à expansão, mas essa consolidação depende de investimentos institucionais em formação docente, suporte tecnológico e aprimoramento pedagógico contínuo.

Mas, o avanço significativo da inteligência artificial nos últimos anos e a sua facilidade de uso, também apresentam desafios aos sistemas de avaliação tradicionais, e vêm obrigando docentes e instituições a pensarem em políticas espe-

cíficas de uso e avaliação de conteúdos que utilizam essas ferramentas (Corrêa et. al., 2025).

O ingresso da geração conhecida como nativos digitais ao ensino superior apresenta um novo perfil de estudantes, que demandam repensar a infraestrutura tecnológica e o contexto do ensino-aprendizagem no ensino superior (Diniz; Goergen, 2019). Nesse sentido, Freitas et al. (2024) defendem a articulação do ensino superior com a sociedade por meio de abordagens inovadoras e colaborativas, integrando tecnologia, extensão e práticas formativas conectadas às demandas contemporâneas para fortalecimento da aprendizagem significativa.

Adicionalmente, com o fim da emergência global ocasionada pela pandemia, o Brasil vem observando um aumento consistente no seu fluxo turístico internacional e nacional, desde 2023. Segundo o Ministério do Turismo, o país chegou a ultrapassar nove milhões de turistas estrangeiros em 2025 (Brasil, 2025b), o que consolida o setor como um importante elo na cadeia produtiva nacional, apto a receber investimentos públicos e privados e que precisará de mão de obra cada vez mais qualificada para atuar no setor, uma vez que a atividade consiste essencialmente na prestação de serviços.

Além disso, no ano de 2023, entrou em vigor em caráter definitivo a Resolução 7/2018 do CNE, que regulamentou a Lei 13.005/2014, determinando que todos os cursos superiores do país destinem no mínimo dez por cento da carga horária total dos cursos para a realização de atividades de extensão. A resolução determinou ainda que caberia aos próprios cursos, por meio de seus projetos político-pedagógicos, ressaltar o valor e caracterizar a extensão, garantindo a parti-

cipação dos estudantes por meio de sua execução e avaliação (Brasil, 2018).

Este encadeamento de acontecimentos provoca a necessidade de olhar para a formação superior em Turismo, por meio de seus currículos e processos formativos. O exercício de revisitar e modificar os "rumos" desta formação, quando é o caso, materializa-se principalmente por meio da reformulação dos seus projetos político-pedagógicos, gerando a necessidade de implementar as adequações necessárias ao enfrentamento dos novos desafios. Logo, o recente contexto da educação superior no Brasil trouxe desafios que demandam atualização dos projetos político-pedagógicos dos cursos superiores, incluindo os de Turismo.

Neste contexto, compreender o perfil e a organização dos cursos avaliados como de excelência é uma oportunidade para identificar padrões e práticas que contribuem para o seu desempenho diferenciado. Assim, o presente trabalho tem por objetivo identificar o perfil e os elementos comuns aos cursos de Turismo melhor avaliados do Brasil. Para tanto, ocorreu pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa e análise documental a partir de dados secundários extraídos da base de dados do e-MEC em janeiro de 2026, e em páginas oficiais dos cursos nas suas respectivas universidades, utilizando dados públicos e abertos. Complementarmente, ocorreu análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) disponíveis nos sites institucionais das respectivas IES.

Foram selecionados os nove cursos que obtiveram nota máxima no ENADE 2022, disponibilizado pelo INEP no âmbito do SINAES, e somam-se os dois cursos que obtiveram cinco estrelas na avaliação do Guia da Faculdade (2025). Salienta-se

que são dois sistemas de avaliação com naturezas diferentes, sendo um estatal de caráter regulatório (SINAES/ENADE) e outro, um *ranking* avaliado por pares, ou seja, docentes especialistas voluntários, que analisam as informações enviadas de livre adesão dos cursos em três dimensões (projeto didático pedagógico, corpo docente, infraestrutura).

O Guia da Faculdade é uma iniciativa conjunta entre o jornal "Estadão" e o Grupo "Quero Educação". O resultado da avaliação é divulgado em forma de estrelas, que podem ir de uma – pior resultado, a cinco – melhor resultado. No ano de 2025, 127 cursos de bacharelado e tecnológico da área de turismo e hospitalidade se submeteram a esta avaliação e apenas dois cursos conseguiram atingir o patamar de cinco estrelas (Guia da Faculdade, 2026).

As informações foram sistematizadas considerando elementos comuns, como carga horária total e duração, eixos formativos, obrigatoriedade de Trabalho de Conclusão de Curso e do Estágio Curricular Supervisionado, atualização curricular e presença de extensão curricularizada. Os resultados são apresentados no desenvolvimento desta pesquisa e discutido à luz do referencial teórico sobre elementos da qualidade na educação superior e nos cursos de Turismo do Brasil.

Educação Superior no Brasil: Políticas de Acesso e Sistemas de Avaliação da Qualidade

O ensino superior no Brasil é um tema central nas discussões sobre desenvolvimento social, econômico e científico, uma vez que o ingresso, permanência e conclusão de um curso superior por parte da população, frequentemente

são associados à ampliação da empregabilidade e chances de mobilidade social. Nas últimas décadas, políticas públicas de ampliação do acesso ao ensino superior tiveram impacto significativo na dinâmica do sistema educacional brasileiro.

Por exemplo, Araújo e Dias (2021) chamam a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 de "segunda expansão", uma vez que esta foi apresentada como uma das alterações significativas na política de educação superior. Após a LDB de 1996 "as leis que sucederam ao longo da evolução da educação superior no Brasil incentivaram a diversificação do ensino superior, bem como permitiram que a iniciativa privada dominasse a cena em número de vagas e matrículas" (Araújo; Dias, 2021, p. 6). Segundo os autores, esse fato se mostrou necessário ante a incapacidade do poder público de arcar com os custos de investir na criação de novas IES, cursos e vagas, necessárias para suprir a demanda.

Mas este foi apenas um dos passos rumo à chamada "democratização do acesso ao ensino superior". Programas governamentais como o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) em 1999, Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005, Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI – 2007), e a política de cotas, que embora instituída em lei federal apenas em 2012, já vigorava em iniciativas pioneiras em várias universidades do país, são considerados avanços significativos neste processo.

Barros (2015) destaca a expansão dos cursos superiores na modalidade a distância, ocorrida principalmente a partir do ano de 2003, como um importante fator de acesso à

educação superior, tendo sido a criação em 2006 da Universidade Aberta do Brasil (UAB) um marco para esse processo. Essas iniciativas tinham por objetivo principal democratizar o ensino, por meio da expansão de vagas e criação de oportunidades para que mais pessoas, sobretudo de baixa renda, ingressassem no ensino superior.

Esse processo de expansão e democratização vem sendo acompanhado pela necessidade de mensurar a qualidade do ensino oferecido nas instituições de ensino superior. Má, Caseiro e Mundim (2023) contextualizam que a qualidade na educação de modo geral aparece ora como princípio ora como uma diretriz em documentos norteadores como a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996, e os Planos Nacional de Educação: PNE 2001-2010 e PNE 2014-2024.

Estabelecido que a qualidade é uma diretriz fundamental para a educação superior no Brasil, resta a criação e aplicação de mecanismos que mensurem essa qualidade, por meio de instrumentos objetivos e indicadores sistematizados. Neste contexto, surge em 1993 o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que tinha como característica principal a livre adesão das universidades. Na sequência, em 1995 o governo federal criou o Exame Nacional de Cursos (ENC) vigente entre 1996 e 2003. Este exame ficou conhecido como "Provão" e seu objetivo era avaliar os conhecimentos e competências dos estudantes dos cursos de graduação no Brasil (Araújo; Dias, 2021).

Atualmente, vigora o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído em 2004 pela Lei N. 10.861/2004, que regulamentou o sistema de avaliação do ensino superior, dando a ele uma ideia de instrumento de

gestão (Diniz; Goergen, 2019). O SINAES considera como eixos fundamentais de seu processo a avaliação das instituições, a avaliação dos cursos e a avaliação dos estudantes, estabelecendo, dentre suas finalidades, a "melhoria da qualidade da educação superior" (Brasil, 2004, Art. 1).

A regulamentação estabelece que na avaliação das instituições serão aplicados instrumentos como autoavaliação e avaliação *in loco*. A avaliação dos cursos de graduação considera as dimensões didático-pedagógicas, de estrutura física e de corpo docente e tutorial. As avaliações "*in-loco*" são realizadas por comissões de especialistas externos integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) (Araújo; Dias, 2021).

Para a avaliação dos estudantes, a lei estabeleceu a criação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) a ser aplicado periodicamente para aferir o conhecimento dos estudantes frente aos conteúdos estabelecidos nas Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) de cada curso (Brasil, 2004). O conjunto de instrumentos de avaliação aplicados pelo SINAES visa permitir que o Estado monitore indicadores como infraestrutura, qualificação do corpo docente, projetos pedagógicos e resultados acadêmicos, que orientem políticas públicas de regulação e supervisão do ensino superior no país.

Apesar do reconhecimento de que o ENADE se mostra um instrumento de avaliação importante e *proxy* para mensurar a qualidade da educação no ensino superior, autores como Souza, Seiffert e Fernandes (2016), Barros (2015), Carvalho, Holanda e Martins (2018), Gobbi, Mascarenhas e Pinheiro (2018), dentre outros, apontam para algumas limitações do

resultado individual do exame, uma vez que são necessários outros indicadores associados para a interpretação efetiva dos seus resultados.

Ainda assim, e apesar das avaliações específicas realizadas pelo SINAES para os cursos de graduação, o ENADE é frequentemente utilizado como forma de mensurar a qualidade de um curso. Isso se deve em parte à facilidade de acesso aos resultados gerais e pela própria divulgação feita por muitas IES sobre os resultados de seus cursos. Um bom desempenho do estudante, que indique uma formação profissional sólida é, ao fim, um dos objetivos principais da educação superior. Além disso, o ENADE incorpora em sua avaliação os conteúdos das DCNs, temas transversais como gênero, pluralidade cultural, meio ambiente e atualidades, que contribuem para um escopo mais abrangente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o ciclo avaliativo de 2022, estudantes de 83 cursos de bacharelado em Turismo fizeram a prova do ENADE, a partir desse universo foi selecionado um recorte amostral de nove cursos que demonstraram melhor desempenho avaliativo, alcançando a nota máxima no exame. Complementarmente, foram incluídos na amostra os dois cursos que alcançaram nota máxima na avaliação do Guia da Faculdade de 2025. Esses cursos são reconhecidos como de excelência pela comunidade acadêmica, porém não participaram da prova do ENADE de 2022.

Desta forma, o universo amostral da presente pesquisa concentrou-se em onze cursos de bacharelado em Turismo.

Destes, apenas um curso é de IES privada (UCS), mas sem fins lucrativos, e segundo o e-MEC (2026) está em processo de extinção. Os demais cursos em atividade são bacharelados ofertados na modalidade presencial, variando entre 30 e 100 vagas anuais (Quadro 1).

Segundo o e-MEC, esses cursos de Bacharelado em Turismo foram criados em três fases: a precursora nos anos 1970 (Universidade de São Paulo – USP/ECA, Universidade Federal do Paraná – UFPR), a de expansão regional nos anos 1990 (Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE) e a de consolidação nos anos 2000 (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, Universidade Federal de São Carlos – UFScar, Universidade de Brasília – UnB, Universidade de Caxias do Sul – UCS, Universidade de São Paulo – USP/EACH), acompanhando a interiorização das federais.

Quadro 1 – Ingresso nos cursos de Turismo

UNIVERSIDADE	UF	VAGAS ANUAIS	PERÍODO DE INGRESSO
UNB	DF	80	Semestral
UFSCAR	SP	40	Anual
UCS	RS	40	Informação não disponível
UFMA	MA	80	Semestral
UFPR	PR	44	Anual
UFMG	MG	60	Semestral
UFJF	MG	90	Semestral
UFPE	PE	70	Semestral

Quadro 1 – Ingresso nos cursos de Turismo

(Conclusão)

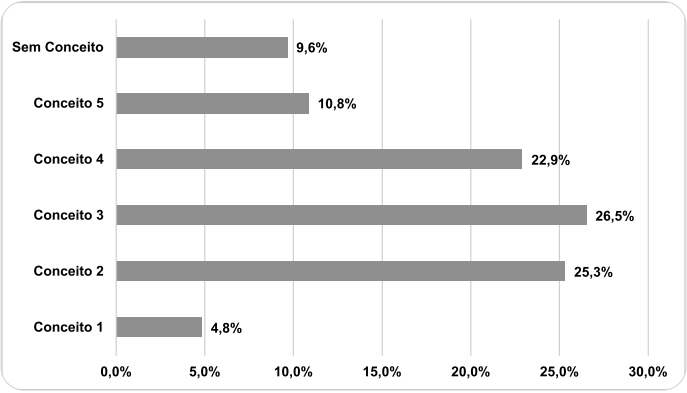
UNIVERSIDADE	UF	VAGAS ANUAIS	PERÍODO DE INGRESSO
UNIRIO	RJ	50	Semestral
USP (ECA)	SP	30	Anual
USP (EACH)	SP	120	Anual

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

A maior parte destes cursos estão localizados nas capitais dos seus respectivos estados e mais da metade se localiza na região Sudeste do Brasil, demonstrando uma concentração maior dos cursos melhor avaliados em centros urbanos mais estruturados. O curso da Universidade de Brasília (UnB) é o único localizado na região Centro-Oeste e a região Norte do país não possui nenhum curso entre os mais bem avaliados nesses dois instrumentos até o último ciclo avaliativo.

Os resultados evidenciam ainda que os cursos com melhor desempenho no ENADE 2022 e no Guia da Faculdade 2025 estão concentrados majoritariamente em instituições públicas federais e com conceitos intermediários. Isto é, há um encadeamento entre estrutura institucional pública com desempenhos elevados nos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Entretanto, o conceito máximo, que indica a excelência, ainda é restrito a 10,8% dos cursos de Turismo do país, conforme Figura 1.

Figura 1 – Conceito dos Cursos de Turismo no ENADE 2022



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do INEP de 2022.

A organização curricular dos cursos de Turismo (Quadro 2) apresenta Carga Horária (CH) que varia entre 2.510 e 3.705 horas, com duração entre sete e oito semestres, sendo compatível ou superior ao mínimo exigido pela DCNs da área, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CES nº 13/2006, isto é, indicando densidade formativa. Comumente, exigem obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e do Estágio Curricular Supervisionado (ECSO), com carga horária mínima entre 180 e 390 horas.

Quadro 2 – Organização e Componentes Curriculares dos Cursos de Turismo

IES	ANO DO ÚLTIMO PPC	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO	TURNO DE FUNCIONAMENTO	Exige TCC	Exige ECSO	CH ECSO
UNB	2019	2.640 horas	8 semestres	Integral	Sim	Sim	240
UFSCAR	2011	3.390 horas	8 semestres	Integral	Sim	Sim	300

Quadro 2 – Organização e componentes curriculares dos cursos de Turismo

(Conclusão)

IES	ANO DO ÚLTIMO PPC	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO	TURNO DE FUNCIO-NAMENTO	Exige TCC	Exige ECSO	CH ECSO
UCS	2009	2.560 horas	7 semestres	Noturno	Sim	Não	–
UFMA	2022	3.075 horas	8 semestres	Matutino	Sim	Sim	270
UFPR	2023	2.600 horas	7 semestres	Matutino	Não	Sim	300
UFMG	2021	3.485 horas	8 semestres	Integral	Sim	Sim	180
UFJF	2023	2.510 horas	7 semestres	Integral ou Noturno	Sim	Sim	300
UFPE	2022	2.700 horas	8 semestres	Vespertino ou Noturno	Sim	Sim	300
UNIRIO	2024	2.580 horas	8 semestres	Integral	Sim	Sim	300
USP (ECA)	2025	3.705 horas	8 semestres	Noturno	Sim	Sim	390
USP (EACH)	2021	2.790 horas	8 semestres	Vespertino ou Noturno	Sim	Não	–

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do INEP, 2026.

Os componentes curriculares convergem em três eixos estruturantes: base humanística e social (Sociologia, Antropologia, História, Filosofia e Ética para compreensão do turismo como fenômeno social complexo), formação metodológica (Metodologia científica, Estatística, Métodos de Pesquisa e iniciação científica, com orientação à pesquisa e produção de conhecimento) e formação gerencial e econômica de desti-

nos e empresas turísticas (Administração, Economia, Marketing, Contabilidade, Empreendedorismo e Gestão, combinando competências técnicas e estratégicas).

Quando os cursos melhor avaliados são analisados qualitativamente, observou-se que aqueles posicionados nos estratos superiores têm características comuns, como a atualização recente dos PPCs, exigência de Trabalho de Conclusão de Curso e do Estágio Curricular Supervisionado, extensão curricularizada, além de atividades complementares e articulação com programas de pós-graduação. A articulação entre formação teórica e prática reforça a aplicabilidade do Turismo como campo profissional e científico, conforme defendido por Beni (2001) ao abordá-lo como sistema integrado.

Salienta-se que a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como ato educativo supervisionado, que visa à vida cidadã e ao desenvolvimento de competências profissionais e à integração da teoria com a prática no ambiente de trabalho, integrando-se ao projeto pedagógico do curso e ao itinerário formativo do estudante. Segundo a lei, o estágio é obrigatório quando definido no projeto pedagógico do curso como requisito para aprovação e obtenção de diploma, sendo necessário matrícula regular, termo de compromisso entre parte concedente, instituição de ensino e estudante, a supervisão docente, e que o estágio não gere vínculo empregatício (Brasil, 2008).

O estágio curricular supervisionado enquanto componente obrigatório, garante que o estudante perpasse, durante um período determinado, por uma experiência no campo de trabalho, mas ainda sob orientação dos docentes, promovendo não apenas a experiência técnica, mas também a

chance de desenvolver habilidades e competências importantes para a sua formação profissional.

Por vezes, há um descompasso entre academia e mercado, sobretudo quanto às competências operacionais e tecnológicas. Segundo Souza e Medaglia (2022) além de preparo para lidar com as novas tecnologias da comunicação e informação aplicadas ao turismo, as chamadas *soft skills*[3] tais como pensamento crítico, soluções de problemas complexos e habilidades sociais vêm sendo cada vez mais demandadas pelo mercado de trabalho em turismo.

Porém, algo pouco debatido e que merece um ponto de atenção, tendo em vista que pode contribuir com a evasão estudantil, refere-se às pressões relacionadas tanto à carga de trabalho quanto à carga de tarefas, que aumentam o desgaste físico, emocional e mental do estudante, especialmente quando a jornada exige deslocamentos longos, múltiplas atividades simultâneas ou conflito com atividades acadêmicas.

Essas exigências tornam-se especialmente onerosas aos estudantes de cursos noturnos, que normalmente são trabalhadores e que enfrentam maiores limitações de tempo, motivação e muitas vezes de recursos para dar continuidade e concluir seus estudos no ensino superior, conciliando trabalho, estudos e família (Lamers; Santos; Toassi, 2017; Silva; Montezano; Almeida, 2020).

A pesquisa revelou que apenas dois dos cursos analisados são oferecidos apenas no período noturno, e outros três oferecem opção de ingresso no período noturno ou diurno, demonstrando que, ao classificar um curso como de

[3] As *soft skills* são definidas como competências cognitivas e incluem habilidades interpessoais que podem ser aplicadas em várias situações (Souza; Medaglia, 2022).

excelência, sob a ótica de um exame realizado por estudantes, os cursos com oferta em período integral ou diurno somam a maioria.

Sobre a atualização curricular, observou-se recente revisão pedagógica, sendo a maioria dos PPCs reformulados entre 2019 e 2025, posteriormente ao último ciclo completo do ENADE, o que sugere resultados avaliativos como indutores de ajustes curriculares. Ademais, há incorporação explícita da curricularização da extensão em vários destes cursos e a aprendizagem por projetos e práticas integradoras vinculadas ao território, indicando consonância com a Resolução CNE/CES nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação. Oito dos onze cursos analisados possuem a extensão introduzida de forma explícita em seus PPCs, seja por meio de disciplinas, módulos ou outras formas de componentes curriculares.

A atualização curricular pode ainda significar que os cursos de excelência estão mais propensos a incorporar as mudanças que permitam ao egresso maior integração entre o mercado de trabalho e a formação profissional, que pode contribuir para diminuir as lacunas e ruídos, que muitas vezes dificultam essa integração (Silveira; Medaglia; Nakatani, 2020).

Um exemplo que pode possibilitar esta integração é a possibilidade que os cursos oferecem aos estudantes para cursar créditos optativos, além dos componentes curriculares obrigatórios. Essa prática proporciona uma formação mais individualizada, alinhada com os interesses pessoais e profissionais do estudante, o que pode dar mais motivação e direcionamento profissional. Todos os cursos aqui analisados e com atualização mais recente de seus projetos pedagógicos, oferecem esta possibilidade aos estudantes.

Mas, embora haja atualização, com a inclusão de disciplinas relacionadas à tecnologia, inovação, sustentabilidade e acessibilidade, ainda há um longo percurso para alinhamento às recomendações da Organização Mundial do Turismo quanto à formação de profissionais e às transformações tecnológicas recentes, inclusive referente às demandas da geração de nativos digitais (Diniz; Goergen, 2019).

Nesse sentido, Bonfim, Bassinelo e Freitag (2019) asseveram que há um descompasso entre formação e mercado de trabalho. Esse dilema reside no fato de que muitos cursos não conseguem acompanhar e atender às inovações do mercado, sendo muitas vezes obsoletos, dificultando o acesso de egressos no mercado de trabalho.

Portanto, embora os avanços curriculares e consolidação estrutural dos cursos sejam evidentes, ainda requer integração sistêmica entre inovação pedagógica, alinhada às transformações tecnológicas e atualização permanente dos PPCs. Em um cenário de rápidas mudanças tecnológicas, científicas e culturais, as instituições precisam adaptar-se sem abrir mão de sua função formadora e crítica, principalmente nos cursos de bacharelados.

Este é um desafio permanente que demanda responsabilidade compartilhada entre Estado, instituições de ensino superior, com seus respectivos docentes e discentes, além da sociedade como um todo. Assim, a qualidade da educação superior no Turismo e a sua mensuração por meio de indicadores objetivos, não devem ser vistas como um fim em si mesmos, mas como um processo dinâmico, construído coletivamente e em permanente transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade na educação superior em Turismo vem sendo objeto de políticas públicas há vários anos. A implementação do SINAES estabeleceu um tripé de avaliação para as Instituições de Ensino Superior, para os cursos de graduação e para os estudantes destes cursos. O ENADE é o instrumento que avalia os estudantes e sua formação e estabelece conceitos para os cursos com base nas médias das notas dos estudantes. Este tem sido um dos principais instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior no Brasil e consegue fornecer dados importantes para os cursos. Mas ele não é livre de críticas quanto ao seu formato, duração e capacidade de mensurar efetivamente as habilidades e competências dos estudantes (Araújo; Dias, 2021; Carvalho; Holanda; Martins, 2018).

E mesmo considerando o exame um dos mais importantes mecanismos de avaliação da educação superior no país, o ENADE sozinho não é capaz de determinar a qualidade efetiva dos cursos de graduação, sendo importante considerar os outros indicadores do SINAES, tais como autoavaliação dos cursos, questões como aderência com a realidade regional e inserção dos egressos no mercado de trabalho, que podem ser considerados como indicadores efetivos de qualidade, embora no Brasil não haja estudos desta natureza, que identifiquem esses resultados por curso.

Este trabalho objetivou identificar o perfil e os elementos comuns aos cursos de Turismo melhor avaliados do Brasil, identificando semelhanças entre eles, revelando as características destes cursos e levando ao questionamento se es-

sas características podem vir a contribuir para a qualidade dos cursos.

Os resultados evidenciam que os cursos de bacharelado em Turismo com conceito máximo no último ciclo de avaliação do ENADE e do Guia da Faculdade são cursos que, em sua maioria, têm pelo menos uma das ofertas no período diurno, estão localizados em sua maioria nas capitais dos seus estados, e contam com uma estrutura curricular atualizada (2019-2025), possuem a obrigatoriedade do estágio curricular supervisionado e do trabalho de conclusão de curso e incorporam a curricularização da extensão alinhada às DCNs e à Resolução CNE/CES nº 7/2018. Contudo, persistem desafios inerentes à emergência da digitalização quanto ao uso e acesso de novas tecnologias e demandas do mercado de trabalho, indicando necessidade de integração sistêmica entre inovação pedagógica.

A pesquisa baseou-se em dados abertos e públicos, disponíveis no sistema e-MEC e nos projetos pedagógicos dos cursos, contudo, nem todos os PPCs estavam disponíveis, o que deixou lacunas em algumas análises, sendo esta uma das limitações da pesquisa. Ainda como limitações do estudo, destacam-se a dependência de dados secundários, a ausência de distinção entre modalidades de ensino presencial e a distância (EaD), além da ausência de percepção discente, empregabilidade de egressos e impacto territorial dos cursos.

Logo, recomenda-se para pesquisas futuras, estudos longitudinais que integrem a empregabilidade e a trajetória profissional de egressos, bem como a análise do impacto da curricularização da extensão na inserção regional e investi-

gação sobre competências digitais e inovação pedagógica no contexto da chamada Educação 4.0.

Conclui-se que embora os cursos de excelência demonstrem maturidade institucional e densidade formativa, eles dependem da capacidade de adaptação contínua às transformações tecnológicas, sociais e territoriais que redefinem o setor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Roberto Fernandes de; DIAS, Murillo de Oliveira. Políticas de avaliação e padrões de qualidade da educação superior no Brasil. **International Journal of Development Research**, Vol. 11, Issue 11, pag. 52284-52293, November, 2021. Disponível em: https://www.journalijdr.com/pol%C3%ADticas-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-e-padr%C3%B5es-de-qualidade-da-educa%C3%A7%C3%A3o-superior-no-brasil. Acesso em: 21 fev. 2026.

BARROS, Aparecida da Silva Xaxier. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Pag. 361-390. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208. Acesso em: 21 fev. 2026.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

BONFIM, Izac de Oliveira Belino; BASSINELO, Patrícia Zaczuk; FREITAG, Marcio José Clivatti. Expansão, crise, declínio e segmentação no ensino superior em Turismo: um recorte do estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Turismo em Análise**, V. 30, n. 2, p. 214-230, maio/ago. 2019. Disponível em: https://revistas.usp.br/rta/article/download/150507/160701. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras Providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES N. 13, de 24 de novembro de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Brasília, DF: MEC/CNE, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enade Bacharelado e Superiores de Tecnologia**. Brasília: Inep, 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade-bacharelado-e-superiores-de-tecnologia. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Avanços consolidam trajetória de alta no turismo brasileiro**. Brasília: Ministério do Turismo, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/avancos-do-ano-consolidam-trajetoria-de-alta-do-turismo-brasileiro. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **E-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior**. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/. Acesso em: 17 fev. 2026.

CARVALHO, Alissandra Nazareth; HOLANDA, Luciana Araújo de; MARTINS, Patrícia Cristina Statella; NOVO, Cristiane Barroucas Maciel Costa. Avaliação do bacharelado em Turismo no Brasil à luz do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). **Revista Turismo: Visão e Ação**, V. 20, n.

3, p. 389-401, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/2610/261057358007/html. Acesso em: 21 fev. 2026.

CORRÊA, Sérgio Henrique Barros; THEOBALD, Ana Alice de Rezende Fonseca; REZENDE, Andréa Tavares da Silva; FAYAD, André Luiz Anor; DUTRA, Edney Rodrigues; MARINO, Lourdes Miranda; FERREIRA, Luciana Monsef; DOURADO, Veralucia Sofia. Inteligência artificial na avaliação educacional: inovações, desafios e possibilidades. **ARAC**, v. 7, n. 6, p. 32355–32371, 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5893. Acesso em: 21 fev. 2026.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 03, p. 573-593, nov. 2019. Pag. 573-593. Artigo publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772019000300002. Acesso em: 21 fev. 2026.

FREITAS, Lara Brunelle Almeida; BENATTI, Camila; DA ROS, José Pedro; CHEMIN, Marcelo. O Podcast e a Difusão do Conhecimento no Ensino Superior do Turismo. **Anais do Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381580940_O_PODCAST_E_A_DIFUSAO_DO_CONHECIMENTO_NO_ENSINO_SUPERIOR_DO_TURISMO. Acesso em: 21 fev. 2026.

GUIA DA FACULDADE. **Metodologia de avaliação por pares**. São Paulo: O Estado de S. Paulo / Quero Educação, 2025. Disponível em: https://guiadafaculdade.estadao.com.br. Acesso em: 21 fev. 2026.

GOBBI, Ana Carolina Fantini; MASCARENHAS, Marcelo Augusto; PINHEIRO, Amanda Chaves. O Ensino Superior em Turismo e o ENADE: um estudo baseado em dados de perfil do estudante. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, V. 7, n. 1, jan/jun, 2018. Pg. 84-105. Disponível em: http://187.103.250.244/index.php/revista/article/view/83. Acesso em: 17 fev. 2026.

LAMERS, Juliana Maciel de Souza; SANTOS, Bettina Steren dos; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: Estudo de Caso em um Curso Noturno de Odontologia. **Educação em Revista**, v. 33,

2017, pag. 1-26. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100158&script=sci_arttext. Acesso em: 15 fev. 2026.

MÁ, Janaina Ferreira; CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf; MUNDIM, Fabiano Cavalcanti. Qualidade da Educação Superior: possibilidades para o novo PNE. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação**. v. 8; pag. 245-305, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.24109/9786558011125.ceppe.v8.5771. Acesso em: 17 fev. 2026.

MOSCARDI, E. H., RANGEL, B. S., NAKATANI, M. S. M.; SILVEIRA, C. E. A formação superior em Turismo no Brasil: trajetória e satisfação dos egressos. **Turismo, competências profissionais e mercado de trabalho**, p. 88-93, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Valeria-Albach/publication/354508742_Incentivo_Publico_a_Realizacao_de_Eventos_Oportunidade_para_o_Bacharel_em_Turismo/links/613b8bd6e4419c5e6ec28691/Incentivo-Publico-a-Realizacao-de-Eventos-Oportunidade-para-o-Bacharel-em-Turismo.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

MOTA, Keila Cristina Nicolau; ALMEIDA, Juliana Vieira de. Educação superior em Turismo, hospitalidade e lazer no Brasil: análise do panorama de cursos ofertados frente ao contexto contemporâneo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 26, p. 65-77, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.34624/RTD.V0I26.10769. Acesso em: 17 fev. 2026.

ROCHA, P. M. P. da; ÁVILA, W.; FREITAS, L. B. A.; SILVA, M. A.; MARUYAMA, Úrsula G. A COMPLEXIDADE DO ENSINO A DISTÂNCIA NO 'FAZER DOCENTE'. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 37, 2021. DOI: 10.51189/rema/880. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350743614_A_COMPLEXIDADE_DO_ENSINO_A_DISTANCIA_NO_'FAZER_DOCENTE'. Acesso em: 28 fev. 2026.

SILVA, David Leonardo Bouças da; MONTEZANO, Lana; ALMEIDA, Igor Carneiro de. Evasão de estudantes dos cursos de Turismo e hotelaria de uma universidade federal brasileira: motivos e consequências. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**,

9(2), 177-198, 2020. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/15853. Acesso em: 28 fev. 2026.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana; NAKATANI, Marcia Shizue Massukado. O mercado de trabalho dos egressos de cursos superiores em turismo: comparações dos dados de 2012-2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 14, 83-94, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbtur/a/jyLgCs43WdYMFQYzW8gXkfr/?format=html&lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2026.

SOUZA, Andrea; MEDAGLIA, Juliana. Habilidades e competências necessárias para atuar no mercado de Turismo, no campo da Tecnologia em Curitiba/PR. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 15, n. 3, p. 97-116, setembro a dezembro de 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/86045. Acesso em: 28 fev. 2026.

SOUZA, José Vieira de; SEIFFERT, Otília Maria L. B.; FERNANDES, Ivanildo Ramos. Acesso e Expansão de Cursos de Graduação de Alta Qualidade no Brasil: outros indicadores de qualidade para a educação superior. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, V.32, n.04, Outubro-Dezembro 2016. Pag. 19-47. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698161997. Acesso em: 28 fev. 2026.

CAPÍTULO 5



Consultoria em turismo como campo de atuação do bacharel: reflexões a partir dos cursos de Turismo de Mato Grosso do Sul

Rodrigo Hakira Minohara

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.5

CONSULTORIA EM TURISMO COMO CAMPO DE ATUAÇÃO DO BACHAREL: REFLEXÕES A PARTIR DOS CURSOS DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL

Rodrigo Hakira Minohara[1]

RESUMO: Este artigo analisa a consultoria em turismo como campo de atuação do bacharel, com base na realidade dos cursos de Turismo de Mato Grosso do Sul e nas oportunidades oferecidas pelo mercado contemporâneo. O estudo parte da constatação de que a formação acadêmica ainda apresenta lacunas relacionadas à gestão e à prática, o que pode comprometer a inserção do egresso em áreas estratégicas. A metodologia adotada fundamenta-se em duas abordagens complementares: a bibliométrica, com recorte temporal entre 2017 e 2026, voltada para mapear a produção científica sobre consultorias e atuação do bacharel em Turismo, e a documental, que permitiu examinar materiais institucionais que não haviam recebido tratamento analítico prévio, como os Projetos Pedagógicos de Curso das instituições de ensino superior em Turismo de Mato Grosso do Sul, além dos documentos e editais de credenciamento do Sistema "S" para consultores em turismo. Os resultados evidenciam tanto as oportunidades de inserção profissional quanto as lacunas formativas, reforçando a necessidade de maior integração entre teoria, prática e extensão para consolidar o papel do bacharel como consultor estratégico no setor turístico.

Palavras-chave: Consultoria em turismo; Bacharel em Turismo; Cursos de Turismo.

TOURISM CONSULTING AS A FIELD OF WORK FOR BACHELOR'S DEGREE HOLDERS: REFLECTIONS FROM TOURISM COURSES IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: This article analyzes tourism consulting as a field of work for bachelor's degree holders, based on the reality of Tourism courses in Mato Grosso do Sul and the opportunities offered by the contemporary

[1] Universidade Regional do Cariri – Barbalha – E-mail: rodrigo.minohara@urca.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/0060537202781724.

market. The study starts from the observation that academic training still has gaps related to management and practice, which can compromise the graduate's placement in strategic areas. The methodology adopted is based on two complementary approaches: the bibliometric approach, with a time frame between 2017 and 2026, aimed at mapping the scientific production on consultancies and the performance of bachelor's degree holders in tourism, and the documentary approach, which allowed the examination of institutional materials that had not received previous analytical treatment, such as the Pedagogical Course Projects of higher education institutions in tourism in Mato Grosso do Sul, in addition to the documents and accreditation notices of the "S" System for tourism consultants. The results highlight both opportunities for professional integration and training gaps, reinforcing the need for greater integration between theory, practice, and outreach to consolidate the role of the bachelor's degree holder as a strategic consultant in the tourism sector.

Keywords: Tourism consulting; Bachelor's degree in tourism; Tourism courses.

INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto campo multidisciplinar e estratégico para o desenvolvimento econômico e social, tem ampliado significativamente as possibilidades de atuação do bacharel formado nas universidades de Mato Grosso do Sul. Tradicionalmente associado a funções operacionais, como recepcionistas em meios de hospedagem ou agentes de viagens, o profissional hoje encontra oportunidades mais diversificadas e valorizadas, especialmente no universo das consultorias.

Essa expansão reflete tanto as transformações do mercado quanto a necessidade de profissionais capazes de integrar gestão, inovação e sustentabilidade em projetos que fortaleçam destinos e empreendimentos turísticos. Nesse contexto, os cursos de Turismo de Mato Grosso do Sul desempenham papel fundamental ao preparar seus egressos para atender às demandas contemporâneas, ainda que

apresentem desafios relacionados à baixa inserção de disciplinas voltadas à gestão e à prática extensionista.

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a consultoria em turismo como campo de atuação do bacharel, a partir das oportunidades oferecidas pelos cursos de Turismo de Mato Grosso do Sul e pelas demandas mercadológicas contemporâneas.

Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar como os Projetos Pedagógicos de Curso – PPC das universidades de Mato Grosso do Sul contemplam disciplinas voltadas à gestão e à preparação para a consultoria em turismo; examinar as oportunidades de inserção profissional por meio dos editais de credenciamento do Sistema "S" (Sebrae, Senac e Senar/MS), que frequentemente demandam consultores e instrutores técnicos; refletir sobre as lacunas existentes na formação acadêmica em relação às exigências mercadológicas, especialmente no que se refere à integração entre teoria, prática e extensão; e discutir as potencialidades da consultoria como alternativa estratégica para o bacharel em Turismo, considerando o cenário de diversificação das funções.

Nesse sentido, o problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender de que maneira os cursos de Turismo de Mato Grosso do Sul têm preparado seus egressos para atuar no campo da consultoria, considerando que a matriz curricular ainda apresenta baixa inserção de disciplinas voltadas à gestão e pouca integração com práticas. Essa lacuna formativa pode comprometer a capacidade do bacharel em responder às exigências mercadológicas contemporâneas, que demandam profissio-

nais aptos a desenvolver projetos estratégicos, inovadores e sustentáveis.

Dessa forma, refletir sobre a consultoria em turismo como campo de atuação do bacharel, a partir da realidade dos cursos de Mato Grosso do Sul, torna-se essencial para compreender como a formação acadêmica pode ser fortalecida e alinhada às exigências do mercado.

A análise das matrizes curriculares e das oportunidades oferecidas por instituições parceiras evidencia tanto os avanços quanto as lacunas existentes, apontando para a necessidade de maior integração entre teoria, prática e extensão. Esse movimento é crucial para consolidar o papel do bacharel em Turismo como consultor estratégico, capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável e competitivo do setor.

METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa fundamentou-se em duas abordagens complementares: a bibliométrica e a documental. A bibliometria, segundo Donthu et al. (2021), é um método quantitativo que permite mapear e avaliar a produção científica em determinada área, identificando padrões, tendências e lacunas.

A intenção inicial era delimitar o recorte temporal entre 2022 e 2026 (as publicações dos últimos cinco anos), de modo a captar os estudos mais recentes sobre consultorias e atuação do bacharel em Turismo, entretanto, diante da escassez de referências nesse período, principalmente, sobre consultorias, optou-se por ampliar o marco temporal e

incluir artigos publicados a partir de 2017, garantindo maior consistência ao levantamento.

A adoção dessa metodologia permitiu a análise da discussão sobre a consultoria como oportunidade de inserção para o bacharel em Turismo e as demandas do mercado de trabalho na literatura acadêmica. Tal análise oferece uma perspectiva crítica sobre a evolução das pesquisas e sua pertinência para o mercado.

A pesquisa documental complementou essa análise, permitindo examinar materiais institucionais que não haviam recebido tratamento analítico prévio, como os Projetos Pedagógicos de Curso – PPCs das instituições de ensino superior em Turismo do estado de Mato Grosso do Sul, assim como os documentos e editais de credenciamento do Sistema "S" (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa – SEBRAE), para consultores/instrutores em turismo (Gil, 2019).

De acordo com Cellard (2018) e Ana e Lemos (2021), esse tipo de pesquisa é fundamental para compreender o contexto histórico e social em que os documentos foram produzidos, além de revelar como currículos e políticas institucionais se articulam com as necessidades profissionais. A leitura e análise dos PPCs possibilitou identificar convergências e divergências entre os cursos, especialmente no que se refere à presença de disciplinas voltadas à gestão e à preparação para a atuação em consultoria, evidenciando lacunas que podem comprometer a formação integral do bacharel e sua inserção no mercado de trabalho.

A análise dos editais de credenciamento das instituições do Sistema "S" trouxe uma perspectiva mercadológica, ao revelar as competências exigidas para atuação em projetos de consultoria e instrutoria, como domínio de gestão financeira, inovação, planejamento estratégico e capacidade de desenvolver soluções aplicadas, baseadas em resultados. Essa etapa foi essencial para relacionar as demandas atuais do mercado com a formação acadêmica, destacando a necessidade de maior integração entre teoria, prática e extensão, além da ampliação da oferta de disciplinas específicas em gestão.

Assim, a combinação entre bibliometria e pesquisa documental permitiu construir uma análise crítica e abrangente sobre a preparação do bacharel em Turismo para atuar como consultor. Enquanto a bibliometria evidenciou as atuais discussões acadêmicas sobre consultorias e o bacharel em Turismo, a pesquisa documental revelou como os currículos e editais institucionais respondem ou deixam de responder às exigências do mercado.

Essa articulação metodológica reforça a importância de alinhar a formação acadêmica às necessidades mercadológicas, garantindo que os egressos não apenas demonstrem capacidade de execução, mas adquiram conhecimentos sólidos e competências estratégicas para atuar de forma inovadora e competitiva na área da consultoria.

REVISÃO TEÓRICA

O bacharel em Turismo: perfil e exigências do mercado

O bacharel em Turismo é um profissional cuja formação acadêmica se caracteriza por uma natureza multidisciplinar,

preparando-o para atuar em uma rede complexa de interações sociais, econômicas e culturais que definem o setor. Essa formação busca equilibrar o conhecimento humanístico com as competências técnicas exigidas por um mercado cada vez mais dinâmico e globalizado. A atuação deste profissional transcende a mera execução de serviços, envolvendo a gestão estratégica, o planejamento de destinos e a mediação de experiências que agreguem valor aos territórios.

Nesse sentido, a complexidade da atividade turística exige que o egresso domine competências que atendam às necessidades diversificadas de diferentes grupos de empregadores, refletindo a versatilidade intrínseca à carreira. Essa multiplicidade de funções é o que permite ao bacharel transitar entre setores variados, desde a hospitalidade tradicional até a gestão de políticas públicas de turismo em âmbitos municipais e estaduais.

Dessa forma, a inserção do bacharel ocorre de forma heterogênea, com uma concentração histórica em nichos como agenciamento de viagens, hotelaria e organização de eventos. Assim, os setores tradicionais continuam sendo os maiores empregadores, embora enfrentem desafios estruturais severos.

Conforme Vieira et al. (2022), muitos formados relatam dificuldades relacionadas à baixa remuneração e à falta de reconhecimento profissional, o que muitas vezes leva ao subemprego ou à migração para outras áreas de atuação. Apesar desses obstáculos, o setor de serviços e a hospitalidade permanecem como a porta de entrada principal, exigindo que o bacharel demonstre uma capacidade de adaptação imediata às operações reais. A qualidade do serviço prestado nesses ambientes é diretamente proporcional à competência

técnica do profissional, tornando o diploma de nível superior um diferencial competitivo para o sucesso das empresas (Campo et al., 2025).

A trajetória profissional dos graduados em turismo no Brasil também demonstra uma forte tendência à busca por estabilidade em cargos públicos ou na docência, especialmente em contextos onde o setor privado oferece poucas garantias e oportunidades. Nos últimos anos, houve um crescimento significativo na oferta de concursos públicos ligados ao setor, impulsionado pela expansão das políticas de desenvolvimento dos Institutos Federais e secretarias municipais de diferentes portes e potencial turístico, que são caminhos valorizados para garantir segurança financeira.

Para Cunha e Galvão (2023), o mercado de trabalho local muitas vezes não absorve a totalidade dos egressos de forma qualificada, tornando a carreira pública um refúgio estratégico. Essa busca por estabilidade reflete a necessidade de o profissional saber navegar por diferentes regimes jurídicos e administrativos, unindo o conhecimento técnico do turismo à gestão pública e ao planejamento territorial. Assim, o bacharel em Turismo se torna um agente essencial na formulação de políticas que visam o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos.

De acordo com Binytska (2023), a digitalização no processo de formação profissional é um pilar para que o especialista saiba operar sistemas inteligentes e tecnologias de ponta que otimizam a experiência do turista. No Brasil, essa demanda se manifesta na necessidade de profissionais que saibam interpretar o comportamento do consumidor *online* e criar estratégias de distribuição eficientes. O domínio de competências tecnológicas, portanto, não é mais um diferen-

cial, mas um requisito básico para a inserção em todos os segmentos do turismo que atuam no ambiente virtual.

Preko e Anyigba (2022) destacam que a ampliação das discussões sobre higiene, segurança e especialidades ambientais reflete uma resposta direta às exigências de um turismo mais consciente e resiliente. Tal movimento é particularmente relevante em destinos cuja atratividade depende da biodiversidade e do patrimônio histórico-cultural, demandando dos profissionais uma perspectiva holística que incorpore a responsabilidade social da atividade turística. Essa atuação está alinhada aos ODS, sobretudo ao ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ao ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e ao ODS 15 (Vida terrestre), que orientam práticas voltadas à sustentabilidade e à preservação ambiental. A implementação de protocolos de segurança e sustentabilidade, portanto, não apenas assegura a conformidade legal, mas também fortalece a competitividade e a longevidade econômica dos empreendimentos turísticos, consolidando o setor como vetor estratégico de desenvolvimento sustentável no longo prazo.

Mas também, a evolução do perfil profissional no cenário pós-pandemia trouxe à tona a importância da resiliência e da inovação constante diante de crises sanitárias, sociais e econômicas. O setor passou por uma reestruturação profunda que privilegiou a segurança sanitária, exigindo que o bacharel em Turismo soubesse adaptar-se rapidamente a protocolos rigorosos e novas formas de interação.

Nesse contexto, segundo Lungu et al. (2023), a formação superior em Turismo deve ser capaz de preparar especialis-

tas para atuar em contextos de instabilidade, integrando soluções criativas para a manutenção dos fluxos turísticos.

Dessa forma, os egressos precisam demonstrar maior flexibilidade e capacidade de aprendizado contínuos, essa resiliência profissional está diretamente ligada à base teórica sólida recebida na academia, que permite ao bacharel em Turismo analisar cenários complexos e tomar decisões fundamentadas em dados e evidências.

As competências transferíveis, como a comunicação assertiva, a liderança e o pensamento crítico, ganharam destaque como fatores determinantes para a empregabilidade do bacharel em Turismo. Empregadores de diversos setores da hospitalidade valorizam profissionais que, além do conhecimento técnico, possuam *soft skills* que facilitem o gerenciamento de equipes e a resolução de conflitos.

Stangl et al. (2024) destacam que tais competências possibilitam ao profissional a transição entre distintos segmentos do setor turístico, assegurando uma trajetória profissional dinâmica e menos vulnerável à obsolescência. Em setores onde a rotatividade em cargos operacionais é alta, o bacharel em Turismo que desenvolve liderança e inteligência emocional consegue ascender a cargos de supervisão e gerência com maior rapidez. A formação acadêmica, portanto, desempenha um papel crucial ao promover atividades que estimulem o trabalho em equipe e a proatividade desde os primeiros anos de graduação.

Entretanto, conforme Melo e Vasconcelos (2024), existe ainda um desafio significativo de alinhamento curricular que precisa ser superado para que as habilidades ensinadas correspondam exatamente ao que o mercado de trabalho

demanda. O bacharel em Turismo que investe em uma formação complementar por meio de cursos de idiomas e especializações técnicas amplia significativamente seu leque de atuação.

No âmbito do empreendedorismo, o bacharel em Turismo encontra um campo fértil para a criação de novos negócios e o desenvolvimento de produtos turísticos personalizados. A tendência atual de busca por experiências autênticas e customizadas favorece o surgimento de nichos e empreendedores independentes que desenham serviços e produtos exclusivos para públicos específicos.

De acordo com García e Budar (2023), o uso de modelos de aprendizagem híbrida e tecnologias de gestão facilita o surgimento de empreendedores que operam com baixos custos fixos e alta eficiência digital. Assim, o empreendedorismo no turismo tem sido uma alternativa viável para bacharéis que desejam maior autonomia e flexibilidade profissional.

Por fim, o futuro do bacharel em Turismo aponta para um perfil profissional híbrido, que combina a sensibilidade humana da hospitalidade com a precisão técnica da gestão de dados e tecnologias. A carreira exige uma postura de aprendizagem ao longo da vida para acompanhar as inovações tecnológicas e as mudanças nas preferências dos viajantes globais. O sucesso neste mercado dinâmico depende da capacidade de integrar conhecimentos multidisciplinares e de atuar de forma resiliente diante dos desafios macroeconômicos. Em suma, o bacharel em Turismo do futuro é um gestor de experiências, um estrategista de destinos e um defensor da sustentabilidade, capaz de transformar o potencial turístico em desenvolvimento real para a sociedade.

O consultor no contexto atual

O setor de consultoria tem passado por uma reconfiguração profunda, impulsionado por uma convergência sem precedentes entre transformação digital, imperativos de sustentabilidade e novas dinâmicas globais de mercado. A fundamentação teórica contemporânea destaca que a consultoria de gestão não é mais apenas um serviço de aconselhamento estratégico, mas um ecossistema complexo e adaptativo que integra tecnologias emergentes para responder à volatilidade econômica global (Soltys, 2025; Fairchild, 2025).

Este cenário exige que as empresas tradicionais repensem seus modelos de negócios operacionais para incorporar agilidade e flexibilidade como fatores críticos de sucesso. Assim, a digitalização consolidou-se como o motor primordial de eficiência e inovação no setor, forçando as consultorias a adaptarem seus métodos para aproveitar os benefícios da automação, análise de dados e execução (Wehner, 2023).

Líderes do mercado estão utilizando o *Big Data* e a Inteligência Artificial – IA para penetrar em novos segmentos e manter posições dominantes, transformando dados brutos em *insights* estratégicos que guiam a tomada de decisão em ambientes disruptivos (Bereznoy, 2024). Essa transição para uma consultoria orientada por dados permite uma personalização maior dos serviços e uma resposta mais rápida às mudanças (Radov, 2022).

No entanto, a força central das consultorias de sucesso permanece na capacidade de interpretar esses resultados tecnológicos sob uma ótica ética, legal e institucional (Samokhvalov, 2024). Paralelamente à revolução digital, a sustentabilidade e os critérios ESG (Ambiental,

Social e Governança) tornaram-se pilares centrais da oferta de serviços de consultoria moderna (Soltys, 2025; Radov, 2022).

As empresas estão sendo desafiadas a redefinir o crescimento sob princípios de descarbonização e economia circular, e os consultores atuam como facilitadores essenciais nesse processo de gestão de restrições de recursos (Strueber; Boojihawon; Bryson, 2025). A integração de estratégias de sustentabilidade não é mais opcional, mas uma necessidade de conformidade e transparência exigida por *stakeholders* e investidores globais (Chilba, 2024).

Consultorias que dominam essa interseção conseguem oferecer valor estratégico superior, auxiliando na criação de ecossistemas de inovação resilientes (Tariq, 2024). A estrutura econômica da consultoria também está sofrendo alterações significativas com a introdução de novos modelos de precificação e entrega.

A inovação aberta e a colaboração em ecossistemas tornaram-se metodologias padrão para lidar com a complexidade do ambiente de negócios atual (Tariq, 2024), pois a consultoria contemporânea promove a co-criação e parcerias com a academia e empresas de tecnologia para desenvolver produtos e programas de treinamento inovadores (Radov, 2022).

Para as Pequenas e Médias Empresas – PMEs, a consultoria assume um papel vital na facilitação da transformação digital e na adoção de modelos de negócios sustentáveis em meio à volatilidade econômica. A estrutura de consultoria para este segmento tornou-se mais complexa e institucionalmente incorporada, focando em fornecer soluções práticas

que garantam a sobrevivência e o crescimento em mercados competitivos (Fairchild, 2025).

A inovação sustentável é apresentada como a recomendação prática definitiva para o sucesso a longo prazo na era da economia digital (Li, 2024). A especialização em nichos técnicos, como robótica, medicina de precisão e segurança cibernética, é outra tendência marcante, à medida que a demanda por conhecimentos profundos supera a necessidade de consultoria genérica (Radov, 2022).

Empresas especializadas em IA estão surgindo para oferecer diagnósticos técnicos que as consultorias generalistas muitas vezes não conseguem prover sem parcerias externas. Essa fragmentação do mercado exige que as grandes consultorias de estratégia adquiram *startups* de tecnologia para manter sua competitividade e amplitude de serviços (Oarue-Itseuwa, 2024).

Consultores desempenham um papel pedagógico e operacional, ajudando as corporações a organizarem a sustentabilidade em desafios gerenciáveis e estrategicamente integrados (Strueber; Boojihawon; Bryson, 2025). O foco mudou da simples redução de danos para a remoção ativa de emissões e a regeneração de recursos, utilizando ferramentas digitais avançadas para monitoramento e reporte (Höllerer et al., 2026)

Dessa forma, o futuro da consultoria aponta para uma colaboração harmoniosa entre a IA e o julgamento humano especializado. Embora a tecnologia forneça a infraestrutura para eficiência e análise em larga escala, a capacidade de navegar em dilemas éticos, gerir mudanças culturais e construir

confiança mútua permanece como o diferencial competitivo humano (Samokhvalov, 2024).

O setor continuará a evoluir como um catalisador de transformações, guiando organizações em direção a um futuro onde o sucesso econômico é indissociável do impacto social e ambiental positivo (Youssef, 2025; Li, 2024).

Dessa forma, a consultoria emerge, nesse contexto, como um campo estratégico de atuação para o bacharel em Turismo, pois demanda a aplicação integrada de competências técnicas, sensibilidade e visão de futuro. Ao oferecer diagnósticos, planos de desenvolvimento e soluções personalizadas para destinos, empresas e órgãos públicos, o consultor em turismo atua como mediador entre teoria e prática, transformando conhecimento acadêmico em resultados concretos.

Essa função exige não apenas domínio das ferramentas de planejamento e gestão, mas também capacidade de interpretar tendências globais e adaptar estratégias às especificidades locais. Assim, a consultoria consolida-se como uma área que valoriza a formação contínua e a interdisciplinaridade, reafirmando o papel do profissional de turismo como agente de inovação e desenvolvimento sustentável.

Consultoria em turismo

A consultoria em turismo tem se afirmado como uma prática estratégica indispensável para destinos e empresas que buscam reposicionamento competitivo em um cenário global marcado por rápidas transformações. Nos últimos anos, observa-se uma intensificação da demanda por servi-

ços consultivos que integrem tecnologia, sustentabilidade e experiência do visitante, refletindo a necessidade de adaptação às novas dinâmicas do setor.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo – UNWTO (2022), a consultoria desempenha papel essencial na reconstrução de destinos pós-pandemia, promovendo estratégias que conciliam segurança, autenticidade e inovação.

A pandemia de COVID-19 acelerou a digitalização e a busca por experiências seguras e personalizadas, impactando diretamente a atuação das consultorias. Estudos recentes apontam que ferramentas de análise preditiva e inteligência artificial têm sido incorporadas para compreender o comportamento dos turistas e antecipar tendências. Gössling, Scott e Hall (2020) destacam que a integração tecnológica amplia a capacidade de oferecer soluções customizadas e fortalece a competitividade dos destinos.

Outro aspecto relevante é a ênfase na sustentabilidade. A consultoria em turismo tem sido chamada a desenvolver projetos que conciliem crescimento econômico com preservação ambiental e inclusão social. Pesquisas realizadas por Cheer e Lew (2017) demonstram que consultores atuam como mediadores entre comunidades locais e investidores, garantindo que o turismo seja vetor de desenvolvimento sustentável e não apenas de exploração econômica.

A hospitalidade também tem sido foco das consultorias contemporâneas. Segundo estudos de Kandampully, Zhang e Jaakkola (2018), o comportamento humano e a gestão da cultura organizacional são centrais na criação de experiências memoráveis. Essa perspectiva reforça que a

consultoria não se limita ao planejamento estratégico, mas envolve também o *design* de serviços e a gestão da experiência do visitante.

Entretanto, desafios persistem, pois a resistência à inovação, a escassez de dados confiáveis e a fragmentação das políticas públicas de turismo são obstáculos recorrentes. Assim, a consultoria atua como mediadora entre os diversos atores do setor, propondo soluções integradas e fomentando a governança territorial. Nesse sentido, Barbosa, Ribeiro e Corrêa (2025) ressaltam a importância da consultoria na construção de planos estratégicos participativos, capazes de articular poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

A capacitação profissional é outro ponto de destaque. A atuação do bacharel em Turismo como consultor exige competências em planejamento, análise de mercado, comunicação e gestão de projetos. A formação continuada e o domínio de ferramentas digitais são diferenciais competitivos que têm sido enfatizados em relatórios internacionais sobre o futuro do trabalho no turismo (OECD, 2022).

O turismo cultural e criativo também demanda consultorias especializadas. A valorização de patrimônios, festivais e expressões locais requer abordagens que reposicionem destinos e atraiam públicos segmentados. Segundo Richards (2021), as consultorias têm sido fundamentais na integração entre cultura e turismo, promovendo inovação e autenticidade. As perspectivas futuras apontam para uma consultoria cada vez mais especializada, multidisciplinar e orientada por dados. A valorização da experiência, da autenticidade e da inteligência territorial será central para o sucesso dos destinos e empreendimentos turísticos. Nesse cenário, a consultoria emerge como

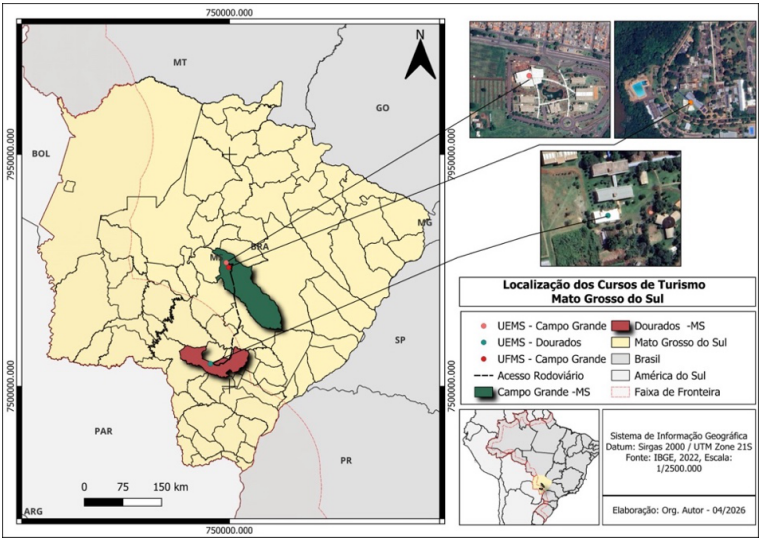
elemento-chave para a construção de um turismo mais resiliente, inclusivo e inovador.

A literatura recente confirma que o papel da consultoria transcende o planejamento técnico, tornando-se mediador de processos sociais, culturais e econômicos que definem o futuro do turismo e do bacharel.

Análise dos Cursos Superiores de Turismo do estado de Mato Grosso do Sul: perfil de formação, matriz curricular, objetivos, competências e habilidades para a carreira de consultor

No estado de Mato Grosso do Sul, atualmente, existem três cursos superiores de Turismo em atividade. Dois desses cursos são oferecidos na capital, Campo Grande, e um em Dourados, no sul do estado, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Localização dos cursos de Turismo ativos em Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Todos os cursos são ofertados por universidades públicas. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS possui unidades universitárias em Campo Grande e Dourados, enquanto a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS está localizada em Campo Grande.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS: Unidade Universitária de Dourados

O atual e vigente Projeto Pedagógico do Curso – PPC reflete o processo de atualização e apresenta características alinhadas às necessidades do setor. Entre elas, destacam-se a inclusão de disciplinas na modalidade de Educação a Distância – EAD, o aumento da carga horária voltada para conteúdos técnicos e específicos, a ampliação das atividades práticas, a inserção de temas relacionados às tecnologias da informação e a possibilidade de concluir a formação em menor tempo. Dessa forma, o curso se consolida como uma proposta moderna, capaz de formar profissionais com visão estratégica e preparados para contribuir com o desenvolvimento sustentável do turismo (UEMS, 2022).

Esse PPC foi implantado a partir de 2023 (homologado pela Resolução CEPE-UEMS Nº 2.431, de 30 de agosto de 2022), organizados em dois grandes grupos, o primeiro grupo é formado pela base comum que compreende princípios da organização do PPC (são dez disciplinas de 68h/a, totalizando 680h/a) e o segundo grupo é o núcleo que compreende os conteúdos específicos da área de formação do PPC (são 25 disciplinas de 68h/a, totalizando 1700h/a).

A matriz curricular apresenta seis semestres distribuídos em três anos, com carga horária de 2380 h/a de atividade

des teóricas (1658h/a), práticas (236h/a), extensão (204h/a) e EAD (282h/a), além, das 240h/r de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório, 100h/r de Atividades Complementares, 140h/r de Trabalho de Conclusão de Curso e 100h/r de Atividades Complementares de Extensão, em projetos (UEMS, 2022).

Considerando a análise da matriz curricular por meio das disciplinas de gestão, observa-se que no primeiro semestre do primeiro ano, a disciplina de Introdução à Administração de Empresas Turísticas concentra toda sua carga horária em atividades teóricas, sem espaço para práticas ou extensão.

Essa configuração limita a vivência do estudante em situações reais de gestão, restringindo sua formação ao campo conceitual. Embora o conteúdo teórico seja essencial para construir a base de conhecimento, a ausência de práticas compromete a aplicação imediata dos conceitos, dificultando a consolidação de competências voltadas para a atuação profissional na área de consultoria e compromete até mesmo no setor turístico.

No segundo semestre do primeiro ano, observa-se um avanço com a disciplina de Economia Aplicada ao Turismo, que inclui horas destinadas à prática e à extensão. Essa inserção é positiva, pois permite ao aluno relacionar teoria e realidade, desenvolvendo análises econômicas aplicadas ao turismo local e regional.

No entanto, a carga horária prática ainda é reduzida, o que limita a experimentação de ferramentas e metodologias que poderiam fortalecer a capacidade de diagnóstico e planejamento. A extensão, por sua vez, contribui para apro-

ximar o estudante da comunidade, mas carece de maior integração com os demais componentes curriculares.

No segundo semestre do segundo ano, a disciplina de Administração Financeira de Empresas Turísticas apresenta uma carga horária total de 68 horas, sendo 60h destinadas às aulas teóricas e apenas 8h voltadas para atividades de extensão, sem qualquer espaço para práticas.

A presença das horas de extensão é positiva, pois possibilita ao estudante vivenciar experiências fora da sala de aula e aproximar-se da realidade do setor, fortalecendo sua formação cidadã e profissional. No entanto, a ausência de aulas práticas representa uma fragilidade significativa, já que limita o desenvolvimento de competências aplicadas, como o uso de ferramentas financeiras e a simulação de situações reais de gestão.

Já a disciplina de Legislação Aplicada ao Turismo, com carga horária total de 34 horas, concentra-se exclusivamente em atividades teóricas, sem práticas ou extensão. Essa configuração restringe a compreensão da legislação a um nível conceitual, sem permitir que os alunos experimentem sua aplicação em casos concretos ou projetos de campo. A falta de práticas compromete a capacidade de interpretar e aplicar normas jurídicas em situações reais, enquanto a ausência de extensão reduz a interação com a comunidade e o mercado, que poderiam enriquecer a formação.

Portanto, embora as horas de extensão presentes em Administração Financeira sejam um avanço, elas ainda são insuficientes diante da ausência de práticas. A extensão cumpre um papel importante ao aproximar o curso da sociedade e estimular a vivência de experiências reais, mas

não substitui a necessidade de atividades práticas estruturadas. A formação de um consultor exige equilíbrio entre teoria, prática e extensão, garantindo que o egresso esteja preparado para enfrentar os desafios do mercado com competência técnica e visão crítica.

Já no terceiro ano do semestre, disciplinas como Marketing Turístico I, Legislação Aplicada ao Turismo II e Planejamento e Gestão do Turismo em Ambientes Naturais apresentam novamente predominância teórica, com poucas horas destinadas à extensão e nenhuma prática.

Essa configuração gera um impacto negativo, pois impede que os alunos vivenciem situações reais de mercado, como elaboração de campanhas, análise de legislações em casos concretos ou planejamento de atividades em ambientes turísticos. A ausência de práticas compromete a formação integral, tornando o aprendizado mais distante da realidade profissional.

Por fim, no terceiro ano do segundo semestre, a disciplina de Marketing Turístico I mantém a mesma lógica, com carga horária teórica elevada e apenas algumas horas de extensão. Embora a extensão seja um recurso importante para aproximar o curso da sociedade, sua baixa representatividade não supre a falta de práticas.

Essa lacuna compromete a preparação dos egressos, que necessitam de experiências aplicadas para desenvolver competências de gestão, inovação e resolução de problemas. Tais competências são essenciais para o perfil do consultor, portanto, a ausência de aulas práticas ao longo da matriz curricular representa um desafio significativo, pois reduz a capa-

cidade de o curso formar profissionais aptos a atuar de forma efetiva e estratégica no mercado das consultorias.

Contudo, é relevante destacar que um dos objetivos específicos delineados no atual PPC consiste na formação de profissionais aptos a desenvolver trabalhos, projetos e produtos em empresas de assessoria e consultoria de turismo. Este objetivo, que se alinha à proposta deste trabalho, não se reflete, entretanto, na matriz curricular.

Assim, a matriz curricular revela um ponto de atenção: a predominância teórica, acompanhada de poucas horas de extensão e ausência de práticas, pode comprometer a formação integral do estudante. É essencial que haja maior integração entre teoria e prática, de modo que os conteúdos abordados em sala de aula sejam aplicados em situações reais, fortalecendo a aprendizagem e preparando o futuro bacharel em Turismo para atuar de forma estratégica e inovadora na área da consultoria.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS: Unidade Universitária de Campo Grande

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso – PPC vigente (homologado pela Resolução CEPE-UEMS Nº 2.963, de 6 de dezembro de 2024), os componentes curriculares disciplinares estão organizados em três séries anuais, totalizando 27 (vinte e sete) disciplinas obrigatórias, com carga horária de 2924 h/a de atividades teóricas (1922h/a), práticas (458h/a), extensão (544h/a) e EAD (832h/a), além das 120h/r de Estágio Obrigatório, 80h/r de Trabalho de Conclusão de Curso e 80h/r de Atividades Complementares (UEMS, 2024).

Considerando a análise da matriz curricular por meio das disciplinas de gestão, observa-se que na primeira série, a disciplina de Destinos Turísticos apresenta uma carga horária expressiva, com 102 horas teóricas e 34 práticas, além de parte ofertada em EAD.

Apesar de ser uma disciplina que dialoga com a gestão de destinos, a ausência de extensão limita a vivência de experiências reais junto à comunidade e ao mercado. Para um consultor em turismo, essa lacuna é crítica, pois o trabalho exige não apenas conhecimento conceitual, mas também a capacidade de aplicar metodologias de gestão em contextos concretos, envolvendo atores locais e demandas específicas.

Na segunda série, Criatividade e Inovação no Turismo reforça a necessidade de desenvolver competências estratégicas e criativas, fundamentais para atender às exigências mercadológicas. A carga horária equilibrada entre teoria e prática é positiva, mas a falta de extensão compromete a aproximação com o mercado e a experimentação em projetos reais. Para o consultor, a inovação só se torna efetiva quando aplicada em situações práticas, e a ausência dessa vivência reduz o potencial da disciplina em preparar o egresso para propor soluções diferenciadas e competitivas.

Já a disciplina de Projetos Turísticos II, também na segunda série, apresenta uma configuração singular, com toda a carga horária destinada à extensão. Essa característica é extremamente relevante, pois garante contato direto com a realidade do setor e permite ao estudante desenvolver projetos aplicados.

No entanto, a ausência de teoria e prática formal pode comprometer a sustentação conceitual das ações extensio-

nistas. Para o consultor em turismo, é essencial que teoria, prática e extensão caminhem juntas, garantindo que as soluções propostas sejam fundamentadas, aplicáveis e alinhadas às necessidades mercadológicas.

Na terceira série, as disciplinas de Planejamento e Gestão do Turismo e Turismo em Ambientes Naturais reforçam a centralidade da gestão na formação, com carga horária significativa em teoria e prática. Contudo, a ausência de extensão limita a integração com a comunidade e a vivência de situações reais, enfraquecendo a formação aplicada. Essas disciplinas são cruciais para preparar consultores, mas sua presença isolada evidencia a baixa inserção de conteúdos de gestão ao longo da matriz curricular.

Essa escassez compromete a formação integral, já que o mercado exige profissionais capazes de unir conhecimento técnico, prática e extensão para atuar de forma estratégica e inovadora no turismo.

Além disso, há uma limitação quanto ao objetivo específico "[...] demonstrar capacidade para desenvolver trabalhos, projetos e produtos em empresas de assessoria e consultoria em turismo [...]", quando analisada sob a ótica das necessidades mercadológicas. O verbo "demonstrar" sugere apenas a execução de tarefas, sem garantir que o egresso adquira conhecimentos sólidos e competências críticas para elaborar, planejar e avaliar projetos de consultoria de forma estratégica.

No mercado atual, a atuação do consultor em turismo exige muito mais do que a capacidade de produzir relatórios ou projetos, ou seja, é necessário domínio de ferramentas de gestão, análise financeira, marketing, inovação

e legislação, além de habilidades práticas e extensionistas que permitam aplicar esses conhecimentos em contextos reais. Portanto, restringir um objetivo específico à demonstração de capacidade pode reduzir a profundidade da formação, deixando lacunas na preparação do egresso para enfrentar os desafios complexos e dinâmicos na área de consultoria em turismo.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS: Campus Campo Grande

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso – PPC vigente (Resolução nº 1.264-COGRAD/UFMS, de 3 de dezembro de 2025), os componentes curriculares disciplinares estão organizados em sete períodos, totalizando 36 (trinta e seis) disciplinas obrigatórias, com carga horária de 1950 horas de Atividades Teórico-Práticas – ATP-D, além das 130h de Estágio Obrigatório e 80h de Atividades Complementares (UFMS, 2025).

No que se refere às áreas de atuação, é relevante destacar que o PPC enfatiza a necessidade de o futuro bacharel em Turismo manter-se em constante atualização, por meio de cursos complementares e especializações que ampliem sua formação. Além disso, o documento ressalta que o domínio de um segundo idioma é considerado imprescindível, visto que o turismo é uma atividade global e exige comunicação eficaz com diferentes públicos. Essa orientação reforça a importância da formação contínua e da qualificação linguística como diferenciais competitivos para o exercício profissional no setor (UFMS, 2025).

Após a análise dos componentes curriculares que estruturam o Projeto Pedagógico do Curso, observa-se que diversas disciplinas abordam, ou têm potencial para abordar, conteúdos relacionados à consultoria. Essas disciplinas, ao integrarem conhecimentos de gestão, administração e planejamento, oferecem ao estudante ferramentas essenciais para atuar de forma estratégica no setor turístico.

A matriz curricular apresentada evidencia uma sólida base em disciplinas de gestão, fundamentais para a formação de um consultor em turismo. No primeiro semestre, conteúdos como Fundamentos da Administração e Introdução à Economia fornecem o alicerce teórico para compreender o funcionamento das organizações e os impactos econômicos no setor turístico. Essa etapa inicial é crucial, pois permite ao futuro profissional desenvolver uma visão sistêmica, capaz de relacionar variáveis administrativas e econômicas às especificidades do turismo, preparando-o para análises estratégicas mais complexas nos semestres seguintes.

No decorrer do curso, disciplinas como Gestão Estratégica, Marketing Turístico e Sistemas de Informação para Gestão ampliam a capacidade de planejamento e tomada de decisão. A gestão estratégica possibilita ao consultor identificar oportunidades e ameaças no mercado, enquanto o marketing turístico e o turismo e alimentação reforçam a importância da criação de experiências diferenciadas para atrair e fidelizar clientes. Já os sistemas de informação oferecem ferramentas para organizar dados e transformá-los em informações úteis, essenciais para embasar diagnósticos e recomendações precisas em projetos de consultoria.

Por fim, disciplinas como Gestão Contábil, de Custos e Preços, Plano de Negócios em Turismo e Legislação do Turismo consolidam a formação prática e aplicada. O domínio de custos e precificação é indispensável para avaliar a viabilidade de empreendimentos turísticos, enquanto o plano de negócios desenvolve competências de planejamento e execução.

A legislação garante que o consultor atue em conformidade com normas e regulamentos, evitando riscos jurídicos. Assim, a estrutura curricular demonstra claramente que a ênfase em gestão não apenas fortalece a atuação acadêmica, mas também prepara o estudante para enfrentar os desafios reais do mercado turístico com competência e visão estratégica.

A atuação do bacharel em Turismo na área de consultoria ultrapassa os limites dos conhecimentos técnicos específicos da profissão, pois a aplicabilidade prática se torna mais ampla quando associada às competências de gestão de empreendimentos. Aspectos como gestão financeira, planejamento estratégico e análise de custos são determinantes para avaliar a viabilidade de projetos e propor soluções eficazes. Nesse sentido, o atual Projeto Pedagógico do Curso de Turismo da UFMS oferece uma formação consistente, que possibilita aos egressos inserir-se no universo da consultoria com segurança e competência.

Embora o curso não contemple uma disciplina exclusiva voltada para consultoria em negócios turísticos, como ocorre em algumas instituições pelo país, sua estrutura curricular garante uma base sólida em gestão e administração. Essa abordagem permite que o futuro profissional desenvolva habilidades transversais, aplicáveis em diferentes

contextos do setor turístico, desde a elaboração de planos de negócios até a análise de mercado. Assim, o egresso é capaz de atuar de forma estratégica, identificando oportunidades e propondo soluções inovadoras para empreendimentos turísticos.

Portanto, a formação oferecida pela UFMS demonstra que a ausência de uma disciplina específica não compromete a preparação para a consultoria, já que os conteúdos de gestão presentes no PPC suprem essa demanda. O curso valoriza a integração entre teoria e prática, preparando o bacharel para enfrentar os desafios do mercado com visão crítica e capacidade de tomada de decisão. Dessa forma, o egresso se torna apto a contribuir para o desenvolvimento do turismo, oferecendo consultorias que aliam conhecimento técnico e competências gerenciais.

Contudo, é fundamental observar a metodologia empregada pelos docentes na distribuição das horas entre teoria e prática, visto que a distribuição detalhada não é fornecida no PPC, sendo apenas informado que todas as disciplinas são Atividades Teórico-Práticas – ATP-D.

Análise das oportunidades atuais para bacharéis em Turismo na área de consultoria, considerando a perspectiva do estado de Mato Grosso do Sul

É fundamental ressaltar que atuar no setor turístico representa um desafio considerável, visto que muitos profissionais dessa área enfrentam condições de trabalho desgastantes, caracterizadas pela jornada de trabalho 6x1, contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, remuneração baixa e a necessidade de trabalhar em

feriados e finais de semana. Esse cenário, característico das funções operacionais do setor, tem levado muitos bacharéis a buscar alternativas de inserção profissional que ofereçam maior valorização, flexibilidade e reconhecimento.

Além disso, atualmente as oportunidades de inserção no mercado de trabalho para o bacharel em Turismo no estado de Mato Grosso do Sul são consideravelmente mais amplas do que as funções tradicionalmente associadas à área, tais como recepcionistas em meios de hospedagem ou agentes de viagens.

Contudo, o perfil profissional exigido pelo setor demanda competências em gestão, planejamento estratégico e inovação, permitindo que o egresso atue em diferentes segmentos, desde o desenvolvimento de projetos turísticos até a análise de políticas públicas e a implementação de soluções voltadas à sustentabilidade e à competitividade de negócios e destinos.

Nesse contexto, a consultoria em turismo também surge como uma possibilidade estratégica, pois permite ao profissional atuar de forma autônoma, aplicando seus conhecimentos em gestão, planejamento e inovação para atender empresas, destinos e instituições públicas.

A consultoria amplia o campo de atuação, possibilitando ao egresso desenvolver projetos personalizados, elaborar diagnósticos de mercado, propor soluções sustentáveis e contribuir para a competitividade do setor, afastando-se das limitações impostas pelas funções tradicionais e abrindo espaço para uma carreira mais dinâmica, valorizada e rentável.

Assim, a consultoria em turismo surge como uma das áreas mais promissoras, pois exige do profissional a capacidade de diagnosticar problemas, propor soluções e implementar estratégias que fortaleçam a competitividade de empresas e destinos. O consultor pode atuar em projetos de reestruturação de empreendimentos turísticos, elaboração de planos municipais de turismo, desenvolvimento de produtos inovadores e capacitação de equipes.

Dessa maneira, o egresso tem a possibilidade de inserção no mercado de consultorias em turismo em Mato Grosso do Sul por meio dos editais de credenciamento do Sistema "S", sendo eles atualmente o SENAR, o SENAC e o SEBRAE que demandam frequentemente profissionais qualificados para consultorias e instrutorias técnicas.

SENAR-AR/MS: Assistência Técnica e Gerencial – ATeG Agroturismo

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul, denominado como SENAR-AR/MS é uma entidade privada, sem fins lucrativos, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Ele oferece capacitação profissional, assistência técnica e gerencial, e atividades de promoção social gratuitas para produtores e trabalhadores rurais, visando melhorar a produtividade e qualidade de vida no campo (CNA, 2026).

O programa de Assistência Técnica e Gerencial – ATeG, constitui uma metodologia inovadora que combina orientação técnica com gestão empresarial, buscando promover a profissionalização da atividade agropecuária e a sustentabilidade das propriedades rurais brasileiras. Estruturado

em etapas que envolvem diagnóstico inicial, planejamento, execução acompanhada e avaliação de resultados, o ATeG tem sido aplicado em diversas cadeias produtivas, inclusive no turismo, sempre com foco na eficiência produtiva, na gestão racional dos recursos e na melhoria da rentabilidade (SENAR, 2024).

No Mato Grosso do Sul, o SENAR destacou-se como pioneiro ao implantar a ATeG Agroturismo, ampliando o escopo da metodologia para além da produção agropecuária e reconhecendo o potencial do turismo rural como estratégia de diversificação econômica e valorização cultural (SENAR, 2024).

Esse projeto iniciou em 2022/2023 com inscrições para Credenciamento de Pessoas Jurídicas para integrar o Cadastro de Prestadores de Serviços de Assistência Técnica e Gerencial – ATeG, por meio de editais específicos, que buscam bacharéis em Turismo para atuar como Técnico de Campo. Esse profissional é responsável pelo atendimento direto aos produtores rurais por meio de ações de assistência técnica e gerencial e de extensão rural, visitas às propriedades, tendo como foco a orientação para gestão e técnicas relacionadas às atividades desenvolvidas e/ou com potencial de desenvolvimento na propriedade (SENAR, 2024).

Nesse sentido, a inserção do bacharel em Turismo na ATeG Agroturismo ultrapassa a dimensão das disciplinas técnicas e teóricas, pois o próprio programa se define como gerencial, o que torna indispensável a presença de conteúdos voltados à gestão. Assim, disciplinas de administração, planejamento estratégico, economia, inovação e hospitalidade tornam-se fundamentais para que o profissional con-

siga atuar de forma integrada, articulando o conhecimento acadêmico com as demandas práticas do campo.

A matriz curricular dos cursos de Turismo deve considerar as novas exigências do mercado, que demandam um aumento significativo na carga horária destinada às atividades práticas, de extensão e estágio obrigatório. Essa ênfase na vivência direta com a realidade rural é reforçada pelo requisito mínimo do edital, que exige experiência comprovada na cadeia produtiva a ser assistida, sendo admitidas, inclusive, as experiências adquiridas em estágio.

Dessa forma, a participação do bacharel em Turismo na ATeG Agroturismo não apenas qualifica o processo de assistência técnica e gerencial, mas também amplia o alcance social e econômico do programa. Ao unir a formação acadêmica com a prática no campo, o profissional contribui para a diversificação da renda rural, para a valorização cultural e para a consolidação do turismo como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Essa integração entre teoria e prática fortalece a credibilidade da ATeG Agroturismo e garante que os produtores atendidos recebam suporte especializado capaz de transformar suas propriedades em empreendimentos turísticos competitivos, alinhados às exigências do mercado e às necessidades das comunidades locais.

A ATeG Agroturismo atualmente atende quatro regiões do estado: Campo Grande, Grande Dourados, Bolsão e Pantanal. A inscrição da pessoa jurídica interessada em participar do processo de credenciamento deverá ser feita com o preenchimento completo dos dados cadastrais e do relato de experiência, observando os requisitos correspon-

dentes às áreas de conhecimento pretendidas, neste caso, o turismo, e optando pela natureza da prestação de serviços, como Técnico de Campo. Ressalta-se que há um edital aberto para este processo: Edital 001/2024 ATeG com fundamento no artigo 20 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senar (SENAR, 2024).

Consultor credenciado SENAC/MS: Turismo

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC consolidou-se como uma das principais instituições de educação profissional no Brasil, sendo amplamente reconhecido pela oferta de cursos de qualificação e técnicos, que representam sua maior visibilidade junto ao público em geral. Entretanto, sua atuação é mais abrangente, incluindo também cursos de graduação e especialização, além de programas voltados para a formação continuada. Essa diversidade de modalidades evidencia o papel estratégico do Senac na formação de mão de obra qualificada e na promoção da inserção profissional em diferentes setores da economia (SENAC, 2023).

O que poucas pessoas sabem é que o SENAC/MS também oferece consultorias a empresas, com o objetivo de compreender suas realidades e propor soluções baseadas em resultados. Essas consultorias abrangem diversas áreas, incluindo Gestão e Finanças, Comércio, Tecnologia da Informação, Gastronomia, Beleza, Saúde, *Design*, Meio Ambiente e Turismo (SENAC, 2025).

No contexto atual, o SENAC/MS disponibiliza editais para o credenciamento de empresas e seus respectivos consultores para a prestação de serviços de consultoria. Conforme o

Anexo II do Edital 2025 (regido pelas Resoluções SENAC n° 1.270/2024 e n° 494/2010), há duas possibilidades de inserção: uma na área de Turismo e outra na área de Hospedagem, ambas no Eixo: Turismo, Hospitalidade e Lazer (SENAC, 2025).

Além disso, SENAC/MS participa de diversos programas e projetos que podem ampliar as possibilidades de atuação do bacharel em Turismo na consultoria. O Programa DEL Turismo, criado em 2012 no estado de Santa Catarina, constitui uma estratégia de desenvolvimento econômico local sustentável que visa fortalecer o turismo como vetor de geração de renda e melhoria da qualidade de vida nas comunidades.

O DEL Turismo adota uma metodologia participativa que envolve a sociedade civil, o poder público e o setor produtivo, promovendo a construção de políticas públicas de longo prazo baseadas nas forças endógenas de cada território. Essa abordagem é financiada pelo Ministério para a Cooperação e o Desenvolvimento da República Federal da Alemanha – *BMZ,* por intermédio da Fundação para o Desenvolvimento Econômico e a Qualificação Profissional – SEQUA, o que garante suporte metodológico e técnico internacional (Instituto DEL, 2012).

O Programa DEL Turismo encontra-se em operação no Mato Grosso do Sul desde o ano de 2022, fruto de uma parceria entre a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomércio/MS, o SENAC/MS e o Instituto DEL. A iniciativa atua em municípios como Corguinho e Pedro Gomes, com foco na sustentabilidade, na valorização cultural e no fortalecimento da infraestrutura turística (SENAC, 2022).

Além deste programa, o Sistema Fecomércio e o SENAC/MS também participam do projeto "Vai Turismo – Rumo ao

Futuro", iniciativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, que representa um movimento nacional composto por indivíduos e organizações comprometidos em contribuir com propostas que impulsionem o setor de turismo, especialmente após os impactos da pandemia COVID-19 (CNC, 2021).

Como se pode observar, o bacharel em Turismo credenciado pelo SENAC/MS apresenta maior aderência às diversas possibilidades de atuação, especialmente pela relação direta entre as disciplinas ofertadas nos cursos de Turismo do estado e as demandas práticas do mercado.

Essa integração entre teoria e prática reforça a relevância da formação acadêmica, ao mesmo tempo em que amplia o campo de atuação do profissional. Contudo, conforme disposto no Anexo VI do Edital 2025, (regido pelas Resoluções SENAC n° 1.270/2024 e n° 494/2010) os consultores interessados no credenciamento devem apresentar obrigatoriamente atestados de capacidade técnica com carga mínima de 100 horas, seja em um único documento ou em somatório, para cada área e subárea em que pretendem atuar (SENAC, 2025).

Esses atestados funcionam como comprovação da experiência profissional, o que pode se tornar um obstáculo para egressos de cursos de Turismo que oferecem carga horária reduzida em estágios obrigatórios, limitando a possibilidade de comprovação prática exigida pelo edital.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma reflexão sobre a adequação entre as exigências institucionais e a realidade dos cursos de Turismo ofertados em Mato Grosso do Sul. A obrigatoriedade de comprovação

mínima de 100 horas de experiência técnica, embora assegure a qualidade e a credibilidade dos consultores credenciados, pode restringir a inserção de recém-formados que ainda não tiveram oportunidade de acumular vivências práticas mais extensas.

Por outro lado, essa exigência também pode ser interpretada como um estímulo para que as instituições de ensino superior ampliem a carga horária destinada aos estágios e às atividades de extensão, fortalecendo a formação prática dos estudantes e aproximando-os das demandas reais do mercado. Assim, o credenciamento no SENAC/MS, ao mesmo tempo em que garante rigor técnico, também provoca um movimento de readequação curricular e institucional, contribuindo para a consolidação de um perfil profissional mais robusto e alinhado às necessidades do setor turístico.

Consultor/Instrutor credenciado SEBRAE/MS: Turismo

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, exerce um papel estratégico no fortalecimento das empresas brasileiras, sobretudo micro e pequenas, ao oferecer capacitação em gestão, marketing, finanças e inovação, além de consultorias especializadas que auxiliam na tomada de decisões e na melhoria da competitividade.

Nesse sentido, o campo das consultorias e instrutorias são um diferencial do SEBRAE ao oferecer suporte técnico e gerencial altamente especializado para micro e pequenas empresas, atuando como um verdadeiro parceiro estratégico no desenvolvimento dos negócios. Por meio de programas de consultoria individualizada, oficinas coletivas e

acompanhamento contínuo, a instituição auxilia empreendedores na tomada de decisões, na organização administrativa, na gestão financeira e na implementação de práticas inovadoras.

Além disso, suas instrutorias contribuem para a capacitação de empresários e colaboradores, promovendo a atualização constante em áreas como marketing, planejamento, inovação e sustentabilidade. Essa atuação fortalece a competitividade das empresas, amplia sua capacidade de adaptação às mudanças do mercado e consolida o SEBRAE como referência nacional na promoção do empreendedorismo e da qualificação empresarial (SEBRAE, 2025).

Assim, o SEBRAE não apenas fortalece apenas as micro e pequenas empresas, mas também cria oportunidades para que profissionais especializados, como os bacharéis em Turismo, atuem como agentes de transformação. Essa inserção contribui para a profissionalização do setor, para a diversificação da economia local e para a consolidação do turismo como vetor de desenvolvimento regional.

Ao unir a expertise técnica do SEBRAE com a formação acadêmica dos consultores credenciados, estabelece-se um ambiente favorável à inovação e à competitividade, capaz de gerar impactos positivos tanto para os empreendedores quanto para as comunidades atendidas.

Para isso, o Edital SGF n.º 02/2020, versão 13, republicado em 3 de novembro de 2025, encontra-se aberto para o credenciamento de fornecedores que desejem integrar o Cadastro de Fornecedores de Serviços de Consultoria e Instrutoria do SEBRAE/MS, conforme estabelecido neste Edital. O credenciamento se baseia no Artigo 5º, inciso VI, Artigo 14º,

inciso VII, e Artigos 22 e 23 do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pela Resolução CDN 493/2024, de 27 de junho de 2024 (SEBRAE, 2025).

Assim, conforme o edital mencionado, existem duas possibilidades de credenciamento para bacharéis em Turismo, segundo o SEBRAE (2025, p. 4):

> [...] Consultoria: objetiva promover, diagnóstico e mudanças determinadas a partir dos resultados esperados, com a finalidade de promover seu desenvolvimento sustentável e a melhoria de sua competitividade; Instrutoria: Prática de ensinar, orientar ou treinar grupos em uma área específica de conhecimento ou habilidade aplicando conteúdos teórico-práticos [...].

Entretanto, para que os bacharéis em Turismo possam se credenciar como consultores e/ou instrutores do SEBRAE/MS, é imprescindível a apresentação de atestados de capacidade técnica com o dobro da carga horária mínima estabelecida no Edital 2025 do SENAC/MS. Em outras palavras, são necessárias 200 horas de prestação de serviços em cada área (Desenvolvimento Setorial) e subárea (Turismo) de conhecimento na qual o candidato se inscrever, considerando a natureza da prestação de serviços, seja consultoria ou instrutoria (SEBRAE, 2025).

Dessa forma, a inserção do bacharel em Turismo formado nos cursos de Mato Grosso do Sul no processo de credenciamento do SEBRAE/MS apresenta elevada complexidade, sobretudo diante das exigências estabelecidas em edital. O documento determina que os consultores apresentem atestados de capacidade técnica com, no mínimo, 200 horas de prestação de serviços, não sendo aceitos com-

provantes oriundos de trabalhos voluntários, permutas, estágios ou bolsas (SEBRAE, 2025).

Essa condição cria uma barreira significativa para recém-formados, uma vez que a carga horária prática oferecida nos cursos de Turismo do estado, especialmente nos estágios obrigatórios, é insuficiente para atender ao requisito. Assim, a experiência acadêmica, por si só, não garante a habilitação necessária para o credenciamento, exigindo estratégias adicionais de inserção profissional.

Nesse cenário, o bacharel em Turismo precisa buscar alternativas que ultrapassem as barreiras institucionais impostas pelo edital. Uma possibilidade é a oferta de consultorias gratuitas a empreendimentos turísticos locais, como forma de acumular horas de experiência prática reconhecível e documentada. Essa estratégia, além de atender às exigências formais do SEBRAE/MS, contribui para o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo em que permite ao recém-formado consolidar sua atuação profissional e ampliar sua rede de contatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eficácia de um consultor de turismo está intrinsecamente ligada à solidez de sua base acadêmica em gestão. Uma matriz curricular robusta não deve ser encarada apenas como um conjunto de conteúdos programáticos, mas como o alicerce estratégico indispensável para a tomada de decisão em cenários de incerteza.

No mercado de consultoria, a transição entre o conhecimento acadêmico e a entrega profissional exige o desenvolvimento de competências analíticas complexas, onde a gestão atua como o pilar central. Sem essa base, o egresso carece do ferramental necessário para realizar diagnósticos sistêmicos e proposições de valor que garantam a sustentabilidade de empreendimentos e destinos. E sem a devida evolução desta densidade gerencial, a formação permanecerá restrita ao campo acadêmico, falhando em entregar ao mercado o consultor estratégico que o turismo sul-mato-grossense exige.

Portanto, a formação do bacharel em Turismo precisa estar alinhada às exigências mercadológicas contemporâneas, que vão muito além das funções operacionais tradicionais. O mercado demanda profissionais capazes de atuar em consultoria estratégica, tanto em empresas privadas quanto em órgãos públicos, desenvolvendo projetos que integrem inovação, sustentabilidade e competitividade.

Essa realidade evidencia a necessidade de currículos acadêmicos que ampliem a presença de disciplinas voltadas à gestão e proporcionem experiências práticas e extensionistas, preparando o egresso para atuar de forma crítica e diferenciada em um setor cada vez mais dinâmico e competitivo.

Em se tratando de credenciamento, esses editais representam uma oportunidade estratégica, pois permitem ao bacharel aplicar seus conhecimentos em gestão, planejamento e inovação em projetos voltados ao fortalecimento do setor turístico. Além disso, a atuação junto ao Sistema "S" garante maior reconhecimento profissional, já que essas instituições são referências nacionais em capacitação e desenvolvimento empresarial, ampliando o campo de atuação do consultor em turismo.

A inserção por meio desses editais também evidencia a necessidade de uma formação acadêmica sólida, que prepare o egresso para atender às exigências mercadológicas contemporâneas. O consultor precisa dominar ferramentas de diagnóstico, elaborar planos de ação e propor soluções inovadoras que contribuam para a competitividade de destinos e empreendimentos turísticos.

Portanto, os editais de credenciamento do SENAR, SENAC e SEBRAE configuram-se como uma porta de entrada relevante para o bacharel em Turismo que busca se afastar das funções operacionais tradicionais e construir uma carreira voltada à consultoria e à gestão. Essa possibilidade amplia o horizonte profissional, permitindo que o egresso atue em projetos de grande impacto social e econômico, fortalecendo o turismo como vetor de desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo, reforça a importância de currículos acadêmicos que contemplem disciplinas de gestão e práticas extensionistas, garantindo que os futuros consultores estejam preparados para responder às demandas complexas e dinâmicas do mercado turístico. Dessa maneira, essa atuação demanda sólida formação em gestão e inovação, além de habilidades práticas que permitam transformar conhecimento acadêmico em resultados aplicados.

Por fim, cabe ressaltar que a análise crítica dos dados evidencia não apenas a disparidade entre a formação em gestão e prática nos cursos de Turismo de Mato Grosso do Sul, mas também a dificuldade de encontrar referências nacionais e internacionais consolidadas sobre consultoria em turismo.

Essa ausência de bibliografia especializada revela uma lacuna teórica importante, que limita a sustentação acadêmica de pesquisas e práticas voltadas para a consultoria no setor. Tal cenário deve ser entendido como um estímulo à produção científica, incentivando pesquisadores a ampliar o debate e a sistematizar experiências que ainda se encontram dispersas. Um exemplo concreto dessa carência foi a necessidade de ampliar o recorte temporal da presente pesquisa, justamente para abarcar diferentes iniciativas e práticas que não estão devidamente registradas em literatura especializada. Essa dificuldade de acesso a referências demonstra que o campo da consultoria em turismo permanece em construção, exigindo esforços de investigação e sistematização que possam consolidar bases teóricas e metodológicas.

Assim, a lacuna identificada não deve ser vista apenas como um obstáculo, mas como uma oportunidade para que novas pesquisas fortaleçam a área e contribuam para o reconhecimento da consultoria em turismo como um eixo estratégico de desenvolvimento acadêmico e profissional.

REFERÊNCIAS

ANA, Wallace; LEMOS, Glen. METODOLOGIA CIENTÍFICA: a pesquisa qualitativa nas visões de lüdke e andré. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [S. l.], v. 4, n. 12, p. 531-541, 30 nov. 2018. Faculty of Education, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21920/recei72018412531541. Acesso em: 29 mar. 2026.

BARBOSA, Cláudio Marcelo Ribeiro; RIBEIRO, Rozilton Sales; CORRÊA, Solange Rodrigues dos Santos. Nova lei de licitações: o papel da consultoria na superação dos desafios da gestão pública. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 8, p. 676-697, 7 ago. 2025. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciencias e

Educacao. Disponível em: http://dx.doi.org/10.51891/rease.v11i8.20259. Acesso em: 1 mar. 2026.

BEREZNOY, Alexey. Adapting to Disruptive Changes in the Digital World: management consulting majors. **Foresight And Sti Governance**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 16-27, 19 set. 2024. National Research University, Higher School of Economics (HSE). Disponível em: http://dx.doi.org/10.17323/2500-2597.2024.3.16.27. Acesso em: 12 mar. 2026.

BINYTSKA, Kateryna. Features of digitalization in the process of professional training of specialists in the tourism industry. **Continuing Professional Education**: Theory and Practice, [S. l.], v. 75, n. 2, p. 53-60, 2023. Borys Grinchenko Kyiv University. Disponível em: http://dx.doi.org/10.28925/1609-8595.2023.2.6. Acesso em: 17 mar. 2026.

CAMPO, Catherine; NUESTRO, Kaycee; GUZMAN, Rhea de; SRECHOMPHOO, Daileen Mae; TAMBOONG, Florence; MAYOT, Marah; SALESS, Ronalene. Workplace Competency of Tourism Management Graduates: a qualitative employer feedback study. **Journal Of Tertiary Education And Learning**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 121-130, 9 ago. 2025. E-palli. Disponível em: http://dx.doi.org/10.54536/jtel.v3i2.5087. Acesso em: 13 mar. 2026.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CHEER, Joseph Martin; LEW, Alan A. Understanding tourism resilience. **Tourism, resilience and sustainability**, [S. l.], p. 3-17, 7 ago. 2017. Routledge. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4324/9781315464053-1. Acesso em: 13 mar. 2026.

CHILBA, Simona. Business Models Updated for a Digitalized and Sustainable World. **Advances in marketing, customer relationship management, and e-services**, [S. l.], p. 228-250, 30 jun. 2024. IGI Global. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4018/979-8-3693-6813-8.ch010. Acesso em: 18 mar. 2026.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Senar:** Assistência Técnica e Gerencial. Brasília, DF: CNA, 2026.

Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/assistencia-tecnica-e-gerencial. Acesso em: 7 abr. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Programa Vai Turismo:** rumo ao futuro. Brasília/DF: CNC, 2012. Disponível em: https://vaiturismo.portaldocomercio.org.br/. Acesso em: 8 abr. 2026.

CUNHA, Mara Rúbia Tavares; GALVÃO, Alcêdo Pinheiro. Formação acadêmica e o mercado de trabalho: um estudo dos egressos do curso de turismo/UERN-núcleo de touros-rn. **Revista Brasileira dos Observatórios de Turismo – Rebot**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 52-69, 31 jul. 2023. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: http://dx.doi.org/10.59776/2764-5835.2023.5227. Acesso em: 3 mar. 2026.

DONTHU, Naveen; KUMAR, Satish; MUKHERJEE, Debmalya; PANDEY, Nitesh; LIM, Weng Marc. How to conduct a bibliometric analysis: an overview and guidelines. **Journal Of Business Research**, [S. l.], v. 133, p. 285-296, set. 2021. Elsevier BV. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.04.070. Acesso em: 3 mar. 2026.

FAIRCHILD, Claudia Helen. A Complex Consulting Architecture for Sustainable Business Model Transformation in Small and Medium-Sized Enterprises under Global Economic Volatility. **The American Journal of Social Science and Education Innovations**, 7(06), p.49–54, 2025. Disponível em: https://theamericanjournals.com/index.php/tajssei/article/view/7467. Acesso em: 17 mar. 2026.

GARCÍA, Rosa María Rivas; BUDAR, Ma. del Rocio Vega. Professional Training in Tourism Through Hybrid Learning in Relation to Target 4.c of Sustainable Development Goal 4 Quality Education. **Advances In Educational Marketing, Administration, And Leadership**, [S. l.], p. 185-206, 5 dez. 2023. IGI Global. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4018/979-8-3693-0094-7.ch008. Acesso em: 3 mar. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GÖSSLING, Stefan; SCOTT, Daniel; HALL, C. Michael. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of covid-19. **Journal Of Sustainable Tourism**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 1-20, 27 abr. 2020. Informa UK Limited. Disponível em:

http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708. Acesso em: 23 mar. 2026.

HÖLLERER, Markus A.; SHINKLE, George A.; GEORGE, Gerard; MAIR, Johanna; PAN, Shan L.; TIM, Yenni; COLLINGS, David G. "Digital Sustainability": addressing managerial, organizational, and institutional challenges. **Academy Of Management Perspectives**, [S. l.], v. 0, n. 0, p. 1-23, 9 fev. 2026. Academy of Management. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5465/amp.2025.0278. Acesso em: 12 mar. 2026.

INSTITUTO DEL. **Programa DEL Turismo**. Florianópolis, SC: INSTITUTO DEL, 2021. Disponível em: https://institutodel.org.br/del-turismo/. Acesso em: 8 abr. 2026.

KANDAMPULLY, Jay; ZHANG, Tingting(Christina); JAAKKOLA, Elina. Customer experience management in hospitality. **International Journal Of Contemporary Hospitality Management**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 21-56, 8 jan. 2018. Emerald. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1108/ijchm-10-2015-0549. Acesso em: 3 mar. 2026.

LI, Kunze. Enterprise Innovation and Sustainable Development Strategy in the Era of Digital Economy. **International Journal Of Global Economics And Management**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 389-396, 28 set. 2024. Warwick Evans Publishing. Disponível em: http://dx.doi.org/10.62051/ijgem.v4n2.43. Acesso em: 3 mar. 2026.

LUNGU, Ecaterina; ONOI, Mihail; NASTAS, Natalia; CONSTANTINESCU, Oana Verona. Staged Professional Training of Tourism Specialists in the Higher Education System in the Context of Social and Economic Crises. **Revista Romaneasca Pentru Educatie Multidimensionala**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 207-218, 28 nov. 2023. Asociatia LUMEN. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18662/rrem/15.4/789. Acesso em: 1 abr. 2026.

MELO, Carla; VASCONCELOS, Sandra. Tourism professional skills: a shared perspective from the industry and academia. **Edulearn Proceedings**, [S. l.], v. 1, p. 8788-8794, jul. 2024. IATED. Disponível em http://dx.doi.org/10.21125/edulearn.2024.2113. Acesso em: 9 abr. 2026.

OARUE-ITSEUWA, Esioze. Artificial Intelligence's Impact of the Management Consultancy Sector over the Next Five Years. **Management Consulting Journal**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 49-58, 1 jan. 2024. Walter de Gruyter GmbH. Disponível

em:http://dx.doi.org/10.2478/mcj-2024-0005. Acesso em: 1 abr. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The Future of Work in Tourism**. OECD Publishing, 2022.

PREKO, Alexander; ANYIGBA, Hod. The tourism and hospitality career progression pathway. **International Hospitality Review**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 54-80, 22 jul. 2022. Emerald. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1108/ihr-02-2022-0005. Acesso em: 3 abr. 2026.

RADOV, Mariana. Emerging trends in business and management consulting. **Eastern European Journal For Regional Studies**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 30-49, dez. 2022. Academy of Economic Studies. Disponível em: http://dx.doi.org/10.53486/2537-6179.8-2.03. Acesso em: 4 abr. 2026.

RICHARDS, Greg. Rethinking Cultural Tourism. **Research Gate**, [S. l.], p. 1-29, 6 abr. 2021. Edward Elgar Publishing. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4337/9781789905441. Acesso em: 3 abr. 2026.

SAMOKHVALOV, Konstantin. The Transformative Impact of Artificial Intelligence on the Management Consultancy Sector. **Management Consulting Journal**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 59-68, 1 jan. 2024. Walter de Gruyter GmbH. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2478/mcj-2024-0006. Acesso em: 3 abr. 2026.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Edital de Credenciamento de Fornecedores de Serviços de Consultoria e/ou Instrutoria.** Edital SGF n° 02/2020. Versão 13, republicação em 03 de novembro de 2025. Campo Grande, MS: SEBRAE, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1fteJNYks6wG2kKmTeXYt9RgKa-3HgRri. Acesso em: 8 abr. 2026.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Sobre o Sebrae. Brasília/DF: SEBRAE Nacional, 2021. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos. Acesso em: 8 abr. 2026.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. **Edital de Credenciamento 2025**. Credenciamento de Pessoas Jurídicas para Assessoria/Consultoria. Resoluções SENAC n°

1.270/2024 e n° 494/2010. Campo Grande, MS: SENAC, 2025. Disponível em: https://ms.senac.br/Portals/0/adam/Content/Dkl51LeHHEyKnN9JTcfC2Q/Link/EDITAL%20NOVO%202025.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. **Programa DEL Turismo**. Campo Grande, MS: SENAC, 2022. Disponível em: https://ms.senac.br/del-turismo. Acesso em: 8 abr. 2026.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. **Sobre o SENAC**. Campo Grande, MS: SENAC, 2023. Disponível em: https://ms.senac.br/senac/sobre-nos. Acesso em: 8 abr. 2026.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Edital de Credenciamento nº 001/2024**. Credenciamento de Pessoas Jurídicas para Assistência Técnica e Gerencial – ATeG. Campo Grande, MS: SENAR, 2024. Disponível em: https://senarms.org.br/sites/default/files/processoseletivo/Credenciamento_ATeG_001-2024%20-%20Clicksign_1_0.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

SOLTYS, Olena. Market trends and strategic directions for the development of international consulting. **VIII International Scientific And Practical Conference "Scientific Practice**: modern and classical research methods", [S. l.], p. 11-16, 5 set. 2025. LLC Boston Data Science Group. Disponível em: http://dx.doi.org/10.36074/logos-05.09.2025.001. Acesso em: 8 abr. 2026.

STANGL, Brigitte; LI, Yu; MA, Emily; XU, Shi; ALSAIED, Mai. Transferable skills in tourism and hospitality. **Annals Of Tourism Research**, [S. l.], v. 109, p. 103854, nov. 2024. Elsevier BV. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.annals.2024.103854. Acesso em: 7 abr. 2026.

STRUEBER, Robin; BOOJIHAWON, Dev K. (Roshan); BRYSON, John R. Identifying Corporate Innovative Sustainability Strategies in Consultancy Reports: a systematic (grey) literature review. **Business Strategy And The Environment**, [S. l.], v. 34, n. 6, p. 6754-6772, maio 2025. Wiley. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1002/bse.4323. Acesso em: 6 abr. 2026.

TARIQ, Muhammad Usman. Leveraging Open Innovation for Sustainable Growth in the Digital Era. **Advances In Business Strategy And Competitive Advantage**, [S. l.], p. 157-192, 3 out. 2024. IGI Global. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4018/979-8-3693-3759-2.ch007. Acesso em: 5 abr. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo:** bacharelado. Campo Grande, MS: UEMS, out. 2024. Disponível em: https://www.uems.br/anexos/download/21951. Acesso em: 3 abr. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo:** bacharelado. Dourados, MS: UEMS, 2022. Disponível em: https://www.uems.br/anexos/download/8041. Acesso em: 3 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo:** bacharelado. Campo Grande, MS: UFMS, 2025. Disponível em: https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=581183. Acesso em: 3 abr. 2026.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism for Development and Sustainability**. Madrid: UNWTO, 2022.

VIEIRA, Carine Simas; MORAES, Edilaine Albertino de; ARCURI, Alice Gonçalves; ROSA, Anne Bastos Martins. Formei, e agora? Refletindo com os egressos do curso de Turismo da UFJF sobre o mercado de trabalho na cidade de Juiz de Fora/MG em tempos de pandemia. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 84-109, 16 ago. 2022. Núcleo de Pesquisa em Turismo da Unigranrio. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17648/raoit.v16n2.7039. Acesso em: 4 abr. 2026.

WEHNER, Désirée. 1. Einleitung. **Die Digitale Transformation In Der Managementberatung**, [S. l.], p. 1-4, 2023. Tectum – ein Verlag in der Nomos Verlagsgesellschaft. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5771/9783828850231-1. Acesso em: 2 abr. 2026.

YOUSSEF, Adel Ben. Twin Transition: digital transformation pathways for sustainable innovation. **Preprints**, [S. l.], v. 0, n. 0, p. 1-21, 10 jun. 2025. MDPI AG. http://dx.doi.org/10.20944/preprints202506.0739.v1. Acesso em: 1 abr. 2026.

CAPÍTULO 6



Rota Bioceânica: da infraestrutura à comercialização turística

Thiago Andrade Asato

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.6

ROTA BIOCEÂNICA: DA INFRAESTRUTURA À COMERCIALIZAÇÃO TURÍSTICA

Thiago Andrade Asato[1]

RESUMO: Este estudo analisa o processo de consolidação da Rota Bioceânica enquanto eixo de integração turística sul-americana, com foco nas etapas de infraestrutura, capacitação e comercialização de produtos turísticos ao longo do corredor rodoviário que conecta Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. O objetivo é discutir como a formação de uma base adequada de infraestrutura e a qualificação de atores locais influenciam a estruturação e a futura comercialização de roteiros turísticos integrados entre os países envolvidos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica, documental e em observações sobre o desenvolvimento territorial e turístico das cidades que compõem o itinerário da rota, com destaque para as regiões de fronteira entre Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai). O estudo discute ainda elementos estruturantes do turismo, como transporte, meios de hospedagem, alimentação, serviços urbanos e governança institucional, além da importância de ações de capacitação e cooperação entre poder público, trade turístico, academia e comunidade local. Os resultados apontam que a consolidação da Rota Bioceânica como destino turístico depende da articulação entre infraestrutura física, qualificação profissional e estratégias integradas de marketing e roteirização internacional. Conclui-se que a fase de comercialização tende a ocorrer após a finalização das obras estruturantes e a consolidação de serviços básicos, permitindo a criação de circuitos turísticos integrados e diversificados, capazes de estimular fluxos de visitantes e ampliar as oportunidades de desenvolvimento regional. Nesse contexto, a Rota Bioceânica apresenta potencial para se consolidar como um novo eixo de turismo rodoviário e internacional no Cone Sul.

Palavras-chave: Rota Bioceânica; Infraestrutura; Capacitação; Comercialização.

[1] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: thiago.asato@uems.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/8067290878008371.

BIOCEANIC ROUTE: FROM INFRASTRUCTURE TO TOURISM COMMERCIALIZATION

ABSTRACT: This study analyzes the consolidation process of the Bioceanic Route as a South American tourism integration corridor, focusing on the stages of infrastructure development, capacity building, and the commercialization of tourism products along the road corridor connecting Brazil, Paraguay, Argentina, and Chile. The objective is to discuss how the establishment of adequate infrastructure and the qualification of local stakeholders influence the structuring and future commercialization of integrated tourism itineraries among the countries involved. Methodologically, this research adopts a qualitative approach, based on bibliographic and documentary analysis, as well as observations regarding the territorial and tourism development of the cities along the route, with emphasis on the border regions of Porto Murtinho (Brazil) and Carmelo Peralta (Paraguay). The study examines structural elements of tourism such as transportation, accommodation, food services, urban infrastructure, and institutional governance, in addition to highlighting the importance of training initiatives and cooperation among public authorities, the tourism trade, academia, and local communities. The results indicate that the consolidation of the Bioceanic Route as a tourism destination depends on the articulation between physical infrastructure, professional qualification, and integrated strategies of marketing and itinerary planning at the international level. It is concluded that the commercialization phase will likely occur after the completion of major infrastructure works and the consolidation of essential services, enabling the creation of diversified and integrated tourism circuits capable of stimulating visitor flows and expanding opportunities for regional development. In this context, the Bioceanic Route presents strong potential to consolidate itself as a new axis of road-based and international tourism in the Southern Cone.

Keywords: Bioceanic Route; Infrastructure; Capacity Building; Commercialization.

INTRODUÇÃO

A Rota Bioceânica encontra-se em fase de concretização da base de infraestrutura. A partir do findar dessa fase, devem-se iniciar os acordos de comercialização de roteiros turísticos entre os países que a compõem. Viagens de negó-

cios e lazer devem crescer gradativamente, não necessariamente considerando o percurso rodoviário total da rota, mas em somatório a outros meios de transporte, como o caso das viagens aéreas entre metrópoles ou cidades próximas à fronteira, a depender da malha aérea disponível, que certamente se consolidará concomitantemente à abertura do trecho rodoviário.

O desenvolvimento do turismo na Rota está intrinsicamente ligado ao desenvolvimento dos meios de transporte e tudo o que envolve o entorno do Corredor, como pontos de apoio, disponibilização de meios de comunicação, alojamentos e alimentação.

Os primeiros estudos científicos sobre esse novo caminho rodoviário apontavam para questionamentos do tipo: O que acontecerá primeiro, a viagem com motivação para o lazer ou a viagem focada na logística, nesse caso baseada predominantemente no transporte de carga? Com a proximidade da concretização da ponte binacional entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, a ênfase pré-construção da ponte aponta a viabilidade inicial para o deslocamento de viajantes de pernoite com o intuito do transporte de cargas.

Em linhas gerais, o transporte motivado para cargas, além de condicionar viagens em que a pessoa condutora do veículo viaja quase sempre sozinha, é totalmente diferente do perfil do viajante de lazer. Enquanto o freteiro não carrega uma motivação turística, o turista pressupõe uso dos elementos básicos que compõem a comercialização turística, como transporte de qualidade, opções de meios de hospedagem e de alimentação. Nesse ponto, estamos mencionando itens básicos que devem estar disponíveis em uma rota de

turismo. Ainda, tratando-se de uma rota entre países, a partir desse tripé transporte-hospedagem-alimentação, as cidades que permeiam o novo caminho rodoviário devem compor em seus respectivos planos diretores outros elementos combinados como infraestrutura de saúde, segurança, educação, cultura, indústria, comércio, justiça, obras públicas, energia e trabalho, dentre outros.

A condução do último Plano Diretor de Porto Murtinho, uma das cidades eixo de desenvolvimento da Rota Bioceânica, previu um aumento na quantidade de leitos em postos de saúde na cidade, uma vez que a estrutura de saúde do município acaba contemplando o uso de pacientes oriundos do Paraguai, e com a possibilidade de grande fluxo de pessoas na região a partir da rota, sugere que somente esse aumento de leitos pode ainda ser insuficiente.

Carmelo Peralta, pela localização privilegiada, em fronteira molhada com Porto Murtinho, para se tornar compatível e competitiva em serviços, precisará efetivamente de uma mudança disruptiva, principalmente em função de ser o segundo menor município em termos populacionais (aproximadamente 4.430 habitantes) – perdendo apenas para Pozo Hondo (aproximadamente 500 habitantes) – considerando as cidades que compõem o itinerário da rota desde Campo Grande.

A uniformidade nos serviços turísticos é o que consolida o sucesso de uma rota turística, sobretudo em cidades de fronteira. Carmelo Peralta e Porto Murtinho devem engajar-se para criar e organizar produtos que possam ser comercializados em conjunto, inclusive para aumentar o tempo de permanência do turista. E assim sucessivamente devem se portar as outras cidades de fronteiras no restante do

caminho rodoviário. Nesse prisma, podemos recorrer como exemplo o turismo em áreas fronteiriças entre Brasil e Paraguai representado pelas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Na contemporaneidade, com a crescente na oferta de meios de hospedagem em Ponta Porã, aumentou o tempo de permanência do turista brasileiro, que passou a usufruir de mais serviços também no país vizinho, além do turismo de compras, com acesso a restaurantes, cassinos e outros tipos de *by night*. Como toda lei da oferta e da demanda, espera-se que com a crescente demanda de viajantes, haja uma crescente oferta de serviços de qualidade acentuada, constante e comprovada. No caso específico do turismo, espera-se que haja qualidade tanto na alta quanto na baixa temporada. SEBRAE, Procon e plataformas como o TripAdvisor são instituições responsáveis por medir a reputação de serviços turísticos, dentre outros.

Infraestrutura

A formatação de uma rota de turismo tem como condição essencial uma base desejável de infraestrutura. Não há atalhos nesse contexto. **Cria-se infraestrutura, capacitam-se pessoas** para otimizar processos como nas aduanas, para checagem de entrada e saída de turistas e cargas; prestar atendimento ao viajante em Centros de Atendimento ao Turista, com informações básicas do local**, e a partir daí fomenta-se a criação de acordos internacionais de operação de serviços turísticos** que possam ser comercializados individualmente ou entre países, o que chamamos de circuitos turísticos.

A fase de infraestrutura já caminha conjuntamente com a fase de capacitação desde meados de 2020, ainda que esse processo – capacitação de pessoas seguida da comercialização – deva se ampliar somente a partir de 2026, com a proximidade da concretização da ponte binacional, o grande marco dessa fase inicial de infraestrutura. A comercialização de serviços turísticos com desejável qualidade é esperada após a concretização das obras nas rodovias e da ponte, além dos pontos de apoio. Ocorre que comercializar produtos e serviços turísticos antes de uma desejável infraestrutura e com déficit de profissionais especializados, demanda maiores custos operacionais. Por isso, em linhas gerais, a comercialização vem por último. Menção específica ainda à necessidade de profissionais que tenham desejável domínio do idioma espanhol em solo brasileiro, visto ser o único país de idioma pátrio português.

Além das obras rodoviárias, importa-nos enfatizar a importância da infraestrutura urbana, sobretudo nas cidades de fronteira do novo itinerário. Saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, mobilidade urbana, segurança pública, educação e sistemas de saúde são cruciais para o desenvolvimento urbano, sobretudo na região particular de Porto Murtinho, que já vem recebendo grande fluxo de pessoas antes mesmo da concretização da ponte binacional.

Carmelo Peralta, cidade fronteiriça, deve ser considerada como uma macrorregião para ter atrativos comercializados juntamente com Porto Murtinho, esse seria o cenário desejável de comercialização turística para as duas cidades. Inclusive, de acordo com autoridades locais, o município atualmente, já tem uma dependência considerável no turismo como geração de receitas. Inicialmente, o turista deve hospedar-se

em Porto Murtinho, e fazer passeios nas duas cidades, em função de que o município paraguaio não disponibiliza da mesma infraestrutura urbana básica. Em meados de janeiro de 2025, a cidade paraguaia ficou cerca de cinco dias sem energia elétrica, fato que causou muitos transtornos para a população local.

Em função da maior vulnerabilidade de Carmelo Peralta, sua população acaba usufruindo de alguns serviços do município vizinho. No mais recente Plano Diretor de Porto Murtinho, identificaram-se melhorias de infraestrutura urbana, considerando o avanço das obras rodoviárias da Bioceânica, com referência para aumento de leitos em postos de saúde, aumento da segurança pública e investimento em infraestrutura turística, como a reforma da orla. Se considerarmos a infraestrutura básica específica para o turismo, a reforma e aumento de leitos em postos de saúde traz segurança para a população local e turistas. Os meios de hospedagem na cidade são voltados mais para o turismo de pesca, mas já sofrem influência do turista observador de aves, considerado um turista de práticas mais sustentáveis e que reforçam a condição de fomento na qualidade da comercialização turística. **Por outro lado, percebe-se também uma motivação por esse novo itinerário do praticante do caravanismo e campismo, com uma possível demanda de motorhomes.**

Com as singularidades culturais do novo caminho, importa-nos considerar ainda a relação do turismo com a alimentação. Nesse prisma, "o turismo gastronômico se destaca por valorizar o patrimônio alimentar local, gerar experiências enriquecedoras para os viajantes, e funcionar como um vetor do desenvolvimento econômico local" (Gimenes-Minasse, 2023, p. 1).

Em estudo recente na região de Porto Murtinho sobre esse tipo de turismo, evidenciou-se que essa macrorregião tem elevado potencial para o turismo gastronômico, ainda que no cenário atual, o município ainda apresente fragilidades na criação de um produto singular que efetivamente atraia o turista gastronômico. Embora exista a disponibilidade de alguns produtos típicos na cidade, há necessidade de expandir a oferta para um maior número de estabelecimentos (Ponticelli, 2025). A autora ainda reflete que a gastronomia tem a capacidade de incorporar as culturas que formam o território. "Os ingredientes e pratos típicos, assim como as cerâmicas utilizadas no preparo e no serviço dos alimentos também refletem essa diversidade cultural, especialmente a dos povos originários" (Ponticelli, 2025, p. 37).

Ainda no cenário de possibilidades de atratividade turística, considerando que a rede hoteleira de Porto Murtinho se encontra em grande parte em região central, próxima a patrimônios públicos, bares e restaurantes, desperta-se um potencial para o *walking tour*, no caso, *um city-tour* que pode ser feito caminhando, com duração do percurso reduzido. A iluminação pública, nesse caso, principalmente nos prédios históricos e demais símbolos locais, reforçarão o turismo de *by night*, no caso, o entretenimento noturno.

Enfatizamos a região fronteiriça de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, em função de que os trechos urbanos argentinos e chilenos encontram-se já consolidados para o turismo. Filadélfia, no Paraguai, é uma região de grande potencialidade de desenvolvimento para o turismo, que deve se beneficiar amplamente após a concretização das obras rodoviárias e abertura do novo itinerário. A cidade é dominada pela cultura menonita, já dispõe de rede hoteleira, restaurantes e

cafés e um museu de cultura, que facilita a comercialização turística. Agências de viagens e turismo, campings, casas de câmbio e operadoras de turismo receptivo compõem tanto a parte da infraestrutura quanto a de comercialização, por intermediarem serviços de prestação de turismo, auxiliando na geração de renda para outros componentes da cadeia turística como piloteiros, feirantes, guias e condutores, dentre outros. Agências e operadoras de turismo, especificamente, dependem da base de infraestrutura e de pessoas capacitadas, para iniciarem suas operações. A geração de novos fluxos de pessoas no caminho exigirá a oferta de produtos turísticos de qualidade e pessoas qualificadas são elementos fundamentais nesse processo de consolidação do destino.

Capacitação

Pessoas qualificadas aliadas a uma infraestrutura adequada dão sustentabilidade a uma gestão de qualidade do destino, agregando valor na consolidação de uma rota de turismo. No caso da Rota Bioceânica, há várias partes interessadas no processo, como a comunidade local, o trade turístico, o poder público, o empresariado, a academia, dentre outros. O sucesso de um produto turístico é resultante de uma governança estruturada que reúna todos os interesses desses atores institucionais.

Ocorre que não basta ter pessoas capacitadas para bem atender ao turista, sem uma infraestrutura desejável. "Os fatores relacionados à infraestrutura inadequada ou limitada impedem o crescimento e o desenvolvimento de localidades turísticas (como reserva de água limitada, energia e outras)" (Viana et al., 2009, p. 3). Acrescenta-se ainda na infraestrutu-

ra a necessidade de gestão de outros modais, na forma de transporte aéreo, portos, ferrovias, estacionamentos para veículos de cargas e de passeio e espaços de lazer.

Empresas aéreas de menor porte, como as de *low cost*, podem surgir como opção de integração para a ampliação da comercialização da rota e desafogar os meios terrestre. Subsídios do governo local devem ser considerados ao menos no início das operações de companhias aéreas interessadas, visto que um dos maiores custos de operação do transporte aéreo é o custo do querosene. Acordos nesse sentido podem ser costurados antecipadamente, como já vem ocorrendo com empresas de ônibus sul-mato-grossenses, que demonstram interesse em operar com linhas regulares no novo caminho. As linhas de ônibus regulares e opções de voos operando duas vezes por semana entre as principais cidades da rota darão opção para diferentes perfis de viajantes, condicionando rotas alternativas de viagem, no caso viagens aerorodoviárias. Em outras palavras, a Rota ganhará inclusive uma diversificação na oferta turística.

Nessa direção, Campo Grande, Salta, Jujuy, Calama e Antofagasta despontam como possibilidades de cidades-nós, ou seja, cidades com infraestrutura e demanda que sustentem voos periódicos. Ponta Porã, Bonito e Corumbá, que já contam com infraestrutura aeroportuária despontam como destinos indutores. A título de exemplo, a companhia aérea argentina Flybondi despertou interesse em operar voos para a Argentina desde Campo Grande. Outras possibilidades não tão remotas podem ocorrer através do protagonismo de companhias aéreas brasileiras, como a GOL e a Latam, sendo que esta última, no passado – ainda como TAM – no caso,

antes da fusão com a LAN CHILE, já operou o trecho Campo Grande a Antofagasta, no Chile.

Importante ainda menção para o fato de que a criação da infraestrutura recorrente que está viabilizando esse novo caminho rodoviário pode servir de *benchmarking* para outras rotas de integração turística sul-americana, como o itinerário desde Ponta Porã, fronteira com Pedro Juan Caballero à Assunção no Paraguai, e de lá para Salta na Argentina. A exposição desses destinos turísticos pela mídia brasileira – a saber, o norte argentino composto majoritariamente por Salta, Jujuy e Cafayate, e o caminho para o Deserto do Atacama, e ainda, para Uyuni, na Bolívia – têm se destacado com reportagens recorrentes na imprensa brasileira, sobretudo sul-mato-grossense, despertando interesse em turistas que gostam do perfil de viagem rodoviário e que desejam diversificar suas viagens além do destino de sol e mar. Importante também ressaltar que o caminho aos portos chilenos por Ponta Porã via Assunção não possui infraestrutura suficiente para suportar o tráfego de veículos que se destinará o itinerário viabilizado via Porto Murtinho.

Desde a pandemia do Covid19, pesquisas (Medina et. al., 2021; Stays, 2022, Airbnb, 2024) apontavam para a diversificação de destinos e preferência por trajetos que não fossem de massa, o que favorece rotas de turismo como a Bioceânica. Esse novo itinerário, que perpassa o meio do chaco paraguaio, caminho com belezas singulares, considerando saída por Campo Grande, MS, passagem por Porto Murtinho, até Salta na Argentina, tem quilometragem estimada entre 1.400 a 1.500 km. A outra alternativa rodoviária para Salta desde Campo Grande a Pedro Juan Caballero, passando por Assunção, leva praticamente a mesma extensão de quilometragem.

Com essas possibilidades, o turista ganha alternativas de itinerário e rotas que podem oferecer desafogo rodoviário, paisagens diferentes, e certamente uma disputa sadia por investimentos em ambos os caminhos. Nesse prisma de desenvolvimento, a diversificação de malha aérea, já mencionada antecipadamente, certamente será promissora.

Assunção é um exemplo de *hub* para destinos de América do Sul, América do Norte, e Europa. Somente para os demais países que compõem a Rota Bioceânica, o aeroporto internacional Silvio Pettirossi em Assunção apresenta 32 voos semanais para o Brasil, desde as mais tradicionais até as de *low cost*, com voos para São Paulo (três voos diários), Rio de Janeiro, Florianópolis e Curitiba (dados de março de 2026). Já os voos desde Assunção para a Argentina, o montante chega a 21 voos semanais, e por fim, o Chile, com 5 voos semanais diretos. Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, pode ser um dos próximos destinos, já como estratégia de integração da Bioceânica.

As universidades, outra parte de grande interesse no novo itinerário, já realiza estudos e atendimentos locais em Porto Murtinho, cidade brasileira que faz fronteira com Carmelo Peralta, no Paraguai, a princípio, prestando atendimento a caminhoneiros, checando a pressão e oferecendo outros serviços primários de saúde. Nesse caso específico, os serviços são prestados por estudantes do curso de Medicina da UEMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A oferta de estrutura de saúde de qualidade, bem como de profissionais capacitados, deve ser um dos pilares de governança do novo itinerário.

Nesse viés de capacitação, como prevê essa seção, a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE MS e a Prefeitura de Campo Grande, foram e continuam sendo muito participativos no processo de capacitação de pessoas para atendimento de turistas. A rede de Universidades dos quatro países que compõem a rota oficial e o poder público, realizaram reuniões e eventos de fomento à rota, com grupos específicos de trabalho. O objetivo geral desses eventos, como o Seminário Internacional da Rota Bioceânica, realizado em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, nos dias 18 a 20 de fevereiro de 2025, essencialmente tratou da consolidação de toda a infraestrutura até o término da ponte binacional, prevista para meados de 2026.

Conforme aponta Jaime Verruck, Secretário da Semadesc (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação) a situação das alfândegas é uma questão crucial para a competitividade da rota (SEMADESC, 2025). Os GTs com comissões técnicas específicas dos quatro países reuniram 20 a 25 pessoas por grupo de trabalho, nas temáticas: Academia e Educação; Comércio e Procedimentos de Fronteira; Segurança; Municípios; Obras Públicas, Logística e Transporte; Cidadania com Enfoque em Gêneros e Povos originários e Turismo. Na discussão específica no GT de Turismo, debateu-se a necessidade de um plano de ação antecipado da oferta turística da rota, em outras palavras, antes que ocorra a comercialização, tratar da regulação do mercado de forma transversal, participativa e coesa. A uniformidade do nome Rota Bioceânica precisa estar forte e formalizada nos quatro países, de forma que demonstre interesse/demanda além da localidade.

Conforme mencionamos antecipadamente, no viés do turismo, uma alternativa que pode ser viável antes mesmo da ponte binacional estar pronta, consiste na operação de voos entre cidades mais consolidadas do caminho e que já recebem fluxo de turistas, seja de negócios e/ou de lazer. Essa alternativa independe de acordos de aduanas, já que para viagens aéreas no Mercosul é suficiente que o passageiro embarque, considerando o turista brasileiro, com seu documento de identidade e/ou passaporte.

Comercialização: a terceira fase

Atrações turísticas e a atratividade do destino são elementos cruciais na gestão de destinos turísticos competitivos. Por isso, defendemos a uniformidade na infraestrutura, na capacitação das pessoas que atenderão os turistas e nos atrativos entre as principais cidades que compõem a Rota Bioceânica, para que a experiência do turista seja completa.

Conforme mencionamos nas seções anteriores, alguns perfis de turistas como o praticante do caravanismo, mais especificamente aqueles adeptos ao motorhome, além dos motociclistas, devem ser os pioneiros no uso da infraestrutura inicial do novo caminho, entendendo que esses viajam por motivação turística. Os caminhoneiros, freteiros, e esperamos que brevemente também os ônibus de linhas regulares, serão também de suma importância para validar os pontos de apoio e todo montante de infraestrutura turística desde o Brasil até os portos chilenos, e vice-versa. Sobre os caminhoneiros, importa ainda menção especial sobre as últimas atualizações da Lei do Caminhoneiro (Lei 13.103/2015, com

atualizações de 2023-2026) acerca da jornada de trabalho e descanso.

Em relação ao descanso diário Interjornada, é obrigatório o descanso mínimo de 11 horas ininterruptas entre jornadas a cada 24 horas. A lei inclusive orienta a importância dos pontos de parada seguros. Nesse prisma, importante fazer um paralelo com a aviação. Todo voo prevê um plano de voo com mais de uma possibilidade de parada em caso de condições climáticas severas ou outros casos. Na viagem rodoviária do caminhoneiro, importante a previsão antecipada dos pontos de parada, sobretudo numa rota que estará em fase conclusiva de base de infraestrutura. A PEC 22/2025, aprovada em fevereiro de 2026, prevê ainda pontos de parada que promovam segurança e higiene. Por isso, a infraestrutura é a fase primária de uma rota turística. Com desejável infraestrutura e pessoas capacitadas, inicia-se a fase da comercialização. O nome Rota Bioceânica deve ser gradativamente institucionalizado como marca do destino.

A singularidade turística por região que compõe cada caminho do itinerário da rota favorecerá a divulgação de ponta a ponta na composição do marketing do destino. O *trade* turístico se mostra cada vez mais conectado e empenhado com a promoção do roteiro rodoviário.

Assim, espera-se que o transporte aéreo possa antecipar-se aos roteiros terrestres, a depender de novas malhas aéreas, que gerem estímulo nos brasileiros, sobretudo os sul-mato-grossenses, com a possibilidade de rotas aéreas desde Campo Grande a Salta, Jujuy e/ou Calama. Em caso disso acontecer, por essas cidades já terem histórico de recebimento de fluxos de turistas, o estímulo à demanda é

recebido antes mesmo de a rota rodoviária estar pronta, e surge como alternativa para comercialização nas agências de viagens, como um produto vinculado a Rota Bioceânica, que pode ser estendido para outros destinos indutores a partir da chegada aérea nesses destinos, de forma terrestre para o Salar de Uyuni, na Bolívia e/ou combinando outra rota para o Peru, por malha aérea desde Calama ou Antofagasta. Latam, Sky Airlines e Jet Smart, sendo as duas últimas no modelo *low cost*, são companhias aéreas que operam voos desde Calama e Antofagasta para cidades peruanas como Lima e Cusco. A rota, sendo aérea, rodoviária, ou aero-rodoviária, trará muitas possibilidades de ´rotas dentro da rota´, atingindo diferentes perfis de viajantes e suas respectivas motivações. O desafio dos primeiros voos entre os países da Rota é gerar demandas nos dois sentidos, ou seja, para ir e para voltar.

Se analisarmos Dados da ONU (2024), considerando a procura por destinos na América do Sul, a pesquisa indica que o Brasil segue no topo da procura por viagens, seguida por Chile, Colômbia e Peru. Com a possibilidade real de aumento da malha aérea entre os países que compõem a Bioceânica e a abertura do novo itinerário rodoviário, o fluxo entre os países que compõem a rota deve trazer mais números significativos, considerando esse crescimento de procura pelo Brasil.

Conforme o Sistema de Informacion Turística de la Argentina (SINTA), tendo em vista os turistas provenientes da América do Sul por via aérea, terrestre e Marítima/Fluvial em 2024, o turista brasileiro desponta como o maior emissor de turistas para esse país. Por outro lado, conforme aponta o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (INDEC), os principais destinos dos argentinos dentre os outros

países da América do Sul em 2024 foram Chile, e em segundo o Brasil.

Importante pontuar previamente que a partir da disponibilidade de um novo itinerário terrestre, os números de entradas de brasileiros na Argentina, e por conseguinte no Paraguai e Chile, por via rodoviária, deve ter um aumento significativo e a recíproca também é verdadeira. Considerando os anos de 2025 e de 2026 como de fase final da criação de base de infraestrutura, aliada a capacitação de pessoas no tripé transporte-hospedagem-alimentação, e a partir daí, subentende-se que o próximo passo consistirá na criação e divulgação de roteiros turísticos terrestres entre países. Ocorre que antes da comercialização, é necessário fortalecer a imagem do "Destino Rota Bioceânica". Os circuitos turísticos europeus são conhecidos por reunir, em poucos dias, a possibilidade do turista conhecer os principais atrativos por país, respeitando o tempo de permanência do viajante. Se considerarmos as férias remuneradas, o tempo máximo é de 30 dias corridos, ainda que pesquisas apontam que, em média, o turista considera uma viagem de 7 a 15 noites, por diversas razões como disponibilidade financeira, espaço de férias conjugadas com o cônjuge/acompanhante, conflitos de agenda escolar, dentre outros.

Ademais, na comercialização de roteiros integrados, as operadoras de turismo terão grande representatividade na criação, divulgação e distribuição dos respectivos roteiros, que serão vendidos nas agências de viagens. Alguns circuitos entre países europeus comercializados em operadoras que despontam como referências em vendas, a título de citação: Europa Especial Paris e Barcelona, operada pela Europamundo; Circuito Portugal com Santiago de Compostela,

da Abreu Operadora; Capitais Imperiais (Viena-Budapeste-Praga), sendo este último com disponibilidade de guias falantes de português, e as outras operadoras citadas ficam sujeitas a disponibilidade.

Analisando como recorte geográfico o território sul-mato-grossense, Chaco Paraguaio, norte argentino e região portuária chilena, algumas sugestões de nomenclatura de circuitos turísticos envolvendo esses países, comercialmente falando: Rota Bioceânica e os Tesouros do Cone Sul; Rota Bioceânica Essencial; Aventuras do Atlântico aos Andes; Expedição Andina: do Pantanal ao Atacama; Sabores do Cone Sul na Rota Bioceânica; dentre outros.

Quadro 1 – Circuito Terrestre Rota Bioceânica Essencial

Dia 1. Campo Grande – Porto Murtinho
Deslocamento de cerca de 5h até a cidade de Porto Murtinho, MS.
By night. Passeio na Orla.
Dia 2. Porto Murtinho – Filadélfia, Paraguai
Deslocamento de 2h30 até a cidade de Filadélfia, capital do Chaco Paraguaio.
Check-in em Hotel Categoria turística.
Visita ao Museu Jakob Unger, que conta a história da trajetória dos menonitas no Chaco.
Tour pela Colônia Menonita e degustação de produtos típicos artesanais.
Jantar com culinária típica paraguaia.
Dia 3. Filadélfia – Salta, Argentina
Deslocamento terrestre. Saída prevista para as 08:00 com chegada prevista para as 20:00.
Check-in e pernoite em hotel categoria turística.
Dia 4. Salta
Passeio pelo Centro histórico.
Subida ao Cerro San Bernardo para vista panorâmica.
Jantar na La Casona del Molino (opcional)
Dia 5. Jujuy – Purmamarca
Saída para San Salvador de Jujuy e Purmamarca, com destino a Quebrada de Humahuaca, declarada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.
Caminhada pelo Cerro de los Siete Colores
Feira de artesanato e visita à Igreja de Santa Rosa de Lima
Pôr do sol na Cuesta de Lipán, estrada cênica dos Andes.
Hospedagem em Purmamarca.

Quadro 1: Circuito Terrestre Rota Bioceânica Essencial

(Conclusão)

Dia 6. Purmamarca – Paso de Jama – San Pedro de Atacama, Chile
Aproximadamente 6h de viagem.
Passagem pelas Salinas Grandes.
Chegada em San Pedro de Atacama e check-in em hotel categoria turística.
Passeio pelo centro de San Pedro de Atacama.
Visita ao Museo del Meteorito.
Pôr do sol no Valle de la Luna.
Noite livre.
Dia 7. San Pedro de Atacama.
Visita aos Gêiseres del Tatio ao amanhecer.
Visita a Laguna Cejar e Ojos del Salar.
Banho na Laguna Tebinquinche.
Noite de observação astronômica.
Dia 8. San Pedro de Atacama – Uyuni, Bolívia
Travessia da fronteira para a Bolívia em Hito Cajón.
Passagem pela Reserva Eduardo Avaroa.
Visita à Laguna Verde e Laguna Colorada.
Chegada em Uyuni prevista para início da noite.
Dia 9. Salar de Uyuni
Saída de Uyuni para o Cemitério de Trens.
Entrada no Salar de Uyuni, maior deserto de sal do mundo.
Visita à Isla Incahuasi (formações de coral e cactos gigantes).
Almoço no meio do Salar.
Pôr do sol no Salar.
Dia 10. Uyuni – Calama, Chile
Exploração da Gruta de las Galaxias.
Visita às lagoas altiplânicas bolivianas.
Retorno a Uyuni para embarque e transporte para Calama.
Hospedagem em Calama.
Dia 11. Calama – Retorno ao Brasil
Café da manhã e transfer para aeroporto de Calama, com destino ao Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor

O roteiro, conforme sugere a sua nomenclatura, "Rota Bioceânica Essencial", se refere aos principais atrativos do itinerário. Uma rota alternativa em caso do passageiro não escolher incluir a passagem pela Bolívia, seria deslocar-se de San Pedro do Atacama para Antofagasta, cidade litorânea. O turismo de sol e mar, inclusive, é um atrativo dos mais populares entre os turistas brasileiros.

Um desafio para a comercialização da rota como um todo é a disponibilidade de tempo do turista para desfrutar de todo o trajeto. Em pesquisa com agências de viagens e operadoras de Mato Grosso do Sul, realizada por esse pesquisador, em 2024, apontou-se um tempo médio de permanência no destino de 6 a 8 dias em viagens pela América do Sul. O roteiro que sugerimos no quadro 1 é de 11 dias.

Figueira (2013), um dos maiores especialistas em roteirização do turismo, explica que o planejamento de roteiros é um dos elementos mais significativos e fator de diferenciação do destino. "Ampliar a experiência e satisfação de cada cliente no consumo de roteiros e gerar riqueza institucional, territorial, empresarial e individual, é objetivo específico da roteirização" (Figueira, 2013, p. 122).

O autor ainda afirma que "traçados turísticos criam novas paisagens" (Figueira, 2013, p. 123), paisagens essas que relacionam-se com a infraestrutura, caso das aduanas e espaços de controle de entrada e saída de turistas e cargas, e as paisagens que refletem na experiência do turista com o destino, sejam elas culturais, naturais, gastronômicas e/ou de entretenimento.

Nesse prisma, há rotas temáticas, como sugere o Caminho de Santiago de Compostela, e no caso da Rota Bioceânica, o processo de criação desse itinerário turístico, tem uma composição que aponta níveis diferentes de turistificação – leia-se espaço que é apropriado pelo turismo – na roteirização, em função de que há parte do território já consolidada em relação ao turismo, casos de San Pedro do Atacama, Salta e Jujuy, e por outro lado, o território paraguaio e brasileiro da

rota encontram-se ainda em amadurecimento de uma cultura turística do destino.

Importante ponderar que ainda que haja uma desejável base de infraestrutura e a formatação dos primeiros roteiros pelas operadoras de turismo, reforça Figueira (2013, p. 125), "são os fluxos da procura e as estruturações da oferta, por exigências do modelo de negócio, que asseguram a qualidade turística dos lugares". O autor ainda complementa, que na criação de rotas, deve-se avaliar a sazonalidade, para que o turista vivencie a cobertura turística total do território visitado, "tal como, por exemplo, a cobertura de postos de saúde, comércio, postos de informação e venda dos mais variados gêneros" (2013, p. 126). Os circuitos turísticos, que representam a oferta essencial dos principais atrativos de cada destino, em limitado espaço de tempo, podem se consolidar como ponto de partida de comercialização de um circuito de turismo sul-americano.

Além do desafio da consolidação da oferta turística da Rota Bioceânica, nos ocorre salientar sobre o perfil de turismo no destino, se ocorrerá o turismo de massa, ou o *slow tourism*, uma alternativa contrária ao turismo de massa. Os chamados *slow travelers* são conhecidos como turistas sustentáveis, que procuram atrativos que não sejam consolidados e chamados de "imperdíveis". Alguns destinos podem oferecer essa alternativa de turismo, fugindo do convencional. A questão específica sobre a rota em curso, objetivo específico desse trabalho, é que além de ser fomentada como uma rota de turismo, haverá uma certa concorrência rodoviária com freteiros, visto que o itinerário prevê transporte massivo de carga entre os países da rota. Essa real possibilidade pode aumentar o tempo de permanência do turista em trânsito e

impactar os resultados comerciais de visitação e formatação de circuitos turísticos.

As novas atualizações da Lei do Caminhoneiro reforçam a necessidade de pontos de apoio que tenham segurança e higiene. No caso das viagens de lazer, a diversificação de roteiros e ainda a disponibilidade de atrativos de hotelaria sustentável ao longo do tempo podem representar outros nichos de viagens dentro do novo caminho. Operadoras de turismo como a BWT já despontam como pioneiras na oferta de portfólios de destinos sustentáveis, e a Rota Bioceânica pode vincular-se também a mais essa modalidade de turismo, sobretudo por destinos de forte apelo de natureza, como Jardim e arredores, o Chaco paraguaio, norte argentino e Deserto do Atacama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que a consolidação da Rota Bioceânica como destino turístico depende da articulação progressiva entre infraestrutura, capacitação de pessoas e estratégias de comercialização. A criação de uma base estrutural adequada, envolvendo obras rodoviárias, serviços urbanos e equipamentos turísticos, constitui condição fundamental para a viabilidade do turismo ao longo do itinerário que conecta Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Nesse sentido, a infraestrutura não apenas viabiliza o deslocamento de cargas e passageiros, mas também cria as condições necessárias para o desenvolvimento de serviços associados ao turismo, como hospedagem, alimentação, transporte e apoio ao viajante.

As cidades de fronteira desempenham papel central nesse processo, especialmente no caso de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, que tendem a assumir funções estratégicas na recepção e circulação de fluxos de visitantes. A integração territorial entre esses municípios requer planejamento urbano, fortalecimento da infraestrutura básica e cooperação institucional entre diferentes atores públicos e privados. Paralelamente, a qualificação profissional e a construção de uma governança participativa envolvendo poder público, trade turístico, academia e comunidade local constituem elementos essenciais para a organização da oferta turística e para a gestão sustentável do destino.

Por fim, a etapa de comercialização da Rota Bioceânica deverá ocorrer de forma mais consistente após a conclusão das principais obras estruturantes e a consolidação da oferta de serviços ao longo do itinerário. A criação de circuitos turísticos integrados entre os países participantes, associada a estratégias de promoção e marketing territorial, poderá ampliar a visibilidade do destino e estimular fluxos turísticos internacionais. Assim, além de sua função logística, a Rota Bioceânica apresenta potencial para se consolidar como um novo eixo de integração turística sul-americana, contribuindo para o fortalecimento das economias regionais e para a diversificação das experiências de viagem no Cone Sul.

REFERÊNCIAS

AIRBNB. Distribuição do turismo: em 2024, hóspedes no Airbnb viajaram para mais de 2500 cidades brasileiras. **Airbnb**. Disponível em: https://news.airbnb.com/br/distribuicao-do-turismo-em-2024-hospedes-no-airbnb-viajaram-para-mais-de-2-500-cidades-brasileiras. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. **Lei 13.103**, de 2 de março de 2015. Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1, seção 1, 3 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13103.htm. Acesso em: 8 mar. 2026.

FIGUEIRA, Luís Mota. Roteirização do Turismo: Uma Abordagem Preliminar à "apresentação-interpretação" do território. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 20, p. 121-133, 2013. Disponível em: https://proa.ua.pt/index.php/rtd/pt/article/view/12497. Acesso em: 8 mar. 2026.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. Turismo gastronómico: caracteristicas & concepto. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 17, p. e-2791, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbtur/a/YVQ9VnC4vHSHR6bHL5Wvs9L/abstract/?lang=pt. Acesso em: 8 mar. 2026.

INDEC. Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina. **INDEC**. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/. Acesso em: 8 mar. 2026.

MEDINA, Bernardo; BASTOS, Glaudson; GODOY, Mara. **Estudo de turismo**: o novo normal (pós-vacina). Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2021.

ONU. Agência da ONU para turismo diz que setor deve seguir crescendo nas Américas. **ONU**. Relatório agosto a setembro de 2024. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/10/1839881. Acesso em: 7 mar. 2026.

PEC 22/2025. **Proposta de Emenda à Constituição nº 22 de 2025**. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/168484. Acesso em: 14 mar. 2026.

PONTICELLI, Luana. **Análise das potencialidades do turismo gastronômico de Porto Murtinho – MS com vistas à Rota Bioceânica**. Dissertação de Mestrado: UCDB, MS, 2025.

SEMADESC. Com 1400 participantes inscritos, evento em Campo Grande vai debater desafios e oportunidades da Rota Bioceânica. **SEMADESC**. 2025. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/com-1400-participantes-inscritos-evento-em-campo-grande-vai-debater-desafios-e-oportunidades-da-rota-bioceanica/. Acesso em: 14 mar. 2026.

SINTA. Sistema de Informacion Turística de la Argentina. **SINTA**. Disponível em: https://datos.yvera.gob.ar/dataset/turismo-internacional-total-pais. Acesso em: 8 mar. 2026.

STAYS. Tendências de mercado: o que esperar do turismo para 2022. **Stays**. Disponível em: https://stays.net/blog/mercado-de-aluguel-de-temporada-em-2022/. Acesso em: 10 mar. 2026.

VIANA, Lina Juliana Tavares; DA CUNHA, Daniela Rodrigues; DOS ANJOS, Francisco Antônio. **A comercialização do produto turístico associado à infra-estrutura e desenvolvimento**: análise da Rota dos Tropeiros/PR. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, n. 2, p. 48-58, 2009. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/340. Acesso em: 8 mar. 2026.

CAPÍTULO 7



Turismo de experiência e corredores de integração: a Rota Bioceânica como estratégia de desenvolvimento regional sustentável no Mato Grosso do Sul – Brasil

Débora Fittipaldi Gonçalves

Djanires Lageano Neto de Jesus

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.7

TURISMO DE EXPERIÊNCIA E CORREDORES DE INTEGRAÇÃO: A ROTA BIOCEÂNICA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO MATO GROSSO DO SUL – BRASIL

Débora Fittipaldi Gonçalves[1]

Djanires Lageano Neto de Jesus[2]

RESUMO: O turismo de experiência consolida-se como abordagem contemporânea do consumo turístico ao privilegiar vivências autênticas, imersivas e multissensoriais, nas quais o visitante assume papel ativo na construção de significados e conexões simbólicas com o território. No contexto do Mato Grosso do Sul, essa perspectiva adquire relevância estratégica diante da consolidação da Rota Bioceânica, corredor rodoviário de integração internacional que conecta o Centro-Oeste brasileiro aos portos do Pacífico, promovendo fluxos econômicos, logísticos e turísticos entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Este estudo tem como objetivo analisar o potencial do turismo de experiência articulado à infraestrutura da Rota Bioceânica como estratégia de desenvolvimento regional sustentável. Adotou-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica internacional, análise documental e interpretação de dados secundários sobre turismo regional. A análise teórica integra economia da experiência, tipologias turísticas, construção sociocultural do olhar turístico, sustentabilidade territorial e reconfiguração espacial por corredores de integração. Os resultados indicam que a articulação entre conectividade logística e produtos turísticos territorializados pode ampliar competitividade regional, diversificar a oferta, fortalecer economias locais e induzir governança colaborativa, desde que orientada por princípios de autenticidade, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Conclui-se que a Rota Bioceânica representa não apenas infraestrutura de transporte, mas vetor potencial de reorganização territorial e inovação turística no Centro-Oeste brasileiro.

Palavras-chave: Turismo de Experiência; Desenvolvimento Regional; Rota Bioceânica; Sustentabilidade Territorial; Corredores de Integração.

[1] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: defittipald@uems.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/9163502791234516.

[2] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: netoms@uems.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/0080447988753959.

EXPERIENTIAL TOURISM AND INTEGRATION CORRIDORS: THE BIOCEANIC ROUTE AS A STRATEGY FOR SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT IN MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

ABSTRACT: Experience tourism has emerged as a contemporary approach to tourism consumption by emphasizing authentic, immersive and multisensory experiences in which visitors actively construct meanings and symbolic connections with place. In the context of Mato Grosso do Sul, Brazil, this perspective gains strategic relevance with the consolidation of the Bioceanic Route, an international road integration corridor linking central Brazil to Pacific ports and fostering economic, logistical and tourism flows among Brazil, Paraguay, Argentina and Chile. This study aims to analyze the potential of experience tourism articulated with the infrastructure of the Bioceanic Route as a strategy for sustainable regional development. A qualitative exploratory and descriptive approach was adopted, based on international literature review, documentary analysis and interpretation of secondary tourism data. The theoretical framework integrates experience economy theory, tourist typologies, the sociocultural construction of the tourist gaze, territorial sustainability and spatial reconfiguration through integration corridors. Findings suggest that the articulation between logistical connectivity and territorialized tourism products may enhance regional competitiveness, diversify tourism supply, strengthen local economies and foster collaborative governance, provided that it is guided by principles of authenticity, social inclusion and environmental sustainability. The Bioceanic Route is therefore understood not merely as transport infrastructure, but as a potential vector of territorial reorganization and tourism innovation in central Brazil.

Keywords: Experience tourism; Regional development; Bioceanic Route; Territorial sustainability; Integration corridors.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o turismo tem experimentado transformações estruturais associadas às mudanças nos padrões de consumo, nas dinâmicas territoriais e nas formas de produção de valor. Se, em sua fase fordista, a atividade turística esteve predominantemente vinculada à massificação, padronização de serviços e homogeneização de destinos, o cenário contemporâneo evidencia crescente demanda

por experiências autênticas, personalizadas e territorializadas. Nesse contexto, o turismo de experiência emerge como abordagem que desloca o foco da oferta de serviços para a construção de vivências significativas, nas quais o visitante assume papel ativo na produção de sentidos, memórias e conexões simbólicas com o lugar.

A chamada economia da experiência sustenta que o valor econômico evoluiu da simples comercialização de *commodities* para a oferta de bens, posteriormente serviços e, finalmente, experiências memoráveis, capazes de engajar emocional e sensorialmente o consumidor (Pine e Gilmore). No campo do turismo, essa perspectiva implica compreender que a viagem deixa de ser apenas deslocamento espacial e passa a constituir processo de imersão cultural, interação social e envolvimento afetivo. A experiência torna-se, portanto, elemento central na diferenciação competitiva dos destinos.

Essa inflexão paradigmática dialoga com transformações socioculturais mais amplas. O turismo contemporâneo extrapola à contemplação passiva de paisagens, mas envolve processos de tematização, enquadramento e construção simbólica do território. Conforme argumenta Urry (2000), o olhar turístico é socialmente estruturado e mediado por representações culturais que definem o que deve ser visto, consumido e registrado. Contudo, na transição para modalidades experienciadas, o olhar tende a ser complementado por práticas de participação ativa, aprendizagem e imersão sensorial, ampliando a intensidade da vivência.

A diferenciação entre turismo de massa e modalidades não institucionalizadas também foi objeto de análise clássica na sociologia do turismo. Cohen, ao propor tipologias que variam do turista institucionalizado ao explorador e ao *drifter*, evidencia que parte significativa da demanda contempo-

rânea busca autenticidade, contato cultural e ruptura com ambientes altamente padronizados. A busca por novidade e significado torna-se, assim, elemento estruturante da experiência turística contemporânea.

Essa transição do consumo padronizado para a vivência personalizada ocorre paralelamente à intensificação dos fluxos globais de capital, pessoas e informações. Infraestruturas logísticas de integração internacional desempenham papel estratégico na reorganização territorial e na ampliação da conectividade entre regiões. Corredores de integração, inicialmente concebidos como instrumentos de escoamento produtivo e articulação comercial, passaram a exercer influência sobre dinâmicas econômicas, urbanas e turísticas.

No caso da América do Sul, a consolidação da Rota Bioceânica, corredor rodoviário que conecta o Mato Grosso do Sul aos portos do Chile, atravessando Paraguai e Argentina, representa marco significativo na reconfiguração geoespacial do Centro-Oeste brasileiro. Para além de sua função logística, a rota introduz novas verticalidades territoriais, altera fluxos econômicos e amplia a visibilidade internacional da região. A infraestrutura passa a atuar como vetor potencial de especialização produtiva, dinamização econômica e articulação intermunicipal.

Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, tais corredores podem induzir processos de reorganização espacial ao fortalecer redes produtivas locais e ampliar oportunidades de inserção econômica. Contudo, seus efeitos não são automáticos. A literatura sobre sustentabilidade no turismo alerta para a necessidade de integrar crescimento econômico, preservação ambiental e participação comunitária, sob pena de reproduzir padrões de concentração e exclusão.

Nesse sentido, a articulação entre infraestrutura logística e turismo de experiência apresenta-se como possibilidade estratégica para transformar conectividade em desenvolvimento territorial sustentável.

O Mato Grosso do Sul oferece contexto empírico particularmente relevante para essa análise. Destinos consolidados como Bonito, Pantanal e Bodoquena já operam com forte apelo ambiental e experiências de natureza baseadas em ecoturismo, turismo rural e vivências culturais. Tais localidades apresentam condições favoráveis à estruturação de produtos experienciados que valorizem identidade regional, patrimônio natural e participação comunitária. A integração desses destinos ao eixo da Rota Bioceânica amplia seu potencial de inserção internacional e diversificação de mercados.

Entretanto, a literatura ainda carece de estudos que articulem de forma sistemática três dimensões: (i) economia da experiência; (ii) corredores logísticos de integração internacional; e (iii) desenvolvimento regional sustentável. Grande parte dos trabalhos sobre turismo de experiência concentra-se na análise do comportamento do consumidor e na construção de memorabilidade, enquanto pesquisas sobre corredores de integração enfatizam aspectos econômicos e logísticos, com menor atenção às dinâmicas turísticas territorializadas. Essa fragmentação evidencia lacuna teórica relevante.

Ademais, abordagens territoriais críticas, como a proposta por Milton Santos, indicam que o espaço geográfico é constituído por sistemas indissociáveis de objetos e ações, nos quais infraestruturas introduzem novas relações de poder e reorganizam fluxos. Aplicada ao turismo, essa perspectiva permite compreender que corredores não apenas conectam territórios, mas redefinem centralidades, promovem

hierarquizações e criam novas oportunidades de especialização econômica.

Neste enquadramento, a Rota Bioceânica pode ser interpretada como dispositivo espacial capaz de ampliar a conectividade dos destinos sul-mato-grossenses, mas cuja contribuição para o desenvolvimento regional dependerá da capacidade de estruturar produtos turísticos territorializados, governança colaborativa e políticas públicas orientadas à sustentabilidade.

O turismo de experiência, ao privilegiar autenticidade, as sensações, as memórias, imersão e co-criação de valor, apresenta potencial para converter fluxos logísticos em fluxos simbólicos e econômicos territorializados. Ao articular conectividade internacional e identidade local, pode contribuir para diversificação produtiva, fortalecimento de economias comunitárias e redução de desigualdades espaciais. Contudo, tal potencial requer planejamento estratégico, qualificação da oferta e integração interinstitucional.

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte questão norteadora: como o turismo de experiência, articulado à infraestrutura logística da Rota Bioceânica, pode induzir processos de desenvolvimento regional sustentável no Mato Grosso do Sul?

O objetivo geral consiste em analisar o potencial do turismo de experiência associado à Rota Bioceânica como estratégia de desenvolvimento regional sustentável. Especificamente, busca-se: (i) caracterizar conceitualmente o turismo de experiência; (ii) examinar os efeitos territoriais e econômicos de corredores de integração; (iii) identificar possibilidades de articulação entre destinos consolidados e o eixo bioceânico; e (iv)

propor diretrizes de governança e políticas públicas voltadas à qualificação e sustentabilidade da atividade turística regional.

Ao integrar economia da experiência, tipologias turísticas, construção sociocultural do olhar turístico, sustentabilidade territorial e teoria do espaço geográfico, este estudo pretende contribuir para o avanço do debate acadêmico ao propor abordagem interdisciplinar que articula turismo e infraestrutura de integração internacional. Do ponto de vista prático, oferece subsídios para formulação de estratégias públicas capazes de transformar conectividade logística em desenvolvimento territorial inclusivo e sustentável.

Assim, a Rota Bioceânica não deve ser compreendida apenas como corredor de transporte, mas como oportunidade estratégica para reconfiguração produtiva e inovação turística no Centro-Oeste brasileiro, desde que orientada por princípios de autenticidade cultural, responsabilidade ambiental e cooperação intermunicipal.

Economia da experiência e transformação do valor turístico

A emergência do turismo de experiência está inserida na transição estrutural do capitalismo contemporâneo em direção à diferenciação simbólica e emocional do consumo. Pine e Gilmore (1999) argumentam que o valor econômico evoluiu progressivamente de *commodities* para bens, serviços e, por fim, experiências, entendidas como eventos memoráveis capazes de engajar indivíduos de forma pessoal e transformadora. Nessa perspectiva, as organizações deixam de competir apenas por eficiência operacional e passam a competir pela

capacidade de produzir envolvimento sensorial, emocional e cognitivo.

No campo do turismo, essa abordagem representa inflexão paradigmática em relação ao modelo fordista de massificação e padronização. A experiência passa a ser concebida como elemento central da oferta, não como atributo acessório do serviço. Fiore e Jeong (2007), ao adaptarem o modelo da economia da experiência para o contexto turístico, estruturam quatro domínios experienciais, entretenimento, educação, estética e escapismo, organizados a partir dos eixos participação ativa/passiva e absorção/imersão. Segundo os autores, experiências de maior intensidade ocorrem quando há simultaneamente imersão ambiental e participação ativa do visitante.

A literatura posterior reforça essa compreensão ao enfatizar o papel da memorabilidade. Kim, Ritchie e McCormick (2012) desenvolveram uma escala de experiência turística memorável (*Memorable Tourism Experience* – MTE), demonstrando que dimensões como novidade, envolvimento, significado, conhecimento e renovação influenciam a retenção de memórias positivas e a intenção de revisita. A experiência turística, nesse sentido, não se limita ao momento do consumo, mas produz efeitos duradouros sobre percepção e comportamento. Portanto, o turismo de experiência representa deslocamento da lógica transacional para a lógica relacional, na qual visitante e território co-criam valor simbólico, cultural e afetivo.

A diferenciação entre turismo de massa e turismo experiencial encontra respaldo na tradição sociológica inaugurada por Cohen (1972; 1979). Ao propor tipologias que variam do turista institucionalizado ao explorador e ao *drifter*, o

autor evidencia que parte significativa da demanda turística contemporânea busca autenticidade, novidade e contato cultural profundo. Enquanto o turista institucionalizado valoriza previsibilidade e conforto, os perfis não institucionalizados tendem a privilegiar imersão e ruptura com ambientes padronizados.

Essa tensão entre familiaridade e alteridade constitui elemento central na análise da experiência turística. A autenticidade, ainda que socialmente construída, torna-se critério de diferenciação e de distinção simbólica.

Sob perspectiva complementar, Urry (2000) argumenta que o turismo é estruturado pelo olhar turístico (*tourist gaze*), socialmente produzido e mediado por sistemas de representação. O que é considerado atrativo ou digno de visitação resulta de enquadramentos culturais que orientam percepções e expectativas. Assim, a experiência turística não é espontânea, mas moldada por narrativas, imagens e discursos.

No entanto, na transição para o turismo de experiência, observa-se ampliação do papel do visitante como agente ativo. A contemplação visual é progressivamente complementada por práticas de participação, aprendizagem e interação comunitária, reduzindo a distância simbólica entre observador e território.

O debate sobre sustentabilidade no turismo consolidou-se a partir da necessidade de compatibilizar crescimento econômico e preservação ambiental. Saarinen (2006) identifica três tradições analíticas: (i) sustentabilidade baseada na capacidade de carga; (ii) sustentabilidade orientada à comunidade; e (iii) sustentabilidade centrada na responsabilidade ética e territorial.

A terceira vertente apresenta maior convergência com o turismo de experiência, pois enfatiza a integração entre atividade econômica, identidade cultural e preservação ambiental. Nessa abordagem, o território não é apenas suporte físico da atividade turística, mas elemento constitutivo da experiência e do desenvolvimento local.

Essa perspectiva dialoga com concepções críticas do espaço geográfico. Para Santos (2008), o espaço é constituído por sistemas indissociáveis de objetos e ações, nos quais infraestruturas introduzem novas verticalidades e reorganizam fluxos econômicos e sociais. A inserção de corredores logísticos altera hierarquias territoriais, redistribui centralidades e redefine oportunidades de desenvolvimento.

Assim, o turismo de experiência, quando articulado à sustentabilidade territorial, pode contribuir para diversificação econômica, fortalecimento comunitário e redução de desigualdades espaciais.

Corredores de integração transcendem a função de transporte ao atuarem como dispositivos de reorganização territorial. Inicialmente concebidos para escoamento produtivo e integração comercial, esses eixos passam a influenciar dinâmicas urbanas, produtivas e turísticas.

No campo do turismo, rotas integradas podem promover cooperação intermunicipal, fortalecimento de redes locais e diversificação de produtos (Briedenhann; Wickens, 2004). Ao ampliar conectividade e visibilidade internacional, corredores criam condições para inserção de destinos regionais em circuitos globais de consumo turístico.

Aplicada ao contexto sul-mato-grossense, a Rota Bioceânica representa vetor estratégico de integração internacional.

Contudo, seus impactos sobre o desenvolvimento regional dependem da capacidade de estruturar governança colaborativa, qualificação da oferta e articulação entre infraestrutura e identidade territorial.

A integração entre economia da experiência (Pine; Gilmore, 1999), tipologias turísticas (Cohen, 1972; 1979), construção sociocultural do olhar turístico (Urry, 2000), sustentabilidade territorial (Saarinen, 2006) e teoria crítica do espaço (Santos, 2008) permite sustentar que o turismo de experiência associado a corredores de integração pode constituir estratégia de desenvolvimento regional sustentável.

Essa articulação pressupõe: produção de experiências imersivas e memoráveis; valorização da autenticidade cultural; integração entre infraestrutura logística e oferta territorializada; governança colaborativa intermunicipal; e compromisso com sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Dessa forma, a Rota Bioceânica não deve ser compreendida apenas como infraestrutura de transporte, mas como dispositivo espacial capaz de induzir inovação turística e reorganização produtiva no Mato Grosso do Sul.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como investigação qualitativa de natureza conceitual-analítica, orientada à construção de modelo teórico explicativo sobre a articulação entre turismo de experiência, corredores de integração e desenvolvimento regional sustentável. Esse delineamento é apropriado quando o objetivo consiste em integrar referenciais teóricos e produzir sínteses interpretativas capazes de gerar proposições explicativas ou *frameworks* conceituais

(Creswell; Plano Clark, 2018). A pesquisa adota perspectiva epistemológica construtivista e territorial, partindo do pressuposto de que o turismo de experiência constitui prática social mediada por significados culturais, relações espaciais e dinâmicas institucionais. Nessa abordagem, a infraestrutura de integração internacional é compreendida como dispositivo territorial que cria condições estruturais de conectividade, mas cuja conversão em desenvolvimento depende de mediações socioeconômicas, culturais e simbólicas (Santos, 2008; Saarinen, 2006).

A construção do referencial teórico e do modelo analítico baseou-se em revisão bibliográfica sistematizada da literatura internacional e nacional sobre turismo de experiência, memorabilidade turística, sociologia do turismo, corredores de integração e desenvolvimento regional sustentável. A busca foi realizada nas bases Scopus, Web of Science e SciELO, selecionadas por sua abrangência nas áreas de turismo, geografia e planejamento territorial, considerando estudos publicados entre 1999 e 2024, período correspondente à consolidação da economia da experiência como campo teórico (Pine; Gilmore, 1999). A estratégia de busca utilizou combinações de descritores em inglês, português e espanhol, incluindo "experience tourism", "memorable tourism experience", "tourism corridors", "regional development tourism", "sustainable tourism territory", "turismo de experiência" e "corredores turísticos". Foram incluídos estudos que abordassem turismo experiencial em perspectiva territorial ou regional, rotas ou corredores de integração e sustentabilidade do turismo, bem como contribuições teóricas reconhecidas no campo; excluíram-se trabalhos estritamente mercadológicos, promocionais ou desvinculados da dimensão territorial. O procedimento de revisão seguiu etapas de identificação, triagem, elegibilidade e

inclusão, assegurando transparência e rastreabilidade na seleção das fontes. Após análise de título, resumo e aderência temática, foram selecionadas publicações consideradas relevantes para a construção do arcabouço teórico e da síntese conceitual do estudo.

Foram incluídos estudos que abordassem turismo experiencial ou memorabilidade, turismo em perspectiva territorial ou regional, rotas ou corredores de integração e sustentabilidade do turismo, além de contribuições teóricas reconhecidas no campo. Excluíram-se trabalhos estritamente mercadológicos ou promocionais, estudos sem abordagem territorial e pesquisas centradas exclusivamente no comportamento do consumidor desvinculado do espaço geográfico. Após triagem por título, resumo e aderência temática, foram selecionadas 62 publicações consideradas relevantes para a construção do arcabouço teórico e da síntese conceitual, incluindo contribuições clássicas e contemporâneas de turismo experiencial, sociologia do turismo, geografia crítica e sustentabilidade territorial.

Complementarmente, realizou-se análise documental de materiais institucionais e acadêmicos relacionados à Rota Bioceânica e ao turismo regional no Mato Grosso do Sul, incluindo relatórios de integração regional, diagnósticos territoriais, estudos acadêmicos sobre o corredor bioceânico e documentos de planejamento turístico. Essa etapa permitiu contextualizar empiricamente o território analisado e identificar evidências de potencial experiencial, condições estruturais de conectividade e lacunas institucionais associadas à governança turística regional.

O material bibliográfico e documental foi submetido à análise temática interpretativa (Bardin, 2011), com codifica-

ção orientada por categorias derivadas do referencial teórico e do problema de pesquisa. Foram estabelecidas três categorias analíticas centrais: (i) turismo de experiência e memorabilidade, envolvendo imersão, autenticidade, participação e co-criação de valor (Pine; Gilmore, 1999; Kim; Ritchie; Mccormick, 2012); (ii) reconfiguração territorial por corredores, compreendendo fluxos, centralidades e conectividade espacial (Santos, 2008); e (iii) desenvolvimento regional sustentável, envolvendo governança, identidade territorial e sustentabilidade socioeconômica (Saarinen, 2006). A triangulação entre literatura internacional, documentos territoriais e análise interpretativa possibilitou a construção de síntese teórica integrada.

A partir da convergência dessas categorias, elaborou-se modelo conceitual no qual a conectividade logística atua como variável estrutural, o turismo de experiência opera como mediação estratégica e o desenvolvimento regional sustentável constitui resultado territorial. Esse procedimento corresponde à lógica de modelagem conceitual em pesquisas qualitativas teóricas, nas quais a síntese interpretativa produz proposições explicativas sobre relações entre fenômenos (Creswell; Plano Clark, 2018).

A validade teórica do estudo foi assegurada pelo uso de literatura internacional consolidada, pela coerência interdisciplinar entre turismo, geografia e desenvolvimento regional e pela aderência entre categorias analíticas e objetivo da pesquisa. A confiabilidade interpretativa foi reforçada pela explicitação dos critérios de seleção, pela transparência das etapas analíticas e pela triangulação entre fontes teóricas e documentais.

Como limitação, destaca-se que o estudo possui natureza conceitual-analítica e não inclui coleta empírica primária,

de modo que o modelo proposto representa síntese interpretativa cuja validação empírica futura é necessária. Ademais, a análise territorial concentrou-se no Mato Grosso do Sul, não contemplando comparações sistemáticas com outros corredores latino-americanos, o que limita a generalização dos resultados. Pesquisas futuras poderão aplicar métodos quantitativos para mensurar impactos econômicos do turismo na rota, realizar estudos comparativos entre corredores, analisar redes institucionais de governança e validar empiricamente o modelo conceitual proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e bibliográfica evidenciou que a Rota Bioceânica vem sendo concebida institucionalmente como agenda estratégica de desenvolvimento regional, ultrapassando sua função meramente logística. O relatório multidisciplinar sobre o Corredor Bioceânico explicita que o projeto busca produzir conhecimento aplicável à tomada de decisão pública e privada, com foco no "bem-estar dos habitantes dos municípios e comunidades ao longo do trajeto" (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022). Tal formulação revela compreensão territorial ampliada, alinhada à noção de que infraestruturas introduzem novas verticalidades e reorganizam fluxos espaciais (Santos, 2008).

No plano da infraestrutura física, intervenções como o contorno viário de Porto Murtinho são descritas como medidas voltadas à melhoria da mobilidade urbana, da segurança viária e da logística regional (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022). Embora tais iniciativas não sejam turísticas em si, criam condições estruturais para a fruição terri-

torial, ao reduzir atritos de deslocamento e ampliar a conectividade, elemento fundamental para destinos baseados em experiências de natureza e em rotas policêntricas.

Paralelamente, a literatura sobre economia da experiência demonstra que a agregação de valor no turismo contemporâneo depende da capacidade de produzir vivências memoráveis e significativas (Pine; Gilmore, 1999; Kim; Ritchie; Mccormick, 2012). No estudo de caso do Tour da Experiência, observa-se que a superação da comoditização exigiu não apenas inovação de produtos, mas transformação organizacional e aprendizagem coletiva, culminando em reposicionamento competitivo do destino (Sebrae, 2014).

No contexto da Rota Bioceânica, o estudo sobre turismo gastronômico identifica potencial para criação de circuitos culinários baseados na identidade regional, desde que articulados por planejamento estratégico, participação comunitária e parcerias institucionais (Santos; Fernandes; Ribeiro, 2023). Contudo, os autores registram a ausência de investimentos estruturados e de diálogo interinstitucional sistemático para a implantação de uma rota gastronômica consolidada.

A partir dessas evidências, emergem três resultados centrais: o corredor é compreendido como instrumento de desenvolvimento territorial, e não apenas como infraestrutura logística; o turismo de experiência exige governança colaborativa e inovação organizacional, não sendo resultado automático da conectividade; e há vocações experienciais na rota, natureza, gastronomia e cultura, porém acompanhadas de déficit de coordenação e de investimentos estruturados.

A discussão dos resultados indica que a transformação de um corredor logístico em rota turística experiencial depende da articulação de três camadas estruturais.

A camada estrutural (infraestrutura e acessibilidade) refere-se ao papel da conectividade territorial. A literatura territorial crítica sustenta que infraestruturas organizam o espaço ao alterar relações entre fixos e fluxos (Santos, 2008). No caso da Rota Bioceânica, a melhoria da conectividade amplia o raio de inserção internacional dos destinos sul-mato-grossenses, criando condições de competitividade ampliada. Entretanto, conforme argumenta Saarinen (2006), crescimento não equivale automaticamente a desenvolvimento sustentável. A infraestrutura constitui condição necessária, mas não suficiente, para a transformação socioeconômica territorial.

A camada estratégica (produção de experiências memoráveis) diz respeito à geração de valor turístico. A economia da experiência estabelece que a diferenciação competitiva deriva da imersão sensorial, da participação ativa e da construção de significado (Pine; Gilmore, 1999). No turismo, experiências memoráveis influenciam a intenção de revisita e a lealdade ao destino (Kim; Ritchie; Mccormick, 2012). Destinos como Bonito e Pantanal já operam com forte componente experiencial, ecoturismo, turismo rural e vivências culturais, compatível com a busca por autenticidade identificada por Cohen (1979). Contudo, a integração desses produtos ao eixo bioceânico requer articulação narrativa, planejamento sistêmico e posicionamento territorial integrado.

A camada institucional (governança e sustentabilidade) refere-se à coordenação territorial. Saarinen (2006) destaca que abordagens contemporâneas de sustentabilidade enfatizam responsabilidade comunitária e integração territorial.

O estudo sobre turismo gastronômico na Rota Bioceânica demonstra que o potencial regional somente se concretiza mediante planejamento estruturado e parcerias institucionais (Santos; Fernandes; Ribeiro, 2023). Nesse sentido, a governança policêntrica e intermunicipal emerge como variável crítica para converter conectividade em desenvolvimento turístico sustentável.

Quadro 1 – Evidências documentais e implicações para o turismo experiencial

Evidência Identificada	Fonte	Implicação Territorial	Implicação Turística
Corredor orientado ao bem-estar regional	UFMS (2022)	Infraestrutura como agenda de desenvolvimento	Base estrutural para expansão de fluxos turísticos
Melhoria da mobilidade urbana e logística	UFMS (2022)	Redução de atritos espaciais	Ampliação da fruição territorial
Transformação organizacional no turismo experiencial	SEBRAE (2014)	Inovação territorial	Diferenciação competitiva
Potencial gastronômico na rota	Santos et al. (2023)	Valorização identitária	Produto experiencial emergente

Fonte: elaboração própria com base em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2022), Sebrae (2014) e Santos; Fernandes; Ribeiro (2023).

Quadro 2 – Camadas estruturais para conversão do corredor em rota de experiências

Camada	Dimensão	Fundamento Teórico	Função
Estrutural	Infraestrutura logística	Santos (2008)	Condição de conectividade
Estratégica	Experiência memorável	Pine e Gilmore (1999); Kim et al. (2012)	Agregação de valor
Institucional	Governança sustentável	Saarinen (2006)	Sustentabilidade e inclusão

Fonte: elaboração própria com base em Santos (2008), Pine; Gilmore (1999), Kim; Ritchie; Mccormick (2012) e Saarinen (2006).

Quadro 3 – Proposição de Variáveis do Modelo Conceitual

Variável	Tipo	Indicadores Conceituais
Conectividade Logística	Independente	Infraestrutura, mobilidade, integração internacional.
Turismo de Experiência	Mediadora	Imersão, autenticidade, memorabilidade.
Desenvolvimento Regional Sustentável	Dependente	Diversificação econômica, inclusão social, sustentabilidade ambiental.

Fonte: elaboração própria com base em Pine; Gilmore (1999), Kim; Ritchie; Mccormick (2012), Saarinen (2006) e Santos (2008).

Com base nos resultados, propõe-se modelo analítico no qual:

Conectividade Logística (Rota Bioceânica)

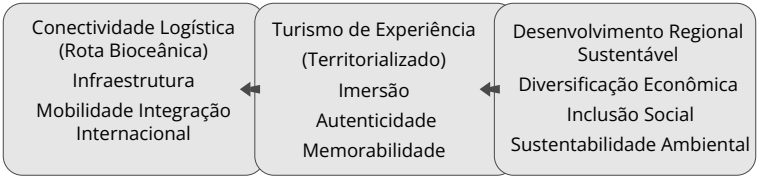
↓

Mediação Estratégica: Turismo de Experiência Territorializado

↓

Resultado: Desenvolvimento Regional Sustentável

Figura 1– *Framework* conceitual do turismo de experiência na Rota Bioceânica como vetor de desenvolvimento regional sustentável



Fonte: elaboração própria com base em Pine; Gilmore (1999), Kim; Ritchie; Mccormick (2012), Saarinen (2006) e Santos (2008).

O modelo sugere que a infraestrutura atua como variável estrutural, mas a conversão em desenvolvimento depende da mediação estratégica pela produção de experiências autênticas, sustentadas por governança colaborativa.

As contribuições teóricas constituem-se em integrar economia da experiência e teoria territorial crítica; propor um modelo analítico aplicado a corredores de integração latino-americanos; e avançar na articulação entre infraestrutura logística e inovação turística sustentável.

Com base nessas considerações, propõem-se diretrizes estratégicas para políticas públicas voltadas à consolidação do turismo de experiência na Rota Bioceânica, sistematizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Diretrizes e recomendações de política pública para o turismo de experiência na Rota Bioceânica

Eixo estratégico	Recomendações	Finalidade territorial
Planejamento regional integrado	Elaborar Plano Intermunicipal de Turismo da Rota Bioceânica com inventário de ativos culturais e ambientais, mapeamento de experiências e identidade narrativa regional.	Evitar fragmentação municipal e estruturar visão territorial sistêmica.
Governança policêntrica	Instituir instância de governança envolvendo governos, setor privado, comunidades e universidades	Coordenar investimentos e integrar atores territoriais.
Estruturação de produtos experienciais	Desenvolver circuitos gastronômicos, turismo comunitário, rural e de natureza integrando destinos consolidados e emergentes	Agregar valor territorial e ampliar permanência turística.
Capacitação territorial	Implementar formação em *design* de experiências, *storytelling*, hospitalidade cultural e sustentabilidade	Qualificar atores locais para economia da experiência.
Monitoramento e avaliação	Criar sistema de indicadores (renda local, participação comunitária, impactos ambientais, fluxos e satisfação turística)	Avaliar contribuição do corredor ao desenvolvimento inclusivo.
Incentivo à economia criativa	Estimular produção cultural, gastronomia identitária, artesanato e eventos temáticos via editais e incentivos.	Fortalecer identidade territorial e singularidade experiencial.

Fonte: elaboração própria com base em Pine; Gilmore (1999), Kim; Ritchie; Mccormick (2012), Cohen (1979), Urry (2000), Saarinen (2006) e Santos (2008).

Acredita-se que a adoção dessas diretrizes pode favorecer a conversão da Rota Bioceânica de corredor logístico em

rota de experiências territorializadas, ampliando competitividade regional e inclusão socioeconômica. Destaca-se que políticas de turismo experiencial devem operar em escala regional e em lógica de rede, superando abordagens isoladas e promocionais.

CONCLUSÕES

O presente estudo analisou o potencial do turismo de experiência articulado à infraestrutura da Rota Bioceânica como estratégia de desenvolvimento regional sustentável no Mato Grosso do Sul. A partir da integração entre a economia da experiência (Pine; Gilmore, 1999), a memorabilidade turística (Kim; Ritchie; Mccormick, 2012), às tipologias sociológicas do turismo (Cohen, 1979), a construção sociocultural do olhar turístico (Urry, 2000), a sustentabilidade territorial (Saarinen, 2006) e a teoria crítica do espaço geográfico (Santos, 2008), foi possível sustentar que o turismo experiencial atua como mediação estratégica entre conectividade logística e desenvolvimento regional.

Os resultados indicam que a Rota Bioceânica deve ser compreendida não apenas como infraestrutura de transporte, mas como dispositivo territorial capaz de reorganizar fluxos econômicos, ampliar centralidades regionais e criar condições estruturais para inserção internacional dos destinos sul-mato-grossenses. Todavia, conforme enfatiza a literatura territorial crítica, a infraestrutura não produz desenvolvimento de forma automática; sua eficácia depende da capacidade regional de converter conectividade em valor territorializado (Santos, 2008; Saarinen, 2006).

Nesse contexto, o turismo de experiência emerge como variável mediadora essencial. Ao privilegiar autenticidade, imersão sensorial, interação comunitária e construção de significado, essa modalidade transforma deslocamentos logísticos em vivências econômicas, culturais e simbólicas territorializadas (Pine; Gilmore, 1999; Kim; Ritchie; McCormick, 2012). Destinos como Bonito, Pantanal e Bodoquena já apresentam repertório compatível com essa lógica, especialmente no campo do ecoturismo e das experiências ambientais, o que reforça a vocação experiencial do território.

Entretanto, a análise evidenciou lacunas institucionais relevantes, sobretudo quanto à governança intermunicipal, à articulação de redes produtivas e à estruturação integrada de produtos ao longo do eixo bioceânico. A ausência de coordenação sistêmica tende a dispersar iniciativas, reproduzir assimetrias espaciais e limitar o potencial inclusivo do corredor turístico regional. Dessa forma, conclui-se que o desenvolvimento regional sustentável associado à Rota Bioceânica depende da articulação de três dimensões estruturantes: (i) conectividade territorial qualificada; (ii) produção estratégica de experiências territorializadas; e (iii) governança colaborativa e sustentável. A integração dessas dimensões constitui modelo conceitual aplicável a corredores de integração latino-americanos com características territoriais semelhantes.

O estudo contribui ao integrar economia da experiência e teoria territorial crítica em modelo aplicado a corredor internacional, propor *framework* conceitual replicável e oferecer diretrizes operacionais para políticas públicas no Centro-Oeste brasileiro. Ademais, avança na compreensão do turismo como mecanismo de desenvolvimento policêntrico em territórios emergentes de integração continental.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a validação empírica do modelo proposto, por meio de entrevistas com atores territoriais, análise de redes institucionais, modelagem quantitativa dos impactos econômicos do turismo na rota, comparação com outros corredores latino-americanos e monitoramento longitudinal de indicadores de sustentabilidade territorial.

REFERÊNCIAS

ARGUELHO, J. F. et al. O Turismo Gastronômico presente na Rota Bioceânica em Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 24, n. 4, p. 1151-1166, out./dez. 2023. Disponível em: https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4211. Acesso em: 30 jun. 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRIEDENHANN, J.; WICKENS, E. Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas – vibrant hope or impossible dream? **Tourism Management**, v. 25, n. 1, p. 71-79, 2004. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517703000633. Acesso em: 30 jun. 2026.

COHEN, E. A phenomenology of tourist experience. **Sociology**, v. 13, n. 2, p. 179-201, 1979.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Designing and conducting mixed methods research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

FIORE, A. M.; JEONG, M. Experience-economy strategies: adding value to small-sized business. **Journal of Business Strategy**, v. 28, n. 2, p. 28-35, 2007. Disponível em: https://commons.joe.org/joe/vol45/iss2/20/. Acesso em: 30 jun. 2026.

KIM, J. H.; RITCHIE, J. R. B.; MCCORMICK, B. Development of a scale to measure memorable tourism experiences. **Journal of Travel Research**, v. 51, n. 1, p. 12-25, 2012. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047287510385467. Acesso em: 30 jun. 2026.

MAMEDE, S. B.; MARTINS, P. C. S. (org.). **Multidimensionalidade do turismo no Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora UEMS, 2022.

PINE, B. J.; GILMORE, J. H. **The experience economy**: work is theatre and every business a stage. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. **Annals of Tourism Research**, v. 33, n. 4, p. 1121-1140, 2006. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160738306000909. em: 30 jun. 2026.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEBRAE. **Tour da experiência**: metodologia para desenvolvimento de experiências turísticas memoráveis. Brasília: SEBRAE Nacional, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Corredor Bioceânico**: diagnóstico multidimensional e perspectivas de desenvolvimento regional. Campo Grande: UFMS, 2022.

URRY, J. **The tourist gaze**. 2. ed. London: Sage Publications, 2000.

CAPÍTULO 8



Turismo de Bem-Estar e Saúde: potencialidades, evidências científicas e perspectivas para o Mato Grosso do Sul

Greice Aparecida Domingos Feliciano

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.8

TURISMO DE BEM-ESTAR E SAÚDE: POTENCIALIDADES, EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E PERSPECTIVAS PARA O MATO GROSSO DO SUL

Greice Aparecida Domingos Feliciano[1]

RESUMO: O estudo analisa a produção científica sobre Turismo de Bem-Estar e Saúde em Mato Grosso do Sul e discute suas potencialidades para o desenvolvimento regional. Parte da compreensão de que o segmento se consolida como um dos mais dinâmicos do turismo contemporâneo, impulsionado por transformações demográficas, pelo envelhecimento populacional e pela valorização de experiências orientadas à qualidade de vida. Adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica com recorte temporal de 2015 a 2025, realizada nas bases SciELO, CAPES e Google Acadêmico. Examina as principais abordagens conceituais do Turismo de Bem-Estar e Saúde, identifica como a literatura aborda o tema no contexto sul-mato-grossense e sistematiza evidências relacionadas às suas contribuições territoriais. Os resultados indicam que o estado reúne condições favoráveis ao desenvolvimento do segmento, em razão de seus biomas de relevância internacional, de destinos consolidados no turismo de natureza e da presença de práticas associadas ao cuidado e ao bem-estar. A análise evidencia potencial para diversificação da oferta turística, interiorização dos fluxos e fortalecimento das economias locais por meio da geração de emprego e renda. Conclui que o Turismo de Bem-Estar e Saúde pode atuar como vetor estratégico de desenvolvimento regional sustentável, ao articular dimensões econômicas, sociais e ambientais e ao valorizar recursos naturais e culturais do território sul-mato-grossense.

Palavras-chave: Turismo de Bem-Estar; Turismo de Saúde; Desenvolvimento Regional; Sustentabilidade; Mato Grosso do Sul.

WELLNESS AND HEALTH TOURISM: POTENTIALS, SCIENTIFIC EVIDENCE AND PERSPECTIVES FOR MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: This study analyzes the scientific production on Wellness and Health Tourism in Mato Grosso do Sul and discusses its potential contributions to regional development. It is grounded in the understanding

[1] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: greicefelliciano.turms@gmail.com – Lattes: http://lattes.cnpq.br/0348365113086332.

that this segment has become one of the most dynamic fields within contemporary tourism, driven by demographic transformations, population aging, and the growing appreciation of experiences oriented toward quality of life. A qualitative and exploratory approach was adopted, based on a bibliographic review covering the period from 2015 to 2025, conducted in the databases SciELO, CAPES, and Google Scholar. The study examines the main conceptual approaches to Wellness and Health Tourism, identifies how the literature addresses the theme within the context of Mato Grosso do Sul, and systematizes evidence regarding its territorial contributions. The findings indicate that the state presents favorable conditions for the development of this segment, given its internationally recognized biomes, established nature-based tourism destinations, and the presence of practices associated with care and well-being. The analysis highlights the potential for diversification of the tourism offer, decentralization of visitor flows, and strengthening of local economies through job and income generation. It concludes that Wellness and Health Tourism may act as a strategic vector for sustainable regional development by articulating economic, social, and environmental dimensions, while valuing the natural and cultural resources of the territory of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Wellness Tourism; Health Tourism; Regional Development; Sustainability; Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

O Turismo de Bem-Estar e Saúde tem se consolidado como um dos segmentos mais dinâmicos do turismo contemporâneo, impulsionado por transformações demográficas, mudanças nos estilos de vida, pelo envelhecimento populacional e pela crescente valorização de experiências que promovam qualidade de vida e envolvam o equilíbrio físico, mental e emocional. Mais do que deslocamentos voltados ao lazer convencional, essas mobilidades articulam práticas de cuidado com a saúde integral, de cuidado, prevenção e promoção da saúde e experiências turísticas em territórios dotados de ativos naturais.

No Brasil, o Ministério do Turismo define Turismo de Bem-Estar e Saúde como o conjunto de "atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos" (Brasil, 2010c, p. 15). Essa concepção amplia o entendimento do segmento ao abarcar modalidades como turismo termal, hidromineral, de bem-estar e médico-hospitalar. Sob uma perspectiva internacional, destaca-se esse campo como um fenômeno multifacetado, que ultrapassa delimitações tradicionais e incorpora diferentes vertentes de experiência.

Nessa leitura, Smith e Kelly (2006, p. 02) incluem práticas associadas ao turismo da nova era, ao contato com a natureza, às vivências de aventura, às viagens motivadas pela ioga, às expressões de espiritualidade e religiosidade, bem como às iniciativas de caráter voluntário. Ao reunir esses segmentos, evidenciam que se trata de um universo heterogêneo, cuja unidade não reside na forma da atividade em si, mas nas motivações e sentidos atribuídos pelos sujeitos que viajam. Dados recentes do *Global Wellness Institute* (2025) indicam que o segmento apresenta crescimento superior à média do turismo mundial, o que reforça sua relevância estratégica.

Do ponto de vista epistemológico, o turismo deve ser compreendido como fenômeno social complexo, que integra dimensões econômicas, culturais, ambientais e simbólicas (Panosso Netto, 2011). Nesse aspecto, o Turismo de Bem-Estar e Saúde não se limita à oferta de serviços especializados, mas envolve a construção de experiências territorializadas, articuladas ao sistema turístico em sua totalidade (Beni, 2019). Essa articulação exige planejamento integrado, governança e alinhamento com princípios e sustentabilidade,

entendida como processo que concilia eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (Brasil, 2007b).

No cenário brasileiro, embora haja avanços nas discussões acadêmicas e institucionais, observa-se desigualdade regional sobre o Turismo de Bem-Estar e Saúde, ainda que de forma desproporcional na produção científica sobre o tema. Estados tradicionalmente associados ao turismo termal e de natureza apresentam maior visibilidade, enquanto outras regiões ainda carecem de sistematização teórica e empírica.

Nesse contexto, Mato Grosso do Sul (MS) revela potencial expressivo para o desenvolvimento desse segmento. O estado abriga biomas de relevância internacional, como o Pantanal e o Cerrado, além de destinos consolidados como Bonito, reconhecido por práticas de Ecoturismo e gestão ambiental, e áreas com potencial para termalismo e práticas integrativas. Estudos regionais sobre turismo de natureza, sustentabilidade e experiências em ambientes naturais já evidenciam impactos positivos na qualidade de vida e na percepção de bem-estar dos visitantes. Ainda que tais pesquisas nem sempre sejam enquadradas explicitamente sob a categoria de Turismo de Bem-Estar e Saúde (SEBRAE, 2023).

Apesar dessas condições favoráveis, a produção científica especificamente voltada à articulação entre Turismo de Bem-Estar e Saúde e o seu desenvolvimento em Mato Grosso do Sul (MS) permanece incipiente e dispersa. Essa lacuna corrobora a necessidade de análise sistematizada das evidências existentes, a fim de compreender como o segmento vem sendo abordado e quais contribuições pode oferecer ao fortalecimento territorial.

Diante desse cenário, o presente estudo é orientado pela seguinte problemática: *quais evidências científicas a literatura apresenta sobre Turismo de Bem-Estar e Saúde em Mato Grosso do Sul e quais são suas perspectivas para o desenvolvimento?* A partir dessa questão, busca-se compreender de que forma o segmento pode atuar como estratégia complementar aos destinos já consolidados, promovendo a diversificação da oferta, a interiorização do turismo, bem como a geração de emprego e renda e o fortalecimento das economias locais.

Com o objetivo de responder a essa questão, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica. A pesquisa foi realizada nas bases SciELO, CAPES e Google Acadêmico, priorizando produções científicas que abordassem o Turismo de Bem-Estar e Saúde sob a perspectiva de práticas em Mato Grosso do Sul (MS), com recorte temporal de 2015 a 2025.

A relevância deste estudo justifica-se pela crescente demanda por modelos de turismo regenerativos, responsáveis e integrados às dinâmicas territoriais, nos quais o Turismo de Bem-Estar e Saúde desponta como uma alternativa capaz de articular desenvolvimento econômico, valorização dos recursos locais e promoção da saúde (Barreto; Lanzarini, 2023).

Do ponto de vista social, contribui para a promoção da qualidade de vida da população residente, o estímulo às práticas de autocuidado e a valorização de saberes locais; no âmbito ambiental, reforça a conservação dos recursos naturais como base da experiência turística; e, no plano institucional, demanda a integração entre políticas de turismo, saúde e meio ambiente. No campo do turismo, pode favorecer a qualificação da oferta, a redução da sazonalidade e a construção de experiências turísticas mais significativas. Ao articular es-

sas dimensões, o segmento aproxima-se de uma concepção de desenvolvimento territorial regenerativa. Além disso, no âmbito do desenvolvimento regional, pode ampliar os impactos positivos no território sul-mato-grossense (Sachs, 2004).

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar a produção científica sobre o Turismo de Bem-Estar e Saúde em Mato Grosso do Sul (MS), a partir das evidências apresentadas na literatura, discutindo suas potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento regional. Como objetivos específicos, busca-se: (i) examinar as principais abordagens conceituais relacionadas ao Turismo de Bem-Estar e Saúde; (ii) analisar como o tema tem sido tratado nos estudos com enfoque sul-mato-grossense; (iii) identificar lacunas e oportunidades para futuras pesquisas e para o planejamento do turismo no estado.

Ao sistematizar o debate, pretende-se contribuir para a consolidação de uma agenda científica que reconheça o Turismo de Bem-Estar e Saúde não apenas como nicho de mercado, mas como vetor estratégico de desenvolvimento sustentável no território sul-mato-grossense.

REVISÃO DE LITERATURA

A revisão da literatura estrutura-se em três eixos complementares, que dialogam entre si e sustentam a análise proposta. Inicialmente, discutem-se os conceitos de Turismo de Bem-Estar e de Saúde, explorando suas aproximações e distinções conceituais, bem como as motivações que orientam as práticas contemporâneas de autocuidado em contexto turístico. Em seguida, examina-se o potencial desse segmento como indutor de desenvolvimento regional, considerando

seus efeitos sobre a dinamização econômica, a valorização dos recursos territoriais e a inclusão socioprodutiva, especialmente em localidades com vocação natural e cultural.

Por fim, apresentam-se as principais modalidades do Turismo de Bem-Estar e Saúde, evidenciando a diversidade de experiências que compõem esse campo, desde práticas terapêuticas e preventivas até vivências integrativas em ambientes naturais, de modo a compreender como tais expressões se articulam às demandas sociais por qualidade de vida e sustentabilidade.

Conceitos de Turismo de Bem-Estar e Saúde

A discussão entre Turismo de Bem-Estar e Turismo de Saúde insere-se no contexto das mobilidades contemporâneas voltadas à melhoria da qualidade de vida, embora os dois segmentos apresentem enfoques distintos e complementares.

De acordo com o Ministério do Turismo (Brasil, 2010c), o Turismo de Bem-Estar compreende atividades motivadas pela promoção e manutenção da saúde, com foco na redução do estresse, na adoção de hábitos saudáveis e na busca do equilíbrio físico e mental, aproximando-se da concepção ampliada de saúde da Organização Mundial da Saúde (2016). Essas práticas estão majoritariamente associadas a ações preventivas e educativas, nas quais o turista assume papel ativo no cuidado de si, sendo desenvolvidas, em geral, fora do ambiente hospitalar, em espaços como *spas*, termas, resorts e centros de bem-estar.

O Turismo de Saúde, por sua vez, esteve historicamente relacionado a deslocamentos para procedimentos médicos, diagnósticos ou terapêuticos, realizados em hospitais e clínicas especializadas. Contudo, essa distinção não é absoluta, uma vez que práticas preventivas, como *check-ups*, podem aproximar-se conceitualmente do Turismo de Bem-Estar, configurando um campo híbrido entre prevenção, promoção da saúde e tratamento.

A principal diferença entre os segmentos reside na centralidade da experiência turística. Enquanto, no turismo de saúde, o procedimento médico ocupa posição central, no Turismo de Bem-Estar predomina uma experiência integrada, que envolve ambiente, serviços e estilo de vida.

No cenário pós-pandemia de Covid-19, intensificou-se a valorização da saúde física e mental, impulsionando a demanda por experiências turísticas voltadas ao relaxamento, à reconexão e à regeneração (Júnior Ficagna; de Souza Dantas, 2021). Nesse período, observa-se a consolidação do Turismo de Bem-Estar como estratégia preventiva e complementar aos sistemas formais de saúde, impulsionada pela ampliação das demandas por equilíbrio físico, mental e emocional.

No Brasil, país marcado por ampla diversidade natural, cultural e climática, esse segmento apresenta elevado potencial de desenvolvimento, sobretudo quando articulado a políticas públicas, planejamento territorial e práticas sustentáveis. Nessa perspectiva, destaca-se o estado de Mato Grosso do Sul, cujas paisagens naturais, áreas de conservação, águas cristalinas, biodiversidade do Pantanal e do Cerrado, somadas aos saberes tradicionais e às experiências de contato com a natureza, configuram condições favoráveis para a consolidação de produtos turísticos voltados ao bem-estar,

à regeneração e à qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento territorial e para a valorização das comunidades locais (Silva-Melo; Guedes, 2022).

Assim, compreender o Turismo de Bem-Estar em diálogo com o Turismo de Saúde permite avançar na construção de modelos teóricos mais integrados, capazes de reconhecer a complexidade das motivações dos turistas e de orientar o desenvolvimento responsável desse segmento, alinhando bem-estar individual, qualidade dos serviços e desenvolvimento territorial sustentável.

A relação entre o Turismo de Bem-Estar e o turismo de saúde tem se consolidado como um campo teórico relevante diante das transformações nas motivações de viagem, cada vez mais associadas à busca por qualidade de vida, equilíbrio físico e saúde integral. Embora compartilhem pontos de convergência, esses segmentos se diferenciam principalmente pela centralidade da experiência turística e pela ênfase em práticas preventivas, promocionais ou terapêuticas.

No âmbito do Turismo de Bem-Estar, a oferta caracteriza-se por sua natureza multidimensional, integrando componentes que vão além dos tratamentos de saúde convencionais. De acordo com Majeed e Kim (2022) e Dini e Pencarelli (2021), esse segmento abrange práticas alternativas e complementares, atrações turísticas, *spas*, termalismo, atividades esportivas, práticas de relaxamento, gastronomia saudável, experiências de contato com a natureza, além de elementos culturais e espirituais com propósito de autoconhecimento. Essa diversidade permite a adaptação da oferta a diferentes perfis de turistas, contemplando desde aqueles motivados pelo descanso e lazer até os que buscam processos mais profundos de reequilíbrio físico e emocional.

As experiências proporcionadas pelo Turismo de Bem-Estar exercem impacto direto no bem-estar do turista, tanto na dimensão hedônica, relacionada ao prazer e à satisfação imediata, quanto na dimensão eudaimônica,[2] associada à realização pessoal e ao sentido de propósito. Estudos indicam que experiências de entretenimento, estética e escapismo contribuem positivamente para essas dimensões, sendo a satisfação do turista um fator potencializador desses efeitos (Liu et al., 2023). Sob essa ótica, o Turismo de Bem-Estar distingue-se do turismo de saúde tradicional ao priorizar experiências integradas que promovem benefícios duradouros à saúde física e mental.

Outro aspecto central desse segmento refere-se à sua crescente articulação com os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento territorial. Conforme Figueiredo et al. (2024), o Turismo de Bem-Estar tem sido incorporado a políticas de desenvolvimento sustentável, valorizando não apenas o bem-estar dos visitantes, mas também a qualidade de vida das comunidades anfitriãs. Essa abordagem favorece práticas responsáveis, o uso equilibrado dos recursos naturais e culturais e a geração de benefícios socioeconômicos de longo prazo.

No que se refere às tendências recentes, observa-se a expansão de centros de bem-estar, retiros holísticos e terapias complementares, além do aumento da demanda por experiências voltadas ao autoconhecimento e à saúde integral. Smith e Kelly (2006) já destacavam a crescente busca por prá-

[2] A experiência turística eudaimônica pode ser definida como o conjunto percebido de benefícios relacionados ao crescimento pessoal, à autorrealização, às percepções relacionadas à autodescoberta e à autoconsciência e ao desenvolvimento das próprias potencialidades, viabilizando o processo de realização do eu interior ou da autoidentidade, tudo isso proporcionado pelo engajamento em atividades pessoalmente expressivas e reflexões subjetivas decorrentes da experiência em um ambiente turístico (Medeiros et al., 2020, p. 18).

ticas que integram corpo, mente e espírito, tendência que se intensificou nos últimos anos, conforme apontam Kazakov e Oyner (2020). Esse movimento reflete uma mudança no comportamento do turista, que passa a valorizar experiências transformadoras, capazes de promover equilíbrio, prevenção e melhoria contínua da qualidade de vida.

Dessa forma, o Turismo de Bem-Estar, em diálogo com o turismo de saúde, configura-se como um segmento estratégico e em expansão, cuja compreensão teórica contribui para o planejamento de produtos turísticos mais integrados, sustentáveis e alinhados às demandas contemporâneas por saúde e bem-estar.

Desenvolvimento Regional através do Turismo de Bem-Estar e Saúde

O Turismo de Bem-Estar e Saúde tem assumido papel estratégico no debate contemporâneo sobre desenvolvimento regional, sobretudo em contextos marcados por desigualdades territoriais e pela necessidade de diversificação econômica. Ao articular dinamização produtiva, valorização de ativos naturais e culturais e promoção da qualidade de vida, essa modalidade ultrapassa a condição de nicho mercadológico para se consolidar como vetor estruturante de desenvolvimento. Como já apontava Beni (2019a), o turismo, quando analisado de forma sistêmica, revela-se capaz de reorganizar economias locais e ativar múltiplos setores de forma articulada. Nesse horizonte, o bem-estar não é apenas uma experiência individual, mas um fenômeno com implicações territoriais concretas.

No plano econômico, os efeitos manifestam-se tanto de maneira direta, por meio da ampliação da demanda por hospedagem, alimentação, terapias integrativas e serviços especializados, quanto de forma indireta, ao estimular fornecedores locais e fortalecer micro e pequenas empresas. O chamado "efeito multiplicador" do turismo evidencia como os gastos dos visitantes reverberam na economia local, impactando sucessivas camadas produtivas (Cooper et al., 2007). Em regiões com limitações estruturais, esse movimento pode representar mais do que incremento de receita: trata-se de ampliar a resiliência econômica e criar alternativas sustentáveis de geração de renda.

O crescimento do segmento de bem-estar não é episódico, mas estrutural. Dados do *Global Wellness Economy Monitor* indicam que o Turismo de Bem-Estar tem apresentado expansão superior à média do turismo global, consolidando-se como um dos eixos mais dinâmicos da economia contemporânea (Global Wellness Institute, 2023). Sob o ponto de vista conceitual, Smith e Puczkó (2009) destacam que o Turismo de Bem-Estar está associado à busca de equilíbrio físico, mental e espiritual, o que amplia sua compreensão para além do deslocamento físico: trata-se de uma experiência integradora e restauradora.

Entretanto, reduzir o Turismo de Bem-Estar à sua dimensão econômica seria simplificá-lo. Há, nesse segmento, uma reconfiguração simbólica do território. A busca por ambientes preservados, silêncio, autenticidade cultural e práticas in-

tegrativas[3] exige não apenas infraestrutura, mas integridade ambiental e reconhecimento de saberes tradicionais. A própria noção de desenvolvimento sustentável entendida como aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras" (WCED, 1987, p. 43), torna-se fundamento ético dessa discussão. Ao atribuir valor econômico à paisagem preservada e às práticas culturais locais, o Turismo de Bem-Estar pode operar como indutor de conservação.

Nesse aspecto, o planejamento assume centralidade, visto que o desenvolvimento sustentável demanda articulação entre dimensões econômica, social, ambiental e cultural, sendo imprescindível a participação ativa dos atores locais (Sachs, 2002). Quando associado a modelos de Turismo de Base Comunitária, o Turismo de Bem-Estar amplia seu potencial inclusivo, reconhecendo a população como protagonista na organização e na gestão da atividade. Não se trata apenas de distribuir benefícios, mas de fortalecer autonomia territorial.

A atuação do poder público, por sua vez, constitui elemento estruturante desse processo. Políticas voltadas à ampliação da conectividade, à qualificação profissional e ao estímulo ao turismo interno criam condições para que destinos emergentes se posicionem de maneira mais competitiva. Nesse contexto, programas nacionais de incentivo ao turismo doméstico e investimentos em infraestrutura podem reduzir

[3] No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) foram incorporadas como política pública a partir da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída em 2006, com a finalidade de ampliar as possibilidades terapêuticas ofertadas na rede pública. Essas práticas não substituem as condutas biomédicas convencionais, mas as complementam, orientando-se por uma concepção ampliada de cuidado que considera dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais do processo saúde-doença. Ao reconhecer saberes tradicionais e racionalidades médicas diversas, a PNPIC busca qualificar a atenção, fortalecer o vínculo entre profissionais e usuários e promover uma abordagem mais integral e humanizada no cuidado em saúde (Brasil, 2006a).

desigualdades regionais e consolidar arranjos produtivos associados ao bem-estar e à saúde (Beni, 2019a).

Em síntese, o Turismo de Bem-Estar e Saúde apresenta uma equação complexa e promissora: harmonizar a experiência transformadora do visitante com princípios de sustentabilidade ambiental, respeito cultural e inclusão socioeconômica. Quando planejado de forma estratégica e participativa, pode transcender a lógica do consumo episódico e consolidar-se como instrumento de desenvolvimento regional sustentável. Ao integrar mercado, território e comunidade, essa modalidade evidencia que desenvolvimento, mais do que crescimento econômico, é construção coletiva orientada por valores e responsabilidades compartilhadas.

Modalidades do Turismo de Bem-Estar e Saúde

O turismo de bem-estar e o turismo de saúde configuram-se como segmentos inter-relacionados, orientados pela busca do autocuidado, da melhoria da qualidade de vida e do equilíbrio físico e mental. Essas modalidades abrangem práticas que vão desde saberes ancestrais e terapias integrativas até procedimentos médicos baseados em tecnologias avançadas, refletindo a ampliação contemporânea do conceito de saúde (Brasil, 2006a).

As modalidades voltadas ao bem-estar incluem, de forma recorrente, retiros de yoga e meditação, caracterizados por imersões que articulam práticas corporais, espiritualidade, silêncio e autoconhecimento, promovendo estados de relaxamento profundo e reconexão interior. *Spas* e terapias holísticas constituem outro eixo central, reunindo massagens, banhos terapêuticos, aromaterapia e tratamentos es-

téticos naturais, frequentemente associados a rituais simbólicos de cuidado e cura (Brasil, 2010c).

O turismo de saúde abrange um conjunto diversificado de práticas orientadas ao cuidado integral, articulando prevenção, tratamento e promoção do bem-estar. Entre suas expressões mais consolidadas, destacam-se o turismo termal e de balneário, fundamentado no uso terapêutico de águas minerais e termais para alívio de dores, melhora da circulação e relaxamento físico e mental (Brasil, 2010c), bem como o Ecoturismo e as experiências em ambientes naturais, que favorecem a redução do estresse e o equilíbrio psicológico por meio do contato com a natureza (Brasil, 2010d).

A alimentação saudável e os programas *detox* também integram esse segmento ao enfatizar a relação entre nutrição, saúde preventiva e equilíbrio corporal, valorizando práticas alimentares naturais e sustentáveis (Nascimento, 2022). Paralelamente, modalidades emergentes, como o turismo do sono e o turismo de aventura e esporte, ampliam o escopo do setor ao associarem descanso qualificado, desafio físico e superação pessoal à promoção do bem-estar.

Nesse contexto, o turismo médico-hospitalar mantém foco em procedimentos clínicos, cirúrgicos ou odontológicos, motivados pela busca por qualidade técnica, acesso especializado ou redução de custos. De forma abrangente, o Ministério do Turismo define o Turismo de Saúde como o conjunto de atividades turísticas relacionadas a fins médicos, terapêuticos e estéticos, incluindo modalidades como turismo termal, hidromineral, medicinal, de bem-estar e médico-hospitalar (Brasil, 2006). Tal concepção evidencia a amplitude e a complexidade desse segmento no cenário contemporâneo.

Do ponto de vista conceitual, as abordagens do turismo de bem-estar e saúde convergem em três focos principais: o autoconhecimento, associado a processos reflexivos e de escuta do corpo; a conexão, seja consigo mesmo, com o outro ou com a natureza; e o equilíbrio, entendido como integração entre dimensões física, mental, emocional e espiritual. Essa perspectiva reforça a compreensão do turismo como prática social capaz de promover saúde integral, prevenção e regeneração, ampliando seu papel para além do lazer e do consumo.

METODOLOGIA

O estudo apresentado elegeu uma investigação qualitativa, com abordagem exploratória, estruturada a partir de revisão de literatura. Esta opção metodológica deve-se ao entendimento de que o Turismo de Bem-Estar e Saúde, sobretudo no contexto de Mato Grosso do Sul, ainda está disperso no que concerne ao nível conceitual, além de haver escassez de análises articuladas, o que exige leitura interpretativa, reflexiva e crítica da produção científica disponível. Mais do que reunir referências, buscou-se compreender como o tema vem sendo construído teoricamente e quais sentidos têm sido atribuídos a ele.

A revisão realizada não possui natureza bibliométrica, pois não se propõe a quantificar indicadores de produtividade acadêmica, redes de colaboração ou métricas de citação (Silva, 2013). Trata-se de uma revisão orientada à identificação de matrizes conceituais, tendências de abordagem e lacunas investigativas. A explicitação dessa escolha metodológica mostra-se relevante para delimitar o escopo do trabalho,

evitando que se atribua a ele pretensões estatísticas ou inferências de natureza métrica.

O levantamento das publicações ocorreu entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026, nas bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico; foram selecionadas pela abrangência e relevância na circulação de estudos em Turismo e áreas afins nas quais foram utilizadas como descritores “turismo de bem-estar”, “turismo de saúde”, “turismo médico”, “Mato Grosso do Sul” e “MS”, combinados com o operador booleano *AND*, de modo a refinar os resultados e assegurar maior aderência ao objeto proposto.

Adotou-se como recorte temporal o período de 2015 a 2025, por considerar que essa última década concentrou mudanças expressivas nas discussões sobre saúde e bem-estar, sustentabilidade e reorganização das práticas turísticas, intensificadas no cenário pós-pandemia de Covid-19. Esse intervalo possibilitou mapear atualizações conceituais e movimentos recentes do campo, sem excluir obras anteriores indispensáveis à fundamentação teórica.

Foram selecionados artigos, livros, capítulos e dissertações que abordassem o Turismo de Bem-Estar, Saúde e afins, sob perspectiva analítica ou crítica, especialmente aqueles que articulassem o tema ao desenvolvimento territorial, à sustentabilidade e ao planejamento turístico em Mato Grosso do Sul que apresentassem fundamentação científica.

A etapa analítica incluiu, ainda, a leitura de boletins e anuários elaborados pelo Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de contextualizar, por meio de dados, o que a literatura aponta sobre a realidade regional. A ênfase recaiu sobre a síntese interpretativa e a articulação

entre diferentes referenciais, permitindo responder ao problema de pesquisa e compreender como o segmento vem sendo abordado no debate acadêmico, bem como suas possibilidades de contribuição ao desenvolvimento regional.

Ainda que inexistam, até o momento, dados empíricos sistematizados sobre a oferta específica de serviços de bem-estar no estado, a revisão revelou evidências indiretas relacionadas ao turismo de natureza, às práticas integrativas e ao potencial hidrotermal. Tais indícios reforçam a relevância territorial do tema e justificam a continuidade de investigações com abordagens futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pandemia de COVID-19, deflagrada em 2020, não apenas interrompeu fluxos turísticos globais, mas também reposicionou prioridades individuais e coletivas (Sacramento, 2022). A experiência do isolamento, do medo e da vulnerabilidade ampliou a percepção social sobre a importância do cuidado integral com o corpo, a mente e o espírito. Nesse cenário, o Turismo de Bem-Estar deixou de ser um segmento complementar para assumir protagonismo nas escolhas de viagem.

No âmbito acadêmico, a partir de levantamento realizado em plataformas dos periódicos científicos supracitados na metodologia, constatou-se a existência de apenas três estudos (Quadro 1), desenvolvidos no território sul-mato-grossense com foco específico nesse segmento, na modalidade médico-hospitalar. Percebe-se que o tema ainda se configura como um campo incipiente de estudo no Mato Grosso do Sul. Tal constatação evidencia uma lacuna científica relevante,

sobretudo diante do potencial regional para a consolidação dessa atividade.

Quadro 1 – Artigos sobre Turismo de Saúde desenvolvidos no MS

PLATAFORMA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES	INSTITUIÇÃO	ANO
Google Acadêmico	Turismo Médico-Hospitalar: investigação preliminar do segmento em Dourados-MS.	Edilaine Cristaldo de Almeida e Dores Cristina Grechi.	UEMS – Dourados	2018
Capes	Turismo Médico Regional: perspectivas para o segmento em Dourados MS.	Tacyanne Ayala Izidre; Dores Cristina Grechi e Rubens Barbosa Filho.	UEMS – Dourados	2022
Capes	Turismo Médico-Hospitalar.	Daniela da Silva Santos e Débora Fittipaldi Gonçalves.	UEMS – Campo Grande	2024

Fonte: Feliciano, 2026.

Os estudos identificados concentram-se na análise exploratória do turismo médico-hospitalar, com ênfase nas potencialidades regionais, nos desafios estruturais e nas perspectivas de consolidação do segmento, especialmente no município de Dourados/MS. De modo geral, as pesquisas destacam aspectos relacionados à oferta de serviços de saúde, à infraestrutura hospitalar, à articulação entre os setores público e privado e às estratégias de posicionamento regional.

Entretanto, observa-se que as investigações ainda apresentam caráter preliminar, carecendo de aprofundamentos teórico-metodológicos e de análises empíricas mais abrangentes que contemplem diferentes municípios do estado. Essa limitação reforça a necessidade de ampliação do debate acadêmico e do desenvolvimento de pesquisas que contri-

buam para a sistematização do conhecimento sobre o Turismo de Saúde e Bem-Estar em Mato Grosso do Sul.

Ainda que parte significativa dos estudos iniciais sobre bem-estar tenha sido desenvolvida nas áreas de saúde e comportamento organizacional, o campo do turismo passou a incorporar esse debate ao reconhecer que experiências de viagem podem influenciar sentimentos subjetivos de felicidade, satisfação e intenção de retorno ao destino. O bem-estar físico, emocional, social, intelectual e mental tem sido compreendido como um conjunto de subfatores que, quando articulados, conduzem o indivíduo a um estado ideal de equilíbrio (OMS, 2016). Tal perspectiva amplia a compreensão do turismo para além do deslocamento espacial: trata-se de uma experiência transformadora, capaz de produzir efeitos significativos na percepção de qualidade de vida.

No que se refere ao Mato Grosso do Sul (MS), essa abordagem encontra terreno fértil. O estado, amplamente reconhecido por sua vocação para o turismo de natureza, estrutura sua oferta a partir de uma integração profunda com o ambiente natural. A imersão em paisagens como o Pantanal e a Serra da Bodoquena favorece experiências restaurativas, alinhadas à literatura que associa contato com a natureza à redução do estresse e à melhoria do bem-estar psicológico. Assim, o Ecoturismo e o Turismo de Natureza, predominantes no estado, não se restringem à contemplação paisagística; configuram-se como práticas que estimulam reconexão, desaceleração e equilíbrio.

Com base nos dados sistematizados pelo Observatório do Turismo-MS, que realiza levantamentos contínuos e confiáveis sobre fluxos turísticos e padrões de comportamento, corroboram o fato de que a circulação de turistas em atrati-

vos naturais aumenta a cada ano. O anuário de 2019, referente ao ano base 2018, indica que a visitação em Unidades de Conservação apresentou crescimento nos parques e monumentos entre 2018 (113.920 visitantes) e 2025[4] (147.100 visitantes), o que apresenta uma expansão de 29,13% no período, com média anual de 3,7%. Esse dado sinaliza mais do que uma expansão quantitativa (FUNDTUR, 2019).

É possível interpretar esse movimento sob a perspectiva do Turismo de Natureza e do Ecoturismo como reflexo de uma demanda orientada à busca por saúde e bem-estar. As Unidades de Conservação[5], distribuídas em diferentes regiões do Mato Grosso do Sul, configuram-se como ambientes naturais cada vez mais valorizados como espaços de recomposição física e restauração emocional por meio de atividades como observação de avifauna, contemplação da natureza, trilhas e banhos de cachoeiras e rios.

A regularidade desse crescimento sugere que experiências ao ar livre, associadas ao contato com a biodiversidade, à desaceleração e à qualidade ambiental, vêm se afirmando como motivação de viagem. O trabalho do Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul tem sido fundamental para revelar essas tendências, oferecendo subsídios analíticos que apoiam gestores públicos, pesquisadores e agentes do setor na compreensão das transformações em curso no Turismo.

Entretanto, o aumento consistente da visitação também impõe o desafio de compatibilizar uso público e preservação.

[4] Dados consolidados de visitação em Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul, cedidos via contato por e-mail pelo Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul, 2026.

[5] As UCs que compõem esses dados são: Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Parque Estadual do Prosa, Parque Estadual Matas do Segredo, Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema, Monumento Natural Gruta do Lago Azul e Monumento Natural Rio Formoso (FUNDTUR, 2019).

As Unidades de Conservação dependem da manutenção de seus atributos ambientais para que o Ecoturismo continue a se afirmar como segmento sustentável, capaz de promover experiências de bem-estar sem comprometer a integridade ecológica que as torna singulares.

Outro segmento que confirma o aumento de atividades que proporcionam bem-estar é o Turismo de Pesca com o movimento nos barcos-hotéis. No anuário de 2018, o Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul apresenta dados da Capitania Fluvial de Corumbá, referentes ao movimento de passageiros nos municípios de Corumbá e Porto Murtinho. A análise da ocupação em barcos-hotéis entre 2018 e 2025 evidencia um crescimento expressivo e consistente da demanda associada ao Turismo de Bem-Estar vinculado à pesca esportiva e à contemplação da natureza. Em 2018, foram registrados 14.600 turistas; em 2025,[6] o número atingiu 21.515, o que representa um crescimento acumulado de aproximadamente 47,4% no período, com taxa média anual de cerca de 5,6% (FUNDTUR, 2019). Esse avanço indica fortalecimento do Turismo de Bem-Estar associado a experiências em ambientes fluviais, marcadas por imersão ambiental, ritmo desacelerado e contato direto com ecossistemas preservados, respondendo à crescente demanda por práticas turísticas voltadas à saúde integral e à qualidade de vida. Assim, mais do que ampliar números, o segmento consolida-se como produto turístico alinhado às tendências contemporâneas de bem-estar e turismo de natureza.

As políticas públicas estaduais também incorporam essa lógica. A promoção turística realizada pela Fundação de Tu-

[6] Dados Consolidados de visitação em Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul, cedidos via contato por e-mail pelo Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul, 2026.

rismo de Mato Grosso do Sul evidencia a crescente demanda por experiências significativas. Observa-se uma estratégia que articula mercado e sustentabilidade ao reconhecer que destinos competitivos, na contemporaneidade, que, de acordo com Ministério do Turismo (2007, p. 53), são aqueles capazes de oferecer experiências autênticas sem comprometer seus recursos naturais e socioculturais, levando à aceleração de mudanças positivas.

A dimensão comunitária constitui outro pilar relevante. A valorização do chamado "homem pantaneiro", bem como de comunidades indígenas e quilombolas, revela um esforço de integrar inclusão socioeconômica e preservação cultural. Essa perspectiva dialoga com o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório *Brundtland*, segundo o qual o desenvolvimento deve "atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras" (WCED, 1987, p. 43). No caso sul-mato-grossense, a sustentabilidade não se limita à conservação ambiental, mas envolve geração de renda, fortalecimento identitário e manutenção de saberes tradicionais. A gestão de destinos consolidados reforça essa abordagem. Bonito, por exemplo, que implementou sistemas de controle de visitação, com o Voucher Único e o Voucher Digital, ferramentas que organizam o fluxo turístico conforme a capacidade de carga dos atrativos. De acordo com Sebrae (2023), esse turista "tornou consciente dessa realidade e busca uma espécie de 'fuga' para o autocuidado por meio do turismo" (SEBRAE, 2023). Essa prática evidencia que o bem-estar do visitante está intrinsecamente vinculado à conservação ambiental: não há experiência restauradora possível em ambientes degradados. O Turismo Contemporâneo tem incorporado, de maneira crescente, práticas orientadas ao cuidado com a saúde. No que se refe-

re a essas modalidades, Mato Grosso do Sul (MS) apresenta diversidade de ofertas alinhadas ao bem-estar e saúde em seu território. Foi possível realizar um breve mapeamento das modalidades com as respectivas características e os municípios que possuem potencial para seu desenvolvimento. O Quadro 2 evidencia tanto a diversidade territorial quanto a necessidade de estudos mais aprofundados.

Quadro 2 – Potencialidades para Turismo de Bem-Estar e Saúde no MS

MODALIDADES	CARACTERÍSTICAS	MUNICÍPIO
Retiros de Meditação e Práticas Integrativas	Imersões focadas em práticas físicas, espirituais e silêncio para autoconhecimento e paz interior em áreas naturais.	Campo Grande, Bonito, Aquidauana, Miranda, Bodoquena, Jardim, Corumbá, Rochedo, Corguinho, etc.
Spa e Terapias Holísticas	Massagens, banhos terapêuticos, aromaterapia, tratamentos naturais e rituais de cura.	Bonito, Aquidauana, Miranda, Bodoquena, Campo Grande, Corumbá, etc.
Turismo Termal e Hidrotermal	Utilização de águas minerais e termais para fins terapêuticos, relaxamento e tratamento de pele.	Bodoquena, Campo Grande, Paranaíba, Paraíso das Águas, etc.
Turismo Médico-–Hospitalar	Foco nos deslocamentos realizados em espaços que ofereçam as condições para tratamento de saúde, procedimentos estéticos, odontológicos, etc.	Campo Grande, Corumbá, Dourados, Ponta Porã, etc.
Turismo de Natureza e Ecoturismo	Imersão em áreas verdes, trilhas e banhos de florestas para reduzir estresse e aumentar o vigor.	Bonito, Campo Grande, Corumbá, Aquidauana, Jardim, Rochedo, Três Lagoas, Alcinópolis, Rio Verde, Corguinho, Rochedo, etc.
Turismo de Aventura Ativo	Combina movimento intenso com ambiente natural, como ciclismo, trekking, rafting, rapel.	Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Campo Grande, Naviraí, Nova Andradina, etc.

Fonte: Adaptado de Sebrae-MS polo de Ecoturismo, 2023, organizado por Feliciano (2026).

Observa-se que diferentes municípios, neste primeiro levantamento, apresentam vocações específicas, articulando

recursos naturais, infraestrutura urbana e, em alguns casos, espaços já voltados às práticas integrativas. Nessas áreas, a imersão em ambientes naturais favorece experiências voltadas ao silêncio e autoconhecimento, consolidando a oferta de serviços holísticos.

Os municípios citados, no quadro 02 (acima), destacam-se por já ofertarem atividades com a proposta de bem-estar e saúde com potencial, como por exemplo Campo Grande onde existe o atrativo rural, Estância Alegria, que se apresenta como um atrativo do "Turismo Rural de Bem-Estar e Camping", que realiza atividades voltadas para o autoconhecimento como retiros *detox* para quem busca "clareza, saúde e reconexão", também oferece alimentação saudável e natural com alternativas veganas e sem glúten. Em comum, essas modalidades compartilham três focos centrais: autoconhecimento, conexão e equilíbrio. Em Aquidauana, também há um atrativo rural, a Chácara Sonho Meu, que organiza encontros e retiros que reúnem mulheres em torno da proposta de caminhadas matinais, chás naturais, danças circulares e terapias holísticas de acolhimento e amorosidade.

A proposta de viagem é concebida como espaço de reflexão, reconexão com propósitos pessoais e harmonização entre corpo e mente. As informações, do Sebrae/MS – Polo de Ecoturismo (2023) indicam um cenário promissor, mas ainda sem muita atenção para sua consolidação. Faz-se necessária, portanto, investigação mais aprofundada, com metodologias ativas e sistematizadas, capaz de realizar pesquisas, qualificar diagnósticos e subsidiar políticas públicas consistentes.

Em síntese, a abordagem do Turismo de Bem-Estar e Saúde em Mato Grosso do Sul revela uma construção progressiva de modelo holístico, no qual turista, comunidade e

meio ambiente são compreendidos como dimensões interdependentes. Ao integrar natureza, gestão sustentável, inovação e inclusão social, o estado consolida uma proposta que transcende o consumo turístico tradicional e se aproxima de uma experiência regenerativa. O desafio que se impõe, contudo, reside em manter coerência entre discurso promocional e prática territorial, garantindo que o crescimento do segmento preserve os princípios que lhe conferem legitimidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender o Turismo de Bem-Estar para além de sua dimensão mercadológica, evidenciando-o como experiência capaz de produzir efeitos concretos na saúde física, mental e relacional dos viajantes. Trata-se de um segmento que vem sendo apontado como tendência mundial desde 2023. Observa-se uma crescente movimentação nas redes sociais relacionadas a cursos de terapias, encontros, retiros holísticos, banhos de floresta e atividades voltadas à espiritualidade e à religiosidade. Nota-se, ainda, um movimento de deslocamento para participar dessas imersões realizadas em parques, sítios, chácaras, pousadas e hotéis que ofertam esse tipo de atividade, embora tal segmento ainda não esteja plenamente sistematizado como referência consolidada no mercado.

A qualidade das atividades ofertadas, a coerência entre proposta e vivência e a capacidade de promover benefícios perceptíveis constituem fatores determinantes na decisão de retorno e recomendação. Contudo, constatou-se também que parte desses benefícios tende a diminuir gradualmente após o término da viagem, o que aponta para a necessidade

de estratégias que ampliem a durabilidade dos efeitos positivos, seja por meio de programas de acompanhamento, seja pela integração de práticas de bem-estar ao cotidiano dos turistas, e não apenas às experiências de viagem.

Do ponto de vista científico, o estudo respondeu ao problema proposto, uma vez que identificou evidências de pesquisas voltadas ao turismo médico-hospitalar, uma vertente do Turismo de Saúde. Ao mesmo tempo, evidenciou-se uma lacuna relevante na literatura, especialmente no que se refere à comprovação empírica das ações e dos impactos do Turismo de Bem-Estar no Mato Grosso do Sul.

Embora existam importantes ativos naturais, ainda são escassos estudos mais complexos, de longa duração e metodologicamente robustos, capazes de mensurar tais resultados de forma sistemática. Esta pesquisa contribui para o avanço da estrutura teórica do campo, ampliando-a para além das motivações tradicionais e incorporando dimensões subjetivas, relacionais e transformadoras da experiência turística, além de apontar perspectivas para o aprofundamento das pesquisas e ampliação do mercado turístico.

No plano prático, o estudo oferece subsídios para que gestores públicos e empreendedores alinhem suas estratégias de inovação às novas demandas do Turismo de Bem-Estar e Saúde. Ao evidenciar mudanças nas motivações dos viajantes, o estudo reforça a necessidade de políticas e produtos mais aderentes às práticas de autocuidado e prevenção e promoção da saúde mental e física.

Em âmbito federal, o Ministério do Turismo tem sinalizado atenção ao tema por meio de publicações institucionais. Contudo, na escala estadual, o segmento ainda não se conso-

lida como eixo estruturado de atuação. A observação direta foi realizada pela autora durante o lançamento das Estratégias de Turismo 2026, ocorrido em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, no final de fevereiro de 2026, ocasião em que a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul apresentou um escopo centrado na consolidação de segmentos tradicionais, sem menção direta ao Turismo de Bem-Estar e Saúde.

Esse cenário revela um descompasso entre a expansão do mercado e sua incorporação estratégica na agenda estadual e, consequentemente, nos municípios, indicando a necessidade de maior institucionalização do segmento como vetor de inovação e desenvolvimento territorial.

A personalização das experiências, a integração entre saúde, lazer e sustentabilidade e a valorização de práticas culturalmente contextualizadas mostram-se como caminhos promissores para consolidar ofertas mais coerentes e duradouras. Ademais, reconhece-se o potencial do Turismo de Bem-Estar como ferramenta educativa, capaz de promover práticas sustentáveis, consciência cultural e princípios de saúde integral, recomendando-se sua inserção em currículos acadêmicos e programas de formação profissional.

Por se tratar de um campo multidisciplinar, que articula saúde, lazer, sustentabilidade e experiências transformadoras, o Turismo de Bem-Estar demanda abordagens investigativas igualmente integradas. Estudos futuros poderão explorar a permanência dos benefícios ao longo do tempo, os impactos socioeconômicos nas comunidades receptoras e os efeitos diferenciados conforme perfis de público.

Em síntese, o Turismo de Bem-Estar possui relevância teórica e aplicada, configurando-se como prática capaz de ge-

rar benefícios individuais e coletivos. Seu fortalecimento, contudo, depende do aprofundamento científico, da qualificação profissional e da construção de propostas que transcendam a lógica imediatista do consumo, priorizando experiências com sentido, continuidade e impacto social positivo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, L. M. T. S.; LANZARINI, R. (Orgs.). **Turismo Responsável no Brasil**. 1 ed, Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac. 15 ed. 2019a.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Turismo e Sustentabilidade / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Saúde**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010c.

COOPER, Chris et al. **Tourism**: Principles and Practice. 4. ed. Harlow: Pearson, 2007.

DINI, Mauro; PENCARELLI, Tonino. Wellness tourism and the components of its offer system: a holistic perspective. **Tour. Rev**. 77, 394–412. Disponível em: https://www.emerald.com/tr/article/77/2/394/457705. Acesso em: 14 jul. 2026.

FIGUEIREDO, N.; ABRANTES, J.; COSTA, S. Mapping the sustainable development in health tourism: a systematic literature review. **Sustainability**, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/su16051901. Acesso em: 14 jul. 2026.

GLOBAL WELLNESS INSTITUTE. Wellness Tourism. **GWI**, 2024. Disponível em: https://globalwellnessinstitute.org/what-is-wellness/what-is-wellness-tourism/. Acesso em: 18 nov.2025.

GLOBAL WELLNESS INSTITUTE. Global Wellness Economy Monitor 2023. Miami: **GWI**, 2023. Disponível em: https://globalwellnessinstitute.org/wp-content/uploads/2023/11/GWI-WE-Monitor-2023_FINAL.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

HELLMANN, F.; RODRIGUES, D. M. O (Orgs). **Termalismo e Crenoterapia**: no Brasil e o Mundo. Tubarão: Unisul, 2017.

JÚNIOR FICAGNA, Daniel; DE SOUZA DANTAS, José Carlos. **Os impactos da pandemia Covid-19 na sociedade e no turismo. Aquila**, [S. l.], n. 25, p. 41–55, 2021. Disponível em: https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila/article/view/578. Acesso em: 4 fev. 2026.

MAJEED, Salman; KIM, Woo Gon. Emerging trends in wellness tourism: a scoping review. **Journal of Hospitality and Tourism Insights**, 6 (2), 853-873, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1108/jhti-02-2022-0046. Acesso em: 14 jul. 2026.

MEDEIROS, S. A.; GONÇALVES, M. A.; VEIGA, R. T.; CARACIOLO, G. B. A viagem que mais contribuiu para quem eu sou: explorando as dimensões da Experiência Turística Eudaimônica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 14(1), 14–33, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1599. Acesso em: 17 dez. 2025.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; JACQUES, Ana Paula Caetano; GARBIN, Ramon Figueira. **Estudo sobre tendências de turismo gastronômico**: Brasil 2030. Brasília, DF: Ed. da Autora, 2022.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO E EVENTOS DE BONITO-MS. Boletim OTEB – Jan/2026. **OTEB**, Edição n° 133. Bonito, 2026. Disponível em: https://otbonito.com.br/?page_id=260. Acesso em: 27 fev. 2026.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul. **Anuário 2019**: ano base 2018, dados turísticos do estado de Mato Grosso do Sul / Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: FUNDTUR, 2019. 66p. Disponível em: https://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/ANUARIO_2019_BASE2018.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Saúde mental depende de bem-estar físico e social. **OMS**, 2026. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/74566-sa%C3%BAde-mental-depende-de-bem-estar-f%C3%ADsico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial#:~:text=A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20OMS%20afirma,de%20transtornos%20mentais%20ou%20defici%C3%AAncias. Acesso em: 18 nov.2025.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACRAMENTO, Octávio. Vírus em viagem: fluxos turísticos globais e propagação pandémica da Covid-19. **Tempo Social**, 34(2), 257-276, 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/de/article/view/192389?gathStatIcon=true Acesso em: 20 jan. 2026.

SANTOS-SILVA, L. C.; SOUZA-NETO, V.; MAYER, V. F. Panorama sobre turismo de bem-estar: status atual de pesquisas e temas emergentes. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, 16(3), 25–54, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.17648/raoit.v16n3.7638. Acesso em: 4 fev. 2026.

SEBRAE. **Ecoturismo e bem-estar**: como o ecoturismo pode se beneficiar do turismo de bem-estar. Brasília: Sebrae, [2023]. 1 infográfico. Disponível em: https://ecoturismo.sebrae.com.br/storage/midiateca/documentos-1688041252-122.pdf. Acesso em: 3 jan. 2026.

SILVA-MELO, M. R.; GUEDES, N. M. R. Atratividade Turística em Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul: perspectivas para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 15, n. 2, mai-jul,

pp. 180-198, 2022. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/12262. Acesso em: 3 jan. 2026.

SMITH, M.; KELLY, C. **Tourism Recreation Research**, *3*1 (1),1–4, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02508281.2006.11081241. Acesso em : 17 dez. 2025.

SMITH, Melanie; PUCZKÓ, László. **Health and Wellness Tourism**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2009.

WCED – World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CAPÍTULO 9



Para além dos sabores: reflexões hodiernas sobre o turismo gastronômico

Bruno de Souza Lima

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.9

PARA ALÉM DOS SABORES: REFLEXÕES HODIERNAS SOBRE O TURISMO GASTRONÔMICO

Bruno de Souza Lima[1]

RESUMO: No âmbito do estudo do turismo, diferentes temáticas se apresentam enquanto possibilidade de discussões e reflexões no trato da atividade turística, dentre elas, a gastronomia. Neste contexto, a gastronomia enquanto possibilidade de segmentação no turismo está relacionada a uma série de elementos que impactam direta ou indiretamente na experiência de turistas e visitantes. Dentre tais abordagens, questões relacionadas ao planejamento de roteiros turísticos gastronômicos, o papel da alimentação na construção da experiência turística, a gastronomia como vetor de identidade cultural e desenvolvimento sustentável no turismo, o empreendedorismo e inovação no turismo gastronômico, a sustentabilidade na gastronomia, bem como a hospitalidade e gestão de serviços em restaurantes, bares e eventos gastronômicos, se apresentam como temas relevantes na discussão contemporânea deste segmento turístico. Neste sentido, o presente texto tem como motivação o desenvolvimento de reflexões teóricas que possibilitem ampliar a compreensão acerca desse relevante campo de discussão do turismo. A partir das considerações desenvolvidas, observa-se que o turismo gastronômico se apresenta como resultado das transformações sociais e evoluções culturais associadas aos hábitos alimentares construídas ao longo do tempo pelas diferentes civilizações, as quais oferecem cada vez mais oportunidades para o desenvolvimento do turismo gastronômico.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Experiência turística; Hospitalidade; Empreendedorismo; Roteiros gastronômicos.

BEYOND FLAVORS: HODIERNAL REFLECTIONS ON GASTRONOMIC TOURISM

ABSTRACT: In the field of tourism studies, different themes emerge as possibilities for discussions and reflections regarding tourism activities, among them gastronomy. In this context, gastronomy as a potential

[1] Universidade do Estado de Mato Grosso – Cáceres – E-mail: bruno_mxSL@hotmail.com – Lattes: http://lattes.cnpq.br/5609440742548710.

segment within tourism is connected to a series of elements that directly or indirectly impact the experience of tourists and visitors. Among such approaches are issues related to the planning of gastronomic tourism itineraries, the role of food in shaping the tourist experience, gastronomy as a driver of cultural identity and sustainable development in tourism, entrepreneurship and innovation in gastronomic tourism, sustainability in gastronomy, as well as hospitality and service management in restaurants, bars, and gastronomic events. These topics stand out as relevant in contemporary discussions of this tourism segment. In this sense, the present text is motivated by the development of theoretical reflections that aim to broaden the understanding of this significant field of tourism studies. Based on the considerations presented, it is observed that gastronomic tourism emerges as a result of social transformations and cultural evolutions associated with eating habits developed over time by different civilizations, which increasingly provide opportunities for the advancement of gastronomic tourism.

Keywords: Sustainability; Tourist experience; Hospitality; Entrepreneurship; Gastronomic itineraries.

INTRODUÇÃO

Para além de uma condição vital desde o início da existência humana, a alimentação se apresenta como um relevante elemento no âmbito da atividade turística, seja em função da supracitada necessidade de suprir as necessidades físicas, seja enquanto experiência gastronômica associada ao contexto turístico do local visitado.

Conforme indicado por Flandrin e Montanari (1998), a alimentação está associada diretamente aos processos históricos e culturais dos diferentes povos, denotando assim variações e características peculiares a cada um deles, sejam diferenças tecnológicas, econômicas e sociais. Neste sentido, os autores *op cit.* destacam que as comidas típicas ganham, nesse contexto, um importante valor enquanto cultura regional, possibilitando a continuidade das tradições familiares, bem como ampliando a capacidade econômica por meio de

comércios e indústrias locais ligadas a alimentação. Nesse contexto Flandrin e Montanari (1998) trazem em sua obra "História da alimentação" uma série de registros e discussões acerca dos períodos históricos, civilizações, evoluções e dificuldades ligadas a história da alimentação.

De maneira geral, ao longo da história, a alimentação sai de um processo particular/familiar e passa a ganhar cada vez proporção por meio da proliferação de restaurantes, dos mais simples ao sofisticados, bem como também foi afetada por uma série de mudanças comportamentais, como por exemplo, a ampliação das redes de fast-foods, aumento do consumo de alimentos "congelados", crescimento das compras via *delivery* e, mais recentemente, um crescente interesse de questões ligadas a sustentabilidade (Eleutério, 2014).

Figura 1 – Aspectos da alimentação*



Fonte: acervo do autor (2026).

* A) As redes de fastfoods têm ganhado cada vez mais espaço do dia a dia dos indivíduos, seja em função da comodidade, seja pela falta de tempo. B) O consumo de congelados se apresenta como alternativa de praticidade no cenário contemporâneo. C) O *delivery* teve um crescimento significativo, principalmente nos últimos anos. D) O consumo de orgânicos tem despertado e interesse de pessoas ligadas a movimentos como o *slow-food*.

No bojo dessas evoluções/mudanças acerca da alimentação, destaca-se o aprimoramento dessa discussão enquanto ciência por meio da chamada "gastronomia". Em suma, a gastronomia é discutida e conceituada por diferentes perspectivas, entretanto, de maneira ampla, Brillat-Savarin (1995) indica que a gastronomia está relacionada com o conhecimento fundamentado de tudo que se refere ao homem e sua alimentação. De acordo com Braune e Franco (2007), a gastronomia é arte ou ciência que exige conhecimentos e técnicas de quem a executa e formação de paladar de quem aprecia.

Para além da condição nutricional, Brillat-Savarin (1995) associa a gastronomia também à simbologia, às informações a respeito da sociedade, aos estilos de vida, às classes sociais, à cultura de um povo, sem deixar de mencionar os prazeres memoriais que o alimento proporciona, denotando assim diferentes aspectos que abarcam o ato de se alimentar.

Ao se considerar o conceito de turismo de Rejowski (2002) e OMT (2001), os quais relacionam a atividade aos fluxos/deslocamentos de pessoas para localidade diferentes de suas residências motivadas pelos mais diferentes interesses, ressalta-se a gastronomia com uma dessas possíveis motivações, de modo que esta tem seu potencial motivado pelo desejo de conhecer novas gastronomias inerentes aos diferentes territórios visitados.

Neste sentido, Ignarra (1999) lembra que os atrativos turísticos podem estar associados a atrativos naturais ou culturais, sendo a gastronomia um elemento associado ao turismo cultural, materializado por meio de estabelecimentos de alimentos e bebidas, a oferta de pratos e bebidas típicas, eventos gastronômicos, processos produtivos (como vinícolas, alambiques, queijarias, etc...), dentre outras representações.

Assim sendo, além das concepções conceituais acerca do turismo gastronômico, alguns instrumentos, políticas e definições subsidiam o crescimento e consolidação deste segmento. Primeiramente destaca-se que o turismo gastronômico é um dos segmentos preconizados no Plano Nacional de Turismo, uma vez que, no ano de 2022 o governo federal lançou o Programa Nacional de Turismo Gastronômico, o qual teve como objetivos a oferta de cursos de qualificação, promoção de eventos, diagnóstico de tendências e potencialidades, proposição de roteiros gastronômicos, dentre outras ações.

Além da criação de um programa nacional voltado ao setor, outras leis oferecem suporte direto ou indireto ao turismo gastronômico. Um exemplo dessas políticas é a Lei Rouanet, que visa incentivar projetos culturais, dentre eles, a "cultura alimentar tradicional e popular", possibilitando assim o incentivo a realização de festivais gastronômicos, concursos e outras atividades ligadas à gastronomia (Brasil, 1991).

Enquanto instituição fundamental no fomento ao turismo cultural, o IPHAN (2016) traz uma série de definições sobre patrimônios, inclusive do patrimônio imaterial, indicando esses como "os modos de criar, fazer e viver, expressos em rituais, celebrações entre outros", além de ser responsável

pelo registro de bens imateriais, inclusive aqueles ligados a gastronomia.

Outro instrumento que oferta suporte ao desenvolvimento do turismo gastronômico são as Indicações Geográficas: a Indicação de Procedência Geográfica (IP) e a Denominação de Origem (DO); registros realizados pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e que possibilita agregar valor à produtos que possuem especificidades em sua produção, serviço ou características ligadas a um determinado território.

Percebe-se assim que, tanto as atuações do IPHAN quanto do INPI se apresentam como fundamentais no fortalecimento da gastronomia enquanto elemento cultural, de modo que, tais chancelas possibilitam valorizar ainda mais o turismo gastronômico dos destinos.

Por fim, ressalta-se que entidades como a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) fortalecem o setor gastronômico e defendem interesses e necessidades de bares, restaurantes, lanchonetes e similares e, consequentemente, também impacta na qualidade de produtos e serviços alimentares que podem direta ou indiretamente influenciar nas práticas turísticas dos destinos.

Destarte, considerando a complexidade dos aspectos que envolvem gastronomia e suas relações com a atividade turística, observa-se um amplo campo de debate acerca de diferentes pontos que assolam o segmento ao longo dos anos, permitindo assim, a partir das supracitadas reflexões, compreender melhor tais relações e, consequentemente, maximizar e consolidar o segmento enquanto um relevante chamariz na promoção do turismo.

As relações entre identidade cultural e sustentabilidade no segmento do turismo gastronômico

Os ritos, procedimentos, preparos e técnicas ligadas aos aspectos das alimentações das diferentes civilizações se estabeleceram ao longo dos séculos e permitiram a manutenção de culturas familiares, modos de fazer, peculiaridades e modos de sobrevivência em diferentes contextos sociais, passando a ser compreendidos cada vez mais como um importante elemento na promoção do turismo.

Para Ignarra (1999) e Beni (2001), a gastronomia pautada por seus hábitos, modos de fazer, peculiaridades e manifestações se apresenta como relevante motivador de fluxos turísticos no contexto das representações das identidades culturais dos mais diferentes povos. Ainda de acordo com Ignarra (1999), o turista cada vez menos deseja encenações e shows folclóricos, desejando de fato vivenciar as culturas, modo de ser, preparar os alimentos e compreender a representatividade das culturas alimentares dos povos.

Para Chauí (2005), a cultura é um importante elemento nas expressões das civilizações, neste caso, a cultura e seus traços podem ser associado ao turismo gastronômico a partir das culturas alimentares dos mais diferentes povos.

Considerando a importância da identidade cultural, Schluter (2006) destaca que a gastronomia como patrimônio local está sendo incorporada aos novos produtos turísticos orientados a determinados nichos de mercado, permitindo incorporar a própria comunidade local na elaboração desses produtos, estimulando assim o desenvolvimento sustentável da atividade.

Assim sendo, ao se considerar a identidade cultural na promoção do turismo gastronômico, ressalta-se a comida como expressão cultural, por meio de seus saberes, fazeres, técnicas e ingredientes locais. Além disso, a gastronomia pode ser associada ao conceito de Patrimônio imaterial, a partir do reconhecimento de práticas alimentares como patrimônio cultural (como por exemplo, a supracitada atuação do IPHAN). A cultura ainda está associada a territorialidade e pertencimento, de modo que a gastronomia representa e fortalece identidades regionais.

Associado a identidade cultural dos povos, o turismo deve ser pensado por meio de uma ótica sustentável, de modo a garantir a continuidade da atividade para as próximas gerações, equilibrando aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. De acordo com Borges (2014), tais discussões ganharam maior destaque na década de 90, discutindo assim os padrões de consumo das matérias primas e seus impactos no ambiente. Neste sentido, o consumo, inclusive na alimentação impacta diretamente aspectos ligados às dimensões econômica, social e ambiental, conforme reforçado por Brasil (2024) nas diretrizes do Plano Nacional de Turismo.

Acerca desse fato, Swarbrooke (2000) ressalta que a "sustentabilidade" não está associada apenas ao contexto ambiental, mas também na garantia dos direitos humanos e respeito às comunidades locais. Tais valorizações das comunidades locais podem, inclusive, estar associadas a identidade das culturas alimentares dessas comunidades.

Não obstante, Ruschmann (1997) ressalta que a sustentabilidade também deve estar associada aos benefícios oriundos da atividade turística que favorecem também as popu-

lações locais (Figura 2), e não apenas grandes empresários/ investidores muitas vezes externos a realidade em questão.

Figura 2 – Mercado público do Ver-o-Peso



Fonte: acervo do autor (2025).

O mercado público do Ver-o-Peso em Belém do Pará representa diferentes elementos da gastronomia paraense em consonância com a geração de renda para a população local.

Pensar na sustentabilidade do turismo gastronômico pode estar associado também a reestruturação da cadeia produtiva por meio da inclusão de produtores locais, cozinheiros tradicionais e agricultores familiares, na valorização de produtos locais e orgânicos, promoção da educação alimentar e consumo consciente, estimulando práticas que promovem saúde e respeito ao meio ambiente, promoção do crescimento econômico local, redução das desigualdades, estímulos a sustentabilidade ambiental e social e busca con-

tínua por uma relação ética entre as pessoas e o ambiente, conforme indicado por Petrini (2009).

Acerca da supracitada temática, destaca-se que o Brasil é tido um dos países que mais promovem o desperdício de alimentos no mundo, fato que, de acordo com Boff (2017), o desperdício está incorporado à cultura brasileira, portanto, difícil de ser modificado, afetando a produção do país como um todo, resultando em perdas para toda a sociedade, processo esse que deve ser cada vez mais minimizado em busca da sustentabilidade. Uma das ferramentas que visam minimizar tal impacto é a criação da NBR 15635 da ABNT (2025) e que privilegia a adoção de boas práticas na gestão dos alimentos, incluindo o reaproveitamento de alimentos, boas práticas quanto a segurança alimentar, gestão de resíduos, dentre outras ações.

Ornellas (2007) aponta que a redução de resíduos nas cozinhas não é apenas uma prática ética, mas também um diferencial de mercado. A autora op cit. destaca aqui que os cozinheiros precisam minimizar o desperdício e reutilizar resíduos em novos preparos, embora isso possa exigir tempo de preparo e, em alguns casos, parte desses resíduos alimentícios necessitem ser descartados.

Ainda no âmbito da sustentabilidade do turismo, Petrini (2009) destaca um fenômeno relativamente recente: o *slow-food*. Tal conceito está ligado a chamada ecogastronomia, movimento associado a atitudes ligadas a capacidade de preservar o gosto dos alimentos, respeito ao cultivo e a valorização dos produtos locais no processo de elaboração dos pratos, ligando-se também a interação entre os pequenos produtores das comunidades e os profissionais do setor de alimentos que, adquirindo os produtos, comprometem-se

a salvaguardar as variedades cultivadas com base nas heranças culturais.

Um outro importante caminho para a promoção do turismo gastronômico sustentável é a organização de feiras de produtores locais incentivam o consumo de produtos locais e sazonais, apoiando agricultores e produtores que utilizam práticas de cultivo sustentável, bem como, promovem a economia local, criando um sistema alimentar resiliente e sustentável, como por exemplo, por meio do turismo de base comunitária (Cruz, 2019).

Considerar o fortalecimento de elementos ligados a alimentação enquanto representações culturais estimulam assim a consolidação e promoção das diferentes culturas das comunidades locais de destinos turísticos visitados, de maneira que, tal promoção pode e deve estar associada a uma perspectiva sustentável, de modo a proporcionar impactos positivos para os agentes locais, em consonância com a experiência turística satisfatória de turistas e visitantes, experiências essas que mantém a intrínseca relação com as simbologias, sensações e afetividades vivenciadas durante as atividade do turismo gastronômico.

Aspectos sensoriais, simbólicos e afetivos na experiência do turismo gastronômico

Considerando a importância das comidas e bebidas típicas para o turismo, destaca-se que essas possuem o potencial de propiciar aos indivíduos uma efetiva experiência gastronômica, fato atrelado ao desejo de turistas e visitantes em deslocar-se para vivenciar tais práticas. Nascimento (2007) indica que a gastronomia se apresenta como relevante

fator no desenvolvimento turístico, uma vez que, o prazer da alimentação desperta todos os sentidos do indivíduo durante sua experiência.

Deste modo, no âmbito do turismo gastronômico ressalta-se a importância de considerar a multissensorialidade, compreendendo de que maneira os sentidos influenciam a percepção da experiência. Aspectos como a aparência, o cheiro, a textura e o sabor dos alimentos são fundamentais para evocar tais sensações (Figura 3). Além disso, a ambiência e estética, tais como decoração, apresentação dos pratos, sons e aromas, os quais impactam diretamente na experiência do turista. Algumas estratégias que podem ser utilizadas são promoções de experiências gastronômicas como degustações, oficinas culinárias, harmonizações (Schmidt, 1980).

Figura 3 – Prato típico em Canoa Quebrada – CE



Fonte: acervo do autor (2019).

Os pratos litorâneos se apresentam como carro chefe no turismo brasileiro, como observado nos estabelecimentos de alimentos e bebidas de Canoa Quebrada – CE.

No entanto, além da importância sensorial da gastronomia para o turismo, sua condição simbólica também se apresenta como relevante aspecto a ser considerado nesse segmento turístico. Para Franco (2001), a gastronomia representa também a percepção das sociedades e suas complexidades, as quais muitas vezes estão representadas em seus ritos e pratos. Assim sendo, Schluter (2006) reforça que, para além de seu objetivo nutritivo, o alimento é carregado de simbolismos para uma determinada sociedade e, consequentemente, desperta o interesse/curiosidade dos turistas e visitantes no reconhecimento dessas particularidades culturais.

A simbologia dos alimentos deve assim considerar a comida como patrimônio cultural, abarcando seus saberes, fazeres e significados transmitidos entre gerações, bem como valorizar a identidade territorial, considerando os alimentos que representam regiões, povos e modos de vida. Uma importante ferramenta de valorização das simbologias dos alimentos são as narrativas gastronômicas, como *storytelling* aplicado à alimentação e ao turismo, destacando a importância e contexto em que aquele alimento/bebida está relacionado.

Soma-se a importância sensorial e simbólica a condição afetiva que a alimentação proporciona aos indivíduos. Na visão de Kandel (2009), comemos uma comida afetiva, uma vez que, não estamos apenas nos alimentando, mas também alimentando sensações e memórias que nos levam para aquele lugar e para aquelas pessoas que fizeram essa comida se tornar afetiva. Neste sentido, viajar em busca do turismo gastronômico pode estar associado a sentimentos de infância, memórias de pessoas próximas ou ambientes que tragam boas lembranças. Exemplo de afetividades gastronômicas podem

estar ligadas a refeições em ambientes rurais, visitas a cidades de interior, comunidades tradicionais, dentre outros.

Brillat-Savarin (1995) destaca que a afetividade do homem com o alimento reforça a relação da gastronomia com a sociabilidade. Tal premissa denota o potencial associado ao turismo gastronômico a partir das referências e fortalecimento dos laços afetivos entre turistas e visitantes para com a localidade visitada. Assim sendo, para além da memória afetiva, destaca-se a importância de considerar-se a hospitalidade e acolhimento, tratando a afetividade como elemento central da vivência turística.

Para além de uma compra e venda: o papel da hospitalidade na oferta de produtos e serviços no turismo gastronômico

Ressalta-se que, ao tratar do turismo gastronômico, não se deve apenas atentar-se para a oferta de um simples produto/serviços, mas sim um momento em que a hospitalidade turística se apresenta como importante fator na experiência do turista que busca a gastronomia como motivação de deslocamento.

Para Camargo (2004) a hospitalidade pode ser definida como o ato humano de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat natural, que pode ser exercido no contexto doméstico, público e comercial. A alimentação, bem como as práticas a ela relacionadas, constituem, portanto, um elemento fundamental da hospitalidade, seja na perspectiva doméstica, pública ou comercial. Para melhorar a percepção do cliente, é essencial acolher e entreter pessoas fora de seu local de ori-

gem, indo além da simples recepção, proporcionando assim de fato uma experiência marcante para o turista/visitante.

Ao tratar da importância da hospitalidade no turismo gastronômico, Gimenes Minasse (2014) indica que a gastronomia de um destino não é somente os pratos por ela servidos, mas uma construção cultural e histórica, logo a imagem gastronômica de um destino pode ser mais que uma iguaria, mas um elemento que permita a absorção da cultura e história do lugar e, neste contexto, a hospitalidade, o modo de receber, a busca pela valorização e compartilhamento da cultura local se apresentam como condições *sine qua non* na consolidação de um destino turístico gastronômico. Corroborando dessa ideia, Schluter (2006) indica que a gastronomia sem dúvida está ganhando terreno como atração tanto para residentes como para turistas. Não só nutre o corpo e o espírito, mas faz parte da cultura dos povos.

Nesta perspectiva, muitos destinos turísticos se notabilizam positiva ou negativamente em função da maneira como a hospitalidade é tratada na localidade. No caso brasileiro, a região Nordeste, por exemplo, é recorrentemente associada a seu aspecto cultural gastronômico, o qual é potencializado pela referência hospitaleira designada ao povo nordestino.

Em restaurantes comerciais, os clientes buscam não apenas saciar a fome, mas também vivenciar uma experiência significativa e memorável (Camargo, 2004). Apesar da evidente importância da hospitalidade no trato do turismo gastronômico, Dencker (2004) destaca que a lógica do mercado muitas vezes acaba por afastar o conceito e a importância da hospitalidade na oferta de produtos e serviços ligados a alimentação, desconsiderando assim o acolhimento e hospi-

talidade para além da simples "obrigação" de um pagamento pelo alimento consumido.

Para Fonseca (2014), ao relacionar a hospitalidade em bares e restaurantes, três grandes pilares desses estabelecimentos são fundamentais no bem-estar do cliente: ambiente, serviço e cardápio. No âmbito da importância dos estabelecimentos de alimentos e bebidas, Dumazedier (1979) reforça que estes servem mais do que para apenas comer e beber, mas também para os prazeres da ludicidade humana, o ver e ser visto, a contemplação e o encontro. Neste sentido, a hospitalidade prestada pelo estabelecimento se apresenta como condição essencial.

E é nesse contexto que a gestão dos bares e restaurantes se apresenta como condição fundamental para ofertar serviços e produtos dando atenção aos princípios da hospitalidade e, consequentemente, ofertando uma experiência diferencial a turistas e visitantes. Dentre tais condições necessárias, indica-se a prezar pela qualidade no atendimento atentando-se para treinamento, motivação, postura e comunicação da equipe, a gestão operacional de cardápio e retenção de talentos. Para que tal gestão otimizada seja possível, Fonseca (2014) indica ser necessário ter clareza da características principais de seu negócio, seus recursos e necessidades de adaptações.

Segundo Martins (2000), para sobreviver nesses mercados cada vez mais competitivos, a empresa precisa perseguir e alcançar altos níveis de qualidade, eficiência e produtividade, eliminando desperdícios e reduzindo custos. E nesse contexto qualitativo, a hospitalidade é um aspecto fundamental.

Associada a condição da hospitalidade, o investimento na área de tecnologias e inovação se apresenta como uma vertente importante no bem-estar e atendimento aos clientes. A informatização tornou-se mandatória, garantindo melhor controle e mais agilidade no processo de pagamentos, gestão de serviços *delivery*, disponibilidade de aplicativos e cardápios digitais, dentre outras facilidades (Maricato, 2001).

Nessa perspectiva além da necessidade de atentar-se aos processos de gestão de bares e restaurantes e, em consonância com a hospitalidade associada a prestação de serviços na gastronomia, destaca-se que a promoção de eventos gastronômicos pode potencializar a experiência turística deste segmento, entretanto esses também requerem que a hospitalidade seja internalizada e praticada pelos agentes que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos na promoção e organização desses eventos.

Neste sentido, Matias (2002) ressalta que a organização de eventos dinamiza a economia de um determinado destino, bem como podem reduzir a sazonalidade, estimulam novas oportunidades para o *trade* turístico, além de gerar a distribuição de renda e, valorizar a cultura local.

Considerando tais benefícios, convém a comunidade receptora se atentar aos princípios da hospitalidade e, consequentemente, atrair um maior número de turistas motivados por tais eventos. Esses eventos podem estar associados a festivais gastronômicos, concursos de pratos típicos, festas temáticas ligadas a produtos locais, dentre outras possibilidades. Enquanto importante evento cultural no contexto regional, a feira gaúcha FenaSul – Campo Grande – MS oferece uma imersão na cultura gaúcha por meio de seus pratos, bebidas e artesanato (Figura 4).

Figura 4 – Feira gaúcha FenaSul – Campo Grande – MS



Fonte: acervo do autor (2022).

Enquanto importante evento cultural no contexto regional, a feira gaúcha FenaSul – Campo Grande – MS oferece uma imersão na cultura gaúcha por meio de seus pratos, bebidas e artesanato

Gregson (2005) reforça que os festivais gastronômicos surgiram com o objetivo de fomentar o crescimento turístico, aumentando o número de visitantes, valorizando a cozinha

regional e a cultura local. Destarte, deve-se considerar a hospitalidade não apenas do "restaurante A" ou "restaurante B", mas sim de todo o trade turístico de um determinado destino, uma vez que, considerado o potencial de fomento do turismo por meio desses eventos, é fundamental cultuar a uma boa imagem do destino quanto a recepção e hospitalidade de turistas e visitantes, fortalecendo assim toda a cadeia turística envolvida.

Nesse âmbito, a própria organização do trade turístico por meio da promoção de campanhas marketing no âmbito do fortalecimento da atividade turística, cursos/oficinas de qualificação, consolidação da identidade cultural, dentre outras medidas, podem além de atrair turistas, conscientizar cada vez mais a população local sobre a importância do trato aos turistas, bem como os benefícios obtidos por meio de seus consumos no destino em questão.

Considerando tais preceitos, a gastronomia associada a atividade turística possibilita assim uma série de iniciativas voltadas ao empreendedorismo no segmento gastronômico, condição a qual associada aos processos de inovação se mostram como potenciais ações no âmbito da consolidação dos destinos turísticos.

Empreendedorismo e inovação: caminhos para a consolidação do turismo gastronômico

Conforme observado, os hábitos alimentares acumulados ao longo dos tempos conformam um relevante conjunto de modos de fazer, ingredientes, simbolismos e sensações que, associados às tecnologias, inovação e criatividade, oportunizam diferentes modelos de negócios associados ao turis-

mo gastronômico, de modo que, o segmento se apresenta como uma importante oportunidade de fortalecimento do turismo brasileiro. De acordo com a ABRASEL (2025):

> O Brasil recebeu 4,8 milhões de turistas estrangeiros entre janeiro e maio de 2025, representando um crescimento de 49,7% em relação ao mesmo período de 2024. Os dados, divulgados pela Embratur, apontam um cenário promissor para bares e restaurantes**,** que podem colher os frutos do aumento no fluxo internacional. A maior parte das entradas foi registrada nos estados de São Paulo (1.378.113), Rio Grande do Sul (1.205.730), Rio de Janeiro (1.154.034), Paraná (627.858) e Santa Catarina (523.703). Dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgados pelo IBGE, apontaram alta de 3,2% na atividade turística no Brasil em abril de 2025 (em comparação ao mês de março); em relação a fevereiro de 2020, antes da pandemia de covid-19, a alta é de 13,2%. Os números reforçam a intensa movimentação de turistas no país (embora não diferencie as informações de turistas estrangeiros e brasileiros), mas o crescimento influencia fortemente o setor de alimentação fora do lar, principalmente nas regiões turísticas.

É nesse contexto que o empreendedorismo se apresenta como uma relevante oportunidade de criação de produtos e serviços diferenciados que estimulem fluxos turísticos pautados no interesse pelas práticas gastronômicas. Para Chiavenato (2012), o empreendedor é a pessoa que inicia e/ou gerencia um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal, assumindo riscos, responsabilidades e inovando continuamente. Segundo Dornelas (2008) empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para obter ganhos sobre ela, assumindo riscos calculados. Em qualquer definição de empreendedorismo encontram-se, ao menos, os seguintes aspectos associados ao perfil em-

preendedor: 1) possui iniciativa para apostar em um novo negócio e paixão pelo que faz; 2) utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico; 3) assume riscos calculados, bem como a possibilidade de fracassar no negócio.

Apesar da clara ligação com o aspecto econômico, Andrade (2002) destaca que o ato de empreender no turismo também deve estar associado a condições da sustentabilidade, de modo que garanta a preservação dos patrimônios naturais e/ou culturais que despertam o interesse turístico. Tal condição é fundamental, uma vez que, havendo a manutenção dos recursos turísticos, haverá também a manutenção do fluxo turístico e, consequentemente, proporcionará benefícios a todos agentes envolvidos no destino. No caso do turismo gastronômico, a preservação dos modos de fazer, viver e criar associados aos pratos e bebidas típicas, ambientes e manifestações tornam tais empreendimentos atraentes do ponto de vista do interesse turístico.

Tal lógica pode estar associada ao conceito de empreendedorismo social, de modo que negócios estejam associados com impacto positivo na comunidade e no meio ambiente. Neste sentido, o empreendedor, para além de uma visão pautada no lucro, este também busca soluções que viabilizem a solução de problemas sociais, como por exemplo, a ampliação de uso de energias renováveis, soluções ligadas a redução do desperdício de alimentos, sistemas de reaproveitamento de água, dentre outras possibilidades.

Destarte, empreender no turismo gastronômico associa-se a capacidade do sujeito em proporcionar inovações no setor e, consequentemente, atrair mais turistas e visitantes para uma determinada região. Schumpeter (1988) conside-

ra a importância do empreendedor/inovador considerando que este não apenas administra o seu negócio, mas sim promove continuamente novos produtos e serviços no mercado, por meio de alguma invenção ou inovação tecnológica ou a combinação de fatores de produção. Assim sendo, o empreendedor inovador deve adotar em sua empresa estratégias voltadas as inovações, utilizando as como diferencial perante seus concorrentes.

Schumpeter (1988) argumenta que inovação e mudança muitas vezes estão associadas aos chamados "clusters", ou seja, ambientes em que um empreendedor é atraído por outro empreendedor. No caso do turismo gastronômico, em muitas ocasiões, os destinos turísticos são beneficiados por conjuntos de empreendedores que investem em corredores gastronômicos, parques gastronômicos, feiras, dentre outras possibilidades em que a organização associativa permite maximizar o segmento gastronômico.

Para Hitt, Ireland e Hoskisson (2002), as inovações são fundamentais para as empresas pois elas diferenciam seus produtos e serviços dos bares e restaurantes da concorrência criando um valor adicional ou novo para os turistas e visitantes. Trata-se assim não de uma postura "predatória" entre bares e restaurantes em um determinado destino turístico, mas sim uma criação de estratégias que consolide o empreendimento enquanto elegível para o consumo das diferentes demandas a partir de sua diferenciação de produtos e serviços.

No cenário contemporâneo, tais inovações podem estar associadas ao produto (Figura 5), ao processo produtivo, aos modelos de marketing ou ao processo organizacional da empresa. Neste sentido, observa-se o crescente uso de aplicativos, plataformas de reservas, cardápios digitais, realidade

aumentada, inteligência artificial. Além disso, têm-se privilegiado a criação de vivências sensoriais e afetivas com foco na gastronomia.

Figura 5 – Autosserviço na oferta de seus produtos



Fonte: acervo do autor (2026).

Bares e restaurantes têm cada vez mais apostado em sistemas de autosserviço na oferta de seus produtos, como por exemplo, sistemas de autosserviço de cerveja instalado na própria parede do estabelecimento.

Essas novas estratégias podem estar associadas também ao *Branding* territorial por meio da construção de identidade gastronômica de destinos, bem como a criação de *storytelling* e marketing de experiência, promovendo narrativas que valorizam cultura alimentar do destino turístico. Não menos importante, os canais de divulgação como as redes sociais, influenciadores, plataformas de turismo também possuem

papel fundamental na maximização do empreendedorismo ligado a gastronomia no turismo.

Considerando a relação entre o empreendedorismo e o desenvolvimento do turismo gastronômico, instituições como o Sebrae, Senac e Senar ofertam diferentes suportes na orientação, qualificação e assessorias para aqueles que vislumbram empreender neste segmento, proporcionando assim caminhos que minimizem os erros e, consequentemente, aumentando as chances de sucesso no novo empreendimento. Além disso, as incubadoras de empresas, como por exemplo, aquelas associadas a instituições de ensino, também ofertam um relevante suporte para aqueles que buscam empreender. No âmbito das políticas públicas, é possível encontrar linhas de créditos específicas para empreendedores do setor turístico por meio de políticas de incentivo federais e/ou estaduais.

Destarte, o turismo gastronômico possibilita uma ampla gama de ideias que instigam o espírito empreendedor, se colocando assim como um campo do turismo que permite a inserção da comunidade local como agentes ativos no processo de planejamento, organização e gestão do turismo nos destinos, possibilitando assim o fortalecimento da cultura alimentar das diferentes sociedades, bem como oportunizando a capitalização econômica e geração de renda ligados a tais equipamentos turísticos.

Neste âmbito é cada vez mais crescente observar investimentos em empreendimentos ligados a restaurantes temáticos, franquias, *foodtrucks e foodparks*, experiências culinárias em comunidades tradicionais, restaurantes de organizações comunitárias, dentre outras oportunidades que se apresentam como possibilidade de investimento na oferta gastronô-

mica, as quais podem inclusive estarem associados a criação de roteiros turísticos.

A cultura gastronômica e suas possibilidades de roteirização turística

Tendo em vista a amplitude que a gastronomia e seus processos históricos/culturais, técnicos e econômicos, considera-se esta associada a diferentes elementos que permite a formatação de roteiros turísticos voltados especificamente para atender ao segmento do turismo gastronômico.

De maneira geral, Petrocchi e Bona (2003) indicam que o roteiro turístico é constituído por uma ou mais atrações turísticas, interligadas a um percurso que deve conter instalações e serviços turísticos, como transporte, hospedagem, alimentação, entre outros. Na visão de Bahl (2004) é possível a criação de roteiros temáticos, por exemplo, por meio de um conjunto de atrativos gastronômicos.

Segundo Tavares (2002), os roteiros podem ser elaborados por órgãos públicos, pela iniciativa privada, como agências; e pelo próprio turista ou viajante. Entende-se que existem três tipos de roteiros: os roteiros de práticas individuais, os roteiros institucionais e os comerciais. Nessas variações, o segmento gastronômico se apresenta como uma possibilidade de roteirização em um dado destino turístico.

Considerando tais premissas, a organização de roteiros turísticos permite também a organização de produtos que proporcionem experiências ligadas aos diferentes aspectos inerentes a gastronomia, seja aspectos históricos, visita a indústrias, propriedades rurais ou restaurantes rurais que ofertem alimentos e/ou bebidas que despertem interesse

em função de suas qualidades e especificidades, visitas a comunidades tradicionais que possuam gastronomia peculiar a suas histórias, rotas temáticas (como de vinhos, doces, rurais, massas, comidas de rua, dentre outras tipologias), festivais gastronômicos, dentre outras possibilidades de organização de roteiros.

Sobre os roteiros gastronômicos, Lavandoski, Brambilla e Vanzella (2018) ressaltam que na América Latina, o turismo gastronômico tem assistido um crescimento significativo nas últimas décadas. Além disso, de acordo com os autores *op cit.* a construção de roteiros turísticos associados à gastronomia tem se tornado um serviço de grande potencial para o desenvolvimento sustentável podendo ser aplicado a zonas rurais e periféricas. O turismo gastronômico tem crescido em volume e importância em áreas onde segmentos como turismo cultural, de sol e praia e o ecoturismo já estão consolidados.

Destaca-se assim o potencial dos roteiros gastronômicos, uma vez que, conforme apontado por Tavares (2002), os roteiros turísticos constituem uma das principais formas de contextualizar os atrativos existentes em uma região e potencializar seu poder de atratividade, com a oferta de um conjunto de atrativos não mais dispersos e isolados.

A combinação de atributos históricos, culturais, gastronômicos e geográficos apresenta-se como uma importante estratégia para o desenvolvimento e promoção do turismo em uma região.

Além do apelo do turismo de sol e praia do litoral cearense, elementos como "A maior rapadura do mundo", exposta em um engenho na região de Cascavel-CE oportunizam o fortalecimento dos roteiros turísticos regionais (Figura 6).

Figura 6 – “A maior rapadura do mundo”, Cascavel-CE



Fonte: acervo do autor (2022).

Destaca-se que os roteiros gastronômicos possuem importante relação no desenvolvimento dos destinos turísticos, podendo assim fortalecer as culturas locais, valorizar e associar a gastronomia ao turismo rural e agricultura familiar, incentivar o turismo de base comunitária, bem como fortalecer os contextos regionais e descentralização do turismo de massa, principalmente pautado pelo apelo litorâneo brasileiro.

Ao se considerar alguns roteiros gastronômicos expressivos no cenário brasileiro, destacam-se: experiências gastronômicas de Salvador-BA; a gastronomia mineira; culinária curitibana e suas influências europeias; as experiências das vinícolas no sul do Brasil; a variedade de restaurantes de Belém-PA e seus pratos típicos; a reconhecida diversidade gastronômica de São Paulo-SP; dentre muitas outras experiências ofertadas no território brasileiro.

Entretanto, apesar do eminente potencial dos elementos ligados a gastronomia na formulação de roteiros, ressalta-se a importância do processo de planejamento na organização

destes, de modo que, maximize-se aspectos positivos e minimize possíveis obstáculos no fortalecimento do turismo gastronômico regional.

Importância do planejamento na organização de roteiros turísticos

Ao se pensar no turismo gastronômico enquanto possibilidade de organização de itinerários é importante refletir que, para que tais roteiros gastronômicos alcancem êxito, é importante que estes sejam planejados e organizados a partir de uma observação sistêmica acerca do panorama do destino turístico em questão, partindo assim de um diagnóstico das variáveis que influenciam e são necessárias para a execução destes roteiros.

No âmbito do planejamento associado ao turismo, Barreto (2000) lembra que o ato de planejar se enquadra enquanto uma atividade não estática, de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Nesse processo dinâmico, é imprescindível a permanente revisão e a correção de rumo, pois exige o repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos. No caso do planejamento de roteiros turísticos essa lógica não é diferente, uma vez que, é importante o acompanhamento do roteiro desde a inventariação dos possíveis atrativos até sua execução e satisfação do turista ao final de sua experiência.

Bahl (2004) destaca a importância de realizar uma contextualização panorâmica da região em que se pretende propor roteiros turísticos. Para o autor, o planejamento de roteiros carece de estudos preliminares envolvendo, neces-

sariamente, o levantamento dos pontos de interesse da localidade e região resultando em uma programação de atividades ordenada, coerente e sustentada, que promova a cultura local e regional de maneira positiva, uma vez que, não se pode pensar em turismo de maneira isolada, mas sim de modo que possibilite um desenvolvimento integrado do destino em questão.

Considerando o segmento do turismo gastronômico, seu planejamento possui como importante etapa a inventariação da oferta gastronômica, por meio do mapeamento de atrativos, estabelecimentos de alimentos e bebidas, bem como no levantamento de eventos relacionados direta ou indiretamente com a cultura alimentar. Tal inventariação permitirá ao planejador a construção de roteiros que sejam compatíveis com a oferta de um dado destino turístico.

Após a inventariação, convém estabelecer critérios de seleção de atrativos, tais como: autenticidade, acessibilidade, infraestrutura e sazonalidade. Os critérios estabelecidos são fundamentais no direcionamento da oferta para segmentos específicos de clientes, impactando nos valores, comodidades oferecidas, bem como atividades a serem desenvolvidas durante o roteiro.

Por fim, na montagem do roteiro é necessária atentar-se para a lógica espacial e temporal, logística, integração com outros atrativos turísticos que venha a complementar a roteirização proposta. Assim sendo, além dos elementos ligados a oferta do segmento do turismo gastronômico, é necessário se atentar a questões de infraestrutura básica e turística, considerando assim: logística necessária (transportes e acessos), disponibilidade de serviços de saúde, sinalizações turísticas, serviços de hospedagem, serviços bancários, con-

dições de limpeza e segurança ao longo do roteiro, serviços complementares de guiamento, dentre outros aspectos que podem ser necessários a depender da especificidade do roteiro em questão.

Ressalta-se que, no âmbito das responsabilidades inerentes a organização e planejamento da atividade turística e que, consequentemente, possibilitem a formulação de roteiros, além da organização das empresas privadas, o poder público também possui papel fundamental na promoção adequada do turismo. Sobre a atuação do poder público, Barreto (2003) indica que no Turismo, o papel das políticas públicas deve ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade, cabendo assim ao Estado viabilizar a infraestrutura de acesso e a infraestrutura básica urbana – que também atende à população local – e prover de uma superestrutura jurídico-administrativa cujo papel é planejar e controlar que os investimentos que o estado realiza, os quais permitem o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os equipamentos e prestar os serviços, garantindo que tais investimentos retornem na forma de benefícios para toda a sociedade.

Destarte, a partir das condições proporcionadas tanto pelo poder público quanto privado, as sociedades/comunidades locais se apresentam como agentes fundamentais na organização e promoção de roteiros gastronômicos, sendo responsáveis pela prestação de serviços na recepção e trato dos turistas, promovendo o bem-estar dos turistas por meio dos preceitos da hospitalidade em consonância com a geração de empregos e renda, valorização cultural associada a gastronomia local, bem como possibilitando o efeito multiplicador do turismo em toda a cadeia turística do destino em questão.

A partir das premissas evidenciadas, “criar roteiros turísticos gastronômicos” vai além de simplesmente agrupar uma série de atrativos e serviços básicos/turísticos, exigindo assim a capacidade técnica, visão e criatividade por parte dos agentes responsáveis por organizar tais roteiros. Para isso, além de considerar as supracitadas variáveis que impactam na organização e execução de roteiros, destaca-se também aspectos subjetivos e intangíveis que podem ou não motivar o fluxo de turistas/visitantes em função da gastronomia: as sensações, simbologias e afetividades associadas às experiências gastronômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as premissas aqui abordadas, observa-se a gastronomia enquanto um importante segmento associado ao turismo, seja enquanto elemento de restauração vital, seja enquanto motivador de fluxos turísticos. Neste sentido, a organização da atividade turística perpassa também pelo planejamento das variáveis que envolvem a cultura alimentar dos destinos turísticos, cabendo assim aos profissionais ligados a promoção e gestão do turismo nos diferente territórios se atentarem para os elementos associados a gastronomia local, bem como as demais infraestruturas básicas e turísticas necessárias para a organização e execução de roteiros gastronômicos, fortalecendo assim a promoção do turismo regional, possibilitando o desenvolvimento local e, consequentemente, disponibilizando roteiros gastronômicos de qualidade aos turistas interessados em conhecer as culturas alimentares locais dos destinos visitados.

A partir de tais premissas, observa-se este como um segmento com grande potencial de estímulo ao empreendedorismo e inovação, condição a qual requer cada vez mais aderência aos princípios da sustentabilidade, considerando assim aspectos ligados a conservação do ambiente, a valorização cultural e o respeito a sociedade, em consonância com um desenvolvimento econômico abrangente, beneficiando o maior número de atores locais envolvidos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15635**: Serviços de alimentação – Requisitos de boas práticas higiênico-sanitárias e controles operacionais essenciais. Rio de Janeiro, 2025.

ABRASEL. Turismo internacional cresce no Brasil e anima setor de bares e restaurantes. **Associação Brasileira de Bares e Restaurantes**, Belo Horizonte, 11 de julho de 2025. Disponível em: https://abrasel.com.br/noticias/noticias/turismo-internacional-cresce-brasil-anima-setor-bares-restaurantes/. Acesso em: 21 jan. 2026.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo Fundamentos e Dimensões**. Ática: São Paulo, 2002.

BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Protexto, 2004.

BARRETO, M. **Planejamento e organização em Turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

BARRETTO, M. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é – que não é. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

BORGES, C. **Empreendedorismo sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313compilada.htm. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027**: O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Brasília: Ministério do Turismo, 2024.

BRAUNE, R.; FRANCO, S. **O que é Gastronomia**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, primeiros passos, 2007.

BRILLAT-SAVARIN, J. A. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

CAMARGO, L. O. L. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2005.

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor. Barueri: Manole, 2012.

CRUZ, P. E. O. **Metodologias ativas para a educação corporativa**. Avaré: Prospect, 2019.

DENCKER, A. F. M. **Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução: Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1979.

ELEUTÉRIO, H. **Fundamentos de gastronomia**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FONSECA, M. T. **Tecnologias gerenciais de restaurantes**. 7. ed. São Paulo: Senac, 2014.

FRANCO, A. **De Caçador a gourmet**: Uma história da gastronomia. São Paulo: Senac, 2001.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. Atrativos gastronômicos da cidadede São Paulo (SP): uma análise preliminar. In: XI SEMINÁRIO ANPTUR, 11., 2014, Fortaleza **Anais [...]** Fortaleza: UECE, 2014. p. 1-17.

GREGSON, P. W. **Festival gastronômico**: aspe. Barueri: Manole, 2005.

HITT, M.; IRELAND, R e HOSKISSON, R. **Administração estratégica**. São Paulo: Pioneira, 2002.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria Nº 200, DE 18 de maio de 2016**: Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. Brasília, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. Guia básico – Indicação Geográfica. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**, Brasília, 20 fev. de 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/guia-basico. Acesso em: 20 fev. 2026.

KANDEL, E. R. **Em busca da memória:** o nascimento de uma nova ciência da mente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAVANDOSKI, J.; BRAMBILLA, A.; VANZELLA, E. **Alimentação e Turismo**: oferta e segmentos turísticos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

MARICATO, Percival. **Como montar e administrar bares e restaurantes**. São Paulo: SENAC, 2001.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATIAS, M. **Organização de eventos**: procedimentos e técnicas. Barueri, SP: Manole, 2002.

NASCIMENTO, A. A. B. S. **Comida**: prazeres, gozos e transgressões. Salvador: EDUFBA, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

ORNELLAS, L. H. **Técnica dietética**: seleção e preparo de alimentos. 8. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

PETRINI, C. **Slow food**: Princípios de uma nova gastronomia. São Paulo: Senac, 2009.

PETROCCHI, M.; BONA, A. **Agências de turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2003.

REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no Percurso do Tempo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. Papirus Editora, 1997.

SCHLUTER, Regina G. **Gastronomia e turismo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2006.

SCHMIDT, R. F. **Fisiologia sensorial**. São Paulo: EPU/Springer/ Edusp, 1980.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável:** conceitos e impacto ambiental. Tradução Margarete Dias Pulido. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

TAVARES, A. M. **City Tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

CAPÍTULO 10



Recursos naturais, históricos e culturais na fronteira em Ponta Porã, Brasil, e Pedro Juan Caballero, Paraguai: possibilidades de usos para a prática de ensino e do turismo

Daiane Alencar da Silva

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.10

RECURSOS NATURAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS NA FRONTEIRA EM PONTA PORÃ, BRASIL, E PEDRO JUAN CABALLERO, PARAGUAI: POSSIBILIDADES DE USOS PARA A PRÁTICA DE ENSINO E DO TURISMO

Daiane Alencar da Silva[1]

RESUMO: As cidades-gêmeas de Ponta Porã, no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, no Departamento de Amambay, Paraguai, apresentam complexidades que instigam a pesquisa, em especial no que diz respeito às suas potencialidades didático-pedagógicas. Assim, este estudo busca listar os recursos naturais, históricos e culturais presentes nessa fronteira e suas possibilidades de uso para o ensino, com foco nas áreas da Geografia, da História e do Turismo. Os procedimentos adotados foram o levantamento de dados (bibliográfico e documental), bem como a identificação, descrição e análise dos recursos disponíveis na área delimitada pela pesquisa. Como resultado, considera-se que os recursos identificados oferecem possibilidades de atividades pedagógicas de campo, seja em nível básico ou superior de ensino, por meio de visitas técnicas ou guiadas capazes de abranger diferentes áreas do conhecimento, as quais podem proporcionar aos estudantes uma formação mais ampla, crítica e reflexiva, os colocando no papel de protagonistas em seus processos de aprendizagem.

Palavras-chave: Atrativos turísticos; Fronteira; Ensino; Visitas técnicas.

NATURAL, HISTORICAL, AND CULTURAL RESOURCES ON THE BORDER BETWEEN PONTA PORÃ, BRAZIL, AND PEDRO JUAN CABALLERO, PARAGUAY: POSSIBLE USES FOR TEACHING AND TOURISM PRACTICES

ABSTRACT: The twin cities of Ponta Porã, in the Brazilian state of Mato Grosso do Sul, and Pedro Juan Caballero, in the Department of Amambay, Paraguay, present complexities that stimulate scholarly inquiry, particularly with regard to their didactic and pedagogical potential. Thus,

[1] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Jardim – E-mail: daianealencar@uems.br – Lattes: http://lattes.cnpq.br/4087258810675575.

this study aimed to list the natural, historical, and cultural resources present in this border region and to examine their possibilities for application in teaching, with a focus on the fields of Geography, History, and Tourism. The methodological procedures adopted comprised data collection (bibliographic and documentary), as well as the identification, description, and analysis of the resources available within the area delimited by the research. As a result, the identified resources are considered to offer possibilities for field-based pedagogical activities, whether at the basic or higher education levels, through technical or guided visits capable of encompassing different areas of knowledge. Such activities may provide students with a broader, more critical, and reflective education, positioning them as active protagonists in their own learning processes.

Keywords: Tourist attractions; Border; Education; Technical visits.

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2024, a fronteira do Brasil apresentava "uma área total de 1.421.332,566 km^2 (16,7% da área do país) e 33 cidades gêmeas nacionais"; além disso, sua linha de fronteira possuía "cerca de 16,9 mil quilômetros de extensão" e era "lindeira a dez países da América do Sul" (IBGE, 2024). Por isso, naturalmente, discussões sobre regiões de fronteira são bastante comuns no cenário brasileiro, já que, devido à sua abrangência e às suas peculiaridades geopolíticas, elas representam um cenário rico para a pesquisa acadêmica em diversas áreas.

A proposta apresentada neste trabalho visa contribuir com os estudos relacionados a fronteira Brasil e Paraguai, tendo como recorte espacial o município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, do lado brasileiro e o Distrito de Pedro Juan Caballero, capital do Departamento de Amambay, no Paraguai. O intuito é explicitar outras perspectivas de uso dos recursos naturais, históricos e culturais locais, para

além do turismo de compra e negócios, com foco especial nas possibilidades educacionais oportunizadas por esse espaço fronteiriço carregado de complexidade.

Ressalta-se que a prática do turismo de compras, até certo ponto consolidada nessa região de fronteira, está diretamente condicionada a fatores como as taxas de câmbio (dólar) e a legislação brasileira sobre a compra de produtos importados, a exemplo da cota por turista. Apesar disso, muitos turistas continuam buscando a fronteira pela facilidade em adquirir produtos importados e pelos preços mais interessantes na comparação com o lado brasileiro (Martins, 2007).

No entanto, ainda que de maneira incipiente, outras perspectivas de desenvolvimento regional podem ser verificadas, como o turismo de natureza e a potencialidade do turismo histórico e cultural. Ou seja, existem possibilidades que vão além daquelas relacionadas ao turismo de compras e negócios. Associada a isso, a apropriação dos recursos pelo turismo oferece também possibilidades para atividades didático-pedagógicas.

Assim, este capítulo objetiva listar os recursos naturais, históricos e culturais presentes na fronteira (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero) e as possibilidades de uso para o ensino, especialmente em relação às áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como Geografia, História e Turismo.

Para isso, estipularam-se as seguintes etapas: diagnóstico dos atrativos relacionados ao segmento Turismo de Natureza; identificação dos recursos históricos e culturais presentes na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero; e análise das possibilidades de utilização dos recursos locais (naturais, históricos e culturais) para práticas de ensino.

Cada região de fronteira apresenta dinâmicas naturais que condicionam a realização de pesquisas. Por isso, é necessário construir um arcabouço teórico-metodológico que contemple as especificidades presentes nessas áreas. Dessa forma, deve-se considerar que Ponta Porã e Pedro Juan Caballero têm como principal característica a condição de cidade-gêmea, com fronteira seca, que, apesar de suas delimitações jurídicas, físicas e simbólicas, também se define enquanto local de interação e integração de elementos comuns aos cidadãos de ambos os lados da fronteira, tais como a prestação de serviços, o comércio em geral e os atrativos turísticos locais, entre muitos outros.

Nesse contexto, essa pesquisa se justifica pela necessidade de contribuir com o processo de produção científica e acadêmica acerca de questões fronteiriças, que estão presentes e são atuantes, especialmente, na faixa de fronteira sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, pretende-se colaborar na construção de um pensamento geográfico em relação ao desenvolvimento regional e às potencialidades existentes na fronteira sob estudo, as quais podem servir de embasamento para trabalhos voltados às áreas da Geografia, da História e do Turismo, entre outras, a partir dos processos de ensino e aprendizagem.

O primeiro procedimento adotado foi o levantamento bibliográfico e documental, com o propósito de consolidar o arcabouço teórico do estudo. Para isso, utilizaram-se artigos científicos, livros, dissertações, entre outros textos acadêmicos, legislações pertinentes, incluindo aquelas relacionadas à política de desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira, conforme estabelecido pelo governo federal e por órgãos como o IBGE e o Ministério da Integração e do Desenvolvi-

mento Regional, além de informações oriundas dos arquivos da *Gobernación del XIII Departamento de Amambay*.

Na etapa seguinte, procedeu-se ao levantamento, descrição e análise dos recursos existentes na área delimitada pela pesquisa. Destaca-se que esse levantamento foi construído ao longo de visitas técnicas realizadas na região. Entende-se que a metodologia utilizada se mostrou adequada e satisfatória para abranger a complexidade do espaço geográfico a partir da disponibilidade dos recursos naturais, históricos e culturais presentes nesse recorte e oferece possibilidades para o planejamento e a elaboração de atividades turísticas e de ensino que podem ser integradas e articuladas para favorecer o desenvolvimento regional.

Dessa maneira, para melhor discutir a temática, a pesquisa está dividida em três partes. Primeiro, apresenta-se uma breve discussão teórica sobre a fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, que são definidas como cidades-gêmeas, e suas especificidades. Em seguida, descrevem-se os recursos naturais, históricos e culturais presentes nesse recorte e, por último, discutem-se suas potencialidades de integração em processos de ensino.

A fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero e suas especificidades

Conforme indica a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), de 2005, a faixa de fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura por meio da Lei 6.634, de 2/5/1979, com orientação paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Esta largura vinha sendo mo-

dificada desde o Segundo Império, em que se referenciavam somente 60 km, e ao longo de sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946), até a consolidação da versão atual (PDFF, 2005).

Segundo o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul (PDIF/MS), a faixa de fronteira no Brasil "correspondente a 27% do território nacional" e "compreende 588 municípios, distribuídos em 11 Unidades da Federação, com aproximadamente dez milhões de habitantes nessa área" (Mato Grosso do Sul, 2012, p. 8).

De acordo com o PDIF/MS (Mato Grosso do Sul, 2012), o governo federal estabelece áreas de planejamento a partir da proposta de reestruturação do PDFF/MS, utilizando-se da divisão em arcos (Central, Sul e Norte) e espaços sub-regionais. Nesse contexto, o estado de Mato Grosso do Sul insere-se no Arco Central, junto com os estados de Mato Grosso e Rondônia. Para a criação das sub-regiões desses arcos, considera-se a base produtiva e a identidade cultural.

> Pode-se dizer que o Arco Central possui sistemas produtivos atrelados à produção agrícola e criação de gado e um modelo industrial-comercial relacionado à agroindústria que compreende redes de secagem e armazenamento de soja, bem como de frigoríficos de pesca e carne bovina. Dessa forma, destacam-se as especificidades das sub-regiões XI, XII, XIII e XIV do Arco Central, segundo o PDFF (Mato Grosso do Sul, 2012, p. 9).

Na delimitação das sub-regiões, o município de Ponta Porã está inserido na Sub-região XIV (junto com os municípios de Amambai,[2] Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Navi-

[2] Não confundir com o departamento paraguaio de Amambay.

raí, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru) e possui como características marcantes os problemas com narcotráfico e diversos tipos de contrabando, mas também apresenta potencialidades em termos de atividades agropecuárias, a exemplo da criação de gado de corte e leiteiro e do cultivo de soja e mandioca (Mato Grosso do Sul, 2012).

> [...] Em função das características anteriormente descritas, observa-se, preliminarmente, a potencialidade de desenvolvimento dos seguintes Arranjos Produtivos Locais: Agroindústrias; Apicultura; Bovinocultura; Construção civil; Cultivo de soja; Cultivo de café e arroz; Desdobramentos de madeira; Erva-mate; Fruticultura; Indústria de amido; Indústria metal-mecânica; Indústria têxtil; Indústrias de confecção; Madeira/movelaria; Mandioca; Pecuária leiteira e bovina; Pesca/piscicultura; Turismo e Turismo ecológico (Mato Grosso do Sul, 2012, p. 10).

Como já mencionado, o que motivou esta pesquisa foram as peculiaridades intrínsecas a cidades-gêmeas. Nesse sentido, conforme aponta o Ministério da Integração Nacional (2010, p. 21):

> Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas. Estes adensamentos populacionais, cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. Aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Além disso, segundo a Portaria n° 213, de 19 de julho de 2016, consideram-se cidades-gêmeas aquelas:

> [...] cortadas pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2016).

Ademais, por meio da Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021, o Ministério do Desenvolvimento Regional estabeleceu o conceito de cidades-gêmeas nacionais e os critérios adotados para essa definição, além de listar todas as cidades brasileiras, por estado, que se enquadram nessa condição, conforme informações apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Cidades-gêmeas brasileiras por estado
(em ordem alfabética)

Município	UF	População	
		2010	2022
Aceguá	RS	4.394	4.170
Assis Brasil	AC	6.072	8.100
Barra do Quaraí	RS	4.012	4.241
Barracão	PR	9.735	9.759
Bela Vista	MS	23.181	21.613
Bonfim	RR	10.943	13.923
Brasiléia	AC	21.398	26.000
Cáceres	MT	87.942	89.681
Chuí	RS	5.917	6.262
Coronel Sapucaia	MS	14.064	14.289
Corumbá	MS	103.703	96.268
Dionísio Cerqueira	SC	14.811	15.008
Epitaciolândia	AC	15.100	18.757

Quadro 1 – Cidades-gêmeas brasileiras por estado (em ordem alfabética)

(Conclusão)

Município	UF	População	
		2010	2022
Foz do Iguaçu	PR	256.088	285.415
Guaíra	PR	30.704	32.097
Guajará-Mirim	RO	41.656	39.387
Itaqui	RS	38.159	35.768
Jaguarão	RS	27.931	26.603
Mundo Novo	MS	17.043	19.193
Oiapoque	AP	20.509	27.482
Pacaraima	RR	10.433	19.305
Paranhos	MS	12.350	12.921
Ponta Porã	MS	77.872	92.017
Porto Mauá	RS	2.557	2.142
Porto Murtinho	MS	15.372	12.859
Porto Xavier	RS	10.558	9.938
Quaraí	RS	23.021	23.500
Santa Rosa do Purus	AC	4.691	6.723
Santana do Livramento	RS	82.464	84.421
Santo Antônio do Sudoeste	PR	18.893	23.673
São Borja	RS	61.671	59.676
Tabatinga	AM	52.272	66.764
Uruguaiana	RS	125.435	117.210

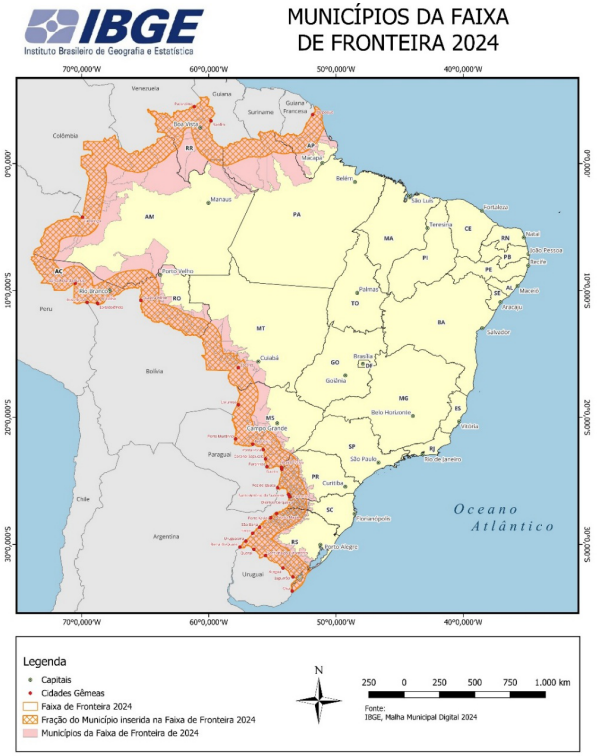
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, Portaria nº 2.507/2021 (IBGE, 2022).

Em 2024, o IBGE atualizou 21 recortes territoriais legais e institucionais que compõem o Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas; entre essas atualizações, destaca-se:

> Faixa de Fronteira compreende 588 municípios e mais a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul que total ou parcialmente, estão localizados dentro de uma zona de 150 km a partir das fronteiras terrestres internacionais do Brasil com os demais países da América do Sul (IBGE, 2024).

Nesse contexto, a faixa de fronteira apresenta uma área total de 1.421.332,566 km^2 (16,7% da área do país), enquanto a soma das áreas totais dos municípios que se encontram total ou parcialmente dentro dessa faixa representa 2.263.800,618 km^2, o que corresponde a 26,6% do território brasileiro. Na Figura 1, a seguir, observa-se a delimitação da faixa de fronteira brasileira, assim como os municípios existentes nessa área.

Figura 1 – Municípios da faixa de fronteira – 2024



Fonte: IBGE (2024).

Em relação apenas às cidades-gêmeas, o IBGE indica que os 33 municípios inseridos nessa condição abrangem, aproximadamente, 17 mil quilômetros de extensão de fronteira internacional (IBGE, 2024). Segundo o último censo do IBGE (2022), o município de Ponta Porã, na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul possui uma população de 92.017 habitantes e faz fronteira seca com a cidade de Pedro Juan Caballero, "por meio de uma linha de 13.800 metros de extensão dentro do perímetro urbano, que separa as duas cidades por meio de um eixo longitudinal, com 50 metros de largura [...] e demarca o limite internacional entre Brasil e Paraguai" (Oliveira, 2010, p. 23-24).

Pedro Juan Caballero é capital do Departamento paraguaio de Amambay, que também compreende outros distritos: Capitán Matías Bado; Bella Vista Norte; Zanja Pyta; e o distrito mais recente, Karapa'i (Departamento de Amambay, [s. d.]). Ainda de acordo com o site do Departamento, a cidade de Pedro Juan Caballero tem "140.866 habitantes (segundo o censo de 2009), situa-se a 536 km a noroeste de Assunção e a 596 de Ciudad del Este. Está unida a Ponta Porã, cidade brasileira com a qual compõe uma única conurbação de mais de 200.000 habitantes" (Departamento de Amambay, [s. d.], tradução nossa).

Ponta Porã e Pedro Juan Caballero apresentam relações fronteiriças que superam as comerciais e de serviços. Segundo Oliveira (2019, p.62), a complexa interação entre as duas cidades se manifesta "em termos de políticas públicas, como educação, saúde, assistência social etc.". Ao classificar as cidades-gêmeas pelo grau de complexidade da "fronteirização", somando a população em ambos os lados da fronteira, o autor entende que:

> Ponta Porã e Pedro Juan Caballero estão em uma situação máxima, de altíssima complexidade. Evidentemente, não posso considerar como de altíssima complexidade o

> grande ajuntamento fronteiriço que é Puerto Iguazú, em Foz do Iguaçu, com Ciudad del Este. É muito alta a complexidade, mas não é máxima, porque as cidades não se entrelaçam. E sabe-se que é difícil passar de um lado para o outro. Há a passagem, mas não passa à vontade. Não se vai a qualquer momento ou se chega com qualquer coisa, como acontece em Pedro Juan Caballero. Essa região do Mato Grosso do Sul me parece que é uma das mais complexas que existem no Brasil (Oliveira, 2019, p. 66).

A complexidade dessa fronteira "permite à população dos dois municípios uma simbiose cotidiana que perpassa os aspectos sociais, econômicos e culturais" (Oliveira, 2010, p. 22) e as interações se ampliam além dos dados estatísticos, permeando relações de parentesco e hábitos, sejam eles alimentares, musicais, culturais, religiosos ou linguísticos, os quais foram abarcados por meio do Programa de Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF).

> O Programa de Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF), implantado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com os países de fronteiras, a exemplo do Paraguai e Uruguai, a partir do ano de 2005, é um dos instrumentos utilizados numa perspectiva da interculturalidade, numa tentativa de atender a diversidade que permeia esses contextos escolares (Santana, 2018, p. 76).

Percebe-se que o nível de complexidade e interdependência entre as duas cidades envolve diversos aspectos, além dos culturais, comerciais, políticos, econômicos e territoriais, visto que existe a mútua e "profunda influência nos sistemas, serviços e estruturas de educação, saúde, lazer, transporte, turismo e segurança, havendo parcela significativa da população das duas cidades com dupla cidadania" (Oliveira, 2010,

p. 22-23). Isso constitui um "ambiente conurbado de simbiose múltipla, onde a natureza, as pessoas e a cultura se entrelaçam ao ponto de confundir qualquer observador desatento" (Oliveira, 2010, p. 26).

Diante das características mencionadas, pesquisadores justificam a necessidade de políticas públicas voltadas a atender as especificidades dessas áreas, já que as influências decorrentes dessa relação se manifestam, em grau variado, nas mais diversas regiões fronteiriças de todo o país.

A seguir, apresenta-se o levantamento dos recursos naturais, históricos e culturais existentes no recorte da pesquisa, abordando suas principais características necessárias à discussão proposta.

Recursos naturais, históricos e culturais na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

Em primeira observação, a linha internacional de fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se destaca pela intensa atividade comercial, especialmente aquela vinculada às compras de produtos importados em grandes lojas, como o *Shopping* China Importados, *Shopping Planet Outlet* e o recentemente inaugurado *Shopping* Dubai. Considera-se também relevante o comércio estabelecido nas ruas principais de ambos os lados da fronteira. Nesse sentido, Martins (2007, p. 60) destaca que:

> A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero acompanha a formação da cidade e tem origem no final do século XIX, quando a cidade passa a ser utilizada como um lugar de descanso para as caravanas que transporta-

> vam erva-mate dos campos do sul de Mato Grosso para o porto de Concepción, no Paraguai.

O papel da produção e comercialização da erva-mate na região é crucial para o desenvolvimento do comércio local e constitui um dos marcos fundadores da atividade comercial entre as duas cidades. Segundo relata Martins (2007, p. 61),

> [...] o comércio tinha a função de abastecer a população local com produtos de primeira necessidade. Com o tempo, artigos de luxo como porcelanas, perfumes, roupas, entre outros, também são trazidos. Inicia-se o interesse pela compra de produtos importados direcionados àqueles que ali viviam. Inicialmente impulsionado por um tratado entre os países o qual garantia que todos os produtos paraguaios pudessem entrar em território brasileiro livre de impostos. Em contrapartida, o Brasil assegurava as exportações de erva-mate e gado de Mato Grosso via Concepción. Esse tratado é rompido quando o Paraguai sente-se prejudicado em função da concorrência da erva-mate brasileira que circulava livremente em território paraguaio e sem incidências de impostos. Respondendo à ação paraguaia, o Brasil proíbe o comércio de mercadorias paraguaias. Em função disso, os comerciantes de Concepción, se instalam em Pedro Juan Caballero, consolidando a vocação para o comércio da cidade, iniciada durante o transporte de erva-mate.

De acordo com o *Plan Estratégico de Desarrollo Turístico de Pedro Juan Caballero*,

> O estabelecimento de uma casa de comércio pelo argentino, Don José Tapia Ortiz, nos anos finais da década de 1880, deu nascimento ao povoado denominado Ponta Porã, que se formou em torno de uma lagoa utilizada

> como parada das tropas de carretas que por aqui transitavam (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 7, tradução nossa).

O SEBRAE/MS aponta que o turismo de compras na região é motivado pela existência de um amplo comércio de produtos importados, de diversos países e com preços competitivos. Na cidade de Pedro Juan Caballero, mesmo "produtos que o Paraguai importa do Brasil são vendidos a preços mais baratos que no comércio interno. (O caso dos cigarros é amplamente conhecido nessa categoria)" (2010, p. 207).

Todo esse comércio não favorece apenas o lado paraguaio, onde encontram-se as lojas de produtos importados, pois, segundo o SEBRAE/MS (2010, p. 207),

> O turismo de compras que atrai visitantes ao comércio de importados de Pedro Juan Caballero movimenta o setor hoteleiro e de restaurantes em Ponta Porã, cidade que oferece maior quantidade e opções. Existe também fluxo turístico que encaminha visitantes aos pontos turísticos de atrativos históricos no Paraguai. Pacotes para Cerro Corá, Pilar/Humaitá e Asunción são oferecidos a turistas brasileiros por agências de viagens, dos dois lados da fronteira.

A principal fonte de receita do Departamento de Amambay advém do fluxo comercial existente na capital, Pedro Juan Caballero, como descrito no Plano Estratégico:

> O comércio na cidade de Pedro Juan Caballero é a principal fonte de renda do departamento, mas as grandes empresas comerciais são, em sua maioria, de capital brasileiro (principalmente hoteleiras, de transporte e de obras)

> que estão ingressando na zona de Pedro Juan Caballero pelas vantagens comparativas em tarifas municipais e impostos nacionais (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 15, tradução nossa).

Em relação ao turismo de compras em Pedro Juan Caballero, o PLANDETUR PJC (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 65, tradução nossa) descreve:

> Por se tratar de uma cidade fronteiriça, um dos principais atrativos de Pedro Juan Caballero é o seu circuito comercial; segundo dados obtidos, o Shopping China registra a visita de pelo menos cerca de 10 mil pessoas diariamente, a maioria brasileiros. Os produtos que mais chamam a atenção são os perfumes, os eletrônicos, as roupas, entre outros.

Apesar da escassez de dados na literatura quanto à definição da prática do turismo de compras, Kosuge et al. (2018, p. 33), com base na Organização Mundial do Turismo (2014), apontam que "o conceito de turismo de compras é definido como uma forma contemporânea de turismo realizada por indivíduos que comprarão bens fora do seu ambiente usual e é um fator determinante na decisão de viagem".

No entanto, além do turismo de compras, existem recursos naturais, históricos e culturais que apresentam potencialidades para prática de turismo na fronteira. Nesse sentido, Cruz (2001) sinaliza que, na década de 1990, a modalidade de turismo relacionada a espaços naturais cresceu em importância no conjunto dos segmentos das viagens turísticas, tendo nos recursos naturais seu principal objeto de consumo e atratividade, diferentemente das práticas de turismo de

massa, que requerem robustas infraestruturas urbanas para manter o envolvimento dos visitantes com o local.

No PLANDETUR PJC (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 4, tradução nossa), destacam-se os atrativos turísticos histórico-culturais e naturais da capital do departamento: "[...] *La Alfombra Artesanal de la Virgen* (o Tapete Artesanal da Virgem), Julio César Álvarez ARTE+Restó, o Parque Nacional Cerro Corá, o complexo *Chacurru* Ecoturismo, a Laguna Punta Porã e a Reserva Eco-Arqueológica de Gasory". Cabe ressaltar a aplicação de uma pesquisa de demanda turística realizada em Pedro Juan Caballero:

> Para esse fim, foi elaborado um instrumento especialmente desenhado, que nos permitiu medir a demanda turística dentro da cidade; o mesmo está disposto da seguinte maneira; (12) variáveis de avaliação, cujos objetivos eram determinar o perfil do visitante, o motivo de sua visita, da estadia e o gasto médio. O trabalho de pesquisa foi realizado em dois períodos: o primeiro foi de 6 a 9 de setembro de 2018 e a segunda coleta de 30 de outubro a 1º de novembro de 2018, nos períodos da manhã e da tarde. Através de um total de 277 (duzentos e setenta e sete) questionários (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 49, tradução nossa).

O resultado chama atenção para a procura por atrativos naturais: "os atrativos mais visitados pelas pessoas entrevistadas foram: A Laguna Punta Porã, 21%; o Complexo *Chacurru* Ecoturismo, 13%, e o Parque Nacional Cerro Corá, 9%" (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 54, tradução nossa). A seguir, apresentam-se os atrativos citados na pesquisa mencionada. Sobre a Laguna Punta Porã,

> Conhecida anteriormente pelo nome de "Paraje de Punta Porã", era um lugar onde paravam as carretas que transportavam erva-mate em épocas antigas, desde os ervais da zona até Villa Real de la Concepción, hoje cidade de Concepción [...] Recebeu o nome de "Laguna Punta Porã" a pedido dos moradores que ergueram suas casas ao redor deste espelho d'água. A lagoa conta com calçadões utilizados para a realização de esportes como trote, caminhada, passeios de bicicleta, entre outros; na praça ao redor, encontram-se monumentos sobre a origem da cidade em homenagem aos pioneiros, assim como uma carroça da época (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 63, tradução nossa).

O atrativo *Chacurru* Ecoturismo está localizado a 15 km da divisa internacional de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no Departamento de Amambay, Paraguai. O atrativo oferece aos turistas as atividades de: arborismo, com seis pontes suspensas e distintas, tirolesa sobre um vale com 150 metros de comprimento e rapel de aproximadamente 30 metros ao lado da cascata principal, além de trilhas contemplativas para caminhada, observação de pássaros, acesso à cachoeira, piscina para banho e área com quiosques equipados para churrasco.

O Parque Nacional *Cerro Corá* foi criado em 1976 e ocupa uma área de mais de 5.538 hectares, que "preserva a rica história da última batalha da Guerra contra a Tríplice Aliança (1864-1870) travada entre os países (Brasil, Argentina e Uruguai)" (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 61, tradução nossa). Localizado a 35 km da cidade de Pedro Juan Caballero, contém um ecossistema único. "Dentro dele, podem-se apreciar os diferentes ecossistemas da zona, entre os quais se destaca 'o cerrado'. [...], estão registradas 120 espécies de aves, além de

um puma, anta e pequenos mamíferos" (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 61, tradução nossa).

É considerado um dos mais importantes sítios históricos do Paraguai,

> [...] pois ali se desenvolveu, em 1º de março de 1870, a Campanha das Cordilheiras da Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, na qual o país perdeu grande parte de seu território e sua condição de mais pujante da região (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 61, tradução nossa).

A reserva *Eco-arqueológica de Gasory* é considerada um dos sítios arqueológicos mais antigos da América do Sul.

> A Reserva Eco-arqueológica de Gasory encontra-se em um pequeno bloco de morros encabeçados pelo Cerro Akuá ("ponta", em guarani) ou nas proximidades do morro conhecido como Itaguazú (Pedra grande) por parte dos habitantes da comunidade Pa'i Tavyterã dessa zona. Neste fantástico lugar, é possível encontrar o testemunho de milhares de anos, lavrados nas paredes de pedra calcária do Cerro Akuá. Inscrições rupestres cuja antiguidade poderia ser determinada em cerca de 5 mil anos, sendo assim as mais antigas da América do Sul, segundo pesquisadores arqueológicos provenientes da Espanha (Pedro Juan Caballero, 2018, p. 63, tradução nossa).

Em Ponta Porã, pode-se destacar o Parque dos Ervais, localizado na principal avenida da cidade, que tem cerca de 70 mil metros quadrados e oferece à população uma estrutura de praças, quadras poliesportivas, teatro de arena, lagos, fonte luminosa, trilhas ecológicas, espaços multiuso e um amplo estacionamento (Oliveira, 2012).

Em relação aos recursos históricos e culturais, o PLANDETUR PJC (Pedro Juan Caballero, 2018) destaca o *Espacio Reminiscencia – Casa Museo*, no Paraguai. Em entrevista concedida ao jornal "elnordestino.com", o historiador Sacha Aníbal Cardona Benítez relata a construção do acervo disponibilizado aos visitantes e como sua casa se converteu no museu:

> Nestas salas, estão os objetos que compõem a minha coleção privada; eu coleciono desde os doze anos. São elementos evocativos de um tempo, de uma época, da história, da nossa fronteira, da história paraguaia, da história brasileira e, por que não, da história universal. As pessoas que visitam a casa podem ter essa experiência: regressar no tempo, conhecer esses relatos, essas vivências, através de cada objeto que está aqui guardado nestas salas e faz parte de uma coleção (elnordestino.com, março de 2019, tradução nossa).

No que diz respeito ao público que frequenta o espaço, o entrevistado e proprietário explica:

> Já recebemos a visita de muitos grupos de turistas e grupos de estudantes. O que chama a atenção é que mais instituições de ensino do Brasil visitam a casa; instituições do Paraguai, muito pouco ou praticamente zero. Mas da cidade de Ponta Porã, até dos bairros periféricos mais afastados, as escolas dão um jeito de conseguir veículos, transporte, e as professoras trazem seus alunos para conhecer um pouco de história, fazer um pouco o percurso. Também das universidades brasileiras vieram muitos grupos visitar (elnordestino.com, março de 2019, tradução nossa).

Em relação aos recursos históricos e culturais existentes no município de Ponta Porã, destacam-se o prédio do Cas-

telinho, o prédio do 11º Regimento de Cavalaria Mecanizada (RCMEC), o prédio antigo da Ferroviária de Ponta Porã, o Museu da Erva-Mate, o Marco Grande, o prédio da MATEX Associação das Empresas Ervateiras, o prédio antigo da Prefeitura (atual casa dos conselhos) e o prédio antigo do Ministério do Trabalho (Centenaro et al., 2019). Para fins de análise, este estudo se limitou aos recursos descritos a seguir.

O prédio do Castelinho é uma obra realizada a partir de doações da Companhia Matte Larangeira na década de 1920. Originalmente, tinha o intuito de ser utilizado pelo quartel do Corpo Militar de Polícia, antigo nome da Polícia Militar. Devido aos cavalos usados nas patrulhas, levava inscrito no frontão superior do prédio "Quartel do 1º Regimento de Cavalaria" (Centenaro et al., 2019). Considerado um dos tesouros arquitetônicos de Mato Grosso do Sul, atualmente, o icônico Castelinho de Ponta Porã passa por obras de restauração que vão transformar o espaço em um museu da história da fronteira (Fernandes, 2023).

Ao contrário do que se pode encontrar em várias referências ao local, o Castelinho nunca foi a sede do governo do Território Federal de Ponta Porã. Segundo a arquiteta do projeto de restauração, em entrevista concedida a Godoy (2025),

> Essa confusão, repetida por alguns autores sem sustentação documental, se espalhou como eco impreciso. O que de fato ocorreu foi que ali funcionou a Guarda Territorial, órgão militar do Território, mas jamais a sede administrativa do governador. O verdadeiro 'palácio' do governo territorial, residência e centro de decisões políticas, era o prédio que hoje abriga o Ministério do Trabalho.

Além disso, quanto aos investimentos financeiros destinados à restauração do local, a urbanista relata:

> O Contrato 028/2022 firmado inicialmente com a empresa Estúdio Sarasa Conservação e Restauração S/S LTDA (05.323.630/0001-10), em R$ 3,66 milhões (R$ 3.663.757,63), atualmente chega a R$ 5,61 milhões (R$ 5.610.587,28). Conforme o Portal da Transparência do Governo do Estado, a empresa tem até 24 de abril de 2026 para terminar a obra (Godoy, 2025).

O prédio do 11º RCMEC de Ponta Porã, criado em 1919, foi tombado como patrimônio histórico do município pela Lei nº 4.135, de 20 de outubro de 2015 (Diário Oficial de Ponta Porã, 2015). Por meio da mesma publicação oficial, ocorreu o tombamento do edifício da Agência Regional do Trabalho em Ponta Porã, que passou a integrar o patrimônio histórico do município.

Conforme apontam Almeida e Souza ([s. d.]), o prédio da Estação Ferroviária de Ponta Porã foi construído na década de 1950, quando o governo brasileiro concluiu a construção do ramal ferroviário que ligava Indubrasil, em Campo Grande, até Ponta Porã, passando por municípios como Sidrolândia, Maracaju e Dourados (Distrito de Itahum). No município de Ponta Porã, a ferrovia corta uma das mais famosas propriedades rurais da região, a antiga Fazenda Itamarati; atualmente, o maior assentamento rural do Brasil e sede do Distrito de Nova Itamarati.

A Estação Ferroviária de Ponta Porã foi inaugurada em 1953 como ponta final do ramal, que demorou nove anos para ficar pronto. Assim, "a inauguração se deu em três etapas: primeiramente, até Maracaju (1944); depois, até Itahum no município de Dourados (1949); e, finalmente, até Ponta Porã (1953), divisa com o Paraguai" (Centenaro et al., 2019). O

trem de passageiros partiu pela última vez de Ponta Porã em 1 de junho de 1996 (Almeida; Souza, [s. d.]).

O antigo edifício da ferroviária foi modernizado e, atualmente, abriga a Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã (FUNCESPP) e a Escola de música Dona Iracema Hernandez.

> O projeto de Reforma e Ampliação do Centro Cultural, financiado pelo banco FONPLATA, através do Programa Fronteira do Futuro, abrangeu a implantação de novos blocos e a reforma da área existente no edifício da antiga ferroviária, onde está localizada a Fundação de Cultura e Esportes de Ponta Porã (FUNCESPP). O principal objetivo principal foi aumentar a capacidade de atendimento aos alunos, para propiciar um ambiente favorável ao processo de aprendizagem, estímulo ao esporte e fortalecimento da cultura local. A FUNCESPP recebe hoje 14 cursos, mais as Bandas dos Distritos de Sanga Puitã e Nova Itamarati e atende a mais de 760 jovens, com idades entre 05 a 17 anos (Prefeitura Municipal de Ponta Porã, 2024).

Em 1997, com o intuito de conservar os aspectos históricos e culturais da região, foi criado o Museu da Erva-Mate, a única instituição museológica do município de Ponta Porã (Silveira; Zamberlan; Fontanive, 2019). O local representa "o ciclo brasileiro da erva-mate, que começa em Ponta Porã e na cidade paraguaia com qual faz fronteira, Pedro Juan Caballero. Por essa razão, Ponta Porã recebeu a alcunha de 'Princesinha dos Ervais'" (Silveira; Zamberlan; Fontanive, 2019, p. 98). No que diz respeito à atividade ervateira e o acervo do museu, os autores apontam:

> Ressalta-se que a atividade ervateira na região está associada ao hábito e costume de tomar tereré, uma bebida elaborada com a erva-mate, e, por meio do Decreto

> n. 13.140, de 31 de março de 2011, tornou-se um bem imaterial histórico e cultural do estado de Mato Grosso do Sul. O MEM possui, hoje, um acervo composto por réplicas de instrumentos do início da industrialização da erva-mate, material impresso, documentos, fotografias, mobiliário, armas, máquinas, telefones, vídeos e utensílios domésticos. Recebe atualmente visitantes de vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul e do Paraguai, e é utilizado como fonte para pesquisadores (Silveira; Zamberlan; Fontanive, 2019, p. 99).

Em uma pesquisa que buscou identificar os pontos históricos e culturais mais relevantes de Ponta Porã, Centenaro et al. (2019) notaram que o assunto desperta o interesse do público. Segundo os autores, conhecer de modo mais aprofundado a identidade cultural regional "é parte integrante dentro da formação e no desenvolvimento da região de fronteira, favorecendo a divulgação da história e da cultura local" (Centenaro et al., 2019, p. 170). Nesse sentido, entende-se que, para ocorrer um desenvolvimento regional que beneficie a maior parte da comunidade, é necessário refletir sobre as potencialidades e os recursos locais. Isso porque, ao ampliar-se o escopo de oportunidades, ampliam-se o envolvimento social, a circulação da economia, as relações de pertencimento e identidade com o local de vivência e, consequentemente, a conservação e preservação dos monumentos e patrimônios históricos e naturais existentes na região.

Possibilidades de uso dos recursos locais para práticas de ensino e do turismo

Atualmente, diversas produções, de diferentes áreas, dão suporte à discussão sobre novas alternativas metodológicas e práticas pedagógicas voltadas a ampliar e melhorar

os processos de ensino e aprendizagem. Um passo importante nesse aprimoramento é "compreender que espaços escolares e não escolares podem contribuir para o ensino e a aprendizagem" (Castellar, 2011, p. 84). No ensino de Geografia, a autora destaca:

> Realizar atividades integradas, utilizando espaços não formais, serviu para fazer da cidade um objeto de estudo geográfico e interdisciplinar. [...] Ensinar e estudar geografia tendo a cidade como ponto de partida facilita e socializa o processo de aprendizagem, porque os alunos articulam os conceitos científicos em redes de significados que não lhes são estranhas. Incorporando-se a linguagem cartográfica na elaboração de mapas e roteiros criados a partir da observação do cotidiano, estimula-se a apropriação de uma linguagem simbólica e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do lugar onde se vive, fazendo trajetos, conhecendo a história do bairro, pesquisando informações para reconhecer as mudanças que ocorreram, compreendendo melhor os conceitos geográficos (Castellar, 2011, p. 88).

Nesse sentido, Araújo e Quaresma (2014, p. 33) explicam que "as práticas educativas fora da sala de aula ocorrem, em sua essência, em espaços não formais de aprendizagem, por estimular a vivência dos conhecimentos apreendidos em situações práticas do cotidiano". Fora das paredes e muros das salas de aula, os estudantes tendem a estar mais motivados e curiosos, o que favorece o processo de aprendizagem.

Quando se possibilita aos estudantes conviver em espaços não escolares, por meio de atividades organizadas e orientadas pelos professores, e com finalidades educacionais, eles "passam a compreender que a vida em sociedade é dinâmica e que o espaço geográfico absorve as contradições

em relação aos ritmos estabelecidos pelas inovações" (Castellar, 2011, p. 88-89). Isso transforma a visão de mundo dos alunos e o seu comportamento perante o local onde vivem e trocam experiências.

Entre as atividades de campo possíveis, a visita técnica é uma estratégia pedagógica importante no contexto do ensino superior, pois auxilia os docentes nos processos de ensino e aprendizagem ao promover a articulação entre teoria e prática, elemento essencial para a formação crítica e reflexiva dos estudantes, em diferentes áreas do conhecimento. Esse ponto é especialmente importante no ensino de Geografia, Turismo e História, áreas profundamente ligadas à constituição atual do território.

Ademais, ao vivenciar ambientes profissionais reais, os estudantes têm a oportunidade de observar, analisar e compreender como os conceitos científicos e metodológicos são aplicados na prática. Com isso, expande-se a experiência de aprendizagem, uma vez que o conhecimento deixa de ser "abstrato" e se torna mais perceptível sua aplicabilidade concreta. Além disso, a visita técnica estimula a reflexão teórica, o pensamento crítico e a responsabilidade social.

Como destacam Silva et al. (2019, p. 269), "é preciso ressaltar que as experiências e vivências ocorridas durante uma visita técnica colocam este método de aprendizagem como uma importante ferramenta de ensino e sensibilização das pessoas". Quando os estudantes observam e interagem com as estruturas do passado e do presente, pela experiência da percepção dos sentidos, do contato com as realidades e os sujeitos envolvidos no processo, eles passam a visualizar e projetar potencialidades de futuro para os espaços em questão.

Pensando na formação do Bacharel em Turismo, entende-se que a visita técnica é essencial para propiciar ao estudante "o conhecimento de alguns dos futuros locais de trabalho e simular uma prática" (Nascimento Júnior, 2019, p. 264). Além disso, essa prática facilita a compreensão das representações construídas, como patrimônios e monumentos, que são analisados de maneira diferente pelo Turismo, a História e a Geografia. Quanto ao ensino de História na formação de Guia de Turismo, o autor explica:

> Lecionando em um Curso Técnico em Guia de Turismo, pode-se utilizar a visita técnica para a visitação e a observação das fachadas dos edifícios e casas e/ou de possíveis atrativos que poderão compor futuros roteiros e pacotes turísticos a serem comercializados a grupos de turistas (Nascimento Júnior, 2019, p. 266).

Assim, nota-se a relevância da interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento para a formação acadêmica e atuação profissional, indicando a necessidade de envolvimento de diferentes áreas. O autor reforça ainda que a visita técnica é uma ferramenta didática que possibilita o trabalho interdisciplinar e o rompimento de visões estereotipadas sobre locais e processos históricos (Nascimento Júnior, 2019).

Em relação à área de formação (Bacharelado/Licenciatura) em História, entende-se que, por meio de visita guiada, os recursos locais supracitados oferecem condições para o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem.

Segundo Amador (2011, apud Araújo; Quaresma, 2014, p. 33), a "visita guiada é uma visita organizada por profissionais e acompanhada por pessoal técnico, de modo a dar a

conhecer algo ou um determinado local", muito utilizada em museus, e visa estabelecer uma ligação entre as obras expostas e seus visitantes. De acordo com Araújo e Quaresma (2014, p. 33),

> a visita guiada, pela sua flexibilidade, permite uma ampla interação com os recursos, estimula a experiência e a aprendizagem, além de promover uma maior conscientização com relação à conservação e à preservação do meio social. Tais visitas fazem parte do Turismo Pedagógico, segmentação norteada pelo Ministério do Turismo (Mtur) em sua organização para fins de planejamento e gestão.

Para Cardoso e Gattiboni (2015), o turismo pedagógico surge como uma estratégia de ensino com princípios equivalentes aos da integração curricular, tendo como objetivo principal aproximar o conhecimento teórico do estudo prático do meio e tornar significativas as aprendizagens escolares.

Maia e Silva (2023) apontam que o reconhecimento e valorização dos espaços comuns pela sociedade são essenciais para ampliar políticas públicas locais e regionais que permitam a manutenção e os cuidados necessários com seus recursos disponíveis. Além disso, a partir do Turismo Pedagógico realizado nesses locais, amplia-se o sentimento de pertencimento e identidade desde as primeiras séries escolares, o que contribui na formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis pelos monumentos e patrimônios da comunidade. Nesse sentido, cabe destacar o que sinalizam Araújo e Quaresma (2014, p. 34):

> A proposta da visita guiada é possibilitar a relação dos alunos com a realidade, oportunizando a documentação

> do real pela apreensão da observação sensível direta. Com isso, contribui-se para a preservação do patrimônio material, imaterial, natural e cultural de toda a comunidade. [...] Essa formação ampla cria as redes de conhecimento para que os alunos instrumentalizem-se frente às desigualdades sociais e culturais, provocando o questionamento e a inquietação e, posteriormente, o desenvolvimento local.

O desenvolvimento efetivo, que contemple a sociedade em todas as suas necessidades, só ocorre de fato quando os envolvidos e interessados sabem quais são suas demandas e participam diretamente do processo. O desenvolvimento local nunca parte de cima para baixo. Sem o pertencimento e a identificação dos cidadãos com o local em que vivem, não pode haver interesse em transformar sua realidade. Ou seja, conhecer é necessário para despertar um senso crítico participativo e questionador e formar agentes de transformação social.

A exemplo da *Casa Museo* e do Museu da Erva-Mate, os espaços destinados a museus na região "sempre foram pensados como instituições de ensino. Locais onde se acessa um conjunto de objetos com a intenção de obter informações sobre determinado tema ou assunto" (Pacheco, 2012, p. 64). Assim, considerando o recorte desta pesquisa, deve-se lembrar que o uso desses espaços para processos de ensino e aprendizagem já existe, apesar de ser pouco divulgado. Segundo Pacheco (2012, p. 66),

> Inúmeros museus ainda se mantêm como um gabinete de curiosidades reunindo um conjunto de itens mais ou menos conexos entre si. Este é o caso típico do museu da cidade pequena que, formado e mantido por iniciativa individual, reúne um acervo de objetos diversos, agrupa-

> dos mais pela perseverança que por uma lógica interna a coleção.

Nessas cidades, além dos museus, existem recursos histórico-culturais e naturais com grande potencialidade para uso didático-pedagógico, que podem fomentar o ensino e a aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento, ao ponto de representarem uma diversificação dos atrativos turísticos locais e uma alternativa ao turismo de compras e negócios na fronteira.

A reserva *Chacurru* Ecoturismo e o Parque Nacional *Cerro Corá*, ambos em Pedro Juan Caballero, são exemplos de atrativos turísticos com potencial, embora sejam pouco divulgados, e oferecem condições interessantes para atividades turísticas e didático-pedagógicas. Nesses locais, destaca-se a visita técnica vinculada à disciplina de Turismo e Patrimônio, do curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, realizada em anos anteriores, no atrativo *Chacurru* Ecoturismo.

Como demonstrado, são notáveis as possibilidades para práticas de ensino nas áreas da Geografia, da História, do Turismo, da Antropologia, entre outras, na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Assim, cabe ao corpo docente promover, como parte do processo de construção do conhecimento, mais atividades em espaços não formais.

No entanto, essa tarefa é árdua, e muitos fatores estão envolvidos no processo de planejamento, organização e realização das atividades de campo, a exemplo da visita técnica ou guiada. Por isso, um trabalho conjunto e interdisciplinar

tende a ser a opção mais viável para a efetividade de ações nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira entre Brasil e Paraguai, com as especificidades das cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, dispõe de um leque de opções para reflexão, apontamentos e análises. Como afirma Oliveira (2019), a situação é de alta complexidade e instiga pesquisas à tentativa de identificar ações que colaborem com o planejamento e o desenvolvimento regional.

Essa pesquisa buscou identificar, analisar e propor possibilidades de usos para os recursos educacionais disponíveis no recorte espacial escolhido. Pensando na formação de nível superior, sem desconsiderar a educação básica, os recursos apresentados aqui, assim como outros já existentes, podem desempenhar um papel fundamental na compreensão do espaço geográfico e na alteração da paisagem local. Seus usos, desde atrativos turísticos até recursos didático-pedagógicos, os posicionam como patrimônios essenciais da população fronteiriça.

As atividades de campo, como visitas técnicas e visitas guiadas, são oportunidades que auxiliam na compreensão, contextualização e fixação dos conteúdos ministrados em sala de aula (Araújo; Quaresma, 2014). No entanto, a interdisciplinaridade deve estar presente na organização e execução dessas atividades de campo, para permitir uma compreensão mais ampla e integradora da realidade vivenciada. Nesse sentido, olhares de distintas áreas do conhecimento tendem a favorecer amplamente o aprendizado.

Ademais, para fortalecer o desenvolvimento regional, o planejamento de políticas públicas deve caminhar em paralelo às demandas da sociedade, a um conhecimento profundo dos bens materiais e imateriais locais e à conservação e preservação destes. Isso porque, sem conhecimento histórico e cultural não pode haver pertencimento real.

Em suma, considera-se que os recursos locais, não restritos aos aqui citados, oferecem possibilidades de atividades de campo para o ensino, seja em nível básico ou superior, por meio de visitas técnicas ou guiadas. Para seu melhor uso, elas devem abranger diferentes áreas do conhecimento e permitir aos estudantes uma formação mais ampla, crítica e reflexiva, que os coloque no papel de protagonistas em seus processos de ensino e aprendizagem. Ademais, espera-se que outras pesquisas ocorram dentro dessa perspectiva, demonstrando assim, de forma cada vez mais evidente, o potencial que existe em espaços não formais de educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nivalcir; SOUZA, Jonas A. Cantaluppi. **Patrimônio histórico**. Fundação de Cultura e Esporte. Ponta Porã, MS: FUNCESPP. Disponível em: http://ead.genesis.tec.br/pontapora/pluginfile.php/1184/course/section/921/FOLHETO%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20PATRIMONIAL-%20FUNCESPP.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

AMAMBAY. **Gobierno Departamental Pedro Gonzalez**. Pedro Juan Caballero. [s. d.]. Disponível em: https://amambay.gov.py/pedro-juan-caballero/. Acesso em: 6 mar. 2026.

ARAÚJO, Glausirée Dettman de; QUARESMA, Adilene Gonçalves. Visitas guiadas e visitas técnicas: tecnologia de aprendizagem no contexto educacional. **Revista Competência**, v. 7, n. 2, p. 29-51, 2014. Disponível em: https://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/175. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (GTIIF). **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: https://cpiacre.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Bases-para-uma-Proposta-de-Desenve-Integ-da-Faixa-de-Fronteira.pdf. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteiras (PDFF)**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. **Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016**. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Ministério da Integração Nacional/Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 20 jul. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/marco-legal/portaria-no-213-de-19-de-julho-de-2016. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. **Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021**. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Ministério do Desenvolvimento Regional/Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 5 out. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/cidades-gemeas/portaria-no-2-507-de-5-de-outubro-de-2021.pdf. Acesso em: 4 mar. 2026.

CARDOSO, Helen Rodrigues; GATTIBONI, Maria de Lourdes Soares. Turismo pedagógico: uma alternativa para integração curricular. **Revista Professare**, v. 4, n. 1., p. 85-110, 2015. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/336/336. Acesso em: 31 mar. 2026.

CASTELLAR, Sonia. Mudanças na prática docente: a aprendizagem em espaços não formais. *In:* REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André

(Orgs.). **Geografia**: práticas pedagógicas para o ensino médio. Vol. 2. Porto Alegre: Penso, 2011.

CENTENARO, Moisés; BUENO, Yhulds Giovani Pereira; BRAGA, Vinicius Vasconcelos; BALBUENA, Natalia Bogado. Território e desenvolvimento: identificação dos pontos históricos e culturais de Ponta Porã-MS. **Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania**, v. 3, n. 1, p. 158-174, 2019. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/fronteiracidadania/article/view/3216. Acesso em: 16 mar. 2026.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ELNORDESTINO.COM. **Espacio Reminiscencia – Casa Museo**: un compendio de la historia fronteriza, paraguaya, brasilera y universal. 28 de Febrero del 2019. Reportaje completo en la edición impresa 63, Mar. 2019. Disponível em: https://www.elnordestino.com/m/post.php?id=5396. Acesso em: 16 mar. 2026.

FERNANDES, Paulo de Camargo. Restauração do Castelinho preserva patrimônio histórico cultural de Mato Grosso do Sul. **Agência de Notícias do Governo de Mato Grosso do Sul**. Seção Geral, 16 jun. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ms.gov.br/restauracao-do-castelinho-preserva-patrimonio-historico-cultural-de-ms/. Acesso em: 17 mar. 2026.

GODOY, Thalya. Quase centenário, Castelinho irá abrigar 'passado e futuro' no Museu da Fronteira em 2026. **Portal Midiamax**. Seção Transparência, 13 dez. 2025. Disponível em: https://midiamax.com.br/politica/transparencia/2025/quase-centenario-castelinho-ira-abrigar-passado-futuro-museu-fronteira-2026/. Acesso em: 17 mar. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 4 mar. 2026.

IBGE. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas.** Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/municipios_da_faixa_de_fronteira/2024/Municipios_da_Faixa_de_Fronteira_2024_20250731.pdf. Acesso em: 4 mar. 2026.

IBGE. **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas**. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/24233-quadro-geografico-de-referencia-para-producao-analise-e-disseminacao-de-estatisticas.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: 4 mar. 2026.

KOSUGE, Luiz Paulo; RANZATTI, Guilherme Perez; MOLINA, Marcos Antônio; NASCIMENTO, Vania; ALVES, Carlos Alberto. Turismo de compra: Imagem do destino, engajamento, satisfação e sua relação com as intenções comportamentais. **Revista Espacios**, v. 39, n. 22, p. 33, 2018. Disponível em: https://www.revistaespacios.com/a18v39n22/18392233.html. Acesso em: 6 mar. 2026.

MAIA, Hilda Rodrigues; SILVA, Daiane Alencar da. **Os elementos históricos, culturais e naturais existentes no município de Jardim-MS e suas potencialidades para o Turismo Pedagógico-educacional**. 2023. Monografia (Graduação) – UEMS Jardim, MS, 2023.

MARTINS, Patrícia Cristina Statella. **A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai).** Dissertação (Mestrado) – UFMS, Aquidauana, MS, 2007.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC). **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS**: Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul – NFMS. Campo Grande: SEMAC, 2012. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Plano-Desenvolvimento-e-Integra%C3%A7%C3%A3o-de-Fronteira.pdf. Acesso em: 4 mar. 2026.

NASCIMENTO JÚNIOR, José Lúcio. A visita técnica como método de ensino para guias de turismo: o Morro da Urca como local de visita e aprendizagem histórica. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 16, p. 260-278, 2019. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/505/325. Acesso em: 26 mar. 2026.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (coord.). **Perspectivas para o meio ambiente urbano**: GEO Ponta Porã. Mato Grosso do Sul, Campo Grande: [s. n.], 2010.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. A fronteira do Arco Central e sua realidade econômica e social. In: PÊGO, Bolívar; KRÜGER, Caroline; MOURA, Rosa; NUNES, Maria; MOREIRA, Paula (Org.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do Arco Central, Volume 4. Bolívar Pêgo (Coordenador). Rio de Janeiro: Ipea, MDR, 2019.

OLIVEIRA, Viviane. Governador inaugura nesta sexta-feira Parque dos Ervais. Seção Política. **Campo Grande News**, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/politica/governador-inaugura-nesta-sexta-feira-parque-dos-ervais. Acesso em: 16 mar. 2026.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História.** Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 63–81, 2012. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063/2157. Acesso em: 18 mar. 2026.

PARAGUAY. **Reserva Eco-arqueológica de Gasory**. Disponível em: https://www.bienvenidoaparaguay.com/showdata.php?xmlcity=177&xmldestino=77#sthash.G7gjWk9c.dpuf. Acesso em: 13 mar. 2026.

PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa; NUNES, Maria; KRÜGER, Caroline; NAGAMINE, Líria; FERREIRA, Gustavo; MOREIRA, Paula. **Fronteiras do Brasil**: referências para a formulação de políticas públicas, volume 6. Bolívar Pêgo (Coordenador). Brasília: Ipea, MI, 2021. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/210602_livro_fronteira_do_brasil_vol_6.pdf. Acesso em: 6 mar. 2026.

PEDRO JUAN CABALLERO. **Plan Estratégico de Desarrollo Turistico de la ciudad de Pedro Juan Caballero 2019-2023 (PLANDETUR – PJC)**. Departamento de Amambay, Paraguay, 2018. Disponível em: https://senatur.gov.py/wp-content/uploads/2022/08/plandetur_pjc.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

PONTA PORÃ. **Lei Nº 4.133, de 20 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o tombamento do edifício da Agência Regional do Trabalho em Ponta Porã (MS). Autor: Vereador Marcelino Nunes de Oliveira. Ponta Porã, MS: Diário Oficial do Município,

2015. Disponível em: https://diariooficial.pontapora.ms.gov.br/#ExibeDiarioNovo. Acesso em: 17 mar. 2026.

PONTA PORÃ. **Lei Nº 4.135, de 20 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o tombamento do edifício sede do 11º RCMEC – Regimento de Cavalaria Mecanizado de Ponta Porã – MS. Autor: Vereador Marcelino Nunes de Oliveira. Ponta Porã, MS: Diário Oficial do Município, 2015. Disponível em: https://diariooficial.pontapora.ms.gov.br/#ExibeDiarioNovo. Acesso em: 17 mar. 2026.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ. **Eduardo Campos entrega ampliação e reforma da FUNCESPP neste sábado.** Diretoria de Comunicação, 21 jun.2024. Disponível em: https://pontapora.ms.gov.br/v2/eduardo-campos-entrega-ampliacao-e-reforma-da-funcespp-neste-sabado/. Acesso em: 17 mar. 2026.

RAIMUNDO, Sidnei. Abordagem geográfica nas atividades de lazer e turismo. **Lazer e turismo: conceitos e reflexões**. Tradução. São Paulo: Plêiade, 2009. v. 1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7471056/mod_resource/content/1/RAIMUNDO%2C%20Sidnei.%20Abordagens%20Geo%20no%20LZT.pdf. Acesso em: 3 mar. 2026.

SANTANA, Maria Luiza da Silva. Práticas pedagógicas na região de fronteira: um olhar a partir de escolas de Ponta Porã. **Educação**. Santa Maria, v. 43, n. 1, jan./mar. 2018, p. 75-88. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/23299/pdf. Acesso em: 3 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEBRAE/MS (Org.). **Mato Grosso do Sul sem fronteiras**: características e interações territoriais: Brasil, Bolívia, Paraguai. Campo Grande, MS: Visão: SEBRAE/MS, 2010. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Ufs/MS/Estudos%20e%20Pesquisas/MSSF%20Caracteristicas%20-%20BR,%20BO,%20PY.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

SILVA, Edvania Gomes de Assis; SILVA FILHO, Francisco Pereira; ROCHA, John Kennedy Viana; SANTOS, Mateus Rocha. A visita técnica como recurso metodológico ao estudo do turismo e geografia em Unidades de Conservação. **Revista Entre Lugar**, v. 10, n. 19, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/9803/5204. Acesso em: 17 mar. 2026.

SILVEIRA, Claudia Vera; ZAMBERLAN, Carlos Otávio; FONTANIVE, Alessandra de Freitas. Valoração econômica do Museu da Erva-Mate no município de Ponta Porã. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 16, n. 2, p. 97-119, 2019. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/11803/10376. Acesso em: 16 mar. 2026.

CAPÍTULO 11



Política, chancela e turismo: a institucionalização do geoparque Bodoquena-Pantanal e os limites da governança territorial

Nagela Fernanda dos Santos Masuda

DOI: https://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/85640213.11

POLÍTICA, CHANCELA E TURISMO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO GEOPARQUE BODOQUENA-PANTANAL E OS LIMITES DA GOVERNANÇA TERRITORIAL[1]

Nagela Fernanda dos Santos Masuda[2]

RESUMO: Este capítulo analisa o processo de institucionalização do Geoparque Bodoquena-Pantanal, considerando sua relação com a governança do turismo e a busca pela chancela internacional. A investigação baseia-se na análise dos documentos do Decreto de Criação do Geoparque nº 12.897, o Plano de Desenvolvimento Territorial do Geoparque (PDTG) e as recomendações institucionais da UNESCO (2011), bem como em entrevistas com gestores envolvidos em sua implementação. A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa, com os dados analisados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Os resultados permitiram identificar categorias relacionadas à institucionalização política do território, à busca pela chancela internacional e aos desafios da governança territorial e do turismo como estratégia de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Geoparque Bodoquena-Pantanal; Institucionalização Territorial; Governança do Turismo; Chancela internacional; Desenvolvimento Local.

POLITICS, RECOGNITION AND TOURISM: THE INSTITUTIONALIZATION OF THE BODOQUENA-PANTANAL GEOPARK AND THE LIMITS OF TERRITORIAL GOVERNANCE

ABSTRACT: This chapter analyzes the process of institutionalization of the Bodoquena-Pantanal Geopark, considering its relationship with tourism governance and the pursuit of international recognition. The

[1] Os resultados apresentados neste capítulo derivam da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo (USP), configurando um desdobramento analítico e uma reformulação teórica do estudo original.

[2] Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – E-mail: fernandanagelasantos@gmail.com – Lattes: http://lattes.cnpq.br/2332204080685175.

investigation is based on the analysis of institutional documents, including the Geopark Creation Decree No. 12,897, the Territorial Development Plan of the Geopark (PDTG), and the institutional recommendations of UNESCO (2011), as well as interviews with managers involved in its implementation. The research was conducted using a qualitative approach, with data analyzed through the Content Analysis methodology proposed by Bardin (1977). The results allowed the identification of categories related to the political institutionalization of the territory, the pursuit of international recognition, and the challenges of territorial governance and tourism as a strategy for local development.

Keywords: Bodoquena-Pantanal Geopark; Territorial Institutionalization; Tourism Governance; International Recognition; Local Development.

INTRODUÇÃO

Os Geoparques Globais reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) consolidaram-se, nas últimas duas décadas, como instrumentos inovadores de gestão territorial ao articular conservação da geodiversidade,[3] educação ambiental e estratégias de desenvolvimento sustentável. Para a outorga e chancela, a entidade compreende que "Geoparques são áreas geográficas únicas e unificadas, onde os locais e as paisagens de significado internacional são gerenciados com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável" (UNESCO, 1999, p. 1).

Assim sendo, o modelo geoparque além de fomentar a educação em Geociências, integra dimensões socioeconômicas, assumindo o turismo, especificamente o geoturismo, como vetor estruturante de dinamização territorial.

[3] Geodiversidade é a natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, solos, águas, fósseis, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico (CPRM, 2006, s/n).

Historicamente, o conceito de geoparque foi desenvolvido para atender uma demanda proveniente de "pesquisadores de ciências da terra e de organizações não governamentais (ONG) que buscavam a proteção de sítios relevantes de geodiversidade" (Eder; Patzak, 2004 *apud* Jones, 2008, p. 273). Entretanto, sua evolução institucional deslocou o foco estritamente conservacionista para uma perspectiva mais ampla, incorporando o desenvolvimento local como componente indissociável da proposta.

Nesse sentido, esta pesquisa identificou que o geoparque tem seu surgimento decorrente do interesse particular da comunidade científica de geologia em respostas às pressões mundiais sobre os patrimônios naturais e culturais, posteriormente como alternativa econômica e importância que desempenham para a economia local. Essa dupla dimensão entre conservação e dinamização econômica, estabelece a base normativa do modelo.

A criação do Geoparque Bodoquena-Pantanal foi estabelecida pelo decreto estadual nº 12.897 de 22/12/2009, emitido pelo Estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de 39.700 km^2, que engloba treze municípios: Bonito, Ladário, Bodoquena, Corumbá, Jardim, Nioaque, Bela Vista, Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana, Anastácio, Caracol e Guia Lopes da Laguna. Ressalta-se que, por estratégia de marca, a escrita em inglês foi mantida em documentação oficial estadual para seguir o padrão internacional de implementação, no entanto, neste trabalho utilizaremos a escrita em português.

Como parte de sua estratégia de implantação, o Geoparque Bodoquena-Pantanal (GBP) planejou administrar o parque por meio de Núcleos, dividindo-os por município de acordo com o parecer da UNESCO de 2015 (Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A grande extensão territorial inicialmente delimitada não foi apenas uma característica geográfica do projeto, mas condicionou diretamente sua forma de organização institucional. Ao abranger treze municípios com dinâmicas administrativas e socioeconômicas distintas, o geoparque passou a demandar mecanismos complexos de articulação intermunicipal, planejamento coordenado e gestão integrada, o que ampliou significativamente os desafios de governança desde sua criação.

Desse modo, posteriormente à devolutiva negativa pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ao dossiê apresentado em 2011 pelo Geoparque Bodoquena-Pantanal (GBP), recomendou-se a reorganização espacial do projeto, sugerindo a nucleação dos territórios e de seus geossítios como estratégia para aprimorar o manejo e adequar o desenho institucional às diretrizes da Rede Global de Geoparques (RGG). Todavia, parte-se da hipótese de que o processo de institucionalização do geoparque apresenta uma tensão estrutural, na medida em que sua criação pode ter sido impulsionada predominantemente por interesses político-institucionais vinculados à obtenção da chancela internacional, relegando a segundo plano os significados sociais e naturais atribuídos ao território pelos agentes locais. Essa hipótese conduz à problemática central deste estudo: a institucionalização formal pode ocorrer dissociada da consolidação territorial participativa?

Diante desse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Em que medida o processo de institucionalização do Geoparque Bodoquena-Pantanal configurou-se como projeto político orientado à busca pela chancela internacional

e quais os impactos dessa dinâmica sobre a governança do turismo no território?[4]

Parte-se da hipótese de que a institucionalização formal precedeu a territorialização efetiva, produzindo arranjo institucional normativamente alinhado às diretrizes do modelo geoparque, mas com baixa densidade participativa e limitada capacidade de operacionalização do turismo como estratégia de desenvolvimento local.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de institucionalização do Geoparque Bodoquena-Pantanal sob a perspectiva da governança do turismo, considerando sua motivação política e seus desdobramentos territoriais. Especificamente, buscou-se examinar os instrumentos institucionais que estruturaram o GBP; analisar a articulação entre desenvolvimento local, participação social e governança; avaliar os limites estruturais da consolidação do turismo como estratégia territorial e; interpretar criticamente o papel da chancela internacional no desenho institucional.

A relevância científica deste estudo reside em deslocar o foco analítico do turismo enquanto prática econômica para o exame do processo político-institucional que condiciona sua implementação. Ao enfatizar a governança territorial como categoria central, o trabalho contribui para o debate sobre políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional-local.

A gênese do conceito de geoparque e sua ampliação territorial

A necessidade da criação da iniciativa nasceu "em 1996, em Pequim, durante o Congresso Internacional de Geologia,

[4] Território entendido nesse trabalho como categoria de análise.

onde foi constatado por um grupo de profissionais da área que apenas a comunidade científica não era suficiente para assegurar a gestão sustentável do patrimônio geológico", sendo fundamental o envolvimento e a cooperação da comunidade local (Modica, 2009, p. 18).

Considerando as perspectivas da iniciativa, a comunidade científica defende que "o desenvolvimento econômico é considerado um pré-requisito necessário para o sucesso de uma estratégia de tutela dos recursos naturais, porque produz na população a conscientização do valor também econômico do meio natural" (Modica, 2009, p. 18).

Nesse sentido, a consolidação do modelo implicou ampliação conceitual. A proteção da geodiversidade passou a ser articulada com estratégias de desenvolvimento sustentável, incorporando o turismo como vetor de dinamização econômica. A propositiva do conceito abrange a geodiversidade, a geoconservação com a iniciativa de estratégias para a sustentabilidade, e o desenvolvimento local-regional por meio do geoturismo.

Conforme Bacci et al. (2009, p. 8), "o conceito de geoparque é dinâmico e complexo ao mesmo tempo, face o seu caráter construtivo, já que possibilita ser adaptado a diferentes realidades, com diferentes formas de gestão, tanto governamentais como privadas". No entanto, o compromisso local e de participação da comunidade na construção e desenvolvimento é uma questão vital para o sucesso da proposta.

Brilha (2009, p. 28) conceitua que:

> Um geoparque é um território, bem delimitado geograficamente, com uma estratégia de desenvolvimento sustentado baseada da conservação do patrimônio geológico,

> em associação com os restantes elementos do patrimônio natural e cultural, com vista a melhoria das condições de vida das populações que habitam no seu interior.

Essa ampliação revela que o geoparque não se limita à categoria de área protegida tradicional. Trata-se de instrumento de gestão territorial que integra dimensões ambientais, econômicas e socioculturais, exigindo articulação institucional e participação social estruturada.

Governança do turismo e participação social

O processo de ampliação da democracia no Brasil, expresso pela criação de espaços públicos, consagrou o princípio de participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão das políticas públicas, que conforme Dagnino (2004, p. 96);

> [...] conhecida como a "Constituição Cidadã", incluiu mecanismos de democracia direta e participativa. Entre eles, o estabelecimento de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação paritária do Estado e da sociedade civil, destinados a formular políticas sobre questões relacionadas com a saúde, crianças e adolescentes, assistência social, mulheres, etc.

Esses espaços institucionais consolidaram o princípio da participação social como elemento estruturante da gestão pública, contribuindo para a construção de um projeto democratizante no qual o espaço público passa a ser concebi-

do como arena de compartilhamento do poder entre Estado e sociedade.

Nesse contexto, a ampliação dos mecanismos participativos esteve associada ao processo de descentralização do Estado e à incorporação de novas formas de gestão pública orientadas pela cooperação entre diferentes atores sociais.

O conceito de governança emerge nesse cenário como expressão dessas transformações institucionais, sendo compreendido como a construção de uma ordem resultante da interação entre múltiplos agentes que se influenciam mutuamente na condução de esforços voltados a objetivos coletivos (Procopiuck; Frey, 2008, p. 4-5).

Nesse sentido, para Kooiman (1993, p. 2) "a governança passa a contemplar todas as atividades de atores sociais, políticos e administrativos que podem ser vistas como esforços de gestão com propósito de guiar, dirigir, controlar sociedades".

Partindo dessa compreensão relacional da governança, o Relatório em Desenvolvimento Mundial das Nações Unidas (2017), reforça essa perspectiva ao defini-la como:

> O processo pelo qual 'atores estatais e não estatais interagem na formulação e implementação de políticas dentro de um conjunto de regras formais e informais que estruturam as relações de poder'. Nesse arranjo, diferentes escalas institucionais, que vão de organismos internacionais até comunidades locais interagem em redes complexas de atores e interesses (World Development Report 2017, p. 2 *apud* Dowbor, 2017, p. 301).

A governança surge, portanto, como resposta às transformações e à crescente complexidade das sociedades con-

temporâneas, buscando promover formas de gestão menos burocráticas e mais participativas, conforme analisam Procopiuck e Frey (2008, p. 1):

> A participação articulada de uma diversidade de atores em ações de caráter público tem se consolidado como alternativa para processos de descentralização do Estado e fortalecimento de sociedades mais autônomas e democráticas.

A democratização das decisões tende a ocorrer com maior intensidade no espaço local, onde os cidadãos possuem maior proximidade com os problemas e maior possibilidade de intervenção nas decisões que afetam diretamente seu cotidiano. Nesse sentido, o fortalecimento das iniciativas locais passa a constituir eixo estratégico para a reorganização dos processos decisórios relacionados ao desenvolvimento econômico e social (Dowbor, 2016, p. 43-44).

No debate sobre reforma e modernização da gestão pública no Brasil, Frey (2004, p. 125) identifica duas vertentes principais: a abordagem gerencial, orientada pela racionalização administrativa e pela adoção de instrumentos de gestão empresarial no setor público, e a abordagem democrático-participativa, que busca fortalecer a organização da sociedade civil e ampliar o envolvimento da população na definição e controle das políticas públicas. Essa segunda perspectiva reforça a importância da participação social como elemento constitutivo dos processos de institucionalização de políticas públicas.

No campo do turismo, essas transformações se refletem na incorporação de modelos de gestão que valorizam a par-

ticipação social e a articulação entre diferentes atores territoriais. Iniciativas como o Turismo de Base Comunitária e os Arranjos Produtivos Locais representam tentativas de estruturar o desenvolvimento turístico a partir da participação das comunidades locais e da valorização de seus recursos endógenos (Costa Novo, 2012, p. 45).

De forma convergente, Coriolano (2009, p. 66) argumenta que "o turismo comunitário pressupõe a organização associativa das comunidades em arranjos produtivos locais nos quais a população mantém controle efetivo das atividades econômicas relacionadas ao turismo". Essa abordagem contribui com a perspectiva do desenvolvimento local entendido como processo que fortalece o poder endógeno das comunidades, permitindo que estas conduzam seu próprio desenvolvimento socioeconômico (Carestiato, 2000 *apud* Mattos; Irving, 2003, p. 26).

Dessa forma, Mattos (2009, p. 305) acrescenta que o envolvimento comunitário nesses processos está associado à construção de relações horizontais e ao fortalecimento do empoderamento social.

No âmbito do turismo, a governança turística tem sido compreendida como uma forma de liderança capaz de promover inovação e fortalecimento das dinâmicas turísticas em determinado território, incorporando atores públicos e privados em processos de tomada de decisão coletiva (Velasco González, 2013 *apud* Bridi, 2017). Nesse sentido, a governança do turismo pode ser entendida como mecanismo de articulação entre diferentes atores institucionais e sociais na condução das estratégias de desenvolvimento turístico.

Entretanto, Dagnino (2004, p. 101) alerta para os limites das propostas contemporâneas de participação e descentralização associadas aos modelos de "boa governança". Segundo a autora, a difusão global desse paradigma pode implicar redefinições restritivas do significado político da participação, sobretudo quando organizações não governamentais passam a ocupar papel central nos processos participativos sem necessariamente manter vínculos orgânicos com os movimentos sociais.

Essa discussão torna-se relevante quando analisada no contexto dos processos de institucionalização territorial, como no caso dos geoparques, pois a institucionalização de iniciativas dessa natureza envolve não apenas a formalização de instrumentos administrativos e normativos, mas também a construção de arranjos de governança capazes de articular diferentes atores sociais e institucionais em torno de um projeto comum de desenvolvimento territorial.

No caso do Geoparque Bodoquena-Pantanal, a análise da composição e funcionamento do Conselho Gestor indica possíveis limitações quanto ao envolvimento direto da comunidade local, sugerindo desafios para a consolidação de um modelo de desenvolvimento turístico de caráter endógeno.

Essa situação evidencia que a institucionalização do geoparque não se restringe à criação de estruturas formais de gestão, mas depende também da efetiva incorporação da participação social nos processos decisórios relacionados ao turismo e ao desenvolvimento territorial.

Diante dessas considerações, esta pesquisa parte do entendimento de que a governança do turismo deve ser compreendida como capacidade de articulação entre gover-

no, sociedade civil e atores econômicos na construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Nesse processo, a participação social constitui elemento estruturante para a formulação e implementação de políticas públicas de turismo alinhadas às demandas e expectativas das comunidades locais (Coriolano, 2009, p. 68).

Diante dessas discussões, a análise da governança do turismo no âmbito dos geoparques exige observar como os princípios de participação social e articulação institucional se materializam nos territórios onde essas iniciativas são implementadas.

No caso do Geoparque Bodoquena-Pantanal, cuja institucionalização ocorreu por meio de instrumentos formais de gestão e planejamento, torna-se relevante examinar em que medida tais estruturas foram capazes de promover arranjos efetivos de governança territorial e participação social. Assim, a seção seguinte dedica-se à análise do processo de institucionalização do geoparque, buscando compreender como os mecanismos institucionais estabelecidos dialogam, ou não, com as dinâmicas locais de participação e desenvolvimento do turismo.

Chancela internacional e institucionalização política

A certificação de territórios por organismos internacionais pode ser interpretada como um mecanismo de legitimação territorial e de valorização do patrimônio natural. Entretanto, tais reconhecimentos também podem operar como dispositivos políticos que reorganizam relações de poder, redefinem estruturas institucionais e influenciam os arranjos de governança que passam a orientar a gestão do território.

No caso dos Geoparques Globais da UNESCO, a chancela internacional confere visibilidade institucional e reconhecimento simbólico às iniciativas de conservação do patrimônio geológico e de promoção do geoturismo.

Contudo, mais do que um simples selo de valorização territorial, essa certificação pode ser compreendida como parte de um processo de institucionalização política do território, no qual novas estruturas administrativas, normas de gestão e dispositivos institucionais passam a orientar a gestão da paisagem e das atividades econômicas associadas ao geoparque.

Nesse sentido, a criação de geoparques se insere em um processo mais amplo de reconfiguração territorial mediado por decisões políticas, no qual a busca pelo reconhecimento internacional pode passar a orientar estratégias de planejamento e projeção territorial.

Dessa forma, a chancela internacional não deve ser compreendida apenas como um reconhecimento técnico ou científico, mas como parte de um processo político de institucionalização territorial, no qual a busca por legitimidade global pode influenciar a configuração dos arranjos locais de governança.

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado é de natureza qualitativa com caráter exploratório. A pesquisa envolveu a devida revisão dos conceitos para a formulação dos pressupostos teóricos discutidos anteriormente, com análise documental do Decreto Estadual de Criação do Geoparque, Plano de Desenvolvimento Territorial do Geoparque (PDTG) e análise do

dossiê de devolutiva negativa da UNESCO indicando as prerrogativas do que compõem um geoparque. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores do Geoparque Bodoquena-Pantanal. As análises foram orientadas com base na metodologia da Análise de Conteúdo, técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para examinar comunicações, discursos e documentos institucionais (Bardin, 1977; 2016).

Assim sendo, a "análise documental tem por finalidade dar forma conveniente e representar de outra maneira essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação" (Bardin, 2016, p. 51). O propósito a atingir é o armazenamento sob uma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo).

Observa-se, contudo, que as atas de reuniões não foram utilizadas na análise, uma vez que não se encontram estruturadas como documentos analíticos com informações suficientes para os objetivos desta pesquisa. No site oficial do Geoparque Bodoquena-Pantanal consta apenas o registro de um evento realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), em 2016, no âmbito da Rota do Desenvolvimento. Conforme entrevistas concedidas pelo ex-coordenador do núcleo Corumbá e pelo diretor científico, esse registro é considerado uma das atas do geoparque.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o diretor científico do Geoparque Bodoquena-Pantanal, o coordenador do núcleo de Nioaque e o ex-coordenador do núcleo de Corumbá e observação de campo em julho de 2018. A ob-

servação que se realiza dos fatos ou da correlação existente entre eles constitui-se de uma fonte rica para a construção de hipóteses, tendo a função de comprovar (ou não) essas relações e explicá-las. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 132).

E, por conseguinte, a metodologia de Bardin (2016, p. 46) de análise de conteúdo que tem por objetivo verificar a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem e a análise documental pela representação condensada da informação, para consulta e armazenamento.

Nesse contexto metodológico, a análise documental constitui procedimento que possibilita a distinção e categorização das informações presentes no corpus investigado, permitindo identificar elementos recorrentes e relações entre os dados, configurando-se como técnica articulada à análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos institucionais e das entrevistas relacionadas ao Geoparque Bodoquena-Pantanal foi conduzida com base na metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin, amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para examinar comunicações, discursos e registros institucionais. Conforme define a autora, a análise de conteúdo consiste em "uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação" (Bardin, 1977, p. 19).

Essa abordagem permite examinar os discursos presentes nos documentos e nas entrevistas com o objetivo de identificar regularidades, categorias temáticas e significados subjacentes, possibilitando inferir dimensões institucionais e políticas que nem sempre se manifestam de forma explícita nos materiais analisados.

A operacionalização da análise seguiu as três etapas clássicas propostas por Bardin (1977): 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados com inferência e interpretação.

A fase de pré-análise correspondeu à organização do corpus e à definição das diretrizes interpretativas da investigação. Conforme a autora, trata-se do momento de constituição do material empírico e de formulação das hipóteses orientadoras da análise. O corpus[5] foi composto por documentos institucionais que estruturam o processo de institucionalização do Geoparque Bodoquena-Pantanal, entre eles o Decreto nº 12.897, responsável por sua criação formal, o Plano de Desenvolvimento Territorial do Geoparque (PDTG), documentos e recomendações da UNESCO, além de entrevistas com gestores envolvidos na implementação do projeto.

A seleção do material observou os critérios metodológicos de exaustividade, homogeneidade e pertinência, assegurando a coerência entre os documentos analisados e os objetivos da pesquisa. Conforme as análises, constatou-se que a institucionalização do geoparque pode ter sido conduzida prioritariamente como iniciativa política orientada à obtenção de reconhecimento internacional, antecedendo a consolidação territorial e social do projeto.

[5] A definição de corpus é o "conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos" (Bardin, 1977, p. 96).

Na etapa de exploração do material, procedeu-se à codificação e categorização dos dados. Conforme Bardin (1977, p. 117), a categorização corresponde a uma "operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género". A partir desse procedimento foram identificadas categorias analíticas que estruturam o processo de institucionalização do geoparque, entre elas: institucionalização política do território, busca pela chancela internacional da UNESCO, estrutura de governança territorial, participação social e turismo como estratégia de desenvolvimento local.

A análise do material revelou que os documentos institucionais atribuem centralidade aos atributos geológicos e científicos do território, enfatizando a valorização do patrimônio geológico como elemento estruturador da proposta de geoparque. Em contrapartida, observa-se menor densidade institucional no que se refere à operacionalização das estratégias de desenvolvimento territorial associadas ao turismo.

Na fase de tratamento dos resultados e interpretação, os dados foram analisados de forma integrada, permitindo identificar padrões e relações entre as categorias analíticas. Conforme a metodologia aplicada, a análise de conteúdo não se limita à descrição do material empírico, mas permite identificar indicadores capazes de revelar significados latentes presentes nas mensagens analisadas. A partir desse processo interpretativo emergiram três resultados centrais. O primeiro resultado indica que a institucionalização formal do geoparque precedeu sua territorialização efetiva. Os documentos analisados evidenciam que a criação do Geoparque Bodoquena-Pantanal ocorreu inicialmente por meio de ato institucional do Estado, materializado no Decreto nº 12.897.

Embora o decreto estabeleça a delimitação territorial e a criação de instâncias de gestão, os documentos não evidenciam, naquele momento inicial, a existência de uma estrutura consolidada de governança territorial capaz de implementar plenamente as diretrizes do modelo geoparque. Conforme apresentado no Quadro 1 (abaixo), sintetizam-se as etapas metodológicas da Análise de Conteúdo aplicadas ao estudo do Geoparque Bodoquena-Pantanal. Esse resultado sugere que o processo de institucionalização ocorreu prioritariamente no plano normativo e político, antecedendo a consolidação de mecanismos operacionais de gestão territorial.

Quadro 1 – Etapas da Análise de Conteúdo aplicadas ao estudo do Geoparque Bodoquena-Pantanal

Etapa metodológica	Procedimentos analíticos realizados	Corpus analisado	Fundamentação em Bardin
Pré-análise	Organização do corpus documental e definição das hipóteses analíticas da pesquisa. Seleção e leitura flutuante dos documentos institucionais e entrevistas para identificação preliminar de temas recorrentes relacionados à institucionalização do geoparque, governança territorial e desenvolvimento turístico.	Decreto nº 12.897 (criação do geoparque); Plano de Desenvolvimento Territorial do Geoparque (PDTG); parecer técnico da UNESCO; entrevistas com gestores do GBP.	A fase de "pré-análise corresponde à organização inicial do material e à formulação das hipóteses que orientarão a interpretação do corpus", permitindo estabelecer o recorte analítico da pesquisa. (Bardin, 1977, p. 95).
Constituição do corpus	Delimitação dos documentos institucionais e registros empíricos considerados pertinentes ao problema de pesquisa, garantindo a adequação do material analisado aos objetivos do estudo.	Documentos oficiais do GBP e entrevistas semiestruturadas com gestores do geoparque.	A seleção do corpus deve obedecer às regras de exaustividade, homogeneidade e pertinência, garantindo que os documentos analisados sejam adequados aos objetivos da investigação. (Bardin, 1977, p. 97-98).

Quadro 1 - Etapas da Análise de Conteúdo aplicadas ao estudo do Geoparque Bodoquena-Pantanal

(Conclusão)

Etapa metodológica	Procedimentos analíticos realizados	Corpus analisado	Fundamentação em Bardin
Exploração do material	Codificação do conteúdo e identificação de unidades de registro presentes nos documentos e entrevistas. Agrupamento dos conteúdos em categorias temáticas relacionadas à institucionalização do geoparque, governança territorial, participação social e turismo.	Fragmentos textuais dos documentos institucionais e das entrevistas.	A categorização constitui "uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e reagrupamento segundo critérios previamente definidos" (Bardin, 1977, p. 117).
Categorização temática	Agrupamento das unidades de registro em categorias analíticas capazes de revelar padrões discursivos presentes nos documentos institucionais e nas entrevistas.	Conteúdos referentes à institucionalização política, chancela internacional, governança territorial e desenvolvimento turístico.	As categorias devem ser homogêneas, exaustivas e pertinentes ao objetivo da pesquisa, permitindo a organização sistemática do conteúdo analisado. (Bardin, 1977, p. 120).
Tratamento e interpretação	Análise interpretativa das categorias identificadas, permitindo inferir as relações entre institucionalização do geoparque, busca pela chancela internacional e limites da governança do turismo.	Síntese interpretativa dos dados documentais e das entrevistas	A análise de conteúdo permite identificar indicadores capazes de revelar significados subjacentes às comunicações analisadas, possibilitando inferências sobre realidades que ultrapassam o conteúdo manifesto das mensagens. (Bardin, 1977, p. 137).

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O segundo resultado refere-se ao fato de que a busca pela chancela internacional desempenhou papel estruturante no desenho institucional do projeto. A análise documental

demonstra que o Plano de Desenvolvimento Territorial do Geoparque (PDTG) foi concebido como instrumento de suporte à candidatura do território à Rede Global de Geoparques da UNESCO. Entretanto, a devolutiva institucional da própria UNESCO indicou limitações na maturidade institucional da proposta, recomendando ajustes estruturais e fortalecimento da base territorial do projeto.

Conforme exposto no Quadro 2 (abaixo), que apresenta as categorias analíticas identificadas na análise de conteúdo. Essa evidência sugere que a criação do geoparque esteve fortemente associada à estratégia de reconhecimento internacional, reforçando a hipótese de que a institucionalização foi orientada pela busca da chancela.

Por fim, a análise das entrevistas evidencia os limites estruturais na consolidação da governança do turismo no território. Embora o turismo seja frequentemente apresentado nos documentos institucionais como estratégia central de desenvolvimento local, os relatos dos gestores indicam desafios relacionados à descontinuidade institucional, à escassez de equipes técnicas, às dificuldades de mobilização social e à limitada apropriação comunitária do projeto.

Esses elementos sugerem que, apesar do potencial territorial associado ao geoparque, a consolidação do turismo como estratégia de desenvolvimento depende do fortalecimento de arranjos institucionais capazes de articular diferentes atores e promover maior participação social na gestão territorial.

Quadro 2 – Categorias analíticas identificadas na análise de conteúdo

Categoria analítica	Evidências empíricas observadas	Interpretação analítica
Institucionalização política do geoparque	Criação formal do Geoparque Bodoquena-Pantanal por meio do Decreto nº 12.897 e instituição de um conselho gestor com função consultiva.	A institucionalização ocorreu inicialmente no plano normativo e administrativo, indicando a centralidade da iniciativa estatal no processo de criação do geoparque.
Busca pela chancela internacional	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do Geoparque (PDTG) como instrumento de suporte à candidatura do geoparque à Rede Global de Geoparques da UNESCO.	A estrutura institucional do geoparque foi parcialmente orientada pela estratégia de reconhecimento internacional, evidenciando a influência da chancela como elemento de legitimação territorial.
Fragilidade da estrutura institucional	Recomendações da UNESCO indicando necessidade de ajustes na proposta institucional, incluindo redução da área do geoparque e fortalecimento da estrutura organizacional.	As recomendações evidenciam que a proposta institucional ainda apresentava fragilidades em termos de coesão territorial e capacidade de gestão.
Participação social limitada	Entrevistas apontam dificuldades de mobilização comunitária, descontinuidade institucional e necessidade de maior apropriação social do projeto.	Embora o modelo geoparque enfatize a participação local, a implementação inicial revelou desafios para consolidar mecanismos efetivos de governança participativa.
Turismo como estratégia de desenvolvimento	Documentos e entrevistas destacam o turismo e o geoturismo como instrumentos de geração de renda, educação ambiental e valorização do patrimônio geológico.	Apesar do potencial territorial do geoparque, a consolidação do turismo como estratégia de desenvolvimento depende do fortalecimento da governança territorial e da articulação entre os atores locais.
Descontinuidade institucional e limitações operacionais	Relatos de gestores indicam dificuldades relacionadas à continuidade das ações, estrutura técnica reduzida e desafios na coordenação entre municípios e instituições.	A ausência de uma estrutura administrativa consolidada limita a operacionalização das estratégias de desenvolvimento territorial propostas pelo geoparque.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as análises metodológicas, este trabalho evidenciou que a criação do Geoparque Bodoquena-Pantanal ocorreu inicialmente por meio de um processo de institucionalização formal conduzido pelo Estado, materializado no Decreto nº 12.897. Embora o decreto tenha estabelecido a delimitação territorial do geoparque e previsto instâncias de gestão, os resultados indicam que a consolidação de mecanismos efetivos de governança territorial não se encontrava plenamente estruturada no momento de sua criação. Essa constatação sugere que o processo de institucionalização foi conduzido prioritariamente no plano normativo e administrativo, antecedendo a territorialização efetiva do projeto e a construção de uma base institucional capaz de sustentar a implementação das diretrizes associadas ao modelo geoparque.

Outro resultado relevante refere-se ao papel desempenhado pela busca da chancela internacional no processo de estruturação do geoparque. A análise documental demonstrou que o Plano de Desenvolvimento Territorial do Geoparque foi elaborado como instrumento de suporte à candidatura do território à Rede Global de Geoparques da UNESCO, evidenciando que o reconhecimento internacional constituiu elemento estruturante do desenho institucional da iniciativa. Entretanto, a devolutiva institucional da própria UNESCO indicou a necessidade de ajustes na proposta apresentada, apontando fragilidades relacionadas à coesão territorial e à estrutura organizacional do projeto. Esses elementos reforçam a interpretação de que a institucionalização do geoparque esteve fortemente associada à estratégia de legitimação internacional, aspecto que orientou parte

significativa das ações institucionais desenvolvidas no período inicial de implementação.

No que se refere à governança do turismo, os resultados evidenciam que, embora o turismo e o geoturismo sejam frequentemente apresentados nos documentos institucionais como instrumentos centrais de dinamização econômica e valorização do patrimônio geológico, sua operacionalização enfrenta desafios estruturais importantes. As entrevistas realizadas com gestores indicam dificuldades relacionadas à descontinuidade institucional, à limitação de equipes técnicas, à complexidade da articulação intermunicipal e à necessidade de maior mobilização e apropriação comunitária do projeto. Esses fatores evidenciam que a consolidação do turismo como estratégia territorial depende do fortalecimento de arranjos institucionais capazes de articular diferentes atores e promover mecanismos efetivos de participação social na gestão do geoparque.

De maneira geral, os resultados obtidos permitem concluir que o processo de institucionalização do Geoparque Bodoquena-Pantanal foi marcado por uma dinâmica na qual a formalização institucional precedeu a consolidação territorial e social do projeto. Ainda que o arranjo institucional esteja alinhado às diretrizes do modelo geoparque e às expectativas associadas ao reconhecimento internacional, a análise evidencia desafios relacionados à construção de uma governança territorial mais robusta, capaz de integrar efetivamente atores públicos, instituições locais e comunidades na implementação das estratégias de desenvolvimento territorial baseadas no turismo.

Nesse sentido, os resultados sugerem que a consolidação do Geoparque Bodoquena-Pantanal como instrumento

de desenvolvimento territorial não depende exclusivamente da formalização institucional ou da obtenção de reconhecimento internacional, mas sobretudo da construção de processos participativos e de mecanismos de coordenação territorial capazes de fortalecer a governança local. A articulação entre instituições públicas, atores do turismo e comunidades locais constitui, portanto, elemento central para que o geoparque possa efetivamente cumprir seu potencial como estratégia de valorização do patrimônio geológico, promoção do turismo e dinamização socioeconômica do território.

De modo geral, os resultados da pesquisa indicam que o processo de institucionalização do Geoparque Bodoquena-Pantanal foi marcado pela primazia da formalização institucional e pela centralidade da iniciativa estatal na estruturação do projeto.

Dessa forma, observa-se que a institucionalização do Geoparque Bodoquena-Pantanal foi estruturada a partir de uma dinâmica em que a iniciativa política impulsionou a busca pela chancela internacional, enquanto a consolidação da governança territorial e do turismo como estratégia de desenvolvimento permanece condicionada ao fortalecimento institucional e da ampliação da participação social no território.

REFERÊNCIAS

BACCI, Denise de La Corte et al. Geoparque: estratégia de geoconservação e projetos educacionais. **Geologia USP**, São Paulo, n. 5, p. 7-15, out. 2009. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001794330. Acesso em: 14 jul. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRIDI, Guilherme. **Participação dos atores turísticos em sistemas de governança em turismo:** um estudo a partir dos municípios de Bento Gonçalves (RS), Bonito (MS) e Ouro Preto (MG). 2017. 310 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

BRILHA, José. **A importância dos geoparques no ensino e divulgação das geociências.** Geologia USP, São Paulo, p. 27-33, out. 2009. Disponível em: https://revistas.usp.br/gusppe/pt_BR/article/view/45388. Acesso em: 14 jul. 2026.

COSTA NOVO, Cristiane Barroncas Maciel. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM)**: caracterização e análise crítica. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

CORIOLANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Mapa geodiversidade do Brasil**, escala 1:2.500.000. Legenda expandida. Brasília: CPRM, 2006. 68 p.

DAGNINO, Evelina. **"¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?"** In: MATO, Daniel (Coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. – Imperatriz: Ética, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? – São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Revista de**

Sociologia Política/UFSC.v.1.n.5,2004.Disponívelem:https://www.academia.edu/download/30934457/Publicacao_10305_em_16_06_2011_09_55_25.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

IRVING, M. da A.; Mattos, F. F. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. **Caderno Virtual De Turismo**, 3(4). Recuperado, 2003. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/42 Acesso em: 2 fev. 2026.

JONES, C. History of Geoparks. Geological Society, London, Special Publications, Londres, v. 300, n. 1, p. 273-277, 1 jan. 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1144/sp300.21. **Geological Society of London**. Acesso em: 10 jul. 2018.

KOOIMAN, JAN. **Modern governance: new government-society interactions**. London: Sage Publications, 1993.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: 5. ed. Atlas, 2003.

MATTOS, F. F. **Ecoturismo e inclusão social na Reserva Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI)**: tendências, expectativas e possibilidades. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MODICA, Rosaria. As Redes Europeia e Global dos Geoparques (EGN e GGN): proteção do patrimônio geológico, oportunidade de desenvolvimento local e colaboração entre territórios. **Geologia USP**, São Paulo, v. 5, p. 17-26, jul. 2009. Disponível em: http://geoparques-sbg.org.br/artigos/Modica%202009%20-%20As%20Redes%20Europeia%20e%20Global%20dos%20Geoparques.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

PROCOPIUCK, M.; FREY, K. **Governança e redes em políticas de caráter público**. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓ-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2008, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPAD, 2008. p. 1-15.

SOARES, Afrânio José Soriano et al. **The process of the management and establishment of the Bodoquena-Pantanal Geopark: adapting the method to the context.** In: European Geoparks Conference, 11., 2012, Arouca. Proceedings. Portugal: Associação Geopark Arouca, 2012. p. 275 – 276. Disponível em: http://www.europeangeoparks.org/wp-content/uploads/2015/09/11th-EGN-Conference-Arouca-Geopark.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

UNESCO. **UNESCO Geoparks Programme** – a new initiative to promote a global network of Geoparks safeguarding and developing selected areas having significant geological features: Document 156 EX/11 Rev., Executive Board, 156th session, UNESCO, Paris, 4 p., 1999.

UNESCO. **UNESCO Global Geoparks**. 2015. Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/. Acesso em: 7 jun. 2018.

SOBRE OS AUTORES

Autoras organizadoras



Daniela Sottili Garcia é graduada em Turismo e Gestão Pública, especialista em Gestão de Turismo, Hotelaria e Eventos, mestre e doutora em Geografia. Professora efetiva nos cursos de graduação e especialização em Turismo da UEMS. Coordenadora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Governança e Inovação no Turismo. Atua principalmente nas áreas de Estágio Supervisionado em Turismo, Políticas Públicas de Turismo, Sistema de Turismo, Destinos Turísticos, Imagem, Identidade e Cultura em Turismo. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEFRONTTER da UEMS e do Grupo de Pesquisa LABPGTUR – UFF.



Débora Fittipaldi Gonçalves é pós-doutora em Desenvolvimento Local – PPGDL–UCDB (2022) e pós-doutora em Turismo pela Universidade Nacional de Jujuy, Argentina (2022). Possui graduação em Turismo pela Universidade Católica Dom Bosco (2000) e licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN (2018). É mestre e doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (2008 e 2016) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Culturas e Turismo – GEPECTUR.

Autores

Bruno de Souza Lima é doutor e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É bacharel em Turismo, com ênfase em Ambientes Naturais, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e licenciado em Geografia pela Universidade Paulista (UNIP). Possui experiência como pesquisador e docente nas áreas de Turismo e Geografia. Atualmente, é professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da UNEMAT.

Daiane Alencar da Silva é doutora, mestre e graduada em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. É bacharel em Turismo com ênfase em Ambientes Naturais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Dourados. É docente do curso de Geografia da UEMS – Unidade Jardim e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UEMS) da Unidade de Campo Grande.

Djanires Lageano Neto de Jesus é graduado em Turismo, Administração e Pedagogia, e pós-doutor em Educação e Gerontologia. É docente efetivo da UEMS, atuando na graduação e na pós-graduação *lato sensu* na área de Turismo, e no *stricto* sensu (mestrado e doutorado) em Educação (PROFEDUC/UEMS).

Greice Aparecida Domingos Feliciano é mestre em Geografia, com ênfase em Desenvolvimento Regional (UFMS). É especialista em Gestão de Turismo (UEMS), Docência para

Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFMS) e Administração em Turismo e Lazer (UCDB/INPG). É bacharel em Turismo (UCDB) e tecnóloga em Terapias Integrativas e Complementares (UNICESUMAR). Atua nas áreas de turismo, desenvolvimento regional, gestão pública e iniciativa privada, planejamento turístico e docência no ensino técnico e superior, com mais de 25 anos de experiência profissional.

Lara Brunelle Almeida Freitas é professora EBTT no Instituto Federal do Espírito Santo e na pós-graduação *lato sensu* em Gestão e Negócios de Destinos Turísticos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. É doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócios (PGDRA/Unioeste, bolsa CAPES – modalidade Programa de Excelência Acadêmica, conceito 6), com tese indicada pelo programa para o Prêmio Capes de Tese 2025. É graduada em Gestão de Turismo e mestra em Turismo (bolsa IFS/FAPITEC). É licenciada em Geografia, com especialização em Introdução à Inteligência Artificial na Educação e em Docência para a Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (UNIFAHE), e em Planejamento do Turismo (UFS). Possui aperfeiçoamento em Dirección Innovadora de Empresas Turísticas (Universidade de Málaga, Espanha, bolsa CAPES).

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas é bacharel em Turismo e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Atua como professora adjunta do curso de graduação em Turismo e do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Negócios e Destinos Turísticos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). É membro do Grupo de Pesquisa em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS).

Marta Regina da Silva-Melo é doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, bacharel em Turismo com ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas, e psicopedagoga institucional. Atua como professora no curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e no curso de pós-graduação *lato sensu* com ênfase em Governança e Inovação no Turismo. Dedica-se à pesquisa em turismo responsável e sustentável. Seus estudos integram as áreas de Educação, Turismo e Interdisciplinaridade, buscando sempre soluções para superar os desafios no processo de ensino e aprendizagem.

Nagela Fernanda dos Santos Masuda é doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mestra em Turismo pela Universidade de São Paulo (USP), graduada em Turismo e Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e docente do curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atua em pesquisas nas áreas de turismo de natureza, planejamento territorial e governança. É consultora técnica em planejamento e gestão territorial do turismo no âmbito de políticas públicas.

Noslin de Paula Almeida é graduado em Turismo e em Administração, mestre em Desenvolvimento Local e doutor em Geografia. Possui especializações em Marketing e Comércio Exterior e em "Gestión Integral de Agencia de Viajes" em Valência, Espanha. É professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenador do GET-LAB – Laboratório de Gestão em Turismo. Atua principalmente na área de Marketing do Turismo e Gestão Pública.

Rodrigo Hakira Minohara é doutor em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí e bolsista CAPES. É tecnó-

logo em Gastronomia pela Unicesumar. É professor efetivo da Universidade Regional do Cariri (URCA), atuando nos cursos de Ciências Econômicas e no curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do qual é o atual coordenador. Além disso, exerce a função de coordenador da Empresa Júnior de Consultoria em Economia da URCA.

Thiago Andrade Asato é doutor e mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), MS. É especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela Faculdade de Ampere. Foi professor temporário no curso de Turismo da UEMS, Unidade Campo Grande, de 2021 a 2025. É professor titular da disciplina de Gestão de Mudanças, Cultura e Clima Organizacional da Faculdade Novoeste.

Waldir Leonel é doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Anhanguera-Uniderp, mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco e bacharel em Turismo. É docente do curso de Turismo e chefe da Divisão de Cultura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atua nos seguintes temas: ecoturismo, turismo em ambientes naturais, turismo urbano e rural, e sustentabilidade no turismo.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 64, 78, 109, 210, 281

Aduanas 172, 181, 187

Agenda 2030 81, 86, 87

Agroturismo 148, 149, 150

Ambientes Naturais 31, 58, 63, 70, 72, 74, 80, 83, 139, 142, 223, 226, 234, 240, 244

Argentina 80, 168, 169, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 189, 194, 195, 197, 306

Atividades Complementares 106, 137, 140, 143

Atuação Profissional 13, 24, 25, 33, 79, 137, 157, 315

Autenticidade 133, 134, 194, 197, 199, 200, 202, 204, 207, 210, 212, 213, 216, 231, 281

Avaliação do Ensino Superior 91, 99

B

Bacharelado em Turismo 27, 70, 91, 92, 93, 101, 102, 111

Bacharel em Turismo 24, 35, 39, 40, 44, 61, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 132, 134, 140, 143, 145, 147, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 315

Bem-estar 15, 208, 211, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 268, 269, 282

Big Data 55, 129

Bodoquena 15, 40, 71, 80, 85, 198, 216, 239, 240, 243, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 338, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351

Bonito 28, 40, 71, 80, 85, 177, 198, 210, 216, 223, 242, 243, 330

C

Cadeia Produtiva 57, 95, 150, 157, 261

Campo Grande 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 40, 45, 47, 52, 60, 61, 63, 68, 77, 91, 135, 136, 140, 143, 150, 168, 171, 177, 178, 179, 180, 182, 185, 194, 220, 238, 243, 244, 247, 269, 270, 310, 328

Capacitação 33, 34, 60, 134, 148, 154, 155, 158, 168, 173, 176, 180, 181, 184, 189, 214

Carga Horária 32, 34, 72, 73, 74, 81, 85, 87, 91, 95, 97, 104, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 150, 153, 154, 156, 157

Carmelo Peralta 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 179, 190

Cerrado 71, 77, 82, 223, 227, 306

Chile 168, 169, 175, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 194, 195, 197

Cidades de Fronteira 171, 173, 190

Ciências Sociais Aplicadas 94

Circuitos Turísticos 168, 172, 184, 185, 188, 189, 190

Comercialização Turística 167, 168, 170, 173, 174, 176

Competências 24, 25, 55, 56, 57, 77, 79, 81, 82, 84, 85, 87, 94, 99, 106, 107, 110, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 147, 158

Conectividade Logística 194, 200, 207, 212, 213, 215

Consultoria 13, 14, 18, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160

Corredor Bioceânico 63, 206, 208

Corredores de Integração 193, 194, 197, 198, 199, 203, 204, 205, 206, 213, 216

Corredores Logísticos 198, 203

COVID-19 37, 94, 133, 153, 227, 236, 237, 272

Cultura Organizacional 59, 133

D

Desenvolvimento Regional 11, 12, 15, 155, 159, 168, 194, 197, 198, 199, 204, 205, 207, 208, 212, 213, 215, 216, 220, 225, 230, 233, 237, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 312, 319, 320, 332

Desenvolvimento Sustentável 12, 81, 84, 86, 121, 125, 126, 132, 133, 136, 150, 156, 210, 225, 229, 232, 242, 253, 259, 278, 329, 333

Desenvolvimento Territorial 168, 198, 200, 209, 225, 228, 229, 236, 247, 328, 338, 339, 340, 343, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 351

Destinos Turísticos 28, 71, 87, 125, 141, 178, 181, 263, 267, 271, 274, 279, 283

Diretrizes Curriculares Nacionais 23

Docência 12, 18, 41, 125

Dourados 13, 14, 28, 135, 136, 150, 238, 243, 310

E

Economia da Experiência 194, 196, 198, 200, 201, 204, 205, 209, 210, 213, 214, 215, 216

Ecossistema Turístico 57, 58

Ecoturismo 72, 80, 83, 198, 210, 216, 223, 234, 239, 240, 241, 243, 244, 278, 305, 306, 318

Educação Ambiental 68, 76, 79, 329, 348

Educação Superior 23, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 109, 110

Egressos 13, 16, 18, 19, 20, 22, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 85, 109, 110, 111, 119, 120, 123, 125, 127, 139, 145, 153

Empreendedorismo 29, 30, 32, 106, 128, 155, 253, 271, 272, 273, 276

Empregabilidade 43, 47, 59, 98, 111, 127

ENADE 91, 92, 94, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111

Ensino Superior 11, 12, 20, 22, 29, 54, 55, 58, 62, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 107, 109, 110, 118, 122, 154, 314

Estágio Curricular Supervisionado 32, 42, 45, 91, 97, 104, 106, 111

Estágio Não Obrigatório 22, 43, 44, 45, 46

Ética Profissional 57

Experiência Memorável 212

Extensão Universitária 33, 63, 64

F

Fenômeno Turístico 25, 45, 61

Foz do Iguaçu 80, 85, 297, 300

G

Gastronomia 70, 151, 175, 209, 214, 228, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 269, 271, 275, 276, 277, 278, 279, 282, 283

Geoparque Bodoquena-Pantanal 15, 327, 328, 330, 331, 332, 338, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351

Gestão de Turismo 34, 35, 45

Governança 18, 34, 35, 45, 56, 130, 134, 168, 176, 179, 190, 194, 199, 200, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 222, 327, 328, 331, 332, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351

Guia da Faculdade 91, 96, 97, 101, 103, 111

H

Habilidades Interpessoais 57, 59, 107

Hospedagem 119, 147, 152, 168, 170, 171, 172, 174, 184, 185, 186, 189, 231, 277, 281

Hospitalidade 54, 57, 97, 124, 127, 128, 133, 149, 152, 214, 253, 266, 267, 268, 269, 271, 282

I

Impactos Ambientais 76, 82, 85, 86, 214

INEP 94, 96, 104, 105

Infraestrutura Turística 80, 152, 174, 181

Inovação 31, 34, 35, 45, 57, 80, 87, 91, 109, 111, 119, 123, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 147, 149, 154, 155, 158, 159, 180, 194, 200, 204, 209, 211,

213, 245, 246, 247, 253, 269, 271, 274, 337

Inteligência Artificial 55, 94, 129, 133, 275

Interdisciplinaridade 41, 53, 64, 132, 315, 319

M

Mato Grosso do Sul 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 33, 36, 40, 43, 44, 45, 52, 61, 63, 68, 70, 91, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 135, 136, 140, 143, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 156, 157, 159, 168, 179, 180, 187, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 204, 206, 208, 211, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 227, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 289, 290, 292, 294, 295, 299, 300, 309, 312, 318, 328, 330

MEC 28, 91, 92, 94, 96, 99, 102, 110, 111, 216, 295, 300, 309, 310, 331, 334, 335, 337, 339, 345, 348, 349, 350, 351

Meios de Hospedagem 119, 147, 168, 170, 172, 174

Memorabilidade 198, 201, 205, 206, 207, 212, 213, 215

Mercado de Trabalho 20, 21, 24, 27, 29, 30, 31, 34, 39, 45, 46, 54, 58, 59, 91, 107, 108, 109, 110, 111, 122, 125, 127, 147

Metodologias Ativas 68, 74, 75, 76, 81, 84, 85, 86, 87, 244

Ministério do Turismo 95, 222, 226, 234, 242, 246, 316

O

Organização Mundial do Turismo 109, 133, 304

P

Pantanal 15, 28, 71, 82, 150, 185, 198, 210, 216, 223, 227, 239, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 338, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351

Paraguai 80, 168, 171, 172, 174, 175, 178, 179, 184, 185, 187, 189, 194, 197, 288, 289, 290, 294, 299, 300, 302, 303, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 319

Pedro Juan Caballero 172, 178, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 311, 318, 319, 320

Perfil do Egresso 24

Pesquisa e Extensão 11, 17, 30, 33, 62

Planejamento Turístico 79, 85, 206, 236

Políticas Públicas 29, 30, 32, 43, 80, 98, 100, 110, 124, 134, 147, 152, 199, 200, 213, 216, 227, 241, 244, 276, 282, 299, 301, 316, 320, 332, 334, 336, 339

Ponta Porã 172, 177, 178, 243, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 299, 301, 302, 303, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 318, 319, 320

Porto Murtinho 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 178, 179, 185, 190, 208, 241, 297, 330

Pós-Graduação 34, 35, 45, 106, 328

Práticas Pedagógicas 71, 72, 75, 76, 82, 83, 84, 86, 312

Projeto Pedagógico de Curso 72

Q

Qualidade de Vida 148, 152, 220, 221, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 233, 239, 241

Qualificação Profissional 12, 86, 152, 168, 190, 232

R

Resolução CNE/CES 104, 108, 111

Rota Bioceânica 15, 18, 33, 63, 64, 167, 168, 169, 171, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216

S

Saúde e Bem-estar 230, 236, 239, 240

SEBRAE 120, 122, 148, 154, 155, 156, 157, 159, 172, 180, 209, 211, 223, 242, 243, 244, 276, 303

SENAC 23, 88, 120, 122, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 159, 276, 320

SENAR 120, 122, 148, 149, 151, 159, 276

SINAES 93, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 110

Sistemas de Informação 144

Soft Skills 107, 127

Sustentabilidade 52, 56, 57, 64, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 109, 119, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 147, 148, 152, 155, 158, 176, 194, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 220, 222, 223, 226, 229, 233, 236, 242, 247, 253, 255, 259, 260, 261, 262, 273, 333

T

Tecnologia da Informação 55, 56, 151

Trabalho de Conclusão de Curso 32, 34, 91, 97, 104, 106, 111, 137, 140

Trade Turístico 31, 168, 176, 182, 190, 269, 271

Turismo 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219,

220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289, 291, 292, 295, 300, 303, 304, 305, 306, 312, 314, 315, 316, 318, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 344, 346, 347, 348, 350, 351

Turismo de Aventura 72, 83, 234, 243

Turismo de Bem-Estar 15, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 241, 243, 244, 245, 246, 247

Turismo de Experiência 193, 194, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 212, 213, 214, 215, 216

Turismo de Fronteira 18

Turismo de Natureza 220, 223, 237, 239, 240, 241, 243, 291

Turismo de Saúde 220, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 236, 238, 239, 246

Turismo Gastronômico 15, 18, 174, 175, 209, 211, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 271, 273, 274, 276, 277, 278, 280, 281

Turismólogo 12, 17, 29, 44, 45, 46, 47

Turismo Termal 222, 223, 234, 243

U

UEMS 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 60, 61, 62, 63, 68, 91, 136, 137, 140, 168, 179, 194, 238, 289

UFMS 15, 28, 136, 143, 145, 146, 211

Unidade de Conservação 77

V

Viagens Técnicas 74, 75, 79, 80, 81, 85, 87

Visão Sistêmica 53, 57, 69, 144

https://editoraecodidatica.com.br

UMA JORNADA DE 15 ANOS DO CURSO DE TURISMO DA UEMS EM CAMPO GRANDE



Organização

Daniela Sottili Garcia

Débora Fittipaldi Gonçalves

editora ECO Didática

ISBN 978-65-85640-21-3